



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**Secretaria de Coordenação e Organização Institucional**

**Relatório de Gestão Exercício de 2012**

Brasília (DF), abril/2013

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**Secretaria de Coordenação e Organização Institucional**

**Relatório de Gestão - 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições na IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012 e da Portaria/TCU nº 150/2012.

Brasília-DF, abril/2013.

## SUMÁRIO

<b>CAPA DA UJ AGREGADORA</b>	001
Folha de Rosto da UJ Agregadora	002
Lista de Abreviações e Siglas da SEORI	007
<b>SEÇÃO I</b>	009
IDENTIFICAÇÃO DA UJ	009
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	010
<b>SEÇÃO II</b>	012
<b>INTRODUÇÃO</b>	012
1. Estrutura do Relatório de Gestão	012
Itens não Aplicáveis à UJ	012
Itens aplicáveis a Natureza da UJ sem conteúdo	012
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	014
1.3. Organograma Funcional	016
1.4. Macroprocessos Finalísticos	017
1.5. Macroprocessos de Apoio	017
1.6. Principais Parceiros	017
<b>SEÇÃO III</b>	018
<b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	018
<b>DESENVOLVIMENTO - CONTEÚDO GERAL</b>	018
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	018
2.1. Informações sobre o Planejamento Estratégico da UJ	019
a) Período de Abrangência do Plano Estratégico	019
b) Demonstração da Vinculação do Plano Estratégico com suas competências	019
c) Vinculação do Plano Estratégico com o PPA	019
d) Objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico	019
e) Principais Objetivos Estratégicos	019
f) Principais Ações Planejadas para a UJ atingir seus Objetivos	019
2.2. Informações sobre as Estratégias para atingir os Objetivos Estratégicos	020
a) Avaliação dos Riscos	020
c) Adequação nas Estruturas de Pessoal, Tecnologia, Imobiliária	020
d) Estratégia de Divulgação Interna dos Objetivos Traçados e dos Resultados Alcançados	020
2.3. Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações	020
a) Resultado das Ações Planejadas	020
b) Justificativas para a não Execução de Ações ou não Atingimento de Metas	020
c) Impactos dos Resultados das Ações no Objetivos Estratégicos	020
2.4. Informações sobre Indicadores	021
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	028
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controle Interno da UJ	028
3.4. Informações sobre a Estrutura e Atividades do Sistema de Correição	029
3.5. Cumprimento pela Instância de Correição	030
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	030
Identificação das Ações	030
Administração da Unidade	030
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos (Atividade)	031

	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Atividade)	032
	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Atividade)	033
	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados (Atividade)	033
	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados (Atividade)	034
	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Atividade)	035
	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (Operação Especial)	036
	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis (Operações Especiais)	037
	Denominação da Unidade Orçamentária	038
	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	038
	Despesas Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	039
	Despesa por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito Originários	039
	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	040
	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito de Movimentação	041
5.	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	042
5.2.	Informações sobre a movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	042
5.3.	Transferências de Recursos mediante Convênio e Termos Similares	043
	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos últimos três exercícios	044
	Resumo dos Instrumentos de Transferências que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes	044
	Resumo da Prestação de Contas das Transferências via Convênios	045
	Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios	045
5.4.	Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos	047
6.	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	050
6.1.	Composição da Forma de Trabalho	050
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho	051
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	052
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	053
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	054
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	055
6.1.6	Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos	055
6.1.7	Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	055
6.1.8	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	057
6.2.	Informações sobre Terceirização de mão de obra e estagiários	057
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	058
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	058
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	059
7.	Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	060
7.1.	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	060
7.2.	Gestão do Patrimônio Imobiliário	066
8.	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	067
8.1.	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	067
9.	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	069
9.1.	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	069
9.2.	Consumo de Papel, Energia e Água	070

10.	Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	071
10.1.	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	071
10.3.	Informações sobre o Cumprimento da Entrega da Declaração de Bens e Rendas	075
10.4.	Declaração sobre Informações Disponibilizadas no SIASG e no SICONV	077
11.	Informações Contábeis	077
11.1.	Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimento estabelecidos pela NBC T	077
11.2.	Declaração do Contador Responsável	078
	Informações sobre o PROGRAMA CALHA NORTE – PCN	079
	DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO – DEORG	079
	Informações sobre a Gestão do Departamento	079
	Principais Resultados Obtidos	079
	Estratégias adotadas para atingir seus objetivos	080
	Acompanhamento sobre deliberações do TCU	080
	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS	080
	Informações sobre a Gestão do Departamento	080

<b>SEÇÃO IV</b>		082
<b>RESULTADOS E CONCLUSÕES DA SEORI</b>		082

<b>ANEXOS</b>		088
<b>Anexo A Informações relacionadas ao Programa Calha Norte PCN</b>		089
	Informações sobre as Transferências	089
	Quadro Resumo dos Instrumentos Celebrados nos Três Últimos Exercícios	108
	Quadro Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes	108
	Informações sobre Prestação de Contas relativas aos Convênios e Cont. de Repasse	108
	Quadro sobre a Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	109
	Análise crítica – Convênios/PCN	109
	Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente	110
	Situação das transferências efetuadas no exercício	110
	Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios	110
	Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2012	110
	Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012	110
	Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências	111
	Análise da Efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas	111

<b>Anexo B – Informações relacionadas ao DEORF</b>		112
	Quadros e Análise Críticas	112
	Programa de Governo Constante do PPA – Temático	112
	Identificação do Programa de Governo	112
	Programa 2058 - Política Nacional de Defesa	112
	Programa 2046 – Mar, Zona Costeira e Antártida	123
	Programa 2108 – Gestão, Manutenção de Responsabilidade da UJ	124
	Denominação da Unidade Orçamentária	132
	Programação de Despesas Correntes	132
	Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	133
	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	134

	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	139
	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	140
	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	141
	Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos de Movimentação	143
	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	144
	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	145
	Quadro das Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Agente Suprido	146
	Despesas com Cartão de Créditos Corporativo por UG e por Portador	148
	Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por Cartão de Cred. Corporativo	149
	Prestação de Contas de Suprimento de Fundos	149
	Prestação de Contas de Suprimento de Fundos – Moeda Estrangeira	149

<b>SEÇÃO V</b>		151
<b>RELATÓRIOS DAS UNIDADES JURISDICIONADA AGREGADAS</b>		151
<b>SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA</b>		152
<b>ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS</b>		183
<b>SECRETARI DE PESSOAL, SAÚDE, ENSINO E DESPORTO</b>		252

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

<b>ABREVEATURAS</b>	<b>DESCRIÇÕES</b>
A	- área(s)
Ap	- apoio(s)
Art	- artigo(s)
Atv	- atividade(s)
Brig-Ar	- Brigadeiro-do-Ar
C Alte	- Contra-Almirante
Cbn	- Combinada(s)
Cel	- Coronel
Cj	- Conjunta(s)
Cmt	- Comandante
Emp	- Emprego
Front	- Fronteira(s)
Gen Div	- General de Divisão
Gen Ex	- General de Exército
Maj-Brig-Ar	- Major-Brigadeiro-do-Ar
Mis	- missão(ões)
Op	- operação (ões)
Prep	- preparação
Pres	- presença
Prev	- prevista(s)
Realiz	- realizada(o)(s)
VAlte	- Vice-Almirante

<b>SIGLAS</b>	<b>DESCRIÇÕES</b>
ACISO	- Ação Cívico Social
AIOp	- Assessoria de Inteligência Operacional
APGP	- Assessoria de Planejamento e Gestão de Programas
APOG	- Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão
BRABATT	- Batalhão Brasileiro de Força de Paz
BRAENGCOY	- Companhia de Engenharia de Força de Paz
BRAMACOY	- Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Força de Paz
C <sup>2</sup>	- Comando e Controle
CAE	- Chefia de Assuntos Estratégicos
CCOC	- Centro do Comando de Operações Conjuntas
CDA	- Comissão Desportiva da Aeronáutica
CDE	- Comissão Desportiva do Exército
CDM	- Comissão Desportiva da Marinha
CDMB	- Comissão Desportiva Militar do Brasil
CEMCFA	- Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
CHELOG	- Chefia de Logística
CIOp	- Centro de Inteligência Operacional
CISSET	- Secretaria de Controle Interno
CISM	- Conselho Internacional do Desporto Militar
CNAE	- Classificação nacional de Atividades Econômicas
COC	- Centro de Operações Conjuntas
COS	- Comitê de Orientação e Supervisão
COMDABRA	- Comando de Defesa Aérea Brasileira
CPEAEX	- Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército
CPE	- Chefe(ia) de Preparo e Emprego
CPLP	- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DEORF	- Departamento de Orçamento e Finanças
DEPEC	- Departamento de Ensino e Cooperação
DESAS	- Departamento de Saúde e Assistência Social
EB	- Exército Brasileiro
ECEMAR	- Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME	- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EGED	- Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa
EGN	- Escola de Guerra Naval
EM	- Exposição de Motivos
EMCFA	- Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
END	- Estratégia Nacional de Defesa
EMD	- Estado-Maior de Defesa
ESG	- Escola Superior de Guerra
FFAA	- Forças Armadas
FAB	- Força Aérea Brasileira
FSM	- Fundo do Serviço Militar
FTCC	- Força-Tarefa Conjunta e Combinada
FTM	- Força-Tarefa Marítima
GSJ	- Gabinete de Segurança Institucional
GTI	- Grupo de Trabalho Interministerial
IES	- Instituições de Ensino Superior
IMBEL	- Indústria de Material Bélico
LDO	- Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	- Lei Orçamentária Anual
MB	- Marinha do Brasil
MD	- Ministério da Defesa
MINUSTAH	- Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti
OM	- Organização(ões) Militar(es)
PDI	- Plano de Desenvolvimento e Implantação
REFRON	- Reconhecimentos de Fronteira
RGED	- Rede de Guerra Eletrônica de Defesa
SADLOG	- Sistema de Apoio à Decisão Logística de Alto Nível
SC-1	- Subchefia de Comando e Controle
SC-3	- Subchefia de Operações
SC-4	- Subchefia de Logística Operacional
SEORI	- Secretaria de Coordenação e Organização Institucional
SEPESD	- Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desportos
SIGLD	- Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização
SIGPLAN	- Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SILD	- Sistema de Informações Logísticas de Defesa
SILOMS	- Sistema Integrado de Material e Serviço da Força Aérea Brasileira
SINAMOB	- Sistema Nacional de Mobilização
SIORG	- Sistema de informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLOM	- Sistema de Planejamento Operacional Militar
SISCEMEFA	- Sistema de Certificação, Metrologia, Normalização e Fomento Industrial das Forças Armadas
SISCOMAT	- Sistema de Controle de Material
SISCOMIS	- Sistema de Comunicações Militares por Satélite
SISLOGD	- Sistema de Logística de Defesa
SISMC <sup>2</sup>	- Sistema Militar de Comando e Controle
SISMICAT	- Sistema Militar de Catalogação
SINGRA	- Sistema de Informações Gerenciais de Abastecimento da Marinha
SISTED	- Sistema Tático de Enlace de Dados
SUBILOG	- Subchefia de Integração Logística
TCU	- Tribunal de Contas da União
TI	- Tecnologia da Informação
UNIFIL	- Força Interina das Nações Unidas no Líbano
VCPE	- Vice-Chefe(ia) de Preparo e Emprego



## **SEÇÃO I**

### **1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS**

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada:

### QUADRO A.1.3 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 041066
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação Completa: Secretaria de Coordenação e Organização Institucional			
Denominação Abreviada: SEORI			
Código SIORG: 41109	Código na LOA: 52101		Código SIAFI: 115405
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 03.532.535/0001-00	
Principal Atividade: Administração e Gestão das Atividades de Defesa Nacional			Código CNAE: 8422-1/00
Telefones/Fax de Contato:	(061)3312.4224	(061) 3312-8577	(061) 3312-4233
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:seori@defesa.gov.br">seori@defesa.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco Q 1º andar, CEP 70.049-900, Brasília-DF.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação Completa: Secretaria de Produtos de Defesa			
Denominação Abreviada: SEPROD			
Código SIORG:	Código na LOA:		Código SIAFI: 110279
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Adm. Direta do Poder Executivo		CNPJ:	
Principal Atividade: Vide Tabela Defesa			Código CNAE:
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3312-8829	(061) 3312-8519	
E-mail: <a href="mailto:seprod@defesa.gov.br">seprod@defesa.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.defesa.gov.br">http://www.defesa.gov.br</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 2º andar – Sala 210 – Brasília-DF – Cep: 70.049-900			
Número de Ordem: 2			
Denominação Completa: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas			
Denominação Abreviada: EMCFA			
Código SIORG: 41110	Código na LOA:		Código SIAFI: 110582
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Adm. Direta do Poder Executivo		CNPJ:	
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 75.22-1
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3312-4003	(061) 3312-4909	(061) 3312-4241
E-mail: <a href="mailto:emcfa@defesa.gov.br">emcfa@defesa.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.defesa.gov.br">http://www.defesa.gov.br</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 7º andar – Sala 210 – Brasília-DF – Cep: 70.049-900			
Número de Ordem: 3			
Denominação Completa: Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto			
Denominação Abreviada: SEPESD			
Código SIORG:	Código na LOA:		Código SIAFI: 110277
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Adm. Direta do Poder Executivo		CNPJ:	
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE:
Telefones/Fax de Contato:	(61) 2023-5130	(61) 2023-5153	(61) 2023-5150
E-mail: <a href="mailto:seped@endereçonaInternet">seped@endereçonaInternet</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.defesa.gov.br">http://www.defesa.gov.br</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco “O” Anexo I – Brasília – 70.052-900 – DF			

<b>Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas</b>	
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 7.424, de 05 de janeiro de 2011.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas</b>	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
110404	Departamento de Administração Interna – DEADI
110594	Coordenação-Geral do Programa Calha Norte*
110407	Departamento de Planejamento Orçamentário e Financeiro – DEORF
	Departamento de Coordenação, e Organização Institucional - DEORG
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
	00001**

\*Coordenação-Geral subordinada ao DEADI.

\*\*Todas as UG's estão vinculadas à Gestão Tesouro.

## SEÇÃO II

### INTRODUÇÃO

#### Estrutura do Relatório de Gestão

O relatório está estruturado em conformidade com a orientação expressa na Decisão Normativa TCU nº 119/2012, e está disposto em cinco Seções: I - Informações sobre a Secretaria; II – Introdução; III – Desenvolvimento; IV – Resultados e Conclusões e Anexos A e B. A Seção V foi reservada para a inserção dos Relatórios de Gestões das Unidades Jurisdicionadas.

#### Itens não aplicáveis à UJ

Discriminamos a seguir os itens e quadros previstos mas não aplicáveis à Secretaria, com as respectivas justificativas:

Ordem	Descrição
Subitens 3.1, 3.3, 3,4 e 3,5 do Item 3	As informações solicitadas para estes subitens estão mais relacionadas às autarquias e fundações do Poder Executivo;
Subitem 5.1, 5.5, e 5.6 do Item 5	A Secretaria não tem informações quantitativas e qualitativas sobre gestão de Precatórios;
Subitem 10.2 do Item 10	Inexiste, na estrutura da SEORI, sistema de controle interno, pois tais atividades são exercidas exclusivamente pela Ciset/MD;
Subitens, do Item 11: 11.3	- Não se aplica porque o órgão, Ministério da Defesa, executou sua contabilidade no SIAFI - nós utilizamos o SIAFI.
11.4	- Não se aplica porque somos regidos pela Lei nº 4.320/64, explicadas no item 11.1.
11.5	- Não se aplica porque somos regidos pela Lei nº 4.320/64, explicadas no item 11.1. Administração Direta não é Sociedade Anônima.
11.6	- Não se aplica porque somos Administração Direta, quem nos audita é a Controladoria-Geral da União, assim, temos o parecer da nossa Ciset/MD.
Subitem 12.1 do Item 12	

#### Itens que, apesar de se aplicarem à UJ, não há conteúdo:

Ordem	Descrição
Subitem 6.2.1 do Item 6.2.	Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão: Não existe, no âmbito da administração central do MD, ocorrência de terceirizados ocupando categorias funcionais, cujos cargos não estejam em extinção. A mão-de-obra terceirizada da administração central existe tão somente para recompor a força de trabalho, desempenhando as atividades dos cargos que se encontram em extinção e não podem ser providos por concurso público.
Subitem 6.2.2 do Item 6.2.	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrente da Realização de Concurso Público:

	Não há informações aplicáveis a este subitem.
Subitem 6.2.3 do Item 6.2.	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados: Também não há informações aplicáveis a este subitem.

## **1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade**

A Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI), a priori, tem como finalidade o atendimento às necessidades de funcionamento do Ministério da Defesa, executando as atividades de suporte vegetativo aos órgãos do edifício-sede e de apoio às demais Secretarias, entidades vinculadas e aos Comandos Militares para que cumpram as metas finalísticas. Nesse contexto, a SEORI busca otimizar a sua atuação, tendo como principal objetivo a excelência nas suas áreas de competência específica e no apoio à atividade-fim da Pasta.

A Secretaria atua nas áreas de administração interna, planejamento orçamentário e financeiro, organização e legislação, e tem por missão prover os meios necessários ao Ministério da Defesa para o cumprimento das suas atribuições institucionais, e estão demonstradas, no relatório, sequencialmente por seus Departamentos.

Para o alcance da excelência nos serviços prestados, concebeu e instituiu o Plano de Ação da SEORI (PAS/SEORI), constituído projetos dinâmicos, definidos por seus Departamentos para o exercício e elaborados à luz de diretrizes da Secretaria.

Desde 2008, o PAS/SEORI vem se consolidando como um instrumento gerencial de grande importância para o crescimento conjunto da Unidade. Os projetos viabilizam uma ação planejada, com acompanhamento estruturado e organizado, e são dirigidos para a eficiência e eficácia de gestão e para a valorização profissional. Para 2012, definiu-se as seguintes prioridades:

- Dispor de instrumento gerencial capaz de permitir uma ação planejada, estruturada e controlada das atividades relacionadas com as competências da SEORI;
- Buscar remuneração, para os Militares das Forças Armadas, compatível com as funções típicas de Estado e especificidades inerentes às suas atividades;
- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros necessários para o efetivo cumprimento da missão institucional do Ministério, Comandos Militares e Entidades Vinculadas.
- Propor ações que contribuam para capacitar, melhor remunerar e motivar o pessoal civil do Ministério, Comandos Militares e Entidades Vinculadas;
- Dotar a Administração Central do Ministério de recursos de tecnologia da informação compatíveis com sua dimensão e necessidade de interação com os órgãos que o compõem; e
- Aprimorar mecanismos de aplicação de recursos, com maior qualidade, nas atividades de manutenção patrimonial, transportes, insumos, aquisição de bens e serviços, dentre outras.

Foram determinantes para a escolha dessa estratégia de trabalho, entre outros:

- O surgimento de novas frentes, de alta prioridade, que mereciam coordenação e acompanhamento especiais.
- As orientações do Ministro da Defesa no tocante a estudos de interesse da pasta, posteriormente introduzidos na Estratégia Nacional de Defesa (END).

O conjunto de projetos foram distribuídos entre os Departamentos da SEORI, da seguinte forma:

### **Departamento de Coordenação, Organização e Legislação**

- P1. Remuneração dos Militares das Forças Armadas;
- P2. Reestruturação da Escola Superior de Guerra (ESG) e Preparação de Estruturas Organizacionais Responsáveis pela Formulação, Difusão e Aperfeiçoamento do Pensamento Contemporâneo sobre Defesa Nacional.
- P3. Formação de Servidores em Ciências Atuariais.
- P4. Criação do Instituto Pandiá Calógeras
- P5. Estudo sobre a Estrutura Organizacional do Ministério da Defesa.
- P6. Formulação e Implementação da Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa.

## **Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças**

P7.Divulgação da Metodologia e Conceitos do PPA.

P8.Captação da Pré-Proposta Orçamentária para o Exercício 2014.

P9.Acompanhamento dos Grandes Projetos do Ministério da Defesa.

P10.Desenvolvimento de Mecanismos para Garantir Recursos para a Capacidade Operacional e Projetos Estratégicos das Forças Armadas.

## **Departamento de Administração Interna**

P1.Adequação de Espaços das Edificações da Administração Central do Ministério da Defesa.

P12.Separação dos Espaços dos Sistemas de Água Potável e de Energia Elétrica, adequando e Modernizando cada Sistema.

P13.Bibliotecas em Rede.

P14.Férias Web.

P15.Controle Informatizado da Gestão de Pagamento.

P16.Gerenciador de Capacitação.

Considerando a especificidade de alguns assuntos, alguns projetos foram destinados para a área de TI da Unidade, a saber:

## **Divisão de Tecnologia da Informação**

P17.Ambiente Físico Seguro de TI no MD.

P18.Sistema de Controle de Acesso no MD.

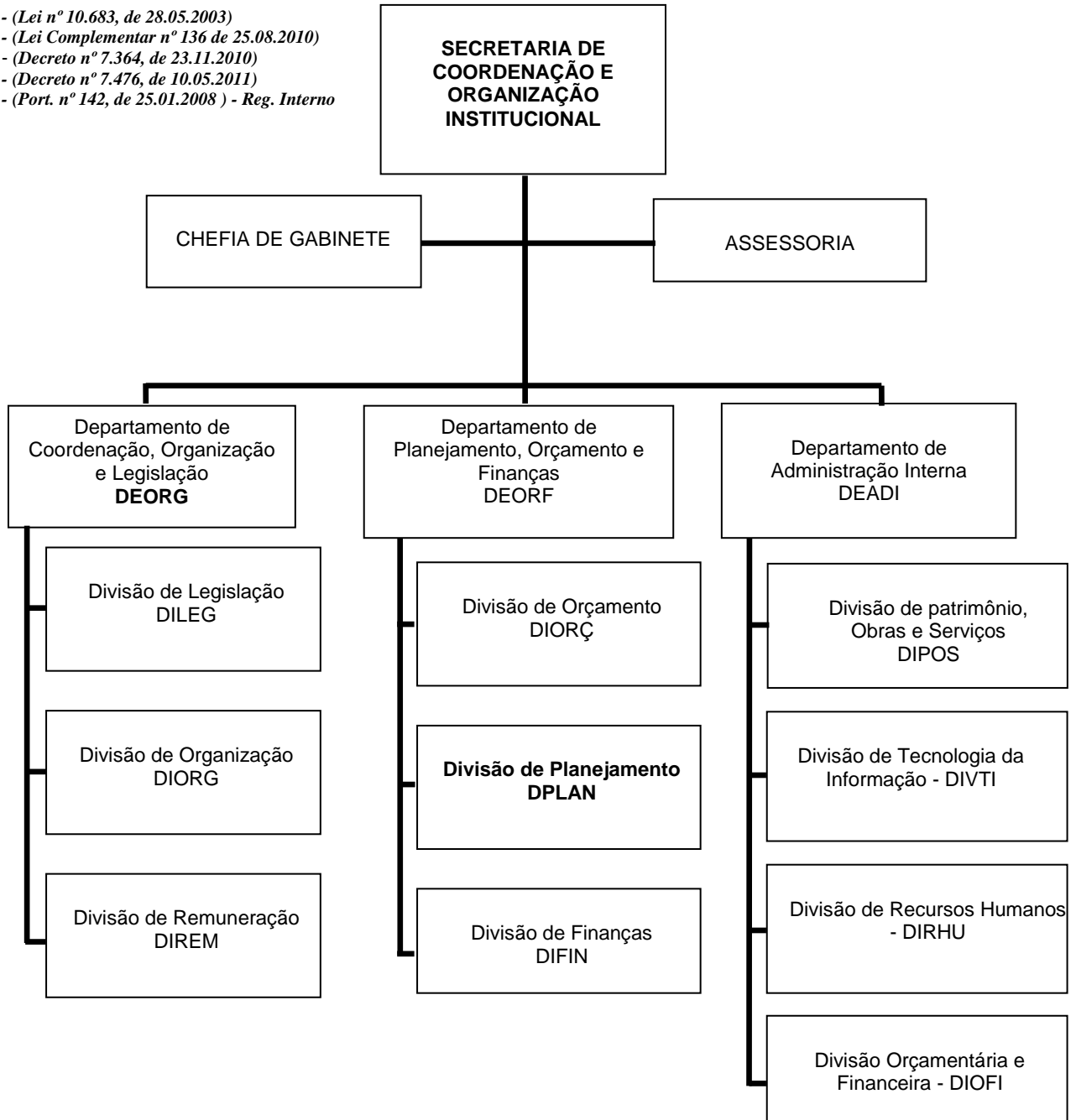
P19.Vídeo Conferência Executiva MD.

P20.Comunicações Seguras com Voz e Vídeo - VOIP.

P21.Redes sem Fio.

### 1.3 Organograma Funcional

- (Lei nº 10.683, de 28.05.2003)
- (Lei Complementar nº 136 de 25.08.2010)
- (Decreto nº 7.364, de 23.11.2010)
- (Decreto nº 7.476, de 10.05.2011)
- (Port. nº 142, de 25.01.2008) - Reg. Interno





Conforme previsto no Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, dispõe sobre a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, compete a SEORI, assessorar o Ministro de Estado da Defesa, elaborar diretrizes gerais e estratégicas; atualizar as estruturas organizacionais; formular políticas de remuneração dos militares; coordenar a elaboração conjunta da proposta orçamentária das Forças Armadas; consolidar o PPA e as propostas orçamentária; planejar a execução orçamentária, financeira e contábil; cuidar da gestão de pessoal, de material e serviços da administração central; exercer a função de órgão setorial; dentre outras previstas neste Decreto.

A estrutura organizacional da Secretaria está definida por um Gabinete e Assessoria, e pelos Departamentos de Coordenação, Organização e Legislação (DEORF); de Planejamento Orçamentário e Financeiro (DEORG); e Administração Interna (DEADI), com as competências de assessorar o Secretário, em especial na coordenação de ações e atividades das demais Secretarias do Ministério; analisar e propor atos normativos relacionados a estruturas organizacionais, legislação e remuneração dos militares das Forças Armadas; exercer, por delegação, as atividade de órgão setorial na estrutura do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal; consolidar a proposta orçamentária das Forças Armadas; analisar e propor a consolidação do PPA e da proposta orçamentária; coordenar e executar a gestão interna da administração central; desempenhar as funções de órgão de correição; planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas com a execução orçamentária e financeira da administração central e do programa calha norte; coordenar e executar a gestão da tecnologia da informação, dentre outras também previstas no citado Decreto.

#### **1.4 Macroprocessos Finalísticos**

Informamos que estamos caminhando na construção dos macroprocesso, mostrando a correspondência entre os diversos processos de gestão.

#### **1.5 Macroprocesso de Apoio**

Do mesmo modo dos macroprocesso, a Secretaria vem buscando implementar macroprocessos de apoio.

#### **1.6 Principais Parceiros**

Para a implementação da gestão da SEORI, não só no exercício de 2012, como em outros, contamos com bons parceiro internos e externos. Destacamos os seguintes:

Internos – Consultoria Jurídica e a Secretaria de Controle Interno;

Externos e em especial – a Casa Civil; Ministério do Planejamento; Ministério da Integração Nacional, Ministério da Fazenda, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; Ministério do Esporte; Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, e o Ministério de Relações Exteriores.

## SEÇÃO III

### DESENVOLVIMENTO – CONTEÚDO GERAL

#### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

O Departamento de Administração Interna – DEADI é a unidade do Ministério da Defesa, que tem as atribuições de coordenar e executar a gestão interna dos recursos orçamentários e financeiros destinados à administração central do Ministério da Defesa, no que tange ao patrimônio; às instalações; aos recursos humanos, orçamentários e financeiros; à informática; às comunicações; e ao transporte.

Com efeito, a maioria das informações da UJ serão prestadas pelo DEADI, começando pela parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.

Com relação às informações relacionadas ao item 4, ele tem que analisado conjuntamente com as informações prestadas pelo DEORF, disposto nos ANEXOS, no final do relatório da SEORI.

#### 2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

##### Contextos dos Trabalhos

A Portaria n.º 1.789/MD, de 24 de novembro de 2010, determinou estudar a criação de um sistema de planejamento estratégico para o Ministério da Defesa, de forma que ele acolhesse os atuais sistemas congêneres das Forças Armadas e estabelecesse cenários, diretrizes e prioridades da Defesa, a partir das quais cada Força deveria elaborar seus próprios planejamentos.

Por consequência, foi ativado, a partir de fevereiro de 2011, o GT SISPED, que elaborou a metodologia a ser aplicada no Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED), que foi aprovada pelo Ministro de Estado da Defesa Portaria Normativa n.º 3.962/MD, de 20 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n.º 244, Seção 1, página 23.

A atual etapa dos trabalhos compreende o desenvolvimento da fase Análise. Para tanto, foi ativado o Grupo de Trabalho SISPED/Análise (GT SISPED/Análise).

##### Medidas Administrativas

A Assessoria de Planejamento (ASPLAN), vinculada ao Gabinete do Ministro é a responsável pela coordenação dos trabalhos e editará os cenários e que serão apresentados ao Ministro da Defesa.

Suporte técnico e pedagógico voltados à capacitação dos integrantes do GT SISPED na aplicação da metodologia de construção de cenários, sob a Escola Superior de Guerra (ESG).

Anualmente e após entendimentos, elaborou-se um Plano de Ação com vistas ao planejamento da aplicação dos recursos financeiros destinados à Unidade Jurisdicionada com o propósito de atender às diversas demandas da administração central do Ministério.

O Plano de Ação é o documento resultante do planejamento das ações gerenciadas pelo Departamento.

No Plano de Ação de 2012 estão consolidadas as despesas de custeio e investimento as quais foram executadas no decorrer do exercício financeiro de 2012, objetivando o cumprimento das obrigações regimentais, observados os princípios da economicidade e efetividade.

## **2.1. Informações sobre o Planejamento Estratégico da UJ**

a) Período de abrangência do plano estratégico  
Exercício Financeiro de 2012.

b) Demonstração da vinculação do plano estratégico  
O plano estratégico da unidade tem como competência legal o Art. 24 do Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2011.

c) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual (PPA)  
O plano estratégico da unidade vincula-se ao (PPA) do Governo Federal, haja vista que os recursos orçamentários destinados ao Departamento de Administração Interna têm sua origem na Lei Orçamentária Anual.

Considerando que os recursos orçamentários destinados diretamente ao Departamento de Administração Interna são de natureza administrativa verifica-se que eles têm como objetivo o atendimento da vida vegetativa da administração central do Ministério da Defesa.

d) Objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico  
Considerando que o Departamento está inserido no contexto da Secretaria de Coordenação e Organização Institucional – SEORI e que a execução orçamentária e financeira dos recursos orçamentários e financeiros geridos tem no DEADI o braço operacional dessa execução, conclui-se que tal fato se constitui num dos produtos do planejamento da SEORI.

Informamos que o Departamento também realiza a execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desportos – SEPESD; da Secretaria de Produtos de Defesa – SEPROD e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA.

Executamos a Folha de Pagamento mensal da Escola Superior de Guerra -ESG, do Hospital das Forças Armadas - HFA, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, e do próprio Departamento de Administração Interna - DEADI.

e) Principais objetivos estratégicos:  
Os principais objetivos estratégicos estabelecidos para 2012 foram o atendimento de todas demandas da Administração Central do Ministério buscando o equilíbrio da equação: recursos disponíveis versus necessidades dos usuários.

f) Principais ações planejadas:  
Desenvolvimento de ações para preparar a Administração Central a fim de receber o novo contingente de pessoal, em função da expectativa de aprovação da nova estrutura.

Desenvolvimento de ações para preparar o Ministério a fim de receber novos recursos orçamentários e financeiros destinados à execução de contratos para a realização dos Jogos da Copa do Mundo de 2014 e Copa das Confederações em 2013.

## 2.2 Informações sobre as Estratégias para atingir os Objetivos Estratégicos

Através de reuniões constantes, ao longo do exercício, buscou-se atingir seus objetivos corrigindo os rumos e adequando a estratégia da Secretaria às mudanças naturais da Administração Central.

Dentre as mudanças ocorridas elencamos as seguintes:

- 1ª) a transferência da responsabilidade pela execução orçamentária e financeira dos recursos do Programa Calha Norte; e
  - 2ª) o contingenciamento estabelecido pelo Governo Federal.
- a) Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas;  
Em relação a este item há de se considerar dois aspectos: 1º) o contingenciamento estabelecido pelo governo federal, conforme Decreto nº 7.680, de 17/02/2012, que exigiu da administração o estabelecimento de novas prioridades no sentido de adequar as necessidades com a disponibilidade dos recursos disponíveis; 2º) a demanda de pessoal qualificado para a iniciativa privada, sobretudo na área de licitações e Contratos, tem causado preocupação, haja vista que a demanda de pregões distribuídos por pregoeiro é de 15,5 pregões por pregoeiro.
  - b) Revisão de macroprocessos internos da unidade, caso tenha sido necessária;  
A rigor inexistente a figura de macroprocessos internos da Unidade, haja vista que a SEORI, no contexto da estrutura organizacional da administração central, está mais focada nas ações de natureza operacional do que de natureza estratégica.
  - c) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, etc., caso tenham sido necessárias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos;  
A demanda de pessoal qualificado para o setor privado tem exigido a mobilização de recursos a fim de minimizar tal carência. Nesse propósito vem fomentando o treinamento de pessoal, priorizando as áreas mais sensíveis.
  - d) Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados;  
Registramos constantemente na intranet da administração central as ações e instruções a fim de manter o público interno informado quanto às atividades em andamento. Além disso, o público interno recebe uma resenha contendo as principais notícias veiculadas no noticiário nacional, produzida pela Assessoria de Comunicação Social.

## 2.3 Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações

- a) Resultado das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas;  
O resultado das ações planejadas foi o atingimento da grande maioria das metas estabelecidas no Plano de Ação da Secretaria, haja vista que a UJ, além de atender as demandas da própria SEORI atendeu também — por intermédio do DEADI, unidade executora —, todas as demandas das demais Secretarias e/ou Setores da administração Central do Ministério da Defesa.  
Acrescente-se que tais ações foram executadas na medida em que as demandas foram requeridas.
- b) Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas, se for o caso;  
Conforme informado, anteriormente, as ações planejadas foram executadas.
- c) Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da Unidade.

Os Impactos das ações realizadas, em 2012, motivaram na busca constante do aperfeiçoamento da gestão dos recursos recebidos, permitindo o atendimento das demandas dos usuários da Administração Central.

## **2.4. Informações sobre Indicadores**

O Tribunal de Contas da União (TCU), por intermédio do Acórdão nº 253/2008-TCU- 2ª Câmara, de 26 de fevereiro de 2008, determinou às Secretarias do Ministério da Defesa e ao Estado-Maior de Defesa a adoção de indicadores de desempenho da gestão dos programas e atividades referentes às respectivas áreas de atuação.

A Decisão Normativa TCU nº 94, de 03 de dezembro de 2008, deu ciência às Unidades Gestoras quanto à obrigação de estabelecerem indicadores ou parâmetros utilizados para avaliar o desempenho da sua gestão institucional, com detalhamento (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou Efetividade), aplicados na gestão dos recursos recebidos.

Considerando essa argumentação definiu-se 9 (nove) indicadores de desempenho institucional objetivando, com sua aplicação, contribuir para o contínuo aprimoramento da gestão dos recursos recebidos pela administração central do Ministério da Defesa.

Depreende-se dessas avaliações que as metas institucionais foram alcançadas, mediante o pleno aproveitamento e aplicação dos recursos orçamentários e financeiros sob a responsabilidade da Secretaria.

Nesse mister, destaca-se o Indicador de Eficiência, onde os índices registrados pelo setor financeiro apresentam média de 100,00% e 79,37%.

No que tange o Indicador de Eficácia observa-se os melhores resultados na área de capacitação de recursos humanos, com a média de 116%, e na prestação de serviços de transporte com média de 99,88%.

Em relação ao Indicador de Efetividade - que representa, de modo objetivo, o nível de satisfação geral dos serviços prestados -, atingimos o percentual de 94,24% (satisfatório).

### **Lista dos Indicadores**

#### **1. Indicadores de Eficiência**

- 1.1. Índice de Aplicação dos Recursos, por Programa Orçamentário – IARP
- 1.2. Índice de aplicação dos recursos, por Ação Orçamentária – IARA

#### **2. Indicadores de Eficácia**

- 2.1. Índice de Abastecimento de Materiais e Equipamentos – IAME
- 2.2. Índice de Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação – ISTIC
- 2.3. Índice de Satisfação do Serviço de Alimentação – ISA
- 2.4. Índice de Prestação de Serviços de Engenharia e Manutenção – ISENG
- 2.5. Índice de Capacitação de Recursos Humanos – ICRH
- 2.6. Índice de Prestação de Serviços de Transporte – ISTR 1

#### **3. Indicadores de Efetividade**

- 3.1. Índice de Efetividade do Departamento de Administração Interna - IE-DEADI

### **Indicadores de Eficiência, Eficácia e Efetividade**

#### **1. Indicadores de Eficiência**

- 1.1. Índice de Aplicação dos Recursos, por Programa Orçamentário - IARP.

Consiste em avaliar o nível de aplicação dos recursos destinados ao Departamento no Programa Orçamentário 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Aplicação de recursos
Identificador de: Eficiência	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos do DEADI, por Programa Orçamentário.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IARP
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos do Programa sob a responsabilidade do DEADI.
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Coordenação e Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Coordenadores de Ação
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99% - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Fórmula de Obtenção: (Unidades' de medida correlacionadas)	$IARP = (\text{Montante de recursos empenhados por Programa no exercício} / \text{Recursos Autorizados por Programa}) * 100.$
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	DIOFI - SIAFI Gerencial.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do Departamento de Administração Interna (DEADI).

Resultados da avaliação no período:

Programa	Recursos Recebidos	Recursos Empenhados/ Liquidados	IARP (%)
2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	39.732.249	31.538.447	79,37
		IARP (%)	79,37%

1.2. Índice de aplicação dos recursos, por Ação Orçamentária - IARA.

Consiste em avaliar o nível de aplicação de recursos executados pela SEORI, por intermédio do pelo Departamento de Administração Interna, por Ação Orçamentária.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Aplicação de recursos (Todas as Ações).
Identificador de: Eficiência	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos, por Ação Orçamentária.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IARA.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos destinados a cada setor do DEADI, por Ação Orçamentária.
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Coordenação e Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Coordenadores de Ação
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será aplicado)	Quadrimestral, juntamente com o Relatório Departamental - RQD
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas).	$IARA = (\text{Montante de recursos empenhados por Ação no período} / \text{Recursos Autorizados por Ação, no período}) * 100.$
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.

Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	DIOFI SIAFI Gerencial.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Quadrimestral com consolidação anual
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do Departamento de Administração Interna (DEADI).

### Resultados da avaliação no período:

Ação	Recursos Recebidos	Recursos Empenhados	IARA (%)
2000 – Administração da Unidade	31.102.996	31.102.996	100,00
4572 – Capacitação de Servidores	149.864	149.864	100,00
2004 – Assistência Médica	5.017.706	5.017.706	100,00
2010 – Assistência Pré-Escolar	41.494	41.494	100,00
2011 – Auxílio Transporte	254.187	254.187	100,00
2012 – Auxílio Alimentação	1.708.279	1.708.279	100,00
2864 – Alimentação de Pessoal	1.429.984	1.429.984	100,00
		IARA (%)	100,00%

## 2. Indicadores de Eficácia

### 2.1. Índice de Abastecimento de Materiais e Equipamentos – IAME

Visa avaliar o nível de atendimento das necessidades de materiais permanente e materiais de consumo destinados ao funcionamento da administração central do MD.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Abastecimento de Materiais permanente e de consumo
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAME
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Coordenação e Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$IAME = (\text{total de pedidos atendidos} / \text{total de pedidos autorizados}) * 100.$
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS e Pedidos de Aquisição de Materiais (considerar os itens aprovados)
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	DIPOS e DIOFI
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

Resultado da avaliação no período:

ITEM	Pedidos aprovados	Pedidos atendidos	IAME (%)
Equipamentos	1.747	1.300	74,41
Materiais	4.517	4.407	97,56
IAME (%)			85,98%

## 2.2. Índice de Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação - ISTIC.

Tem por objetivo avaliar os principais serviços executados na área de informática e de telecomunicações.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 2000).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ISTIC
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Coordenação e Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$ISTIC = (\text{Total de serviços prestados} / \text{total de pedidos autorizados}) * 100.$
Avaliação	Acima de 95% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	DIVTI
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

Resultado da avaliação no período:

Tipo de serviço	Serviço executado	Pedido autorizado	ISTIC (%)
Informática	8093	8102	99,88
Comunicações	1064	1064	100,00
ISTIC (%)			99,94%

## 2.3. Índice de Satisfação do Serviço de Alimentação - ISA

Consiste em avaliar o nível de satisfação dos usuários dos refeitórios da administração central.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Satisfação do Serviço de Alimentação
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ISA
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Coordenação e Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$ISA = (\text{pesquisa de opinião aplicada por, no mínimo, 10 dias consecutivos}).$
Avaliação	Acima de 90 % (ótimo e bom) - excelente



	80% a 89,99% (ótimo e bom) - muito bom 70% a 79,99% (ótimo e bom) - bom 50% a 69,99% (ótimo e bom) - regular Abaixo de 49,99% (ótimo e bom) - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Pesquisa de opinião aplicada por, no mínimo, 10 dias consecutivos junto aos usuários dos refeitórios da ACMD.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	COSER/DIPOS
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

Resultado da avaliação no período:

Item	ISA (%)
Refeitório do 2º andar	88,53
Refeitório do Subsolo	86,57
ISA (excelente, muito bom, bom ou regular)	87,55%

## 2.4. Índice de Prestação de Serviços de Engenharia e Manutenção - ISENG.

Consiste em avaliar os principais serviços executados na área de engenharia e manutenção.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Prestação de Serviços de Engenharia e Manutenção.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ISENG
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Coordenação e Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$ISENG = (\text{Total de serviços prestados} / \text{total de pedidos autorizados}) * 100.$
Avaliação	Acima de 95% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Ordens-de-serviço e processos para contratação de serviços
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	COEMA/DIPOS
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

Resultado da avaliação no período:

Tipo de serviço	Serviço executado	Pedido autorizado	ISENG (%)
Engenharia e manutenção MD	2.183	2.774	78,68
Engenharia e Manutenção PNR	163	168	97,02
		ISENG (%)	87,85%

## 2.5. Índice de Capacitação de Recursos Humanos - ICRH.

Visa avaliar a execução da capacitação, incluindo treinamentos, cursos e seminários para servidores e militares na administração central do MD.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Capacitação de Recursos Humanos (todas as Ações que possuem atividades de capacitação).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Capacitação Realizada.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ICRH.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da capacitação de servidores e militares. Inclui a realização/participação em treinamentos, cursos e seminários.
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Coordenação e Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$ICRH = (\text{Número de servidores capacitados} / \text{Número de servidores previstos para capacitação}) * 100.$
Avaliação	Acima de 95% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do Plano de Capacitação
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Coordenador de Desenvolvimento de Recursos Humanos/DIRHU
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

Resultado da avaliação no período:

Item	Capacitação Prevista (quantidade de servidores previstos para capacitação)	Capacitação Realizada (número de servidores capacitados)	ICRH (%)
Capacitação	330	416	126,06
		ICRH (%)	126,06%

## 2.6. Índice de Prestação de Serviços de Transporte - ISTR.

Consiste em avaliar nível de atendimento dos pedidos de apoio de transporte na administração central do MD.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 2000).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Prestação de Serviços de Transporte
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ISTR
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Coordenação e Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$ISTR = (\text{Total de saídas de viaturas} / \text{total de pedidos autorizados}) * 100.$
Avaliação	Acima de 95% - excelente

	80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Fichas de saída de veículo, contendo o satisfeito dos usuários
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	COSER/DIPOS
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

#### Resultados da avaliação no período:

Tipo de serviço	Serviço executado	Pedido autorizado	ISTR (%)
Rotina	4.484	4.484	100%
Eventual	650	650	100%
ISTR (%)			100%

### 3. Indicador de Efetividade

#### 3.1. Índice de Efetividade - IE.

É a média ponderada dos diversos índices apurados no exercício e tem como objetivo oferecer uma síntese das avaliações da gestão.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Gestão global do DEADI.
Identificador de: Efetividade	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Efetividade do DEADI.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IE-DEADI
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de cumprimento da atribuição institucional do DEADI
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Coordenação e Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$IE-DEADI = \frac{IARP(*3) + IARA(*3) + IAME(*2) + ISTIC(*2) + ISA(*2) + ISENG(*2) + ICRH + ITR}{16}$
Avaliação	70% a 100% - satisfatório. Abaixo de 70% - insatisfatório.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Indicadores de eficácia do DEADI.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Gerências do DEADI
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
Área responsável pelo cálculo / medição	Assessoria do DEADI

#### Resultado da avaliação no período:

Índice	Valor	Peso	Pontuação	IE DEADI(%)
IARP	79,37	3	238,11	92,30%
IARA	100,00	3	300,00	
IAME	85,98	2	171,96	
ISTIC	99,94	2	199,88	
ISA	87,55	2	175,10	
ISENG	87,85	2	175,70	
ICRH	126,06	1	126,06	
ISTR	100,00	1	100,00	

<b>IE-DEADI= Somatório/16</b>	1.476,95	
-------------------------------	----------	--

### 3. Estruturas de Governanças e de Autocontrole da Gestão

(PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012)

#### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
<p>Análise Crítica: Considerando os questionamentos deste quadro verifica-se a importância que se dá ao relacionamento entre os setores da UJ, fomentando o atingimento de uma maior interação entre seus integrantes, com o propósito da melhoria da execução dos processos, dando ênfase na base legal. Em suma: o que se deseja é adquirir bens e/ou contratação de serviços estabelecendo: 1º) a responsabilidade de quem pede; 2º) atentando para que o que foi pedido do material ou a contratação do serviço, realmente seja aplicado; 3º) observando que tudo isso ocorra com base na legislação aplicável.</p> <p>Com isso se pretende minorar, consideravelmente, a longo ou a médio prazo, a inscrição de empenhos em Restos a Pagar.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

### 3.4. Informações sobre a Estrutura e Atividades do Sistema de Correição

As atividades atinentes à correição são levadas a efeito pelo Departamento de Administração Interna, tendo por base o disposto no inciso IV do art. 24 do Anexo I do Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, que preconiza ser de sua competência “desempenhar, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e respeitadas as competências dos Comandantes das Forças Armadas, as funções de órgão de correição, conduzindo as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares.” Para tanto, conta com uma Assessoria que orienta os trabalhos dos sindicantes e comissões designadas, bem como auxilia o Diretor na tomada de decisões. No caso de servidores militares, os processos disciplinares são desenvolvidos no âmbito do Departamento, porém, a aplicação de penalidades, se for o caso, é de competência dos comandantes militares. No ano de 2012 foram realizadas 19 (dezenove) sindicâncias e 1 (um) processo administrativo disciplinar.

### 3.5. Cumprimento pela Instância de Correição

Os procedimentos referentes ao cadastramento dos processos realizados no âmbito do Ministério estão em fase de implantação, motivo pelo qual a UJ atualmente não satisfaz, em sua plenitude, o previsto na referida Portaria.

### 4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

(PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II, DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012)

#### QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
109.398.511,00	114.418.362,00	30.313.127,90	23.386.339,37	1.958.220,91	4.968.557,41	25.344.560,28
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	*	**	33.333.000,00	29.647.877,62	33.333.000,00	26.172.874,88

#### Análise crítica

\*A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meios necessárias à gestão e administração da unidade.

\*\* A ação não possui produto, razão pela qual não integra o grupo de ações, do programa 2108, no SIOP.

Do total da dotação orçamentária aprovada para o Ministério da Defesa, somente foi disponibilizado para realização no DEADI, R\$ 33.333.000,00 (trinta e três milhões, trezentos e trinta e três mil reais), que foi executado da seguinte forma:

R\$ 29.647.877,62 (vinte e nove milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e dois centavos), até 31 de dezembro de 2012;

R\$ 3.475.002,74 (três milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, dois reais e setenta e quatro centavos), inscritos em restos a pagar. Tendo sido executado, desse montante, até o momento R\$ 319.366,49 (trezentos e dezenove mil, trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos).

O valor de R\$ 81.085.362,00 (oitenta e um milhões, oitenta e cinco mil e trezentos e sessenta e dois reais), foi disponibilizado, pela Setorial Contábil deste Ministério, para outras Unidades Orçamentárias da Administração Pública Federal.

#### QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		20CW				
Descrição		Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos (Atividade)				
Unidade Responsável		Departamento de Administração Interna				
Unidade Orçamentária		Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
187.740,00	187.740,00	27.740,00	3.123,32	0,00	24.616,68	3.123,32
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Promover a realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.	Unidade	1.043	141	187.740,00	3.123,32

#### Análise crítica

##### Cumprimento das metas:

Trata-se de recurso destinado à assistência obrigatória a ser prestada pela União aos servidores públicos.

##### Eventuais problemas de execução:

O efetivo de servidores, em exercício, na Administração Central do Ministério da Defesa é da ordem de 439. Desse total, 294 foram convocados para fazer os exames periódicos, pois durante o ano de 2012, os periódicos foram somente para os servidores com idade igual ou superior a 45 anos. Ocorre que em função do grande número de pedido de exoneração de parte do quadro funcional do HFA, não foi possível atender os 294 convocados. De modo, somente 141 servidores conseguiram concluir os exames médicos periciais.

##### Superações significativas das metas estabelecidas:

A despeito da ocorrência supracitada, a UJ de modo satisfatório, atendeu as demandas que lhe foram estabelecidas.

Restos a pagar:

Vale registrar que foi inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 24.616,68 (vinte e quatro mil, seiscentos e dezesseis reais e sessenta e oito centavos), para pagamento de possíveis faturas a serem enviadas pelo Hospital das Forças Armadas, referentes aos exames periciais realizados pelos servidores.

#### QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2004					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (ATIVIDADE)					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.280.000,00	5.180.000,00	*	5.017.706,02	*	*	5.017.706,02
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conceder, em caráter suplementar, benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, excluindo-se o pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.	Unidade	4.632	4.632	5.280.000,00	5.017.706,02

Análise crítica

Cumprimento das metas:

Trata-se de serviço prestado diretamente pelo órgão. O recurso destina-se atender os servidores da administração central do Ministério, do Hospital das Forças Armadas, da Escola Superior de Guerra e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, de seus dependentes e pensionistas. Acrescente-se que os recursos desta ação são centralizados na UO: 52101.

Eventuais problemas de execução:

Não houve problemas na execução desta ação, em 2012.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Considerando que a atividade prevista para esta ação foi totalmente realizada não há superação significativa das metas registradas para esta ação.



Restos a pagar:

\*Não há resto a pagar

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2010					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (ATIVIDADE)					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
46.800,00	41.800,00	*	41.493,80	*	*	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conceder o benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.	Unidade	41	42	46.800,00	41.493,80

Análise crítica:

Cumprimento das metas:

O recurso desta ação custeia o pagamento da assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores, pertencentes à administração central do MD, à Escola Superior de Guerra e ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, cuja faixa etária esteja compreendida entre 0 e 5 anos, em função de pertencer à UO: 52101.

Eventuais problemas de execução:

A discrepância entre a execução da meta física e da meta financeira realizada, ocorreu em função da dedução do valor da participação do servidor, ou seja, do valor per capita, atualmente de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais), para a localidade DF, é deduzido da cota-parte de participação do servidor – executando apenas o valor líquido. Assim, o percentual de execução da meta financeira sempre ficará abaixo do percentual de execução da meta física, cuja demonstração pode ser comprovada no demonstrativo acima.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Considerando o incremento de apenas uma unidade na meta física, tal fato pode ser considerado como irrelevante para esta ação.

Restos a pagar:

\*Não há resto a pagar.

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	2011
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados (ATIVIDADE)
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
360.000,00	254.187,18	*	254.187,18	*	*	254.187,18
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Promover o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.	Unidade	195	209	360.000,00	254.187,18

Análise crítica:

Cumprimento das metas:

Trata-se de recurso destinado ao custeio parcial das despesas com auxílio-transporte realizada pelos servidores pertencentes à Administração Central do MD, à Escola Superior de Guerra e ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, por pertencer à UO: 52101.

Eventuais problemas de execução:

A baixa execução da meta financeira foi decorrente da aplicação de critérios nas concessões desse benefício e a consequente realização de recadastramento, objetivando diminuir os custos com a referida despesa. (efetuado pela Administração Central do MD).

Superações significativas das metas estabelecidas:

Registro que, quando da elaboração da pré-proposta orçamentária de 2012, a meta física informada foi de 240 servidores atendidos/mês. No entanto, na LOA o número de servidores beneficiados foi de 195, ocasionando um excesso no percentual de execução da meta física.

Restos a pagar:

\*Não há resto a pagar.

#### QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2012					
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados (ATIVIDADE)					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.440.000,00	1.708.279,45	1.137.656,69	1.140.217,46	20.359,16	547.702,83.	1.140.217,46
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física	Meta Financeira		

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.	Unidade	395	411	1.440.000,00	1.708.279,45

Análise crítica:

Cumprimento das metas:

Os recursos dessa ação são destinados para duas vertentes. Parte deles para o custeio da folha de pagamento e outra para aquisição de gêneros.

Dessa forma, parte do recurso se destina ao pagamento em pecúnia na folha de pagamento e outra parte é destinada à aquisição de gêneros alimentícios, para atender as demandas do pessoal da Administração Central.

Eventuais problemas de execução:

Os servidores da Administração Central do MD e da Escola Superior de Guerra somente recebem em pecúnia quando do usufruto de férias, licenças ou afastamentos previstos na Lei 8.112, de 1990 e nos caso de restrição alimentar. Todos os servidores do CENSIPAM recebem em pecúnia. Esse fato representa preocupação do Gestor, haja vista que, a disponibilidade de recursos nem sempre estão na medida das necessidades, exigindo maior atenção na execução.

Além disso, há de se considerar o fato da Administração Central do Ministério da Defesa, ao longo de 2012, atendeu a várias demandas de fornecimento de alimentação para equipes que vieram de outras organizações militares para participarem de reuniões na Sede da Defesa.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Considerando o acima exposto podemos atribuir que a superação da metas ocorreu em função da demanda provocada pelas reuniões com servidores e militares de outros organizações do Distrito Federal.

Restos a pagar:

O valor inscrito em restos a pagar decorre em grande parte do volume de empenhos emitidos no final de 2011, em função da homologação de processos licitatórios para aquisição de gêneros.

No que se refere ao valor inscrito em restos a pagar processados decorre do fato da entrega de gêneros no final de 2011, sem a contrapartida do pagamento, em virtude da inviabilidade gerada pelo encerramento do exercício financeiro.

#### QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Atividade)					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000,00	149.863,63	149.863,63	149.863,63	*	*	149.863,63
Metas do Exercício Para a Ação						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Promover a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.	Unidade	200	328	300.000,00	149.863,63

Análise crítica:

Cumprimento das metas:

As metas atingidas nesta ação superaram as expectativas, haja vista o contingenciamento de 50% dos recursos previstos superada por medidas práticas na gestão da escassez dos recursos disponíveis.

Eventuais problemas de execução:

A Dotação Orçamentária para a Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, de 2012, foi de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). No entanto, foi contingenciada em 50%, tendo sido disponibilizado para capacitação dos servidores apenas R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Superações significativas das metas estabelecidas:

Embora tenha havido uma considerável redução (contingenciamento) dos recursos disponibilizados para esta Ação (50%), a Administração Central do Ministério da Defesa, através de medidas práticas, a fim de conciliar a insuficiência de recursos com a elevada demanda em treinamento, obteve êxito na contratação de capacitações "in company" nas quais foram treinados diversos servidores, resultando no alcance verificado na meta física demonstrada acima.

Restos a pagar:

\*Não há resto a pagar.

#### QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	09HB					
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (Operação Especial)					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.119.995,00	1.954.262,92	*	1.954.262,92	*	*	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Promover o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	-	-	-	2.119.995,00	1.954.262,92

Análise crítica:

Cumprimento das metas:

Esta ação trata apenas da contabilização do referido benefício em conta específica de cada beneficiado e compreende valores depositado na Folha de Pagamento da Administração Central, da Escola Superior de Guerra e do Centro-Gestor Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

São contabilizadas com os recursos desta ação, as obrigações patronais (União), destinadas ao Regime Próprio do Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos Federais.

Eventuais problemas de execução:

Não houve problema na execução em 2012.

Superações significativas das metas estabelecidas:

A ação foi executada conforme planejada.

Restos a pagar:

\*Não há resto a pagar.

#### QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	0089					
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis (Operações Especiais)					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.796.157,00	11.711.758,60	*	11.711.758,60	*	*	11.711.758,60
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Prover o pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou de seus pensionistas.	Unidade	-	-	10.796.157,00	11.711.758,60

Análise crítica:

Cumprimento das metas:

Trata-se de ação cujos recursos custeiam o pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores da Administração Central do MD e da Escola Superior de Guerra, posto que, pertencem à Unidade Orçamentária 52101. É uma Ação não integrante do SIOP e portanto, não possui produto.

Eventuais problemas de execução:

Não houve problemas de execução da ação.

A ação foi suplementada em R\$ 1.100.000,00, conforme Decreto S/N, de 17/10/12

A necessidade de suplementação do recurso inicialmente aprovado ocorreu em virtude do reajuste da gratificação de desempenho dos servidores, concedido pela conforme Medida Provisória nº 568, de 11/05/2012, cuja vigência teve início em 1º/07/2012.

Superações significativas das metas estabelecidas:

A ação foi executada conforme planejada.

Restos a pagar:

\*Não há resto a pagar.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA  
DESPESA

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Defesa	52101	110404

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente	UG Receptora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna Recebida	110407	110404	27811203520D80001			87.845,16
	110407	110404	27811203520JN0001			1.066.801,09
	110407	110404	05121205520T40001			184.975,83
	110407	110404	05122210809HB0001	1.954.262,92		
	110407	110404	05122210820000001			25.853.082,79
	110407	110404	05122210820T50001			290.587,96
	110407	110404	05122210820TP0001	43.974.293,21		
	110407	110404	05126205814890001			124.549,94
	110407	110404	05126205851360001			28.025,05
	110407	110404	05126205865150001			175.886,78
	110407	110404	05128210820550001			8.192,00
	110407	110404	05128210845720001			149.863,63
	110407	110404	0515320552B280001			226.057,08
	110407	110404	05153205842290001			1.501.224,88
	110407	110404	05153205844270001			42.502,74
	110407	110404	05153205864990001			52.551,80
	110407	110404	05183210828660001			31.400,90
	110407	110404	05211138314M20101			82.100,45
	110407	110404	0521220572C060001			639.063,64
	110407	110404	0521220582D550001			1.825.335,45
	110407	110404	05243205820IG0001			1.323.207,33
	110407	110404	05244205824390010			224.274,49
	110407	110404	05301210820040001			5.017.706,02
	110407	110404	05301210820CW0001			27.740,00
	110407	110404	05306210820120001			1.708.279,45
	110407	110404	05306210828640001			1.429.983,77
	110407	110404	05331210820110001			254.187,18
	110407	110404	05333205865570001			99.976,35
	110407	110404	05365210820100001			41.493,80
	110407	110404	05366205884250001			1.662.082,62
	110407	110404	05722205823850001			12.133.641,62
	110407	110404	05722205842220001			1.548.045,50
110407	110404	05722205851320001			5.892,75	
110407	110404	05722205851340001			52.563,83	

	110407	110404	09272008901810001	11.711.758,60		
	111515	110404	05122210820000001			1.416.602,37
	112408	110404	05122210809HB0001	15.484.173,12		
	112408	110404	05122210820000001			352.953,36
	112408	110404	05122210820TP0001	93.392.030,45		
	112408	110404	05302210825280001			1.616.907,79
	112408	110404	05306210820120001			1.067.526,77
	112408	110404	05331210820110001			1.352.437,32
	112408	110404	05365210820100001			322.534,50
	112408	110404	09272008901810001	19.674.194,66		
	113413	110404	05122205828720001			164.879,22
				<b>186.190.712,96</b>		<b>64.192.963,21</b>
Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente	UG Receptora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna Recebida	110407	110404	05122210820000001	524.9912,72		
	110407	110404	05183210828660001	32.974,26		
	110407	110404	05211138314M20101	9.897.880,89		
	110407	110404	05366205884250001	2.500,00		
	111515	110404	05122210820000001	4.879,00		
				<b>15.188.146,87</b>		

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.2.4.1 EXECUÇÃO DA DESPESA COM CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

##### QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>25.168.532,94</b>	<b>31.896.800,16</b>	<b>17.720.676,09</b>	<b>24.092.912,57</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	
b) Tomada de Preços	0,00	142.656,00	0,00	142.395,72
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	25.168.532,94	31.754.144,16	17.720.676,09	23.950.516,85
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>5.768.204,99</b>	<b>19.015.012,34</b>	<b>5.048.393,14</b>	<b>16.834.832,91</b>
g) Dispensa	2.594.655,45	5.401.184,42	2.423.523,70	4.475.123,58
h) Inexigibilidade	3.173.549,54	13.613.827,92	2.624.869,44	12.359.709,33
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>136.871,75</b>	<b>236.098,91</b>	<b>136.871,75</b>	<b>236.098,91</b>
i) Suprimento de Fundos	136.871,75	273.796,46	136.871,75	270.318,94
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>201.894.983,55</b>	<b>190.843.839,55</b>	<b>201.894.983,55</b>	<b>180.959.382,29</b>
j) Pagamento em Folha	195.705.067,49	186.084.615,95	195.705.067,49	176.200.158,69
k) Diárias	6.189.916,06	4.759.223,60	6.189.916,06	4.759.223,60
<b>5. Outros</b>	<b>2.810.415,14</b>	<b>127.869.335,26</b>	<b>2.808.898,25</b>	<b>6.225.728,38</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>235.779.008,37</b>	<b>369.861.086,22</b>	<b>227.609.822,78</b>	<b>228.348.955,06</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

##### QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES
--------------------

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
Nome 1º elemento de despesa	29.125.744,22	30.021.287,69	29.125.744,22	30.021.287,69	0	0	29.125.744,22	30.021.287,69
2º elemento de despesa	8.380.825,46	7.733.844,18	8.380.825,46	7.733.844,18	0	0	8.380.825,46	7.733.844,18
3º elemento de despesa	6.481.512,77	7.689.535,28	6.481.512,77	7.689.535,28	0	0	6.481.512,77	7.689.535,28
Demais elementos do grupo	12.334.962,57	12.670.336,59	12.334.962,57	12.670.336,59	0	0	12.334.962,57	12.670.336,59
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
1º elemento de despesa	19.614.878,58	33.802.660,83	16.452.551,38	30.126.733,04	0	898.176,69	16.452.551,38	30.126.733,04
2º elemento de despesa	5.331.906,23	8.152.339,48	5.331.906,23	5.170.278,69	0	2.091.275,36	5.331.906,23	5.165.645,21
3º elemento de despesa	2.392.877,11	5.456.318,96	2.265.083,89	5.456.318,96	0	0	2.265.083,89	5.456.318,96
Demais elementos do grupo	7.114.934,72	11.941.893,31	5.490.010,35	11.123.642,74	2.416.269,85	8.302,70	5.490.010,35	11.123.642,74
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4. Investimentos</b>								
1º elemento de despesa	5.108.138,74	112.560.377,52	1.995.771,92	0	463.877,27	112.560.377,52	1.995.771,92	0
2º elemento de despesa	131.524,00	10.805.481,53	0	1.379.059,30	2.119.479,04	9.426.422,23	0	1.379.059,30
3º elemento de despesa	10.249,98	2.366.232,64	0	246.753,60	44.000,00	2.119.479,04	0	246.753,60
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.2.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>498.465,30</b>	<b>583.113,78</b>	<b>136.780,67</b>	<b>228.160,71</b>
l) Convite		0,00		0,00
m) Tomada de Preços		26.560,00		26.560,00
n) Concorrência		0,00		0,00
o) Pregão	498.465,30	556.553,78	136.780,67	201.600,71



p) Concurso		0,00		0,00
q) Consulta		0,00		0,00
<b>8. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>27.071,98</b>	<b>56.480,44</b>	<b>26.112,27</b>	<b>46.999,20</b>
r) Dispensa	27.071,98	56.480,44	26.112,27	46.999,20
s) Inexigibilidade				
<b>9. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
t) Suprimento de Fundos				
<b>10. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>0,00</b>	<b>48.288,63</b>	<b>0,00</b>	<b>48.288,63</b>
u) Pagamento em Folha				
v) Diárias		48.288,63		48.288,63
<b>11. Outros</b>	<b>895.944,09</b>	<b>565.251,64</b>	<b>860.190,34</b>	<b>565.251,64</b>
<b>12. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.421.481,37</b>	<b>1.253.134,49</b>	<b>1.023.083,28</b>	<b>888.700,18</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$  
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
Nome 1º elemento de despesa	88.569.528,87	82.086.488,89	88.569.528,87	82.086.488,89	0	0	88.569.528,87	82.086.488,89
2º elemento de despesa	19.855.557,80	18.032.786,73	19.855.557,80	18.032.786,73	0	0	19.855.557,80	18.032.786,73
3º elemento de despesa	17.122.521,18	15.640.843,95	17.122.521,18	15.640.843,95	0	0	17.122.521,18	15.640.843,95
Demais elementos do grupo	3.002.790,35	2.313.892,94	3.002.790,35	2.313.892,94	0	0	3.002.790,35	2.313.892,94
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
1º elemento de despesa	1.969.861,15	1.292.636,67	1.969.861,15	1.292.636,67	0	0	1.969.861,15	1.292.636,67
2º elemento de despesa	1.370.362,78	1.191.633,91	971.964,69	1.191.633,91	331.128,82	0	971.964,69	1.191.633,91
3º elemento de despesa	1.352.437,32	1.033.193,35	1.352.437,32	1.033.193,35	0	0	1.352.437,32	1.033.193,35
Demais elementos do grupo	2.755.826,33	1.476.909,79	2.744.873,89	1.120.925,76	332.228,82	259.709,20	2.744.873,89	1.120.925,76
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4 – Investimentos</b>								
1º elemento de despesa	4.879,00	31.712,82	4.879,00	23.262,54	460,28	0	4.879,00	23.262,54
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

Observação: A UJ não executa despesas dos grupos 2; 5 e 6.

Análise crítica:

Alterações significativas ocorridas no exercício:

a) Despesas do grupo 1.

No ano de 2012 houve um acréscimo da despesa na Folha de Pagamento em função do aumento no pagamento de pensões e aposentadorias, bem como no acréscimo de pessoal na Folha do Hospital das Forças Armadas - HFA.

Cabe esclarecer que o DEADI executa a Folha de Pagamento da Escola Superior de Guerra - ESG, do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, do Hospital das Forças Armadas - HFA e do pessoal da Administração Central do Ministério da Defesa (DEADI).

b) Despesas do grupo 3.

O incremento da despesa com diárias decorreu do aumento de limite, autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, para prover necessidades apresentadas pelo Ministério da Defesa com a finalidade de atender o aumento das missões deste Ministério, decorrentes de sua reestruturação e da participação deste Ministério na preparação e organização de grandes eventos. V Jogos Mundiais e Rio +20. Além disso, há de se considerar para aumento de gastos, o aporte de crédito extraordinário, o qual não ficou sujeito ao limite de cota estabelecido pelo decreto supracitado.

c) Despesas do grupo 4.

A considerável redução de gastos neste grupo de despesa ocorreu em virtude da criação de uma Unidade Gestora a fim de atender as demandas do Programa Calha Norte - PCN, através da Portaria nº 3.485/SEORI, de 10/11/2011, DOU nº 218, de 14/11/2011. Em consequência, a execução da despesa referente aos convênios do PCN deixou de ser realizada pelo DEADI.

Contingenciamento no exercício:

No exercício financeiro de 2012 houve contingenciamento por conta do Decreto nº 7.680, de 17/02/2012. Esse fato demandou reajustes na realização de reuniões bilaterais programadas entre representantes de Ministérios de Defesa e representantes de países estrangeiros, os quais mantêm relações diplomáticas com o Ministério da Defesa do Brasil.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Não há eventos negativos a registrar.

Em relação a eventos positivos ressalta-se o fato de que a despeito do contingenciamento, a área financeira não foi comprometida. Esse aspecto foi de extrema importância para a UJ, na medida em que foram honrados os compromissos de pagamentos, tão logo a fase da liquidação fosse concluída. Além disso, é oportuno registrar que os recursos do Fundo da Defesa contribuíram, significativamente, para a manutenção dos PNR sob a responsabilidade do Ministério da Defesa.

## 5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

(PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II, DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012)

### 5.2. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

#### 5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

#### QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	9.380,48	(-) 3.847,98	5.532,50	--
2010	91.241,33	(-) 80.951,84	10.142,49	147,00
...				
Restos a Pagar não Processados				

Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	10.315.574,14	(-)2.532.060,51	8.166.197,55	--
2010	155.578.298,82	(-)46.427.051,43	85.635.502,85	23.515.744,54
...				

Fonte: SIAFI Gerencial

A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ.

Em relação a estratégia de pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar a UJ vem adotando ações no sentido de reduzir a quantidade de empenhos nessa situação. Nesse sentido, a UJ formalizou expedientes periódicos aos Coordenadores de Ações das diversas Secretarias da administração central do Ministério, solicitando a manifestação quanto a permanência ou não, de empenhos inscritos em RP, sob suas responsabilidades. Com essa metodologia verifica-se nos quadros apresentados, que no decorrer do tempo houve uma redução dos valores inscritos em Restos a Pagar inscrito em 2010, em 2011. Além disso, foi estabelecido para 2013 que: os empenhos que ficarão inscritos em Restos a Pagar, quando forem de material de subsistência terão o prazo máximo estabelecido até janeiro para serem apropriados; os de serviço terão o prazo de dois meses, ou seja, até fevereiro.

Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;

Considerando a estratégia adotada pela UJ os impactos na gestão financeira foram, sobremaneira, minimizados. Além disso, carece registrar a criação da Unidade Gestora do Programa Calha Norte (UG 110594), que absorveu, a partir de 2012, todas as atribuições inerentes a execução da despesa referente aos Convênios do Programa Calha Norte, inclusive, quanto ao pagamento de empenhos inscritos em Restos a Pagar.

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro.

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro credita-se no fato do Governo baixar os Decretos nº 7.468, de 28/04/11 e nº 7.511, de 30/06/2011, ampliando a vigência de convênios. Cabe esclarecer que a partir de 2012 a UJ deixou de realizar tais registros em virtude da criação da Unidade Gestora supracitada.

A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do relatório de gestão sem que sua vigência tenha sido prorrogada por decreto.

Tal ocorrência se deve a aquisição de material permanente (aparelhos telefônicos), através do Termo de Compromisso nº 003/DIVTI/COLIC/2010, publicado no DOU nº 9, de 13 de janeiro de 2011. A pendência foi sanada com a anulação do empenho 802613, de 2012.

Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP.

Não há registro respaldando essa ocorrência.

### **5.3 Transferências de Recursos mediante convênios e termos similares**

#### **5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício**

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério da Defesa										
CNPJ: 03.277.610/0001-25					UG/GESTÃO: 110404/00001					
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário (CNPJ)	Valores Pactuados			Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício		Início	Fim	
1	769241/2012	42.498.600/0001-71	9.997.869,89	99.989,00	2012	9.897.880,89		13/04/12	08/01/13	1
xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx		xxx	xxx	xxx
xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx		xxx	xxx	xxx
<b>LEGENDA</b>										
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>					
1 - Convênio					1 - Adimplente					
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente					
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa					
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído					
					5 - Excluído					
					6 - Rescindido					
					7 - Arquivado					
Fonte: SIAFI operacional										

### 5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

#### QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Ministério da Defesa				
CNPJ:		03.277.610/0001-25				
UG/GESTÃO:		110404/00001				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	1	0	0	9.897.880,89	0	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0		0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	1	0	0	9.897.880,89	0	0

Fonte: SIAFI operacional

### 5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes.

#### QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Defesa					
CNPJ: 03.277.610/0001-25			UG/GESTÃO: 110404/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	1	9.897.880,89	9.897.880,89	0	100%
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	1	9.897.880,89	9.897.880,89	0	100%

Fonte:

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$  
1,00

Unidade Concedente					
Nome: Ministério da Defesa					
CNPJ: 03.277.610/0001-25			UG/GESTÃO: 110404/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	9.897.880,89	0	0
2011	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2010	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

Fonte: SIAFI operacional

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Defesa					
CNPJ: 03.277.610/0001-25			UG/GESTÃO: 110404/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	0	0
			Contas Não Analisadas	1	0
		Montante Repassado (R\$)	9.897.880,89	0	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado (R\$)	0	0	
2011	Quantidade de contas prestadas			0	0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
Montante repassado (R\$)		0	0		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	0

		Quantidade Reprovada	0	0
		Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
Fonte: SIAFI operacional				

### Análise crítica

Importa que a UJ informe sobre:

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;

Por oportuno, esclarecemos que a partir de 2012 os convênios do Programa Calha Norte passaram a ser executados pela Unidade Gestora (UG 110594), conforme Portaria nº 3.485/SEORI, de 10/11/2011, DOU nº 218, de 14/11/2011. Em consequência, a execução da despesa referente aos convênios do PCN deixou de ser realizada pelo DEADI.

Desse modo, não há convênios na situação de inadimplência no DEADI.

- Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere;

A UJ cumpre fielmente as normatizações atinentes à execução orçamentária e financeira, sobretudo, no que tange a inscrição de empenhos em restos a pagar. Importa registrar que o Poder Executivo Federal determinou, por meio do Decreto nº 7.680, de 17/02/2012, uma análise criteriosa dos empenhos inscritos em restos a pagar de 2010, 2011, com vistas a cancelar empenhos que não se enquadram nas condicionantes estabelecidas na legislação vigente.

- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;

Esse item não se aplica a UG 110404, haja vista a criação da Unidade Gestora (UG 110594), que - a partir de 2012 -, recebeu as atribuições de executar os convênios do Programa Calha Norte bem como gerir a Transferências dos Recursos repassadas nos exercícios anteriores a 2012.

- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2012;

A Unidade Gestora utilizou-se das ferramentas do SICONV e do SIAFI Gerencial para gerir as transferências vinculadas em execução no exercício financeiro de 2012, em particular, no que tange ao controle de datas do fim da vigência bem como dos prazos para prestação de contas.

Esclarecemos que até 31/07/2012, o convênio nº 769241/2012 era coordenado pela Comissão criada para gerenciar o Projeto Rio +20, e que, após essa data tal atribuição passou para a competência do DEADI, tendo em vista que a Comissão foi extinta.

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;

Esse item não se aplica a UG 110404, haja vista a criação da Unidade Gestora (UG 110594), que - a partir de 2012 -, recebeu as atribuições de executar os convênios do Programa Calha Norte bem como gerir a Transferências dos Recursos repassadas nos exercícios anteriores a 2012.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

Esse item não se aplica a UG 110404, haja vista a criação da Unidade Gestora (UG 110594), que - a partir de 2012 -, recebeu as atribuições de executar os convênios do Programa Calha Norte bem como gerir a Transferências dos Recursos repassadas nos exercícios anteriores a 2012.

- Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;

A Unidade Gestora utilizou-se das ferramentas do SICONV e do SIAFI Gerencial para gerir as transferências vinculadas em execução no exercício financeiro de 2012, em particular, no que tange ao controle de datas do fim da vigência bem como dos prazos para prestação de contas.

Esclarecemos que até 31/07/2012, o convênio nº 769241/2012 era coordenado pela Comissão criada para gerenciar o Projeto Rio +20, e que, após essa data tal atribuição passou para a competência do DEADI, tendo em vista que a Comissão foi extinta.

-Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.

Essa análise fica prejudicada na medida que ainda não foi realizada a prestação de contas por parte do Conveniente.

#### 5.4. Informações sobre Suprimento de Fundos

##### 5.4.1. Despesas Realizadas com Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
110404	Departamento de Administração Interna	0,00	24.354,55	339.844,10	364.198,65
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	0,00	24.354,55	339.844,10	364.198,65

Observação:

Embora a UJ não tem registro de concessão de Suprimento de Fundos através da conta tipo "B", informamos que foi concedido, em 2012, suprimento de fundos para atender despesas decorrentes de viagens internacionais do Senhor Ministro de Estado da Defesa, no valor total de R\$13.306,63, mediante emissão de ordem bancária de câmbio.

##### 5.4.1.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS CONTA TIPO "B"

QUADRO A.5.9 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO "B")

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	110404				Nome da UG		Departamento de Administração Interna	
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
EGON DALINGHAUS	613383119-72	800009 800008	06jan12 06jan12	339030 339039	Atender despesas com viagens internacionais do Exmo. Senhor Ministro da Defesa, conforme memorando 007/GM de 03jan2012	37.800,00	Portaria nr 43/SEORI de 04jan2012	600410000 36201281
LUCIANO BELARMINO	025413957-16	800279 800280	28fev12 28fev12	339030 339039	Atender despesas com viagens	35.000,00	Portaria nr 446/SEORI de	600410008 06201295

REIS					internacionais do Exmo. Senhor Ministro da Defesa, conforme memorando 042/GM de 23fev12		23fev2012	
LUCIANO BELARMINO REIS	025413957-16	801064801065	20jun12 20jun12	339030 339039	Atender despesas com viagens internacionais do Exmo. Senhor Ministro da Defesa, conforme memorando 102/GM de 13jun2012	41.600,00	Portaria nr 1615/SEORI de 14jun2012	600410033 71201231
LUCIANO BELARMINO REIS	025413957-16	801827801828	05out12 05out12	339030 339039	Atender despesas com viagens internacionais do Exmo. Senhor Ministro da Defesa, conforme memorando 199/GM de 02out2012	41.600,00	Portaria nr 2657/SEORI de 02out2012	600410052 58201290
MARCELO PEREIRA DA SILVA	919165500-53	800089800090	27jan12 27jan12	339030 339039	Atender despesas com viagens internacionais do Exmo. Senhor Ministro da Defesa, conforme memorando 13/GM, de 16jan2012	36.200,00	Portaria nr /SEORI de	600410009 1201248
<b>Total Utilizado pela UG</b>						<b>192.200,00</b>		
<b>Código da UG 2</b>	--				<b>Nome da UG</b>		-	
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Utilizado pela UG</b>						<b>192.200,00</b>		
<b>Total Utilizado pela UJ</b>						<b>192.200,00</b>		

Fonte: SIAFI Gerencial

Nota: Embora o quadro trate de suprimento de fundos da conta tipo "B", que não se aplica a esta UJ, estamos disponibilizando as informações relativas às despesas realizadas por suprimento de fundos em consonância com a Portaria Normativa MD nº 1.403/2007, e considerando os arts. 45 a 47 do Decreto nº 93.872/86.

#### 5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	110404		Limite de Utilização da UG		336.214,56	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
ROBERTO SIMOES FERREIRA FILHO	002.733.057/51	4.800,00		3.477,10	3.477,10	
LUIZ HENRIQUE SALONSKI DA SILVA	007.443.147/12	21.500,00		12.901,59	12.901,59	
ROBSON DE ARAUJO DA SILVA	010.438.637/10	40.800,00		16.499,15	16.499,15	
NILSON MURILO MAICA	011.103.300/49	6.000,00		853,96	853,96	
NATIN ALEXANDRA BRAZ	046.854.966/80	11.000,00		1.631,79	1.631,79	
MARCELO LUIZ OLESKOVICZ	120.686.638/13	6.000,00		372,12	372,12	
ALOISIO DIAS DA COSTA	245.539.057/87	111.634,49		48.259,33	48.259,33	
OSVALDO BATISTA SA JUNIOR	431.380.632/68	16.000,00		1.594,44	1.594,44	
CLAUDIO AFONSO PERES	441.926.811/53	21.500,00		5.957,97	5.957,97	
WENES SOARES GUIMARAES	492.855.721/20	2.500,00		1.342,00	1.342,00	
BRENO BRAGA JUNIOR	499.132.397/53	76.500,00		42.978,76	42.978,76	
EUDES CARVALHO DOS SANTOS	499.176.507/25	230.126,45		86.190,22	86.190,22	
JACI DE OLIVEIRA GOMES	584.809.511/68	0,00		107,82	107,82	
RENATO CARVALHO ROCHA	590.963.731/20	48.000,00		19.089,59	19.089,59	
JOAO BATISTA MARTINS FURTADO	606.554.612/72	12.285,57		1.762,17	1.762,17	
EGON DALINGHAUS	613.383.119/72	77.800,00	5.836,11	9.209,96	15046,07	



EDUARDO PINTO URBANO	802.951.267/87	8.000,00		2.528,90	2.528,90
JOSE TARCISIO PACIFICO JUNIOR	831.426.901/82	2.000,00		626,00	626,00
PAULO CESAR BITTENCOURT FERREIRA	884.932.707/25	8.000,00		5.698,99	5.698,99
PAULO DIAMANTINO RANGEL	890.541.997/68	14.000,00		12.079,25	12.079,25
CUSTODIO MOURA CASTRO DO NASCIMENTO	904.562.031/68	4.000,00		1.382,87	1.382,87
TELIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	905.673.747/34	124.000,00		60.951,68	60.951,68
MARCELO PERERA DA SILVA	919.165.500/53	96.763,57	15.770,25	478,44	16.248,69
JOANES GREGORATTO	925.098.868/00	9.000,00		3.870,00	3.870,00
LUCIANO BELARMINO REIS	025.413.967/16	173.200,00	2.748,19		2.748,19
<b>Total Utilizado pela UG</b>			24.354,55	339.844,10	364.198,65

Fonte: SIAIFI Gerencial e Portal da Transparência

Utilização da conta tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

#### 5.4.1.4 Utilização da conta tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Valores em R\$ 1,00

#### QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$) (a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012	-	-	36	22.420,00	349	258.038,53	293.765,16
2011	-	-	43	27.810,00	382	172.777,51	225.689,51
2010	-	-	12	8.580,00	225	60.228,01	129.114,07

Fonte: Sistema SCP

Observação:

Embora a UJ não tenha registro de concessão de Suprimento de Fundos através da conta tipo “B” foi concedido, em 2012, suprimento de fundos para atender despesas decorrentes de viagens internacionais do Senhor Ministro de Estado da Defesa, no valor total de R\$13.306,63; em 2011 no valor de R\$25.102,00; e em 2010 no valor de R\$60.306,06. Nas três situações a quantidade das operações realizadas pelos portadores foi exatamente de seis operações anuais por cartão corporativo.

#### 5.4.1.5. Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

#### Quadro A.5.12 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	82	78.962,96	72	10.712,15	58	56.148,53

Fonte: SIAIFI Gerencial

Observação

Embora a UJ não tenha registro de concessão de Suprimento de Fundos através da conta tipo “B” foram concedidos, em 2010, 2011 e 2012, suprimentos de fundos para atender despesas decorrentes de viagens internacionais do Senhor Ministro de Estado da Defesa, conforme dados abaixo:

Situação	Suprimento de Fundos com Moeda Estrangeira					
	2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	6	13.306,63,	6	25.102,00	6	60.306,06

### Análise Crítica

A aplicação de recursos orçamentários na Modalidade de Suprimento de Fundos, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, tem amparo legal na Portaria Normativa MD nº 1.403, de 26 de Outubro de 2007.

A grande maioria da utilização de Suprimento de Fundos visa atender a Pasta Ministerial e a despesas referentes ao acompanhamento de comitivas internacionais, em visita ao Brasil — mormente a convite do Senhor Ministro de Estado da Defesa.

Carece registrar que em viagens no país, as despesas do Chefe da Pasta Ministerial são custeadas com utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), a fim de atender tempestivamente as necessidades da missão. Os processos de concessão destes suprimentos são abertos com a devida Portaria do Senhor Ministro de Estado da Defesa, ou de servidor por ele delegado, além da Portaria de Concessão de Suprimento de Fundos do Ordenador de Despesas da administração central do Ministério da Defesa.

Em relação as viagens do Senhor Ministro de Estado da Defesa, ao exterior, as despesas do Chefe da Pasta Ministerial, relativas a missão, são atendidas mediante fornecimento de recursos em moeda estrangeira (dólar). Vale esclarecer que tais processos de concessões, também, são abertos com a devida Portaria do Senhor Ministro de Estado da Defesa, ou de servidor por ele delegado.

Por oportuno, esclareço que a Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, anualmente, faz rigoroso acompanhamento de auditoria nos processos de despesa de concessões de suprimento de fundos.

## **6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados**

(PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.)

### **6.1. Composição da Força de Trabalho**

A força de trabalho é composta por servidores oriundos do extinto EMFA, servidores requisitados de outros órgãos, cargos comissionados sem vínculo efetivo, terceirizados, estagiários e militares.

Atualmente o Ministério da Defesa não dispõe de servidores para atender, de forma eficiente, a demanda de todas as suas atividades, nas áreas de suporte operacional e apoio administrativo, por não possuir quadro próprio de pessoal.

A estrutura organizacional assumida na data da criação do Ministério da Defesa, recebendo as atribuições do extinto Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA resultou no aumento considerável das atividades, sem que houvesse a correspondente compensação de servidores em seu quadro de pessoal.

Essa carência aumentou ainda mais, quando foi criado o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA, unidade que absorveu as atribuições da Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia – SELOM, da Secretaria de Política Estratégica e Assuntos Internacionais - SPEAI e do Estado-Maior de Defesa - EMD, bem como com a criação de duas

novas Secretarias, a de Produtos de Defesa – SEPROD e a de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto – SEPESD, uma vez que não se criou cargos suficientes, quer seja para provimento em comissão ou para provimento efetivo, que pudessem suportar/apoiar as novas atividades da atual estrutura.

Há uma nova proposta de alteração da estrutura do MD em trâmite na Presidência da República. Essa alteração acarretará em um aumento de aproximadamente 40% no efetivo deste Ministério, especialmente na área fim. Situação em que demandará ao gestor repensar a força de trabalho da área meio.

Em 2008, visando minimizar a carência de mão de obra da área meio e em função de aposentadorias de titulares de cargos em extinção, surgiu-se a necessidade de provimento dessas vagas, tendo sido realizado naquela ocasião, processo licitatório para a prestação de serviço e a consequente contratação de mão de obra terceirizada, conforme previsto no Decreto nº 2.271, de 1997. É importante registrar que a Lei nº 9.632, de 1998 extinguiu vários cargos da Administração Pública Federal, além de outros que se encontram em processo de extinção, como é o caso dos cargos de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Motorista Oficial, Agente de Portaria, dentre outros.

De modo que há a necessidade de adequação quantitativa e qualitativa dos serviços, para cumprimento de sua missão institucional. É latente que o MD realize concurso público, principalmente para a área meio, visando compor o seu quadro próprio de pessoal, ampliando sua força de trabalho de forma gradativa, nas diversas categorias funcionais, para que o desempenho possa ser mais eficiente e mais eficaz.

Ainda está em fase de levantamento a apuração da quantidade de postos de trabalho que serão necessários ao desempenho das diversas atividades das áreas do MD, no intuito de propor realização de concurso público para provimento de cargo efetivo.

Segue abaixo os demonstrativos da força de trabalho e suas variações, dos custos nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, bem como informações acerca da mão de obra terceirizada e das determinações e recomendações dos órgãos de Controle Externo e Interno.

### 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	161	263	19	24
1.1. Membros de poder e agentes políticos	01	01	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	160	262	19	24
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	160	119	-	05
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	41	05	04
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	102	14	15
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	169	32	26
4. Militares à disposição do órgão	-	559	235	195
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	161	991	286	245

Fonte: SIRHU/MD

### 6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	12
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	4
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	5
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	12

Fonte: SIRHU/MD

### 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>298</b>	<b>294</b>	<b>38</b>	<b>34</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	01	01	-	-
<b>1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>	<b>297</b>	<b>293</b>	<b>38</b>	<b>34</b>
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	39	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	31	02	01
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	46	04	08
1.2.4. Sem Vínculo	-	96	15	09
1.2.5. Aposentados	-	14	01	04
1.2.6. Militar da Reserva Remunerada	-	60	10	12
1.2.7. Militar da Ativa	-	07	06	-
<b>2. Funções Gratificadas/Gratificação de Representação</b>	<b>183</b>	<b>128</b>	<b>09</b>	<b>09</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	68	-	05
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	05	01	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	55	08	04
<b>3. Militares em exercício de função de confiança</b>	<b>574</b>	<b>559</b>	<b>235</b>	<b>195</b>
<b>4. Total de Servidores e militares em Cargo e em Função/Gratificação de Representação (1+2+3)</b>	<b>1049</b>	<b>981</b>	<b>282</b>	<b>238</b>

Fonte: SIRHU-MD



Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2012	4.793.014,	0,00	534.129,	187.641,	251.807,	753.132,	320.241,	548.534,	1.253,	7.389.751,
	2011	5.545.619,	0,00	523.357,	177.552,	270.364,	536.162,	326.468,	0,00	0,00	7.353.368,
	2010	4.807.771,	0,00	0,00	13.024,	281.830,	222.666,	548.526,	0,00	0,00	5.873.817,
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	410.706,	0,00	37.927,	11.478,	29.871,	38.338,	0,00	51.659,	0,00	579.979,
	2011	595.302,	0,00	33.909,	11.261,	26.729,	23.587,	538,	0,00	0,00	691.326,
	2010	703.375,	0,00	151.725,	0,00	18.501,	0,00	0,00	0,00	0,00	873.601,
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0,00	137.181,	11.431,	3.092,	304,	0,00	0,00	0,00	0,00	152.008,
	2011	0,00	137.182,	11.431,	3.810,	304,	0,00	0,00	0,00	0,00	152.727,
	2010	0,00	43.822,	3.810,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.632,
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	0,00	11.742.742,	876.345,	301.346,	202.033,	203.204,	652.164,	0,00	0,00	13.977.834,
	2011	0,00	12.466.800,	1.073.686,	325.931,	175.776,	230.036,	726.261,	0,00	0,00	14.998.490,
	2010	0,00-	12.258.127,	1.205.651,	391.334,	166.174,	0,00	224.740,	0,00	0,00	14.246.026,
Servidores e militares ocupantes de Funções gratificadas/Gratificação de Representação											
Exercícios	2012	0,00	6.707.656,	473.627,	132.830,	698,	33.730,	355.836,	618,	0,00	7.704.995,
	2011	0,00	7.168.934,	554.822,	144.050,	2.032,	38.257,	246.022,	0,00	0,00	8.154.117,
	2010	0,00	7.091.542,	816.268,	266.566,	1.843,	0,00	209.457,	0,00	0,00	8.385.676,

Fonte: DW-SIAPE ( informações extraídas da folha de pagamento)

Obs.: Na planilha acima não estão contempladas as despesas com Diárias, Ajuda de Custo e Auxílio-Moradia, tendo em vista que não são pagas na folha de pagamento gerada pelo SIAPE.

#### 6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

A composição do quadro de aposentados e de instituidores de pensões constam dos quadros abaixo e estão discriminados segundo o regime de seus proventos.

Nessa oportunidade, cabe mencionar que dos 29 (vinte e nove) instituidores de pensão existentes na folha de pagamento, em 31 de dezembro de 2012, havia 33 (trinta e três) beneficiários de pensão civil.

##### 6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES APOSENTADOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	112	06
1.1 Voluntária	99	05
1.2 Invalidez Permanente	13	01

2. Proporcional	02	-
2.1 Invalidez Permanente	02	-
3. Totais (1+2)	114	06

Fonte: SIRHU/MD

#### 6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

#### QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	21	-
1.1. Integral	20	-
1.2. Proporcional	1	-
2. Em Atividade	8	-
3. Total (1+2)	29	-

Fonte: SIRHU/MD

#### 6.1.5 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

A verificação é feita no ato do cadastramento do servidor, momento em que é apresentada a Declaração de não acumulação de cargo público, bem como efetuado o acompanhamento do controle pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, na ocasião da inclusão dos servidores.

#### 6.1.6. Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Não houve nenhuma providência adotada, posto que não foi detectada nenhuma acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.

#### 6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Vale esclarecer que os atos sujeitos a registro no TCU, bem como os que tratam da regularidade do cadastro no SISAC, estão mencionados nas tabelas abaixo.

É oportuno registrar que não houve, no exercício de 2011 e 2012, atos de Pessoal Sujeitos a Registro e Comunicação ao TCU e sujeitos à remessa física àquele egrégio tribunal, nem tão pouco diligências do OCI/MD, nos atos administrativos, decorrentes de impropriedades em sua constituição.

Vale frisar que a instrução processual dos atos de aposentadorias e de pensões, geralmente, contam previamente com a orientação da Secretaria de Controle Interno do MD, de modo a evitar inconsistências, tanto na fundamentação legal quanto em sua constituição.

#### QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	06	08	06	08
Concessão de pensão civil	-	01	-	01
Alteração do fundamento legal de ato concessório	09	-	09	-
Totais	15	09	15	09

Fonte: SIRHU/MD

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	06	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	09	-	-	-
Total	15	-	-	-
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Fonte: Controle processual COAPC

QUADRO A.6.12 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	Não houve		Não houve	
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais				

Fonte: Controle processual COAPC

QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	Não houve nos exercícios de 2011 e 2012 diligências do OCI do MD, nos atos administrativos, decorrentes de impropriedades na sua constituição.			
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais				

Fonte: Controle processual COAPC



### 6.1.8. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Os Indicadores desenvolvidos pela DIRHU abrange a área de Capacitação de Recursos Humanos – ICRH, cuja previsão e resultado alcançado em 2012, consta do quadro abaixo e, visa a avaliar a execução da capacitação, incluindo treinamentos, cursos e seminários para servidores e militares da administração central do MD:

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Capacitação de Recursos Humanos (todas as Ações que possuem atividades de capacitação).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Capacitação Realizada.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ICRH.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da capacitação de servidores e militares. Inclui a realização/participação em treinamentos, cursos e seminários.
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Coordenação e Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$ICRH = (\text{Número de servidores capacitados} / \text{Número de servidores previstos para capacitação}) * 100.$
Avaliação	Acima de 95% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do Plano de Capacitação
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Coordenador de Desenvolvimento de Recursos Humanos/DIRHU
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral com consolidação anual
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

Item	Capacitação Prevista (quantidade de servidores previstos para capacitação)	Capacitação Realizada (número de servidores capacitados)	ICRH (%)
Capacitação	330	416	126,06
		ICRH (%)	126,06%

Registramos que, em razão de o MD ainda não dispor de quadro próprio de pessoal, não foram desenvolvidos indicadores que mensurem, Absenteísmo, Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, Rotatividade e aposentadoria *versus* reposição do quadro. No entanto, serão objeto de estudo e criação para os exercícios futuros.

### 6.2. Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários

Cabe tecer considerações acerca da contratação da empresa SERVEGEL:

Se trata de contratação de mão de obra terceirizada, conforme contrato nº 015/DIRHU/COLIC-2008 que se deu com o objetivo de suprir a carência de pessoal, cujos cargos efetivos foram extintos no

momento das vacâncias dos servidores, quer seja por aposentadoria, falecimento, redistribuição, dentre outras, e não podem ser providos por concursados.

A referida contratação contempla os postos de serviços operacionais e administrativos e está amparada pelo Decreto nº 2.271, de 1997.

Destaca-se que não se trata de contratação que necessitam de substituição por concursados, posto que os cargos efetivos não podem ser providos por concurso público, em razão de estarem extintos, tais como Motorista, Agente de Portaria, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, dentre outros.

Nesse sentido, não há o que registrar acerca dos itens mencionados abaixo:

- Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada;

- Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional; e

Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.

#### 6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Ministério da Defesa													
UG/Gestão: 110404						CNPJ: 03.277.610/0001-25							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	017/2012	AZIME SERVIÇOS GERAIS CNPJ Nº 07.293.122/0001-62	26/07/2012	25/07/2013	44	xx	15	xx	xx	xx	A
Observação:													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

#### 6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO E OBRA: (DIPOS)

Unidade Contratante	
Nome: Ministério da Defesa	
UG/Gestão: 110404	CNPJ: 03.277.610/0001-25



	Trimestre	Trimestre	Trimestre	Trimestre	Estágio	transporte		
1. Nível superior	111	111	115	121	503.224,61	136.504,00	11.944,30	651.672,91
1.1 Área Fim	29	33	35	32	134.904,88	37.080,00	3.272,86	175.257,74
1.2 Área Meio	82	78	80	89	368.319,73	99.424,00	8.671,44	476.415,17
2. Nível Médio	43	46	47	50	88.086,46	56.130,26	5.014,40	149.231,12
1.3 Área Fim	20	22	21	20	38.351,55	25.208,90	2.250,58	65.811,03
1.4 Área Meio	23	24	26	30	49.734,91	30.921,36	2.763,82	83.420,09
3. Total (1+2)	154	157	162	171	591.311,07	192.634,26	16.958,70	800.904,03

Fonte: Folha de pagamento do SIAPE e processos de ressarcimento das despesas administrativas ao CIEE – Memorando nº 39/CODRH/DIRHU/DEADI/SEORI-MD, de 12 de março de 2013.

## 7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

(PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

### 7.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008; e

Orientação Normativa nº 005/DEADI, de 17 de janeiro de 2005.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A manutenção da frota de veículos é de suma importância na execução das atividades de cunho administrativo e logístico desta UJ. Com base em estudo realizado, a contratação de veículos de terceiros tornaria inviável, pelo elevado custo praticado pelo mercado do ramo.

<b>Planilha Estimativa de Custo Referente a Locação de Veículos – sem Motorista</b>	
<b>Categorias dos veículos</b>	<b>Valor estimado da diária</b>
Representação	R\$ 800,00
Representação Blindado	R\$ 2.400,00
Transporte Institucional	R\$ 680,00
Serviço comum (tipo VAN)	R\$ 720,00
Serviço comum (tipo Microônibus)	R\$ 700,00
Serviço comum (tipo ônibus)	R\$ 1.100,00
Serviço comum (tipo passeio)	R\$ 250,00

Observação:

O combustível não está incluso no valor da diária referente a locação de veículos.

Previsão estimada de gasto com combustível para aplicação nos veículos locados	R\$ 181.280,38
--	----------------

c) Quantidade de veículos de propriedade desta UJ, discriminados por grupos:

Em 2012, esta UJ contou com uma frota de veículos composta por 64 unidades e atualmente conta com uma frota de 72 unidades, visando atender a demanda devido ao aumento do efetivo em decorrência da reestruturação deste Ministério da Defesa.

d) Média anual de quilometragem rodada por grupo de veículos; e

e) Idade média da Frota, conforme demonstradas nas planilhas abaixo:

GRUPO DE VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO								
Item	Veículo	Marca	Placa	Ano	Idade	Km Rodados	Média Anual km Rodados	Idade Média
01	Fusion	Ford	JFO 9989	2007/08	05 anos	18.404	18.556 KM	04 anos
02	Fusion	Ford	JGC 0801	2010	02 anos	14.725		
03	Astra	Chevrolet	JJQ 9913	2007/08	05 anos	18.517		
04	Astra	Chevrolet	JJQ 9923	2007/08	05 anos	21.816		
05	Astra	Chevrolet	JJQ 9963	2007/08	05 anos	19.318		
TOTAL GERAL					22 anos	92.780 km		

GRUPO DE VEÍCULO DE TRASPORTE INSTITUCIONAL								
Item	Veículo	Marca	Placa	Ano	Idade	KM Rodados	Média Anual KM Rodados	Idade Média
01	Focus	Ford	JHY- 1062	2010/11	02 anos	17.420	6.164 KM	01 ano
02	Focus	Ford	JHY- 1072	2010/11	02 anos	22.353		
03	Focus	Ford	JJU- 9981	2010/11	02 anos	14.195		
04	Focus	Ford	JHY- 1042	2010/11	02 anos	19.334		
05	Focus	Ford	JHY- 1052	2010/11	02 anos	8.018		
06	Megan e	Renault	JHN- 5083	2009	03 anos	5.937		
07	Megan e	Renault	JHN- 5093	2009	03 anos	10.793		
08	Corolla	Toyota	JDS- 9003	2012/13	06 meses	150		
09	Corolla	Toyota	JDS- 8883	2012/13	06 meses	150		
10	Fluence	Renault	JDX- 0015	2012/13	06 meses	40		
11	Fluence	Renault	JDX- 0025	2012/13	06 meses	40		
12	Fluence	Renault	JDX- 0035	2012/13	06 meses	40		
13	Fluence	Renault	JDX- 0065	2012/13	06 meses	40		
14	Fluence	Renault	JDX- 9494	2012/13	06 meses	40		
15	Fluence	Renault	JDX- 9994	2012/13	06 meses	40		
16	Fluence	Renault	JDX- 9944	2012/13	06 meses	40		
TOTAL GERAL					20a e 06m	98.630		

Justificativa:

Os veículos constantes dos itens 08 ao 16 do quadro acima, apresentam baixa quilometragem rodada, tendo em vista o atraso na conclusão do processo de recebimento deles, por motivo de não apresentar alguns acessórios conforme previstos no edital.

GRUPO DE VEÍCULO DE SERVIÇO COMUM (Transporte de Pessoal)								
Item	Veículo	Marca	Placa	Ano	Idade	km Rodados	Média Anual km Rodados	Idade Média
01	Santana	Volkswagen	JFO9982	1997	15 anos	0		
02	Santana	Volkswagen	JFP 9521	1999	13 anos	7.325		
03	Santana	Volkswagen	JFP 9551	1999	13 anos	7.840		
04	Santana	Volkswagen	JFP 9671	1999	13 anos	7.084		
05	Santana	Volkswagen	JFP 8325	2004	08 anos	6.178		
06	Santana	Volkswagen	JFP 8335	2004	08 anos	7.905		
07	Santana	Volkswagen	JFQ3785	2005	07 anos	8.787		
08	Santana	Volkswagen	JFQ3795	2005	07 anos	17.301		
09	Santana	Volkswagen	JFQ3805	2005	07 anos	6.295		
10	Santana	Volkswagen	JFQ3815	2005	07 anos	5.769		
11	Gol	Volkswagen	JFO8129	1997/98	14 anos	10.398		
12	Gol	Volkswagen	JFO9972	1997	16 anos	6.203		

13	Gol	Volkswagen	JHO0125	2006	06 anos	11.475	8.394 KM	10 anos
14	Gol	Volkswagen	JHO0135	2006	06 anos	19.902		
15	Gol	Volkswagen	JHO0145	2006	06 anos	11.586		
16	Gol	Volkswagen	JHO0155	2006	06 anos	12.395		
17	Gol	Volkswagen	JHO0165	2006	06 anos	9.998		
18	Kombi	Volkswagen	JFP 2204	2002	10 anos	4.053		
19	Kombi	Volkswagen	JFP 2214	2002	10 anos	5.807		
20	Kombi	Volkswagen	JHO0105	2006	06 anos	11.682		
21	Kombi	Volkswagen	JHO0115	2006	06 anos	8.513		
22	Maréa	Fiat	JFP 6053	2001	11 anos	22.289		
23	Maréa	Fiat	JFP 6913	2001	11 anos	14.327		
24	Pálio	Fiat	JFP 6973	2001	11 anos	7.710		
25	Pálio	Fiat	JFP 6983	2001	11 anos	5.761		
26	Elba	Fiat	JFO1613	95/96	17 anos	6.769		
27	VAN	Fiat	JFP 8445	2004	08 anos	0		
28	VAN	Fiat	JGC8541	2009	03 anos	4.909		
29	VAN	Fiat	JGC8551	2009	03 anos	3.866		
30	VAN	Fiat	JGC8651	2009	03 anos	4.128		
31	VAN	Peugeot	LQJ2604	2009	03 anos	8.497		

GRUPO DE VEÍCULO DE SERVIÇO COMUM (Transporte de Pessoal)							8.394 KM	10 anos
32	VAN	MB/VAN	JFO 3423	1995	17 anos	0		
33	VAN	MB/Sprinter	JFP 1411	1998	14 anos	15.057		
34	Microônibus	M. Benz	JFP 4301	1998	14 anos	654		
35	Microônibus	M. Benz	JFP 4311	1998	14 anos	2.090		
36	Ônibus	Volkswagen	JFO 5125	1995	17 anos	405		
37	Ônibus	volkswagen	JFO 5135	1995	17 anos	1.435		
38	Ômega CD	Chevrolet	JFP 9883	2000	12 anos	12.591		
39	Monza	Chevrolet	JFO 4505	1995	17 anos	6.793		
40	Ipanema	Chevrolet	JFO 0704	1992	20 anos	2.763		
41	Astra	Chevrolet	JJQ 9973	2007/08	05 anos	23.854		
42	Fiesta	Ford	JGC 7181	2010/11	02 anos	14.216		
43	Fiesta	Ford	JGC 8511	2010/11	02 anos	16.315		
TOTAL GERAL					422 anos	360.925 km		

Justificativa:

Os veículos constantes dos itens 01, 27 e 32 do quadro acima, não rodaram no ano de 2012, encontram-se inoperantes por motivo de acidentes de trânsito (aguardando conclusão de processo de sindicância).

GRUPO DE VEÍCULO DE SERVIÇO COMUM (Transporte de Carga)								
Item	Veículo	Marca	Placa	Ano	Idade	Km Rodados	Média Anual km Rodados	Idade Média
01	Caminhão	Volkswagen	JFQ 6355	2004/05	08 anos	8.946	5.000 KM	10 anos
02	Caminhão	Chevrolet	JFO 1039	1991	21 anos	3.848		
03	Pickup Pampa	Ford	JFO 2486	1993/94	19 anos	2.958		
04	Pickup S-10	Chevrolet	JFP 9953	2001/02	11 anos	11.893		
05	Kangoo	Renault	JHN 5103	2008/09	04 anos	2.141		
06	Kangoo	Renault	JDX 0045	2012/13	06 meses	40		
07	Moto Twister	Honda	JFP 4566	2004	08 anos	3.615		
TOTAL GERAL					71a e 06m	33.441 Km		

Justificativa:

O veículo constante do item 06 do quadro acima, apresenta baixa quilometragem rodada, tendo em vista o atraso na conclusão do processo de recebimento dele, por motivo de não apresentar alguns acessórios conforme previstos no edital.

GRUPO DE VEÍCULO DE SERVIÇOS ESPECIAIS (Ambulância)								
Item	Veículo	Marca	Placa	Ano	Idade	KM Rodados	Média Anual KM Rodados	Idade Média
01	VAN	MB-Sprinter	JJU 1061	2009/10	03 anos	588 KM	588 KM	03 anos

f) Custos associados à manutenção da frota:

GASTO COM MANUTENÇÕES PREVENTIVA E CORRETIVA EM 2012					
Item	Veículo	Marca	Placa	Ano	Valor Total
1.	Elba	Fiat	JFO 1613	95/96	R\$ 5.029,00
2.	Maréa	Fiat	JFP 6053	2001	R\$ 7.942,87
3.	Maréa	Fiat	JFP 6913	2001	R\$ 6.385,07
4.	Pálio	Fiat	JFP 6973	2001	R\$ 2.440,60
5.	Pálio	Fiat	JFP 6983	2001	R\$ 2.120,60
6.	VAN	Fiat	JFP 8445	2004	---
7.	VAN	Fiat	JGC8541	2009	R\$ 3.722,74
8.	VAN	Fiat	JGC8551	2009	R\$ 4.897,49
9.	VAN	Fiat	JGC8651	2009	R\$ 1.977,36
10.	Pickup Pampa	Ford	JFO 2486	1993/94	R\$ 7.132,85
11.	Fiesta	Ford	JGC 7181	2010/11	R\$ 3.644,05
12.	Fiesta	Ford	JGC 8511	2010/11	R\$ 1.323,40
13.	Astra	Chevrolet	JJQ 9913	2007/08	R\$ 8.766,77
14.	Astra	Chevrolet	JJQ 9923	2007/08	R\$ 9.918,35
15.	Astra	Chevrolet	JJQ 9963	2007/08	R\$ 3.075,95
16.	Astra	Chevrolet	JJQ 9973	2007/08	R\$ 7.078,41
17.	Caminhão	Chevrolet	JFO 1039	1991	R\$ 9.165,14
18.	Ipanema	Chevrolet	JFO 0704	1992	R\$ 1.186,92
19.	Monza	Chevrolet	JFO 4505	1995	R\$ 5.493,66
20.	Ômega CD	Chevrolet	JFP 9883	2000	R\$ 6.367,71
21.	Pickup S-10	Chevrolet	JFP 9953	2001/02	R\$ 7.977,26
22.	Moto Twister	Honda	JFP 4566	2004	R\$ 2.137,70
GASTO COM MANUTENÇÕES PREVENTIVA E CORRETIVA EM 2012					
23.	Micro-ônibus	M. Benz	JFP 4301	1998	R\$ 17.473,01
24.	Micro-ônibus	M. Benz	JFP 4311	1998	R\$ 13.467,15
25.	VAN	MB/Sprinter	JFP 1411	1998	R\$ 15.898,37
26.	VAN	MB/VAN	JFO 3423	1995	----
27.	Caminhão	Volkswagen	JFQ 6355	2004/05	R\$ 11.174,34
28.	Gol	Volkswagen	JFO 8129	1997/98	R\$ 3.350,51
29.	Gol	Volkswagen	JFO 9972	1997	R\$ 2.152,25
30.	Gol	Volkswagen	JHO 0125	2006	R\$ 4.973,15
31.	Gol	Volkswagen	JHO 0135	2006	R\$ 6.118,99
32.	Gol	Volkswagen	JHO 0145	2006	R\$ 3.708,73
33.	Gol	Volkswagen	JHO 0155	2006	R\$ 5.575,46
34.	Gol	Volkswagen	JHO 0165	2006	R\$ 2.011,00
35.	Kombi	Volkswagen	JHO 0105	2006	R\$ 4.011,40
36.	Kombi	Volkswagen	JHO 0115	2006	R\$ 4.307,67
37.	Kombi	Volkswagen	JFP 2214	2002	R\$ 5.021,87
38.	Kombi	Volkswagen	JFP 2204	2002	R\$ 2.556,29
39.	Ônibus	Volkswagen	JFO 5125	1995	R\$ 3.147,69
40.	Ônibus	Volkswagen	JFO 5135	1995	R\$ 2.202,82
41.	Santana	Volkswagen	JFP 8325	2004	R\$ 5.764,79
42.	Santana	Volkswagen	JFP 8335	2004	R\$ 3.501,34
43.	Santana	Volkswagen	JFQ 3785	2005	R\$ 5.278,52
44.	Santana	Volkswagen	JFQ 3795	2005	R\$ 6.754,57
45.	Santana	Volkswagen	JFQ 3805	2005	R\$ 4.856,88
46.	Santana	Volkswagen	JFQ 3815	2005	R\$ 5.193,57
47.	Santana	Volkswagen	JFO 9982	1997	----

48.	Santana	Volkswagen	JFP 9521	1999	R\$ 7.232,18
49.	Santana	Volkswagen	JFP 9551	1999	R\$ 3.140,21
50.	Santana	Volkswagen	JFP 9671	1999	R\$ 3.025,17
51.	Fusion	Ford	JFO 9989	2007/08	R\$ 15.883,32
52.	Megane	Renault	JHN 5083	2009	R\$ 605,14
53.	Megane	Renault	JHN 5093	2009	R\$ 7.099,71
54.	Kangoo	Renault	JHN 5103	2008/09	R\$ 2.862,37
55.	Focus	Ford	JHY 1072	2010/11	R\$ 6.141,37
56.	Focus	Ford	JHY 1042	2010/11	R\$ 7.611,12
57.	Focus	Ford	JHY 1062	2010/11	R\$ 6.897,32
<b>GASTO COM MANUTENÇÕES PREVENTIVA E CORRETIVA EM 2012</b>					
58.	Focus	Ford	JJU 9981	2010/11	R\$ 5.238,24
59.	Focus	Ford	JHY 1052	2010/11	R\$ 5.139,86
60.	VAN	MB- Sprinter	JJU 1061	2009/10	R\$ 2.145,43
61.	VAN	Peugeot	LQJ 2604	2009	R\$ 5.410,19
62.	Fusion	Ford	JGC 0801	2010	R\$ 7.936,94
63.	Corolla	Toyota	JDS 9003	2012/13	-----
64.	Corolla	Toyota	JDS 8883	2012/13	-----
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 332.945,04</b>

Justificativa:

a) Os veículos constantes dos itens 06, 26 e 47 do quadro acima, não foram mantidos em 2012, pois encontram-se inoperantes por motivo de acidentes de trânsito (aguardando conclusão de processo de sindicância).

b) Os veículos constantes dos itens 63 e 64 do quadro acima, não foram mantidos em 2012, haja vista que são veículos novos, recém adquiridos pelo Ministério.

<b>GASTO COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES POR VEÍCULO EM 2012</b>								
Item	Veículo	Marca	Placa	Ano	Combustível	Consumo em L	Valor Unitário	Valor Total
1.	Fusion	Ford	JFO 9989	2007/08	Gasolina	2.622	R\$ 2,84	R\$ 7.446,48
2.	Fusion	Ford	JGC 0801	2010		2.302		R\$ 6.537,68
3.	Astra	Chevrolet	JJQ 9913	2007/08		1.884		R\$ 5.350,56
4.	Astra	Chevrolet	JJQ 9923	2007/08		2.195		R\$ 6.233,80
5.	Astra	Chevrolet	JJQ 9963	2007/08		2.061		R\$ 5.853,24
6.	Focus	Ford	JHY 1062	2010/11		2.086		R\$ 5.924,24
7.	Focus	Ford	JHY1072	2010/11		2.488		R\$ 7.065,92
8.	Focus	Ford	JJU 9981	2010/11		1.627		R\$ 4.620,68
9.	Focus	Ford	JHY1042	2010/11		2.407		R\$ 6.835,88
10.	Focus	Ford	JHY 1052	2010/11		879		R\$ 2.496,36
11.	Megane	Renault	JHN 5083	2009		788		R\$ 2.237,92
12.	Megane	Renault	JHN5093	2009		1.147		R\$ 3.257,48
13.	Corolla	Toyota	JDS9003	2012/13		53		R\$ 150,52
14.	Corolla	Toyota	JDS 8883	2012/13		53		R\$ 150,52
15.	Santana	Volkswagen	JFO 9982	1997		0		R\$ 0,00
16.	Santana	Volkswagen	JFP 9521	1999		868		R\$ 2.465,12
17.	Santana	Volkswagen	JFP 9551	1999		897		R\$ 2.547,48
18.	ÔmegaCD	Chevrolet	JFP 9883	2000		2.430		R\$ 6.901,20
19.	Monza	Chevrolet	JFO 4505	1995		824		R\$ 2.340,16
20.	Ipanema	Chevrolet	JFO 0704	1992		358		R\$ 1.016,72
21.	Astra	Chevrolet	JJQ 9973	2007/08		2.064		R\$ 5.861,76

<b>GASTO COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES POR VEÍCULO EM 2012</b>								
22	Fiesta	Ford	JGC 7181	2010/11		1.287		R\$ 3.655,08



23	Fiesta	Ford	JGC 8511	2010/11	Gasolina	1.727	R\$ 2,84	R\$ 4.904,68
24	Gol	Volkswagen	JFO 8129	1997/98		889		R\$ 2.524,76
25	Gol	Volkswagen	JFO 9972	1997		727		R\$ 2.064,68
26	Gol	Volkswagen	JHO 0125	2006		1.040		R\$ 2.953,60
27	Gol	Volkswagen	JHO 0135	2006		1.339		R\$ 3.802,76
28	Gol	Volkswagen	JHO 0145	2006		1.135		R\$ 3.223,40
29	Gol	Volkswagen	JHO 0155	2006		1.101		R\$ 3.126,84
30	Gol	Volkswagen	JHO 0165	2006		681		R\$ 1.934,04
31	Kombi	Volkswagen	JFP 2204	2002		512		R\$ 1.454,08
32	Kombi	Volkswagen	JFP 2214	2002		735		R\$ 2.087,40
33	Kombi	Volkswagen	JHO 0105	2006		1.235		R\$ 3.507,40
34	Kombi	Volkswagen	JHO 0115	2006		929		R\$ 2.638,36
35	Maréa	Fiat	JFP 6053	2001		2.986		R\$ 8.480,24
36	Maréa	Fiat	JFP 6913	2001		1.442		R\$ 4.095,28
37	Pálio	Fiat	JFP 6973	2001		475		R\$ 1.349,00
38	Pálio	Fiat	JFP 6983	2001		599		R\$ 1.701,16
39	Elba	Fiat	JFO 1613	95/96		574		R\$ 1.630,16
40	Pickup Pampa	Ford	JFO 2486	1993/94		511		R\$ 1.451,24
41	Pickup S-10	Chevrolet	JFP 9953	2001/02		1.409		R\$ 4.001,56
42	Kangoo	Renault	JHN 5103	2008/09		216		R\$ 613,44
43	Moto Twister	Honda	JFP 4566	2004		189		R\$ 536,76
44	Santana	Volkswagen	JFP 9671	1999		1.301		R\$ 3.694,84
45	Santana	Volkswagen	JFP 8325	2004		1.075		R\$ 2.203,75
46	Santana	Volkswagen	JFP 8335	2004	1.277	R\$ 2.617,85		
47	Santana	Volkswagen	JFQ 3785	2005	1.466	R\$ 3.005,30		
48	Santana	Volkswagen	JFQ 3795	2005	2.574	R\$ 5.276,70		
49	Santana	Volkswagen	JFQ 3805	2005	1.025	R\$ 2.101,25		
50	Santana	Volkswagen	JFQ 3815	2005	935	R\$ 1.916,75		
51	VAN	Fiat	JFP 8445	2004	0	R\$ 0,00		
52	VAN	Fiat	JGC8541	2009	333	R\$ 659,34		
53	VAN	Fiat	JGC8551	2009	404	R\$ 799,92		

GASTO COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES POR VEÍCULO EM 2012								
	VAN	Fiat	JGC8651	2009	Diesel	536	R\$ 1,98	R\$ 1.061,28
2.	VAN	Peugeot	LQJ 2604	2009		851		R\$ 1.684,98
3.	VAN	MB/VAN	JFO 3423	1995		0		R\$ 0,00
4.	VAN	MB/Sprinter	JFP 1411	1998		1.632		R\$ 3.231,36
5.	Microônibus	M. Benz	JFP 4301	1998		254		R\$ 502,92
6.	Microônibus	M. Benz	JFP 4311	1998		393		R\$ 778,14
7.	Ônibus	Volkswagen	JFO 5125	1995		136		R\$ 269,28
8.	Ônibus	volkswagen	JFO 5135	1995		461		R\$ 912,78
9.	Caminhão	Volkswagen	JFQ 6355	2004/05		918		R\$ 1.817,64
10	Caminhão	Chevrolet	JFO 1039	1991		781		R\$ 1.546,38
11	VAN	MB-	JJU 1061	2009/10		86		R\$ 170,28

	Sprinter					
TOTAL GERAL				68.209 L		R\$ 181.280,38

GASTO COM SEGURO OBRIGATÓRIO DA FROTA					
Item	Discriminação	Quantidade	Categoria	Valor Unitário	Valor Total
01	Licenciamento	62	xxx	R\$ 48,52	R\$ 3.008,24
02	Seguro obrigatório - veiculos leves	44	01	R\$ 101,16	R\$ 4.451,04
03	Seguro obrigatório - moto	01	09	R\$ 279,27	R\$ 279,27
04	Seguro obrigatório – utilitário e caminhões	05	10	R\$ 105,68	R\$ 528,40
05	Seguro obrigatório – van-micro ônibus e ônibus	12	04	R\$ 247,42	R\$ 2.969,04
TOTAL GERAL				R\$ 782,05	R\$ 11.235,99

GASTO COM FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS EM 2012					
Item	Função	Quantidade	Valores unitários dos salários	Gasto Total com Salários Mensal	Gasto com Salário Anual
01	Motorista	07	R\$ 2.143,96	R\$ 15.007,72	R\$ 180.092,64
02	Lavador de Viatura	03	R\$ 1.492,68	R\$ 4.478,04	R\$ 53.736,48
TOTAL GERAL		10	R\$ 3.636,64	R\$ 19.485,76	R\$ 233.829,12

**a) Plano de Substituição da Frota de Veículos:**

O plano de substituição da frota de veículos, pauta no **PROJETO DIPOS-13/2004**, que visa renovação da frota de forma gradual embasado em experiência de profissionais da área e em estudo apresentado. Desse minucioso estudo foi possível abstrair todos os fundamentos necessários para padronizar a classificação das viaturas, apurar o tempo de uso, estado geral e qualidades econômicas dos veículos que compõem a frota deste Ministério da Defesa.

**b) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:**

Após pesquisas realizadas no mercado de vendas e locação de veículos, foi possível comparar os valores praticados para aquisição e locação. De posse dessas informações, esta Coordenação optou pela aquisição de veículos novos, tendo como parâmetro o elevado valor apresentado pelas empresas do ramo. Desse modo, tornou-se possível prestar a fiel correspondência entre as modalidades para substanciar esta proposta de renovação da frota.

**c) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:**

Esta Unidade Jurisdicionada conta com um setor de transportes estruturado, o qual dispõe de um Sistema de Controle de Veículos – SISCOVEL, que gerencia e controla todas as atividades relacionadas com o atendimento aos usuários do serviço de transporte.

Dispõe também de contratos com empresas especializadas em manutenções preventiva e corretiva de veículos, com o objetivo de manter a frota em plenas condições de operação e consequentemente oferecer um atendimento de qualidade e seguros aos usuários.

## 7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS A TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		EXERCICIO 2012	EXERCICIO 2011
BRASIL	UF 1		
	Município 1 - Distrito Federal	364 <sup>(1)</sup>	365 <sup>(1)</sup>
	Município 1 - Distrito Federal	5 <sup>(2)</sup>	5 <sup>(2)</sup>
	Município 1 - Distrito Federal	4 <sup>(3)</sup>	4 <sup>(3)</sup>
	Município 2 - Goiás	1	1
Total Brasil		374	375

- (1) O MD atualmente possui 365 imóveis residenciais funcionais. Dentre esses, 60 estão em fase de regularização, que são as projeções: RIP'S Nº 9701 16451 5005, 9701 19018 5009 e 9701 16453 5006;
- (2) O MD possui também 2 terrenos/glebas para construção de imóveis de uso especial: RIP'S Nº 9701 19013 5001, 9701 17571 5000, 2 terrenos/lotes no Lago Sul, para construção de imóvel residencial funcional e 1 fazenda no Estado de Goiás e;
- (3) O MD possui, ainda, 4 projeções que foram entregues mas estão em fase de regularização junto à SPU-DF, pois pertenciam a empresas públicas extintas. A diferença de um exercício para outro, prende-se ao fato de ter sido alienado um apartamento residencial funcional.

**QUADRO A.7.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB-RESPONSABILIDADE DO MD**

UG	Localização	Regime	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
110404	SQS 311, Projeção 07	11	2.350.000,00	16/3/2008	2.350.000,00	0,00	0,00
110404	SQN 113, Projeção 10	11	2.350.000,00	16/3/2008	2.350.000,00	0,00	0,00
110404	SQN 113, Projeção 11	11	2.350.000,00	16/3/2008	2.350.000,00	0,00	0,00
Total					7.050.000,00	0,00	0,00

As projeções acima foram entregues pela Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal e encontram-se em fase de regularização por trata-se de imóveis pertencentes a empresas públicas extintas no ano de 1990. Estamos aguardando a regularização por parte daquela Superintendência para que possamos efetuar as inclusões das mesmas no SPIU<sup>net</sup>. As citadas projeções serão utilizadas para construção de unidades habitacionais.

## **8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento**

(PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012)

### **8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)**

**QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

<b>Quesitos a serem avaliados</b>	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.

	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s).Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: <a href="https://www.defesa.gov.br/arquivos/file/2012/mes12/pdtic_md">https://www.defesa.gov.br/arquivos/file/2012/mes12/pdtic_md</a>
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

\*Essa Atividade está sendo realizada pela SEORI

## Análise crítica

Ressaltamos as providências adotadas pela UJ de TIC nas seguintes questões:

- a) Todos os processos relativos à formalização da segurança da informação e comunicação (SIC) no órgão foram iniciados no ano de 2012, encontrando-se atualmente publicada a responsabilidade sobre a gestão de SIC (portaria nº 1.704/MD, de junho de 2012), as demais ações encontram-se em análise nos setores internos responsáveis.
- b) Um projeto que trata da avaliação de desempenho de serviços de TI e outras atividades foi iniciado no ano de 2013. O ano de 2012 tratou das necessárias ações de capacitação nesta área para a sua implementação futura.
- c) O plano estratégico de TI (PETI) foi incorporado ao plano diretor de tecnologia da informação e comunicação (PDTI) do órgão de modo a absorver, em seu conteúdo e programações, o planejamento nos níveis estratégicos, táticos e operacionais.

Desse contexto, depreende-se que a gestão de TI do ano de 2012 preocupou-se em preparar os recursos necessários para as devidas implementações na gestão de 2013.

## 9. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

(PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II, DA DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

### 9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.  • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?  Processos Administrativos nº 60585.002786/2012-40, nº 60585.001187/2012-17, 60585.000804/2012-59.					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).  <b>Processo 60.585000187/201217</b>				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.  • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).  • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X

<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Processo 60006.000158/2012-01</li> </ul>					
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>					X
	<b>Sim ( x )</b>		<b>Não ( )</b>		
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>			X		
<p>9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.</p>					X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>					X
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>			X		
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul> <p>No Ministério, os aparelhos de AR CONDICIONADO são ligados as 8:30h e desligados as 17:30h, bem como as salas são vistoriadas quanto aos estabilizadores e lâmpadas ligas após o horário de saída, caso são encontrados irregularidades o setor toma ciência e tem que explicar o porque.</p>					X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>			X		
<p>Considerações Gerais: A metodologia adotada para análise dos quesitos teve por base os procedimentos e recomendações requeridas nos editais de licitação no exercício de 2012.</p>					
<p><b><u>LEGENDA</u></b></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.  (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.  (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.  (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.  (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 9.2. Consumo de Papel, Energia e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa:	Ano de Adesão	Resultados
Esplanada Sustentável	2012	
Recurso Consumido	Quantidade	Valor
	Exercícios	

	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	12.440	10.425	11.386	95.443,24	193.843,57	214.078,65
Água	19.578	20.480	21.180	291.840,79	277.162,64	271.442,23
Energia Elétrica	251.168,1	264.718,6	273.494,8	996.396,37	913.162,58	890.064,38
	Total			1.383.680,40	1.384.168,79	1.375.585,26

Obs. 1: O MD aderiu ao Programa Esplanada Sustentável em outros itens, como água e esgoto, energia elétrica, telefone fixo e telefonia móvel. No tocante ao consumo de papel o MD não aderiu ao Programa em razão dos dados inseridos no SIADS – Sistema Integrado de Administração e Serviços não refletirem o consumo real no período de 2009 a agosto de 2011. Contudo, foi informado o consumo do papel no período que se encontrava no referido sistema, sendo verificado uma redução no consumo de 8,45% no período de 2010 à 2011 e um aumento de 19,32% no período de 2011 à 2012. O acréscimo no consumo pode ser atribuído a reestruturação do MD que apesar de ter sido aprovada neste ano, já estava ocorrendo gradativamente, culminando com um maior consumo e/ou demanda de papel. Porém verifica-se uma redução significativa nas despesas com o consumo de papel, o que ratifica a veracidade da informação de que o sistema de fato não refletia o consumo do período de 2010 à 2011, representando uma redução de 55,41% na despesa do período de 2010 à 2012.

Obs. 2: Os dados referentes ao consumo de água e energia elétrica são informados nas contas de prestação dos serviços; Considerando o ano de 2010 como base, o consumo de água teve uma redução de 3,31% de 2010 à 2011 e 7,56% de 2010 à 2012, o consumo de energia elétrica teve uma redução de 3,21% de 2010 à 2011 e 8,16% de 2010 à 2012.

## 10. Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas

(PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II, DA DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

### 10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

#### Quadro A.10.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício (DIRHU)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Defesa					41066
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
58385-TCU/Sefip	TC 011.286/2012-1	7203/2012-TC-2ª Câmara	9.3	DE	Carta nº 58385-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Defesa					41066
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. considerar ilegal o ato da instituidora Maria da Costa Nogueira, ex-servidora do Ministério da Defesa e beneficiária a Srª Laiz Carolina da Costa Nogueira, negando o respectivo registro;</p> <p>9.2. dispensar o recolhimento das parcelas indevidamente percebidas de boa-fé pela beneficiária da pensão, nos termos da Súmula TCU 106;</p> <p>9.3. determinar ao Ministério da Defesa, que:</p> <p>9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato impugnado no subitem 9.2 retro, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.3.2. comunique a interessada acerca da deliberação adotada por esta Corte de Contas, alertando-a que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Pagamento de Pessoal/Divisão de Recursos Humanos/DEADI					75087
Síntese das Providências Adotadas					

Após recebimento da determinação emanada pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, foi comunicado à pensionista, por meio do Ofício nº 11.660/DIRHU/DEADI/SEORI-MD, de 29 de outubro de 2012, a cessação do benefício de pensão civil. O pagamento do benefício em questão foi cessado no SIAPE, em 30 de outubro de 2012.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
O MD cessou o referido benefício, no entanto a beneficiária protocolou junto ao Poder Judiciário, pedido de liminar, objetivando o restabelecimento dessa pensão. O Poder Judiciário concedeu a Medida Cautelar em Mandado de Segurança nº 31.807 - Distrito Federal, no dia 18 de dezembro de 2012, restabelecendo o benefício. A determinação assegurada pelo Mandado de Segurança foi cumprida na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2013.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Não há.

### 10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

#### Quadro A.10.3 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (DIRHU)

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Coordenação e Organização Institucional			113057
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	Relatório Preliminar de Auditoria nº 63/Geaud/Ciset-MD	2.13.4.3.	Memo 250/2012/Geaud/Ciset-MD, de 23/08/12
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Coordenação e Organização Institucional			113057
<b>Descrição da Recomendação</b>			
que determine medidas no sentido de aprimorar os mecanismos de controle interno, com vistas à adequação dos procedimentos atinentes à pesquisa de preços, especialmente em relação à análise da qualificação dos serviços cotados, de modo a conferir maior transparência e obtenção da proposta mais vantajosa para a União, em estrita observância aos dispositivos enumerados no art. 3º da Lei nº 8.666/1993.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos/Divisão de Recursos Humanos/DEADI			75087
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Aplicação efetiva dos procedimentos estabelecidos na Orientação Normativa nº 01/DEADI, de 23 de junho de 2004. Melhoria na análise e na constituição dos processos de capacitação visando a obtenção da proposta que mais se adeque ao interesse público a um custo menor, medida essa, que se torna possível o convencimento do gestor. No entanto, vale ressaltar que todas as medidas de qualificação e quantificação processual já vinham sendo adotadas por esta administração.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Processos mais transparentes, menor custo e maior qualidade na instrução processual.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Informações Adicionais sobre o Controle interno da Gestão de Recursos Humanos

Com a finalidade de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos da União, sob a responsabilidade da administração central do MD, especialmente os de pessoal e dos benefícios assistenciais, é efetuado mensalmente fiscalização nos assentamentos funcionais e nos contracheques de aproximadamente 10% do efetivo de servidores e militares, com o objetivo de



corrigir possíveis erros, tanto nas pastas funcionais quanto nos contracheques, além de resguardar os interesses dos servidores e evitar lesão aos cofres públicos.

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (DIVTI)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério da Defesa			41066
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Contas Anual Nº 63/Geaud/Ciset-MD	2.7.1.1	Memo 250/2012/Geaud/Ciset-MD, de 23/08/12
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Coordenação e Organização Institucional			41109
Descrição da Recomendação			
Não obstante a justificativas apresentadas — que na essência ratificam as situações apontadas —, a equipe de auditoria mantém o entendimento de que o planejamento das aquisições na área de TI necessita de aprimorar o planejamento das aquisições na área de TI de forma a seguir às diretrizes estabelecidas na IN 04/2012-SLTI/MPOG.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Tecnologia da Informação – DIVTI/DEADI/SEORI			75087
Síntese da Providência Adotada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Ministério da Defesa para o triênio 2012-2015 – Portaria nº 3296/MD, de 7 de dezembro de 2012 - em 07 de dezembro de 2012</li> <li>- Finalização dos trabalhos para substituição da Orientação Normativa nº 004/DEADI e da Instrução Normativa nº 003/SEORI, ambas de 2004. Atualmente o resultado deste trabalho, encontra-se em tramitação na Divisão de Legislação – DILEG/DEORG para análise.</li> </ul>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As ações realizadas ainda não produziram os resultados esperados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Constituem-se fatores críticos para a adoção de providências pelo gestor: <ul style="list-style-type: none"> <li>- O reduzido número de funcionários envolvidos nos planejamentos e aprimoramentos dos processos de aquisição de TI; e</li> <li>- A lenta análise para aprovação dos documentos substitutivos aos normativos vigentes.</li> </ul>			

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (DIVTI)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério da Defesa			41066
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Contas Anual Nº 63/Geaud/Ciset-MD	2.7.2.1	Memo 250/2012/Geaud/Ciset-MD, de 23/08/12
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Coordenação e Organização Institucional			41109
Descrição da Recomendação			
Fortalecimento da Gestão de TI			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Tecnologia da Informação – DIVTI/DEADI/SEORI			75087
Síntese da Providência Adotada			
Fez constar no novo PDTIC a necessidade estratégica de formulação de um plano de gestão de recursos humanos de TIC no âmbito deste Ministério, visando a sanear de modo planejado e envolvendo a alta administração as demandas			

deste setor.
Síntese dos Resultados Obtidos
As ações realizadas ainda não produziram os resultados esperados
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Segue-se como fatores críticos para resolução da recomendação do fortalecimento da gestão de TI: a maior participação da alta Administração nos processos de TI a ela associados; a maior atuação do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIN/MD) e a inexistência do Plano Estratégico Institucional (PEI).

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (DIVTI)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério da Defesa			41066
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Contas Anual N° 63/Geaud/Ciset-MD	2.7.3.1	Memo 250/2012/Geaud/Ciset-MD, de 23/08/12
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Coordenação e Organização Institucional			41109
Descrição da Recomendação			
Necessidade de implementar política de salvaguarda da informação no âmbito do Ministério da Defesa			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Tecnologia da Informação – DIVTI/DEADI/SEORI			75087
Síntese da Providência Adotada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicação da Portaria n° 1704/MD, de 27 de julho de 2012, que designa o Gerente da DIVTI para exercer a função de Gestor de Segurança da Informação e Comunicação e institui o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação (CSIC) no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa; e</li> <li>- Envio da Política de Segurança da Informação e Comunicação do MD para o trâmite de aprovação. Este documento encontra-se atualmente na CONJUR.</li> </ul>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As ações realizadas ainda não produziram os resultados esperados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Devido aos tramites internos, o tempo entre a solicitação de designação do Gestor de SIC e a publicação da Portaria foi em demasia elevado;</li> <li>- A publicação da POSIC também está aguardando os tramites internos desde dezembro de 2012, dificultando a criação das Normas por ela decorrentes.</li> </ul>			

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (DIVTI)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério da Defesa			41066
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Contas Anual N° 63/Geaud/Ciset-MD	2.7.4.1	Memo 250/2012/Geaud/Ciset-MD, de 23/08/12
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Coordenação e Organização Institucional			41109
Descrição da Recomendação			
Fortalecimento da estrutura do MD na produção e aquisição de software			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Divisão de Tecnologia da Informação – DIVTI/DEADI/SEORI	75087
Síntese da Providência Adotada	
Publicação da Instrução Normativa 01/SEORI, de 07 de fevereiro de 2013 que define procedimentos para solicitação de desenvolvimento, manutenção e repasse de Sistemas de Informação de responsabilidade da DIVTI.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
As ações realizadas ainda não produziram os resultados esperados	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
O crescimento da área de TI do MD trouxe para a área de desenvolvimento uma grande demanda de novos softwares e também de manutenção de softwares produzidos por servidores (militares e civis) nos seus respectivos setores. Fez-se necessário regulamentar o serviço oferecido pela Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas. Dessa forma, a IN publicada uniformiza os procedimentos relativos às seguintes solicitações: solicitação de novos sistemas, manutenção de sistemas, modificação de escopo em sistemas em desenvolvimento e repasse de sistemas não desenvolvidos pela CODES. Positivamente esse tipo de norma vem a agregar amadurecimento nos processos dos serviços profissionais oferecidos por essa divisão.	

#### QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (DIVTI)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério da Defesa			41066
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Contas Anual N° 63/Geaud/Ciset-MD	2.7.5.1	Memo 250/2012/Geaud/Ciset-MD, de 23/08/12
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Coordenação e Organização Institucional			41109
Descrição da Recomendação			
Necessidade de aperfeiçoar os procedimentos para contratação e gestão de bens e serviços de TI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Tecnologia da Informação – DIVTI/DEADI/SEORI			75087
Síntese da Providência Adotada			
- Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Ministério da Defesa para o triênio 2012-2015 – Portaria n° 3296/MD, de 7 de dezembro de 2012 - em 07 de dezembro de 2012			
- Finalização dos trabalhos para substituição da Orientação Normativa n° 004/DEADI e da Instrução Normativa n° 003/SEORI, ambas de 2004. Atualmente o resultado deste trabalho, encontra-se em tramitação na Divisão de Legislação – DILEG/DEORG para análise.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As ações realizadas ainda não produziram os resultados esperados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Constituem-se fatores críticos para a adoção de providências pelo gestor:			
- O reduzido número de funcionários envolvidos nos planejamentos e aprimoramentos dos processos de aquisição de TI; e			
- A lenta análise para aprovação dos documentos substitutivos aos normativos vigentes.			

### 10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

#### QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei n° 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início	Final do	Final do

		do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	01
	Entregaram a DBR	-	-	01
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	232	223	748
	Entregaram a DBR	232	223	748
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

**Fonte:** SIRHU/IRRF

### Análise crítica

A Divisão de Recursos Humanos do Ministério da Defesa é o setor competente pela recepção, controle, guarda e adoção de medidas administrativas acerca do cumprimento da entrega da Declaração de Bens e Rendas dos servidores e militares em exercício no MD.

O controle do cumprimento ou não dessa obrigação é efetuado por meio de sistema interno desenvolvido especificamente para essa finalidade, posto não haver no âmbito da administração pública federal direta, sistema de controle compartilhado, cujo resultado do cumprimento dessa obrigatoriedade, está discriminado no demonstrativo acima.

A Divisão de Recursos Humanos recebe as Declarações de Bens e Rendas e/ou da Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual da Pessoa Física e Declaração de Bens e Rendas, em meio físico, nos termos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 67/TCU, de 2011. Essa medida foi trazida inicialmente pela Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 2007, e adotada pelo MD, administração central, desde 2009.

Ressalta-se que um pequeno número de servidores e militares opta pela entrega da Declaração de Bens e Rendas. A grande maioria autoriza o acesso eletrônico às Declarações de Imposto de Renda da Pessoa Física.

Esses documentos são autuados e guardados no cofre existente na Coordenação de Pagamento da Divisão de Recursos Humanos, visando a preservação da integridade e o sigilo fiscal dessas informações.

É oportuno esclarecer que há militares à disposição desta administração que ainda não exercem cargo de confiança ou função comissionada, e por consequência não são alcançados pela Lei nº 8.730, de 1993. A despeito desse fato, foram informados sobre a necessidade de apresentar uma das modalidades trazidas pela Instrução Normativa nº 67/TCU, de 2011. O resultado desse controle está demonstrado no quadro a seguir:

<b>Controle de entrega</b>	<b>Ingressos</b>	<b>Egressos</b>	<b>Final do Exercício Financeiro</b>
Militares s/função	53	22	49
Apresentaram	52	22	45

Não apresentaram	01	-	04
------------------	----	---	----

Fonte: SIRHU/IRRF

Por fim, registro que não é efetuado pela Divisão de Recursos Humanos a análise para identificar incompatibilidade de patrimônio com a remuneração percebida por servidores e militares.

#### 10.4. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

##### QUADRO A.10.6 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

<p><b>DECLARAÇÃO</b></p> <p>Eu, Rui Alencar Andrade, CPF nº 016777053-53, Ordenador de Despesas, exercido no Departamento de Administração Interna declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465 de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: center;">Brasília, março de 2013.</p> <p style="text-align: center;"><b>RUI ALENCAR ANDRADE</b> CPF 01677705353 Departamento de Administração Interna</p>
--

#### 11. Informações Contábeis

##### 11.1. As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP 16.9, aprovada pela Resolução nº 1.136/2008, estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão.

A partir do exercício de 2010, este Ministério passou a efetuar a contabilização da depreciação. Em Dezembro de 2012 o impacto deste novo método no Patrimônio Líquido é na ordem de R\$ 1.028.688.218,45. Em obediência aos normativos emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, para a realização do registro da depreciação, foram definidos os seguintes critérios:

a) Método de depreciação:	Método de Cotas Constantes;
b) Início da depreciação:	Bens adquiridos ao longo do exercício financeiro de 2010;
c) Vida útil dos bens a serem depreciados:	Utilizado os critérios determinados pela Secretaria da Receita Federal, quais sejam: - máquinas - 10 anos - veículos - 5 anos - móveis - 10 anos - imóveis - 25 anos
d) Taxas anuais de depreciação:	- edifícios (sem os terrenos) - 4% - instalações - 10% - móveis e utensílios - 10%

	- veículos - 20%
	- computadores e periféricos - 20%

### 11.2. Declaração do Contador Responsável

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL			115405
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, exceto no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- divergência entre o Inventário Físico de Material Permanente e os saldos correlatos constantes no balancete da unidade no sistema SIAFI; e</li> <li>- os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado do Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília-DF</b>	<b>Data</b>	<b>28/02/2013</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Noemia Silva Monteiro</b>	<b>CRC nº</b>	<b>009784/0-9 - DF</b>

## **PROGRAMA CALHA NORTE**

Sentido a necessidade em dar celeridade para atender as demandas do Programa Calha Norte/PCN, a Secretaria criou a Unidade Gestora 110594 Gestão 00001, subordinada ao DEADI, por intermédio da Portaria nº 3.485/SEORI, de 10/11/2011, DOU nº 218, de 14/11/2011, que tem como competências as aplicações dos recursos do Programa, destinados aos Estados e municípios por meio de convênios, bem como os recursos destinados aos Comandos Militares, de forma direta e por meio de destaques, votados para seus projetos e atividades; a articulação com as Forças Armadas e órgãos governamentais, necessárias ao tratamento de assuntos inerentes ao Programa; articulação com os Estados e municípios beneficiados com recursos do PCN, com Deputados e Senadores, e outras autoridades Federais, Estaduais e municipais visando tratar de assuntos de interesse do Calha Norte e dos partícipes.

Destacamos como principais atribuições a coordenação das ações da vertente militar e civil; planejamento das viagens de comitivas e de vistorias/relatórios das obras civis do PCN; manter atualizados os normativos regulatórios do programa. Com relação às principais atividades destacamos o planejamento das viagens das equipes técnicas; descentralização de recursos para as Forças; àquelas relacionadas ao acompanhamento da execução e prestação de contas dos 243 (duzentos e quarenta e três) convênios existentes até 2012.

Esclarecemos que a execução das atividades finalísticas, do PCN, são realizadas pela UG 110594, entretanto, as despesas de custeio são realizadas pela UG 110404.

As informações relativas aos Quadros A.5.3, A.5.4, A.5.5, A.5.6 e A.5.7 bem como suas análise crítica, estão dispostas como anexos, no final do relatório.

## **DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO – DEORG**

O Departamento de Coordenação, Organização e Legislação não executa gestão de recursos orçamentários, nem realiza despesas de modo direto, sendo apoiado em tal sentido pelo Departamento de Administração Interna (DEADI).

Sobre principais produtos decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Departamento, destacamos a análise e acompanhamento de propostas de atos afetos a legislação militar e de defesa; produção normativa de 67 (sessenta e sete) atos, entre leis e suas alterações, decretos e portarias. Destacamos ainda a participação do projeto de lei com os cargos da nova estrutura do Ministério e a implantação das disposições da Lei de Acesso à Informação (LAI), bem como a ativação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC). A DEORG analisou e encaminhou propostas relacionadas à remuneração dos militares da Forças Armadas que, após estudos e negociações, foi aprovado o reajuste em suas remunerações para o biênio 2013-2015. Participamos, como representante do Ministério, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, com direito a voto nas deliberações.

Quanto às informações gerais sobre a gestão do Departamento (subitem 2.1. Port.TCU 119/2012), apresentamos o Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais (BIEG), e sua utilidade.

O BIEG reúne dados das folhas de pagamentos das três Forças em único repositório, contemplando informações do pessoal militar (ativo, inativo, pensionista e anistiados). Suas principais aplicações se referem a subsidiar a realização a realização de estudos sobre a remuneração dos militares e para a produção de avaliação financeira e atuarial, que se destina a compor anualmente o anexo do Projeto da LDO.

A seguir, destacamos os principais resultados obtidos a partir da implantação do BIEG:

- a) Envio bimestral de informações sobre os efetivos militares ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para compor o Boletim Estatístico de Pessoal daquele órgão;
- b) Fornecimento de informações para compor o Memento, publicação consolidada de dados da Pasta, de uso do Ministro;
- c) Fornecimento de dados para a produção da avaliação financeira e atuarial pertinente ao exercício 2012. Sobre tal atividade, importa frisar que no transcurso dos anos de 2012 a 2014, os dados do BIEG estão sendo submetidos a processo de refinamento para possibilitar um aprimoramento da avaliação atuarial, aumentando a fidelidade e a precisão do cálculo;
- d) Fornecimento de dados para os estudos que resultaram no reajuste da remuneração dos militares das Forças Armadas no biênio 2013-2015.

Quanto às informações sobre as estratégias adotadas pela Unidade, sobre a responsabilidade do Departamento, para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão, (subitem 2.2. Port.TCU 119/2012), destacamos:

- a) Reformulação do Banco de Dados de Legislação do Ministério da Defesa. Esta atividade tem por objetivo proporcionar acesso fácil, rápido e confiável da legislação existente no Ministério;
- b) Modificação na estrutura do Departamento: em 2012, com vista a se obter melhor rendimento e racionalização de processos, procedeu-se a realocação de pessoal e atribuições entre as Divisões e Assessoria do DEORG, com destaque para a disposição da equipe do BIEG que saiu da Assessoria e passou a vinculação da Divisão de Remuneração e as atividades inerentes à Lei de Acesso à Informação ter passado à responsabilidade da Divisão de Organização, bem como a Assessoria do Departamento passou a ser incumbida das atividades relacionadas as Parcerias Público-Privadas vinculadas às Forças Armadas;
- c) Alimentação do SISPROG (sistema eletrônico de tramitação de documentos administrativos), por meio da digitalização do inteiro teor dos processos que tramitam pelo Departamento, que anteriormente possuíam a documentação apenas em meio físico. Tal procedimento permitiu um acompanhamento preciso da documentação e dos assuntos, estabelecendo prazos e prioridades para as Divisões.

O Departamento de Administração está tratando das informações sobre as deliberações exaradas em Acórdãos do TCU (subitem 10.1 da DN 119/2012). Entretanto, cabe registrar que o Tribunal de Contas da União, em face da TC nº 015.529/2010-0, que tem por matéria o Sistema Brasileiro de Previdência Pública, proferiu decisões por meio do Acórdão nº 2059/2012 (sessão plenário de 08/08/2012) direcionadas a SEORI/MD e a diversos outros órgãos da Administração Pública Federal.

Em vista das decisões do referido acórdão a SEORI/DEORG resolveu interpor recurso perante a Corte de Contas, o que fez no dia 27 de agosto de 2012. O recurso foi recebido e remetido para a relatoria da Exma. Sra. Ministra Ana Lúcia Arraes de Alencar. Acerca do mesmo acórdão, também interpuseram recurso a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) em conjunto com o Ministério da Previdência Social (MPS). De acordo com consulta realizada em 12 de março de 2013, o TCU ainda não publicou decisões sobre os recursos interpostos, estando, portanto as decisões do Acórdão nº 2059/2012 alcançadas por efeito suspensivo.

## **DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - DEORF**

Ao Departamento de Orçamento e Finanças (DEORF) compete exercer as atividades de órgão setorial do Ministério da Defesa na estrutura dos sistemas de Planejamento, Orçamento, Administração Financeira e Contabilidade do Governo Federal, destacando-se a coordenação dos



procedimentos para elaboração e consolidação de planos orçamentários anuais e plurianuais, bem como a gestão orçamentária e financeira do Ministério da Defesa.

Desse modo tratamos das informações relacionadas ao item 4, no que se refere à programação e execução da despesa orçamentária e financeira, em consonância com as informações prestadas pelo Departamento de Administração (DEADI), conforme suas competências.

Assim, e de forma didática, estamos disponibilizando os quadros e as análises críticas como anexos, no final do relatório dessa UJ, de forma idêntica ao Programa Calha Norte.

## SEÇÃO IV

### RESULTADOS E CONCLUSÕES

O Tema Defesa Nacional consta da agenda governamental, razão pela qual foi inserido no Plano Plurianual 2012-2015, por meio do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, como uma das prioridades do Governo Federal.

A defesa de um país consiste, basicamente, no conjunto das capacidades organizadas, com o objetivo de garantir a segurança do patrimônio natural e social, a dissuasão por meio da capacidade de combate e os compromissos internacionais, que culminam com a manutenção da soberania do estado nacional. Dessa forma, é executada diretamente pelo Ministério da Defesa, que articula o emprego das Forças Armadas brasileiras, e indiretamente pelo Ministério das Relações Exteriores.

Há mais de 130 anos, o Brasil não se envolve em conflito com seus vizinhos. O País tem trabalhado no sentido de promover maior integração e aproximação entre os países do continente e, em consequência disso, tem adquirido credibilidade internacional.

Entretanto, não estamos inteiramente livres de riscos. Apesar de conviver pacificamente na comunidade internacional, o País pode ser compelido a envolver-se em conflitos gerados externamente, seja por ameaça ao nosso patrimônio ou por ameaça aos nossos interesses vitais.

#### **A Estratégia Nacional de Defesa**

A Estratégia Nacional de Defesa - END constituiu-se em marco histórico na evolução do pensamento de defesa em nosso País. Pela primeira vez, o poder político tomou a si a responsabilidade de definir os parâmetros que balizarão a evolução do segmento militar no contexto da estrutura de defesa nacional, o que faz recair sobre as Forças Armadas renovadas atribuições, principalmente no sentido de apresentar planejamentos com capacidade de respaldar e motivar decisões políticas e econômicas por parte do Governo Federal.

#### **O Papel das Forças Armadas na defesa do País**

A soberania de uma nação depende diretamente de sua expressão militar. Nesse sentido, as Forças Armadas brasileiras têm por missão constitucional defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e manter a lei e a ordem. Para tanto, há de se desenvolver as capacidades necessárias para que o País possa fazer valer suas decisões, respaldar a política externa e atuar de maneira afirmativa em suas áreas de interesse estratégico.

Dessa forma, a defesa do País é realizada sob a coordenação do Ministério da Defesa, pela atuação conjunta dos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, responsáveis, respectivamente, pelas Defesas Marítima, Terrestre e Aeroespacial.

Além disso, O Ministério da Defesa, sem comprometimento da sua missão principal, auxilia o Governo em ações voltadas para o desenvolvimento social e também em diversas situações, seja para garantia da manutenção da lei e da ordem; apoio e assistência à população em casos de desastres e calamidades; enfrentamento de endemias; reconstrução de infraestrutura urbana e de transporte; atendimento médico-hospitalar e odontológico às comunidades localizadas em áreas de difícil acesso, entre outras frentes de trabalho.

#### **Principais resultados do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa em 2012**

Constituem-se como principais vertentes do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa: o Planejamento de Defesa, a Defesa Terrestre, Defesa Naval, Defesa Aérea e o Emprego Combinado das Forças Armadas.

## **Planejamento na área de Defesa**

No que se refere às questões relacionadas ao planejamento na área de Defesa, foi encaminhado ao Congresso Nacional, em novembro de 2012, o Livro Branco de Defesa, onde se encontra, atualmente, em processo análise.

Em paralelo a proposta do Livro Branco de Defesa, em 2012, foram, também, encaminhadas ao Congresso Nacional as propostas de atualização da Estratégia Nacional de Defesa e da Política Nacional de Defesa, as quais reafirmam a postura do país quanto às prioridades na área de defesa; ao fomento à indústria nacional e ao relacionamento com os demais estados e governos.

## **Defesa Terrestre**

No que tange à Defesa Terrestre, também houve avanços na Política Nacional de Defesa, quanto à implantação, à modernização e à adequação das Organizações Militares, bem como à estruturação do Projeto de Monitoramento das Fronteiras; na manutenção de máquinas, equipamentos e instalações voltados para a fabricação de produtos de defesa e; na adequação dos meios operacionais do Exército.

Com relação ao monitoramento de fronteiras, e à ocupação dos vazios geográficos da Região Amazônica, destaca-se a atuação do Programa Calha Norte - PCN, criado em 1985 para promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região, cujos principais objetivos são: ***“fixar o homem na região, aumentar a qualidade de vida das populações atendidas, integrar socialmente as comunidades isoladas e aumentar a presença do estado na região”***.

Em 2012, foi dada a continuidade das atividades do PCN, por meio de ações diversas, tais como a realização de obras de rodovias, portos, escolas, hospitais, redes de energia elétrica; bem como a construção e manutenção das instalações militares que reforçam a segurança nas fronteiras e o combate ao narcotráfico.

Em apoio Plano Brasil Maior, Programa do governo federal brasileiro, criado para aumentar a competitividade da indústria nacional, o Ministério da Defesa está desenvolvendo dois importantes projetos voltados para a fabricação, no Brasil, de equipamentos militares. São eles: o Guarani e o Astros 2020. Esses projetos foram criados para estimular a inovação e a produção nacional de meios tecnologicamente avançados, com a finalidade de ampliar a capacidade de defesa e também de impulsionar a competitividade da indústria nacional nos mercados interno e externo, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O Guarani é o primeiro modelo de uma família de blindados a ser produzida no país. Esses carros de combate - anfíbios sobre rodas - substituirão, gradualmente, os atuais blindados utilizados pelo Exército (Urutu, Cascavel), que estão com mais de 30 anos de utilização e já não atendem mais às necessidades da Força Terrestre.

O Astros 2020 é um sistema nacional de lançamento de foguetes e mísseis, desenvolvido pelo Exército, fabricado pela empresa Avibrás, de São José dos Campos. Sucesso comercial, o lançador sobre rodas já foi exportado para vários países e vai aparelhar unidades de combate da artilharia do Exército Brasileiro.

Em 2012 foram priorizados os investimentos que viabilizaram o início da produção dos blindados Guarani e o avanço dos desenvolvimentos de foguetes guiados e de mísseis do projeto astros 2020,

que se constituem em projetos estratégicos do eixo estruturante de reestruturação da indústria nacional de defesa.

### **Defesa naval**

Com relação à Defesa Naval, o governo brasileiro, ao longo dos últimos anos, vem envidando esforços no sentido de equipar a Força Marítima, por meio da aquisição e modernização dos meios navais e aeronavais. Destaca-se, em 2012, a continuidade do Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB. Criado a partir de uma parceria estratégica celebrada entre os Governos do Brasil e da França, em dezembro de 2008, compreende três áreas de atuação: implantação do Estaleiro e Base Naval; construção de quatro Submarinos Convencionais (S-BR) e construção de Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR).

Também compõe os esforços, no sentido de modernizar os meios navais da Marinha, a aquisição de três Navios-Patrolha Oceânicos - NPaOc de 1800 toneladas: o NPaOc Amazonas; o NPaOc Apa, ambos recebidos em 2012; e o NPaOc Araguari, que tem entrega prevista para abril de 2013.

Da mesma forma, foram entregues duas unidades dos Navios-Patrolha de 500 toneladas, da Classe Macaé, construídas no Estaleiro INACE, em Fortaleza-CE: NPa Macaé e o NPa Macau. Outras cinco unidades estão em construção no Estaleiro Ilha S.A - EISA, no Rio de Janeiro-RJ, com previsão de entrega de três unidades em 2013 e as outras duas em 2014.

O Submarino com Propulsão Nuclear (SN-BR) será totalmente projetado e construído no Brasil, empregando os mesmos métodos, técnicas e processos de construção desenvolvidos pelos franceses, excluídos o projeto e a construção do protótipo do reator nuclear e seus controles, que cabem exclusivamente à Marinha. Em 2012 foi dado início ao desenvolvimento do projeto, com a conclusão prevista para 2015.

No âmbito do Programa Nuclear da Marinha, cabe destaque, em 2012, o início do comissionamento da sua primeira fase da Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio - USEXA, consolidando o domínio do ciclo de combustível nuclear no Brasil. As rotinas de testes, comissionamento e pré-operação da segunda fase das unidades do tetrafluoreto de urânio - UF4 ao hexa fluoreto de urânio - UF6 têm previsão de conclusão em 2013.

### **Defesa Aérea**

Quanto à Defesa aérea, foram empreendidos uma série de projetos, diretamente relacionados com o incremento de sua capacidade estratégica.

Em 2012 foram definidos os ferramentais de fabricação da aeronave KC-390 e concluída a revisão preliminar de projeto, iniciando-se, então, a última e decisiva etapa da fase de desenvolvimento, que trata do projeto detalhado e da certificação da Aeronave KC-390, o que permitirá a liberação dos desenhos para a produção dos protótipos.

Foram viabilizados, ainda, projetos envolvendo a aquisição e o desenvolvimento de aeronaves, com destaque para o Projeto H-X BR, referente à aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral das Forças Armadas, ambos com ênfase no incentivo e na transferência de tecnologia à indústria nacional, tendo como Iniciativa 01IB – Aquisição de helicóptero de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR).

### **Preparo e emprego combinado das Forças Armadas**

No diz respeito ao preparo e emprego combinado das Forças Armadas, no ano de 2012, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) realizou dois exercícios militares, focados no emprego das Forças Armadas, de maneira conjunta, ou seja, sob coordenação centralizada e

comando único. Especialmente no entorno estratégico do Brasil, na América do Sul, onde a colaboração em defesa assume as formas bilateral e multilateral.

A título de cooperação com os países sul-americanos, foram desenvolvidas ações nos setores de políticas de defesa, cooperação militar, ações humanitárias, formação e capacitação, dentre outras, tendo sempre como balizador o respeito às particularidades de cada nação.

Durante o ano de 2012, o Ministério da Defesa buscou constantemente otimizar a aplicação dos recursos de modo a atender as demandas cada vez mais crescentes da sociedade brasileira, tanto no território nacional como no exterior.

No âmbito do Ministério da Defesa, destacam-se os seguintes normativos: Criação de cargos, nova estrutura do Ministério (Lei nº 12.691, de 24 de julho de 2012); Criação da Secretaria-Geral do MD (Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012); Publicação do Decreto nº 7.809, de 20 de setembro de 2012, que alterou as estruturas regimentais dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, com a Criação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha – SECTM, Criação do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia do Exército – CONTIEX, Criação do Centro de Defesa Cibernética do Comando do Exército, e Alterações nos órgãos de Controle Interno dos Comandos e Prorrogação do remanejamento dos cargos dos V Jogos Mundiais Militares e Rio + 20 - Manutenção de pessoal para o pós-jogos, segundo o Decreto nº 7.779, de 31.07.2012, remanejando os cargos até 13.09.2012.

No dia 17 de julho de 2012, foi encaminhada a Política de Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa para a apreciação do Congresso Nacional.

Junto ao Programa Calha Norte, foram analisadas 504 propostas de convênio, tendo sido celebrados 243 convênios conforme quadro abaixo:

CONVÊNIOS CELEBRADOS EM 2012 CONSOLIDADOS POR ESTADOS

ESTADO	Nº DE CONVÊNIOS	VALOR TOTAL EMPENHADO PELO MD (R\$ 1,00)
ACRE	37	22.027.035,21
AMAPÁ	31	26.916.100,00
AMAZONAS	28	27.550.000,00
PARÁ	0	0,00
RONDÔNIA	132	62.149.842,00
RORAIMA	15	29.640.000,00
TOTAL	243	168.282.977,21

Na área das atividades esportivas, ocorreu parceria com o Ministério do Esporte e Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, contribuindo para o desenvolvimento das atividades ligadas ao Programa Forças no Esporte, que atende crianças carentes no nosso Brasil, e para o aprimoramento do Atleta de Alto Rendimento, permitindo a manutenção do preparo voltado para as competições esportivas, inclusive visando às futuras Olimpíadas de 2016.

As metas estabelecidas nos programas finalísticos que apoiam as ações desportivas foram efetivamente alcançadas, podendo ser observados os salutaros efeitos de suas atividades tanto pela manutenção de níveis anteriormente atingidos durante a campanha dos 5º Jogos Mundiais Militares RIO2011, como também pelo melhoramento de outros índices, incluindo-se as vitórias obtidas nos diversos campeonatos nacionais e internacionais do Conselho Internacional do Desporto Militar - CISM, e, principalmente, a participação exitosa das equipes militares nos Jogos Olímpicos de Londres - 2012, quando as Forças Armadas contribuíram com cinquenta e um atletas de alto

rendimento logrando expressiva marca com a obtenção de quatro medalhas olímpicas, sendo uma de ouro e três de bronze, correspondendo a cerca de 30% das conquistas Brasileiras.

Quanto às atividades relacionadas ao apoio aos Produtos de Defesa, cabe observar que os resultados alcançados estão em consonância com a Política Nacional de Defesa, no alcance das seguintes metas: conscientização da sociedade em geral quanto à necessidade de o País dispor de uma forte BID; diminuição progressiva da dependência externa em produtos estratégicos de defesa, desenvolvendo-os e produzindo-os internamente; redução da carga tributária incidente sobre a BID, com especial atenção às distorções com relação aos produtos importados, conseguida com a aprovação da Lei nº 12.598/2012; ampliação da capacidade de aquisição de produtos de defesa da indústria nacional pelas Forças Armadas; melhoria da qualidade tecnológica dos produtos estratégicos de defesa; aumento da competitividade da BID brasileira para expandir as exportações; e melhoria da capacidade de mobilização industrial na BID.

Na Área de Ciência e Tecnologia, os resultados alcançados estão alinhados com os objetivos estratégicos estabelecidos na Estratégia Nacional de Defesa, quais sejam: estabelecer a institucionalização de fóruns e mecanismos permanentes para a discussão, formatação, realização, acompanhamento e avaliação de projetos e ações de conteúdo de Ciência, Tecnologia e Informação resultantes da interação do MD e do MCTI e identificar as necessidades e os anseios dos setores civis e militares, relacionados com a Ciência, Tecnologia e Informação, a fim de que sejam estabelecidas Diretrizes Estratégicas para a Defesa, como forma de buscar o efetivo domínio dos conhecimentos científico-tecnológicos para o Desenvolvimento Nacional.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas atingiu satisfatoriamente os objetivos previstos para o exercício de 2012. O planejamento das atividades foi adequado à realidade orçamentária, o que exigiu cortes, redução da amplitude e dos meios militares empregados nos eventos previstos.

Os principais exercícios de adestramento, Operação AMAZÔNIA e Operação ATLÂNTICO III, para o emprego conjunto das Forças Armadas atingiram seus objetivos no que se referem ao adestramento do pessoal, aplicação da Doutrina das Operações Conjuntas e avaliação do sistema logístico no Teatro de Operações, entre outros aspectos.

No campo da Mobilização e do Serviço Militar, o EMCFA prosseguiu no desenvolvimento do Sistema de Informações Logísticas de Defesa ampliando sua abrangência para atender à Mobilização Nacional, tendo difundido uma mentalidade de responsabilidade de alto nível para a implantação do Sistema de Mobilização Nacional, inclusive com reuniões entre os agentes dos Órgãos que integram o SINAMOB e continuou com a formação profissional proporcionada pelo Projeto Soldado-Cidadão.

Com relação aos assuntos ligados à Política e à Inteligência Estratégicas e aos Assuntos Internacionais, as atividades que mais se destacaram foram: a atualização da Política de Defesa Nacional; a execução do V Fórum de Inteligência e Segurança Hemisférica (V FISH), realizado em Brasília – DF; a participação em Reuniões do Conselho de Defesa Sul-Americano; a participação em Reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP; e a continuidade dos trabalhos junto às Missões de Paz no Haiti – MINUSTAH e no Líbano - UNIFIL, sob a égide da ONU.

Finalmente, cabe ressaltar o emprego das Forças Armadas na segurança, coordenada com os Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, por ocasião da realização da Conferência Rio +20 e na elaboração do Plano Estratégico de Emprego das Forças Armadas em Casos de Desastres sempre em cooperação com ações desencadeadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC, trabalho que resultou em um Plano Logístico, voltado às Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, no qual foi estabelecido um total de 7 (sete) módulos, compostos por diversos itens, agrupados por atividades finalísticas, a saber: Apoio à Saúde, Apoio Aéreo, Comunicações,

Engenharia, Salvamento, Sustentação e DQBRN (Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear).

Brasília-DF, abril/2013.

**INÁCIO JOSÉ BARREIRA DANZIO**  
Secretário de Coordenação e Organização  
Institucional, Substituto

**ANEXOS RELACIONADOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO**

**DA**

**SEORI**



## ANEXO A

### PROGRAMA CALHA NORTE

#### QUADRO A.5.3

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: Ministério da Defesa - Coordenação Geral do Programa Calha Norte/MD									
CNPJ: 14.665.070/0001-73						UG/GESTÃO: 110594 / 00001			
Informações sobre as transferências									
Mod	Nº do Instrum.	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	708955	230666400001/08	1.052.631,50	52.631,50	0,00	1.000.000,00	29/12/2009	19/8/2012	11
1	709696	040767330001/60	211.250,00	61.250,00	0,00	150.000,00	28/12/2009	9/10/2012	10
1	709700	843066200001/43	124.950,00	24.950,00	0,00	100.000,00	28/12/2009	13/1/2012	12
1	709718	059957660001/77	260.416,67	10.416,67	0,00	0,00	28/12/2009	31/7/2012	8
1	709720	349252060001/44	255.102,04	5.102,04	0,00	250.000,00	28/12/2009	1/6/2012	12
1	709723	349252060001/44	255.102,04	5.102,04	0,00	250.000,00	28/12/2009	25/6/2012	12
1	709727	230666400001/08	777.777,78	77.777,78	0,00	700.000,00	28/12/2009	21/10/2012	10
1	709729	059957660001/77	156.250,00	6.250,00	0,00	0,00	28/12/2009	31/7/2012	8
1	709820	230666400001/08	210.526,31	10.526,31	0,00	200.000,00	28/12/2009	25/6/2012	11
1	710400	043329950001/49	1.060.000,00	60.000,00	0,00	1.000.000,00	28/12/2009	23/6/2012	12
1	710441	044775680001/59	315.000,00	15.000,00	0,00	300.000,00	28/12/2009	7/6/2012	13
1	710461	058308720001/09	420.000,00	20.000,00	0,00	400.000,00	28/12/2009	13/9/2012	10
1	710481	040561980001/86	2.216.485,82	66.532,58	0,00	2.687.451,05	28/12/2009	30/3/2012	12
1	710486	040561980001/86	1.521.649,49	45.649,49	0,00	1.000.000,00	28/12/2009	28/5/2012	12
1	710497	040561980001/86	1.270.019,77	38.341,05	0,00	1.231.678,72	28/12/2009	30/3/2012	12
1	710608	042792380001/59	835.000,00	35.000,00	0,00	800.000,00	29/12/2009	28/5/2012	14
1	710627	637619360001/55	206.185,56	6.185,56	0,00	200.000,00	29/12/2009	25/8/2012	13
1	710634	637869900001/55	207.655,50	7.655,50	0,00	200.000,00	29/12/2009	2/5/2012	13
1	710678	847453630001/46	102.100,00	2.100,00	0,00	100.000,00	29/12/2009	1/6/2012	11
1	710712	637619360001/55	309.278,39	9.278,39	0,00	300.000,00	29/12/2009	28/5/2012	13
1	710737	637619360001/55	309.278,35	9.278,35	0,00	300.000,00	29/12/2009	28/5/2012	13
1	710739	228551420001/73	206.185,57	6.185,57	0,00	200.000,00	28/12/2009	25/5/2012	14
1	710753	228551590001/20	435.788,66	35.788,66	0,00	400.000,00	28/12/2009	19/11/2012	13
1	710769	349251980001/36	408.164,00	8.164,00	0,00	0,00	29/12/2009	31/7/2012	8
1	710801	637620090001/50	206.287,63	6.287,63	0,00	0,00	28/12/2009	31/7/2013	9
1	710871	158841090001/06	481.702,86	31.702,86	0,00	450.000,00	29/12/2009	1/7/2012	12
1	710904	637620090001/50	306.122,45	6.122,45	0,00	300.000,00	28/12/2009	29/11/2012	10
1	710916	847453890001/94	217.919,46	11.377,12	0,00	200.000,00	28/12/2009	17/9/2012	12
1	710921	041048160001/16	364.583,33	14.583,33	0,00	350.000,00	29/12/2009	26/8/2012	13
1	711032	012660580001/44	105.000,00	5.000,00	0,00	0,00	28/12/2009	31/7/2012	8
1	711050	012660580001/44	128.865,97	3.865,97	0,00	0,00	28/12/2009	31/7/2012	8
1	711066	043948050001/18	117.688,34	17.688,34	0,00	100.000,00	28/12/2009	25/5/2012	14
1	711070	228551420001/73	105.000,00	5.000,00	0,00	100.000,00	28/12/2009	28/5/2012	11

1	711078	012544220001/56	154.696,95	4.696,95	0,00	150.000,00	28/12/2009	14/6/2012	13
1	711084	847229170001/90	142.857,14	2.857,14	0,00	0,00	28/12/2009	31/7/2013	9
1	711097	042792380001/59	104.166,67	4.166,67	0,00	100.000,00	29/12/2009	28/5/2012	14
1	711110	637870970001/44	122.313,39	22.313,39	0,00	100.000,00	28/12/2009	25/6/2012	11
1	711129	637870970001/44	258.908,00	8.908,00	0,00	250.000,00	29/12/2009	28/6/2012	14
1	711132	228551420001/73	257.735,00	7.735,00	0,00	250.000,00	29/12/2009	13/8/2012	11
1	711139	012544220001/56	206.186,00	6.186,00	0,00	200.000,00	28/12/2009	14/6/2012	12
1	711149	847449940001/40	594.154,35	94.154,35	0,00	500.000,00	28/12/2009	7/10/2012	13
1	711168	040926720001/25	880.000,00	80.000,00	0,00	800.000,00	29/12/2009	25/5/2012	11
1	711182	041048160001/16	126.315,80	6.315,80	0,00	120.000,00	28/12/2009	27/5/2012	11
1	711265	637869900001/55	255.102,04	5.102,04	0,00	250.000,00	28/12/2009	18/8/2012	13
1	711273	046322120001/42	159.830,33	9.830,33	0,00	150.000,00	31/12/2009	9/7/2012	13
1	711287	042792380001/59	312.500,00	12.500,00	0,00	300.000,00	29/12/2009	28/5/2012	11
1	712599	637620580001/92	258.271,32	8.271,32	0,00	250.000,00	28/12/2009	4/6/2012	13
1	712828	046286810001/98	315.000,00	15.000,00	0,00	300.000,00	28/12/2009	21/4/2012	11
1	712912	040927060001/81	643.874,30	143.874,30	0,00	500.000,00	28/12/2009	15/8/2012	14
1	712982	046286810001/98	420.000,00	20.000,00	0,00	400.000,00	28/12/2009	22/3/2012	11
1	713961	349251980001/36	255.103,00	5.103,00	0,00	0,00	28/12/2009	31/7/2012	8
1	713963	228551670001/77	153.061,22	3.061,22	0,00	150.000,00	28/12/2009	28/5/2012	14
1	713968	228551670001/77	149.583,73	9.583,73	0,00	140.000,00	28/12/2009	28/5/2012	12
1	714544	040562220001/87	1.020.410,00	20.410,00	0,00	1.000.000,00	28/12/2009	25/5/2012	12
1	714577	046283760001/04	315.000,00	15.000,00	0,00	300.000,00	29/12/2009	9/7/2012	13
1	714587	003945770001/25	166.667,00	16.667,00	0,00	0,00	30/12/2009	31/7/2012	8
1	714596	003945770001/25	2.777.778,00	277.778,00	1.500.000,00	2.500.000,00	30/12/2009	19/1/2013	10
1	716068	048387930001/73	216.000,00	21.000,00	0,00	195.000,00	31/12/2009	7/10/2012	13
1	716454	016130310001/80	1.030.000,00	30.000,00	0,00	500.000,00	28/12/2009	14/4/2013	9
1	716534	230666400001/08	1.578.947,30	78.947,30	0,00	1.500.000,00	28/12/2009	21/9/2012	14
1	717290	042633310001/75	1.050.000,00	50.000,00	0,00	0,00	28/12/2009	31/7/2012	8
1	717291	046283760001/04	157.500,00	7.500,00	0,00	150.000,00	29/12/2009	9/7/2012	13
1	717295	059904370001/33	1.650.000,00	150.000,00	0,00	500.000,00	28/12/2009	31/12/2012	14
1	717296	230666400001/08	315.789,47	15.789,47	0,00	300.000,00	29/12/2009	25/6/2012	10
1	717844	230666400001/08	2.526.315,70	126.315,70	800.000,00	1.600.000,00	29/12/2009	30/4/2013	9
1	717869	349251980001/36	306.123,00	6.123,00	0,00	0,00	28/12/2009	31/7/2012	8
1	717875	059957660001/77	312.500,00	12.500,00	0,00	0,00	28/12/2009	31/7/2012	8
1	718931	230666400001/08	1.052.631,50	52.631,50	0,00	1.000.000,00	29/12/2009	23/9/2012	12
1	718942	637620330001/99	258.945,00	8.945,00	0,00	250.000,00	28/12/2009	4/6/2012	14
1	718948	042792380001/59	394.000,00	17.000,00	0,00	377.000,00	30/12/2009	28/5/2012	14
1	718949	230666400001/08	157.894,74	7.894,74	0,00	150.000,00	28/12/2009	23/6/2012	11
1	719988	041048160001/16	210.000,00	10.000,00	0,00	200.000,00	28/12/2009	26/8/2012	11
1	720297	046415510001/95	630.000,00	30.000,00	0,00	600.000,00	29/12/2009	14/6/2012	11
1	720302	012544220001/56	149.583,73	9.583,73	0,00	140.000,00	28/12/2009	24/9/2012	12
1	720337	016126750001/54	2.949.975,00	88.499,25	1.986.762,84	1.986.762,84	30/12/2009	2/6/2013	9
1	720340	041048160001/16	390.211,94	90.211,94	0,00	300.000,00	28/12/2009	23/2/2012	14
1	720397	016126750001/54	721.651,00	21.651,00	350.000,00	700.000,00	30/12/2009	16/12/2012	10
1	720541	016126750001/54	330.612,24	6.612,24	0,00	324.000,00	30/12/2009	24/3/2013	9
1	722614	043805070001/79	263.125,00	13.125,00	0,00	250.000,00	28/12/2009	8/7/2012	12

1	722880	041048160001/16	550.000,00	50.000,00	0,00	500.000,00	28/12/2009	19/6/2012	14
1	723262	059031250001/45	514.936,23	114.936,23	0,00	400.000,00	28/12/2009	15/10/2012	12
1	723263	059031250001/45	612.725,00	212.725,00	0,00	400.000,00	28/12/2009	15/10/2012	12
1	728455	637620330001/99	105.000,00	5.000,00	0,00	100.000,00	29/12/2009	19/10/2012	12
1	728457	230666400001/08	210.526,31	10.526,31	0,00	200.000,00	30/12/2009	25/6/2012	11
1	728464	042792380001/59	130.208,33	5.208,33	0,00	125.000,00	30/12/2009	13/8/2012	11
1	733997	040345830001/22	2.083.500,00	83.500,00	2.000.000,00	2.000.000,00	24/6/2010	4/3/2013	10
1	734162	058308720001/09	210.000,00	10.000,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/7/2012	10
1	734253	043329950001/49	315.000,00	15.000,00	300.000,00	300.000,00	23/6/2010	5/6/2013	9
1	734255	043329950001/49	420.000,00	20.000,00	400.000,00	400.000,00	22/6/2010	2/6/2013	9
1	734263	040345830001/22	416.666,67	16.666,67	400.000,00	400.000,00	1/7/2010	14/3/2013	9
1	734270	040345830001/22	104.166,68	4.166,68	0,00	100.000,00	28/6/2010	7/9/2012	14
1	734302	040345830001/22	154.666,67	6.666,67	0,00	148.000,00	28/6/2010	9/9/2012	14
1	734345	847449940001/40	420.000,00	20.000,00	400.000,00	400.000,00	21/6/2010	22/3/2013	9
1	734350	012660580001/44	306.122,50	6.122,50	0,00	0,00	14/6/2010	31/7/2012	8
1	734352	637619850001/98	338.250,00	8.250,00	330.000,00	330.000,00	14/6/2010	7/3/2013	10
1	734356	637869900001/55	510.500,00	10.500,00	500.000,00	500.000,00	10/6/2010	14/3/2013	9
1	734372	046322120001/42	350.000,00	10.000,00	0,00	340.000,00	14/6/2010	29/11/2012	10
1	734420	044776340001/90	1.030.000,00	30.000,00	0,00	0,00	10/6/2010	31/7/2012	10
1	734421	046286810001/98	1.050.000,00	50.000,00	500.000,00	500.000,00	11/6/2010	7/7/2013	9
1	734423	046415510001/95	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	11/6/2010	13/5/2013	9
1	734424	046296970001/15	307.000,00	7.000,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/12/2012	10
1	734426	043329950001/49	840.000,00	40.000,00	800.000,00	800.000,00	23/6/2010	14/3/2013	9
1	734428	044776340001/90	420.000,00	20.000,00	0,00	400.000,00	11/6/2010	8/12/2012	11
1	734429	045089330001/45	1.020.500,00	20.500,00	500.000,00	500.000,00	11/6/2010	2/6/2013	9
1	734444	230669050001/60	817.000,00	17.000,00	800.000,00	800.000,00	11/6/2010	4/3/2013	10
1	734451	230669050001/60	307.000,00	7.000,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/7/2012	10
1	734452	230669050001/60	816.500,00	16.500,00	800.000,00	800.000,00	10/6/2010	4/3/2013	10
1	734459	040927140001/28	1.250.000,00	50.000,00	400.000,00	1.200.000,00	21/6/2010	28/5/2013	9
1	734465	040927140001/28	1.042.000,00	42.000,00	500.000,00	1.000.000,00	11/6/2010	29/11/2012	14
1	734475	043805070001/79	511.000,00	11.000,00	500.000,00	500.000,00	11/6/2010	8/3/2013	10
1	734489	042830400001/49	210.000,00	10.000,00	200.000,00	200.000,00	11/6/2010	14/3/2013	9
1	734490	046280200001/62	155.000,00	5.000,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/7/2012	10
1	734491	044776340001/90	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	10/6/2010	14/3/2013	9
1	734497	046415510001/95	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	11/6/2010	21/12/2012	12
1	734513	040596710001/89	408.500,00	8.500,00	0,00	400.000,00	10/6/2010	15/12/2012	13
1	734517	040596710001/89	204.500,00	4.500,00	200.000,00	200.000,00	10/6/2010	23/3/2013	9
1	734519	040596710001/89	408.500,00	8.500,00	400.000,00	400.000,00	11/6/2010	10/3/2013	10
1	734531	045089330001/45	205.000,00	5.000,00	0,00	200.000,00	11/6/2010	10/12/2012	14
1	734534	040596710001/89	408.500,00	8.500,00	400.000,00	400.000,00	10/6/2010	10/3/2013	10
1	734535	040185600001/24	714.315,00	14.315,00	500.000,00	500.000,00	2/7/2010	18/4/2013	9
1	734539	015878870001/29	257.500,00	7.500,00	0,00	250.000,00	10/6/2010	14/9/2012	12
1	734541	847453890001/94	256.000,00	6.000,00	0,00	250.000,00	21/6/2010	1/6/2013	9
1	734542	637620410001/35	255.103,00	5.103,00	250.000,00	250.000,00	10/6/2010	10/3/2013	10
1	734543	158453650001/94	255.103,00	5.103,00	250.000,00	250.000,00	11/6/2010	7/3/2013	10
1	734558	040927140001/28	835.000,00	35.000,00	800.000,00	800.000,00	21/6/2010	5/6/2013	9

1	734570	040926800001/71	881.130,95	81.130,95	0,00	0,00	11/6/2010	31/12/2012	10
1	734576	158347320001/54	348.000,00	48.000,00	300.000,00	300.000,00	11/6/2010	14/3/2013	9
1	734580	046952840001/39	511.017,63	11.017,63	0,00	500.000,00	11/6/2010	1/12/2012	14
1	734583	046322120001/42	102.050,00	2.050,00	100.000,00	100.000,00	11/6/2010	17/5/2013	9
1	734586	049149250001/07	205.000,00	5.000,00	0,00	200.000,00	21/6/2010	14/9/2012	14
1	734598	158453400001/90	204.100,00	4.100,00	0,00	200.000,00	11/6/2010	13/9/2012	13
1	734617	637619850001/98	107.800,00	7.800,00	0,00	100.000,00	11/6/2010	7/9/2012	13
1	734691	847369410001/88	285.715,00	5.715,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/7/2012	8
1	734692	637619850001/98	255.308,15	5.308,15	250.000,00	250.000,00	14/6/2010	7/3/2013	10
1	734694	847369410001/88	408.200,00	8.200,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/7/2012	8
1	734695	012660580001/44	122.500,00	2.500,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/12/2012	10
1	734696	006991970001/07	144.200,00	4.200,00	0,00	0,00	14/6/2010	31/7/2012	8
1	734698	158453650001/94	183.700,00	3.700,00	0,00	180.000,00	11/6/2010	15/12/2012	13
1	734699	046322120001/42	204.100,00	4.100,00	0,00	200.000,00	10/6/2010	29/11/2012	10
1	734700	040927060001/81	320.000,00	20.000,00	300.000,00	300.000,00	14/6/2010	11/3/2013	10
1	734701	046322120001/42	204.100,00	4.100,00	0,00	200.000,00	11/6/2010	29/11/2012	10
1	734702	847230300001/16	132.000,00	12.000,00	0,00	120.000,00	10/6/2010	9/9/2012	13
1	734704	230669050001/60	512.000,00	12.000,00	500.000,00	500.000,00	11/6/2010	4/3/2013	10
1	734720	158453650001/94	106.041,00	6.041,00	100.000,00	100.000,00	11/6/2010	7/3/2013	10
1	734724	637619930001/34	153.100,00	3.100,00	0,00	150.000,00	10/6/2010	9/9/2012	11
1	734728	043915120001/87	255.500,00	5.500,00	250.000,00	250.000,00	11/6/2010	14/3/2013	9
1	734732	228551830001/60	105.000,00	5.000,00	0,00	100.000,00	14/6/2010	16/9/2012	11
1	734738	158453650001/94	255.150,00	5.150,00	250.000,00	250.000,00	11/6/2010	15/3/2013	9
1	734745	046322120001/42	255.103,00	5.103,00	0,00	250.000,00	14/6/2010	21/12/2012	10
1	734750	046322120001/42	201.721,58	51.721,58	0,00	150.000,00	14/6/2010	9/9/2012	10
1	734759	847449940001/40	365.000,00	15.000,00	350.000,00	350.000,00	14/6/2010	5/6/2013	9
1	734761	040927140001/28	1.563.000,00	63.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	11/6/2010	7/3/2013	10
1	734763	046286810001/98	420.000,00	20.000,00	400.000,00	400.000,00	11/6/2010	9/3/2013	10
1	734764	058308720001/09	462.000,00	22.000,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/12/2012	10
1	734815	040596710001/89	153.215,00	3.215,00	0,00	150.000,00	11/6/2010	15/12/2012	13
1	734820	040596710001/89	510.508,00	10.508,00	0,00	500.000,00	21/6/2010	15/12/2012	13
1	734822	040125480001/02	255.102,04	5.102,04	0,00	250.000,00	14/6/2010	8/12/2012	13
1	734831	847369410001/88	148.000,00	3.000,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/7/2012	8
1	734833	349252060001/44	612.244,90	12.244,90	600.000,00	600.000,00	1/7/2010	24/6/2013	9
1	734836	040927060001/81	210.000,00	10.000,00	200.000,00	200.000,00	14/6/2010	17/6/2013	9
1	734960	046296970001/15	1.050.000,00	50.000,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/12/2012	10
1	734961	228129600001/99	315.000,00	15.000,00	0,00	0,00	22/6/2010	31/7/2012	10
1	734962	228129600001/99	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	22/6/2010	25/3/2013	9
1	734963	228129600001/99	210.000,00	10.000,00	0,00	0,00	22/6/2010	31/7/2012	10
1	734964	043329950001/49	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	23/6/2010	14/3/2013	9
1	734966	040125480001/02	408.163,27	8.163,27	0,00	400.000,00	15/6/2010	10/12/2012	14
1	734967	040596710001/89	204.727,60	4.727,60	200.000,00	200.000,00	11/6/2010	10/3/2013	10
1	734968	045089330001/45	306.348,16	6.348,16	0,00	300.000,00	11/6/2010	1/12/2012	13
1	734969	045089330001/45	153.200,00	3.200,00	0,00	150.000,00	11/6/2010	10/12/2012	13
1	734970	040596710001/89	103.233,00	3.233,00	100.000,00	100.000,00	10/6/2010	10/3/2013	10

1	734971	048387930001/73	370.175,97	70.175,97	300.000,00	300.000,00	28/6/2010	8/4/2013	9
1	734972	051310810001/82	312.000,00	12.000,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	10
1	734973	051310810001/82	212.000,00	12.000,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	10
1	734974	230669050001/60	359.000,00	9.000,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/7/2012	10
1	734975	230666320001/53	207.145,77	7.145,77	200.000,00	200.000,00	10/6/2010	23/3/2013	9
1	734976	230666320001/53	306.500,00	6.500,00	300.000,00	300.000,00	10/6/2010	8/3/2013	10
1	734977	230669050001/60	286.000,00	6.000,00	280.000,00	280.000,00	10/6/2010	14/3/2013	9
1	734978	230666320001/53	281.000,00	6.000,00	275.000,00	275.000,00	11/6/2010	23/3/2013	9
1	734979	040561980001/86	615.626,28	15.626,28	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	10
1	734980	158347320001/54	153.200,00	3.200,00	0,00	150.000,00	10/6/2010	9/9/2012	11
1	734981	043915120001/87	1.022.000,00	22.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	11/6/2010	19/4/2013	9
1	734982	637620410001/35	132.700,00	2.700,00	0,00	0,00	14/6/2010	31/7/2012	8
1	734983	049149250001/07	285.715,00	5.715,00	0,00	280.000,00	15/6/2010	29/11/2012	12
1	734984	847369410001/88	265.310,00	5.310,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/7/2012	8
1	734985	637620410001/35	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/7/2012	8
1	734986	040926800001/71	175.000,00	25.000,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/12/2012	10
1	734987	040927060001/81	140.000,00	10.000,00	130.000,00	130.000,00	14/6/2010	23/3/2013	9
1	734988	847369410001/88	694.000,00	14.000,00	680.000,00	680.000,00	11/6/2010	7/3/2013	10
1	734989	637619850001/98	732.877,98	32.877,98	700.000,00	700.000,00	14/6/2010	7/3/2013	10
1	734990	006991970001/07	550.000,00	50.000,00	500.000,00	500.000,00	21/6/2010	18/4/2013	9
1	734991	040927140001/28	104.176,00	4.176,00	0,00	100.000,00	14/6/2010	7/4/2013	9
1	734992	046952840001/39	153.339,04	3.339,04	0,00	150.000,00	10/6/2010	21/12/2012	14
1	734993	040927060001/81	105.000,00	5.000,00	0,00	100.000,00	14/6/2010	13/9/2012	13
1	734994	847449940001/40	108.000,00	8.000,00	0,00	100.000,00	11/6/2010	9/9/2012	14
1	734995	049149250001/07	408.200,00	8.200,00	0,00	400.000,00	1/7/2010	29/11/2012	12
1	734996	637619850001/98	615.745,10	15.745,10	0,00	600.000,00	21/6/2010	1/12/2012	12
1	734997	847453890001/94	410.000,00	10.000,00	0,00	400.000,00	14/6/2010	3/12/2012	12
1	734998	637620410001/35	255.150,00	5.150,00	0,00	0,00	21/6/2010	31/12/2012	10
1	734999	228551590001/20	250.000,00	20.000,00	0,00	0,00	14/6/2010	31/7/2012	10
1	735000	043915120001/87	103.000,00	3.000,00	100.000,00	100.000,00	14/6/2010	23/3/2013	9
1	735001	046322120001/42	183.674,00	3.674,00	0,00	180.000,00	11/6/2010	9/9/2012	12
1	735002	637869900001/55	110.000,00	10.000,00	0,00	100.000,00	11/6/2010	9/9/2012	13
1	735003	637619850001/98	416.537,05	16.537,05	0,00	400.000,00	11/6/2010	1/12/2012	13
1	735004	040927060001/81	210.000,00	10.000,00	200.000,00	200.000,00	14/6/2010	14/3/2013	9
1	735005	158453400001/90	510.205,00	10.205,00	0,00	500.000,00	11/6/2010	28/5/2013	9
1	735335	637619930001/34	132.660,00	2.660,00	130.000,00	130.000,00	11/6/2010	30/5/2013	9
1	735337	847230300001/16	102.500,00	2.500,00	0,00	100.000,00	11/6/2010	29/11/2012	10
1	735339	040926720001/25	312.500,00	12.500,00	0,00	300.000,00	10/6/2010	14/9/2012	13
1	735341	042792380001/59	178.000,00	8.000,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/7/2012	8
1	735342	040927060001/81	105.000,00	5.000,00	0,00	100.000,00	14/6/2010	13/9/2012	13
1	735345	349252300001/83	126.000,00	26.000,00	0,00	100.000,00	28/6/2010	21/12/2012	10
1	735348	040767330001/60	306.500,00	6.500,00	300.000,00	300.000,00	11/6/2010	15/3/2013	9
1	735367	046322120001/42	163.500,00	3.500,00	0,00	160.000,00	11/6/2010	29/11/2012	10
1	735369	228129600001/99	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	28/6/2010	23/9/2012	10
1	735374	228129600001/99	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	24/6/2010	7/3/2013	10
1	735378	228129600001/99	420.000,00	20.000,00	400.000,00	400.000,00	24/6/2010	29/3/2013	9

1	735381	040767330001/60	123.000,00	3.000,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/12/2012	10
1	735387	040767330001/60	260.000,00	10.000,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/12/2012	10
1	735391	040767330001/60	306.500,00	6.500,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/12/2012	10
1	735415	015878870001/29	160.000,00	30.000,00	0,00	0,00	11/6/2010	31/12/2012	10
1	735788	044776420001/37	105.000,00	5.000,00	0,00	0,00	14/6/2010	31/7/2012	10
1	735789	847276010001/90	735.000,00	15.000,00	500.000,00	500.000,00	22/6/2010	6/7/2013	9
1	735790	847276010001/90	660.000,00	60.000,00	600.000,00	600.000,00	1/7/2010	23/3/2013	9
1	735791	847276010001/90	255.105,00	5.105,00	0,00	250.000,00	23/6/2010	21/12/2012	10
1	735792	044776420001/37	210.000,00	10.000,00	0,00	0,00	14/6/2010	31/7/2012	10
1	735796	044776420001/37	310.000,00	10.000,00	0,00	0,00	14/6/2010	31/7/2012	10
1	735803	044775680001/59	840.000,00	40.000,00	0,00	0,00	22/6/2010	31/7/2012	10
1	735816	045056400001/04	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	22/6/2010	2/11/2012	10
1	735830	044775680001/59	1.030.000,00	30.000,00	0,00	0,00	22/6/2010	31/7/2012	10
1	735833	042419800001/75	420.000,00	20.000,00	0,00	0,00	22/6/2010	31/7/2012	10
1	736034	046280460001/00	315.000,00	15.000,00	0,00	300.000,00	15/6/2010	1/12/2012	10
1	736038	044652090001/81	330.000,00	30.000,00	300.000,00	300.000,00	14/6/2010	4/4/2013	9
1	736155	016126750001/54	727.807,34	15.000,00	712.807,34	712.807,34	1/7/2010	22/6/2013	9
1	736171	046534080001/13	1.479.591,84	29.591,84	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	10
1	736172	046534080001/13	306.122,45	6.122,45	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	10
1	736176	016126750001/54	2.057.922,14	57.922,14	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	10
1	736284	003945770001/25	223.000,00	23.000,00	0,00	0,00	30/6/2010	31/7/2012	13
1	736285	003945770001/25	223.000,00	23.000,00	0,00	0,00	30/6/2010	31/7/2012	10
1	736287	003945770001/25	223.000,00	23.000,00	0,00	0,00	30/6/2010	31/7/2012	8
1	736419	003945770001/25	277.800,00	27.800,00	0,00	0,00	29/6/2010	31/7/2012	8
1	736438	003945770001/25	167.000,00	17.000,00	0,00	0,00	30/6/2010	31/7/2012	13
1	736439	003945770001/25	556.000,00	56.000,00	0,00	0,00	2/7/2010	31/7/2012	10
1	736442	059957660001/77	1.046.500,00	46.500,00	0,00	0,00	2/7/2010	31/12/2012	10
1	736445	059957660001/77	625.000,00	25.000,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	15
1	736447	059957660001/77	312.500,00	12.500,00	0,00	300.000,00	1/7/2010	8/12/2012	10
1	736448	059957660001/77	833.350,00	33.350,00	0,00	0,00	24/6/2010	31/7/2012	15
1	736449	059957660001/77	885.450,00	35.450,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	15
1	736450	059957660001/77	312.500,00	12.500,00	0,00	0,00	24/6/2010	31/7/2012	15
1	736451	059957660001/77	520.840,00	20.840,00	0,00	0,00	24/6/2010	31/7/2012	15
1	736452	059957660001/77	834.000,00	34.000,00	0,00	0,00	24/6/2010	31/7/2012	15
1	736500	007205530001/19	250.000,00	5.000,00	0,00	245.000,00	29/6/2010	21/12/2012	10
1	736501	007205530001/19	250.000,00	5.000,00	0,00	0,00	29/6/2010	31/7/2012	10
1	736502	007205530001/19	500.000,00	10.000,00	0,00	0,00	29/6/2010	31/7/2012	10
1	736503	007205530001/19	220.000,00	4.400,00	0,00	0,00	29/6/2010	31/7/2012	10
1	736504	059957660001/77	468.750,00	18.750,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	15
1	736514	059957660001/77	468.750,00	18.750,00	0,00	0,00	24/6/2010	31/7/2012	15
1	736516	059957660001/77	416.700,00	16.700,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	15
1	736517	007205530001/19	510.000,00	10.200,00	499.800,00	499.800,00	29/6/2010	25/4/2013	9
1	736526	040125480001/02	1.124.858,96	22.497,18	500.000,00	500.000,00	28/6/2010	23/3/2013	9
1	736535	040459930001/79	357.200,00	7.200,00	0,00	0,00	29/6/2010	31/12/2012	10
1	736536	843067370001/27	306.200,00	6.200,00	300.000,00	300.000,00	15/6/2010	15/12/2012	13

1	736541	843067370001/27	1.010.401,56	20.401,56	990.000,00	990.000,00	23/6/2010	8/3/2013	10
1	736556	040345830001/22	885.842,38	35.842,38	500.000,00	850.000,00	24/6/2010	1/12/2012	13
1	736721	843065210001/61	210.180,00	10.180,00	200.000,00	200.000,00	29/6/2010	21/3/2013	9
1	736722	843065210001/61	204.081,63	4.081,63	0,00	200.000,00	29/6/2010	29/11/2012	13
1	736724	843065210001/61	102.040,82	2.040,82	0,00	100.000,00	29/6/2010	29/11/2012	14
1	736725	843065210001/61	204.090,00	4.090,00	0,00	200.000,00	29/6/2010	29/11/2012	13
1	736978	046952840001/39	278.694,99	28.694,99	250.000,00	250.000,00	15/6/2010	20/5/2013	9
1	736980	637620580001/92	210.000,00	10.000,00	0,00	200.000,00	15/6/2010	9/9/2012	14
1	737042	044776420001/37	315.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15/6/2010	31/7/2012	8
1	737102	843064630001/76	408.200,00	8.200,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	8
1	737106	843064550001/20	205.000,00	5.000,00	0,00	0,00	21/6/2010	31/12/2012	10
1	737107	040125480001/02	816.326,53	16.326,53	500.000,00	800.000,00	15/6/2010	10/12/2012	11
1	737177	158347320001/54	110.680,00	10.680,00	0,00	100.000,00	15/6/2010	9/9/2012	11
1	737178	041000200001/95	255.150,00	5.150,00	0,00	250.000,00	15/6/2010	9/9/2012	13
1	737179	041000200001/95	255.150,00	5.150,00	0,00	250.000,00	15/6/2010	9/12/2012	13
1	737181	041000200001/95	132.660,00	2.660,00	0,00	130.000,00	15/6/2010	9/9/2012	14
1	737182	040926720001/25	364.584,00	14.584,00	0,00	350.000,00	15/6/2010	7/9/2012	13
1	737184	040926720001/25	520.834,00	20.834,00	0,00	0,00	15/6/2010	31/7/2012	10
1	737185	040926720001/25	312.500,00	12.500,00	0,00	300.000,00	21/6/2010	29/11/2012	13
1	737186	637619930001/34	193.880,00	3.880,00	0,00	0,00	23/6/2010	31/12/2012	10
1	737203	637619930001/34	102.050,00	2.050,00	0,00	100.000,00	21/6/2010	9/9/2012	11
1	737215	158347320001/54	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	21/6/2010	5/10/2013	9
1	737227	637620330001/99	309.280,00	9.280,00	300.000,00	300.000,00	21/6/2010	9/3/2013	10
1	737231	637619360001/55	364.585,00	14.585,00	350.000,00	350.000,00	21/6/2010	9/12/2013	9
1	737235	637870970001/44	100.000,00	2.000,00	98.000,00	98.000,00	21/6/2010	15/4/2013	9
1	737289	042792380001/59	210.000,00	10.000,00	200.000,00	200.000,00	21/6/2010	11/3/2013	10
1	737290	042792380001/59	315.000,00	15.000,00	0,00	300.000,00	21/6/2010	9/9/2012	14
1	737295	042792380001/59	730.000,00	30.000,00	300.000,00	700.000,00	21/6/2010	13/12/2012	13
1	737297	042792380001/59	150.000,00	10.000,00	0,00	0,00	21/6/2010	31/7/2012	8
1	737299	042792380001/59	466.484,96	66.484,96	400.000,00	400.000,00	21/6/2010	7/3/2013	10
1	737305	040125480001/02	204.081,63	4.081,63	0,00	200.000,00	21/6/2010	9/9/2012	13
1	737306	040125480001/02	210.000,00	10.000,00	0,00	200.000,00	21/6/2010	9/9/2012	14
1	737308	040125480001/02	966.977,78	19.339,56	600.000,00	600.000,00	28/6/2010	18/4/2013	9
1	737309	637620330001/99	133.000,00	3.000,00	130.000,00	130.000,00	21/6/2010	9/3/2013	10
1	737311	637620330001/99	734.700,00	14.700,00	720.000,00	720.000,00	21/6/2010	11/3/2013	10
1	737312	847230300001/16	205.000,00	5.000,00	200.000,00	200.000,00	21/6/2010	20/5/2013	9
1	737323	637620330001/99	412.000,00	12.000,00	0,00	400.000,00	21/6/2010	10/12/2012	10
1	737324	158841090001/06	515.380,00	15.380,00	0,00	500.000,00	21/6/2010	29/11/2012	12
1	737325	158841090001/06	260.007,51	10.007,51	250.000,00	250.000,00	21/6/2010	9/6/2013	9
1	737326	228551830001/60	650.000,00	13.000,00	637.000,00	637.000,00	21/6/2010	8/3/2013	10
1	737327	042792380001/59	210.000,00	10.000,00	0,00	0,00	21/6/2010	31/7/2012	8
1	737332	637620580001/92	420.504,52	20.504,52	400.000,00	400.000,00	29/6/2010	21/4/2013	9
1	737333	637870970001/44	307.500,00	7.500,00	300.000,00	300.000,00	21/6/2010	15/4/2013	9
1	737345	637620250001/42	204.793,00	4.793,00	0,00	200.000,00	21/6/2010	9/9/2012	13
1	737351	040125480001/02	357.142,86	7.142,86	0,00	0,00	28/6/2010	31/7/2012	8
1	737353	040125480001/02	204.081,63	4.081,63	0,00	200.000,00	28/6/2010	9/9/2012	13

1	737357	040125480001/02	2.247.508,00	47.508,00	2.200.000,00	2.200.000,00	21/6/2010	4/3/2013	10
1	737359	040125480001/02	1.857.486,00	77.486,00	1.780.000,00	1.780.000,00	24/6/2010	2/6/2013	9
1	737367	040125480001/02	114.815,00	14.815,00	0,00	100.000,00	21/6/2010	9/9/2012	11
1	737369	040125480001/02	1.041.700,00	41.700,00	1.000.000,00	1.000.000,00	28/6/2010	4/3/2013	13
1	737370	040125480001/02	306.122,45	6.122,45	0,00	300.000,00	28/6/2010	10/12/2012	14
1	737371	040125480001/02	285.714,29	5.714,29	280.000,00	280.000,00	21/6/2010	14/3/2013	9
1	737375	040125480001/02	479.635,00	9.635,00	0,00	470.000,00	28/6/2010	29/11/2012	14
1	737376	040125480001/02	204.081,63	4.081,63	0,00	200.000,00	28/6/2010	10/12/2012	11
1	737377	040125480001/02	306.122,45	6.122,45	0,00	300.000,00	21/6/2010	10/12/2012	14
1	737379	843064630001/76	765.400,00	15.400,00	0,00	0,00	29/6/2010	31/12/2012	10
1	737397	228551670001/77	153.500,00	3.500,00	150.000,00	150.000,00	21/6/2010	30/5/2013	9
1	737433	843064550001/20	510.210,00	10.210,00	0,00	0,00	22/6/2010	31/12/2012	10
1	737435	843064550001/20	154.000,00	4.000,00	0,00	0,00	28/6/2010	31/12/2012	10
1	737438	040185600001/24	204.090,00	4.090,00	200.000,00	200.000,00	2/7/2010	18/4/2013	9
1	737441	040185600001/24	206.915,00	6.915,00	200.000,00	200.000,00	2/7/2010	18/4/2013	9
1	737445	040185600001/24	204.200,00	4.200,00	0,00	200.000,00	2/7/2010	14/12/2012	10
1	737447	040185600001/24	408.359,00	8.359,00	400.000,00	400.000,00	2/7/2010	18/4/2013	9
1	738443	043805070001/79	263.125,00	13.125,00	250.000,00	250.000,00	24/6/2010	8/3/2013	10
1	738444	012544220001/56	183.673,50	3.673,50	180.000,00	180.000,00	23/6/2010	8/3/2013	10
1	738532	012544220001/56	255.500,00	5.500,00	0,00	250.000,00	22/6/2010	1/12/2012	14
1	738533	012544220001/56	132.653,10	2.653,10	0,00	130.000,00	22/6/2010	9/9/2012	12
1	738535	012544220001/56	153.062,00	3.062,00	0,00	150.000,00	22/6/2010	9/9/2012	13
1	738536	058936310001/09	157.500,00	7.500,00	0,00	0,00	24/6/2010	31/12/2012	10
1	738540	637620250001/42	142.900,00	2.900,00	140.000,00	140.000,00	22/6/2010	25/3/2013	9
1	738542	637620250001/42	132.800,00	2.800,00	130.000,00	130.000,00	22/6/2010	25/3/2013	9
1	738543	058936310001/09	204.082,00	4.082,00	0,00	0,00	22/6/2010	31/7/2012	8
1	738544	058936310001/09	510.500,00	10.500,00	0,00	0,00	22/6/2010	31/12/2012	10
1	739166	843064630001/76	287.100,00	7.100,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/12/2012	10
1	739168	843064630001/76	153.200,00	3.200,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	8
1	739169	843064630001/76	306.180,00	6.180,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/12/2012	10
1	739170	843064630001/76	1.258.000,00	26.000,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	10
1	739172	843064630001/76	154.460,00	4.460,00	0,00	150.000,00	1/7/2010	16/12/2012	12
1	739173	843064630001/76	510.205,00	10.205,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/12/2012	10
1	740292	046280200001/62	950.000,00	25.000,00	0,00	0,00	28/6/2010	31/7/2012	10
1	740294	228551670001/77	820.000,00	20.000,00	500.000,00	500.000,00	28/6/2010	30/5/2013	9
1	740296	012544220001/56	561.224,50	11.224,50	0,00	550.000,00	28/6/2010	1/12/2012	10
1	740297	012544220001/56	265.000,00	15.000,00	0,00	250.000,00	28/6/2010	1/12/2012	14
1	740299	012544220001/56	153.062,00	3.062,00	0,00	150.000,00	24/6/2010	30/11/2012	14
1	740302	040345830001/22	260.416,63	10.416,63	0,00	250.000,00	24/6/2010	9/9/2012	14
1	740310	843065880001/04	510.300,00	10.300,00	0,00	500.000,00	24/6/2010	9/9/2012	13
1	740328	040345830001/22	1.041.666,67	41.666,67	1.000.000,00	1.000.000,00	28/6/2010	4/3/2013	10
1	740335	040345830001/22	416.666,67	16.666,67	0,00	400.000,00	28/6/2010	29/11/2012	10
1	740339	040345830001/22	104.166,67	4.166,67	0,00	100.000,00	28/6/2010	29/11/2012	14
1	740369	058308720001/09	2.100.000,00	100.000,00	0,00	1.000.000,00	28/6/2010	1/10/2012	10
1	740370	843065880001/04	410.000,00	10.000,00	0,00	400.000,00	28/6/2010	9/9/2012	13
1	740387	012544220001/56	510.204,10	10.204,10	500.000,00	500.000,00	28/6/2010	8/3/2013	10



1	740399	059904370001/33	306.120,00	6.122,40	0,00	0,00	28/6/2010	31/7/2012	8
1	740400	012544220001/56	357.142,86	7.142,86	350.000,00	350.000,00	28/6/2010	8/3/2013	10
1	740401	012544220001/56	459.183,67	9.183,67	450.000,00	450.000,00	28/6/2010	8/3/2013	10
1	740406	012544220001/56	388.000,00	8.000,00	380.000,00	380.000,00	28/6/2010	8/3/2013	10
1	740411	012544220001/56	173.470,00	3.470,00	0,00	170.000,00	28/6/2010	29/11/2012	13
1	740422	012544220001/56	392.857,15	7.857,15	385.000,00	385.000,00	28/6/2010	23/3/2013	9
1	740426	058936310001/09	153.062,00	3.062,00	0,00	0,00	28/6/2010	31/7/2012	10
1	740427	058936310001/09	163.266,00	3.266,00	0,00	0,00	28/6/2010	31/7/2012	10
1	740430	043805070001/79	263.125,00	13.125,00	0,00	0,00	28/6/2010	31/7/2012	10
1	740435	637620740001/85	512.500,00	12.500,00	500.000,00	500.000,00	28/6/2010	11/3/2013	10
1	740437	847230300001/16	153.750,00	3.750,00	0,00	150.000,00	28/6/2010	14/9/2012	12
1	740440	847230300001/16	102.500,00	2.500,00	0,00	100.000,00	28/6/2010	9/9/2012	13
1	742201	636064790001/24	159.431,92	59.431,92	0,00	0,00	30/6/2010	31/7/2012	10
1	742846	007205530001/19	800.000,00	16.000,00	0,00	0,00	30/6/2010	31/7/2012	10
1	742854	007205530001/19	750.000,00	15.000,00	0,00	0,00	30/6/2010	31/7/2012	10
1	742873	007205530001/19	2.000.000,00	40.000,00	0,00	0,00	30/6/2010	31/7/2012	10
1	742890	003945770001/25	223.000,00	23.000,00	0,00	0,00	2/7/2010	31/7/2012	10
1	742904	847229330001/82	550.000,00	50.000,00	0,00	0,00	30/6/2010	31/7/2012	8
1	743136	847230300001/16	357.350,00	7.350,00	0,00	350.000,00	1/7/2010	29/11/2012	14
1	743145	058936310001/09	612.245,00	12.245,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/12/2012	10
1	743151	007205530001/19	1.000.000,00	20.000,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	10
1	743164	006991970001/07	550.000,00	50.000,00	0,00	500.000,00	1/7/2010	9/9/2012	11
1	743173	637620250001/42	510.250,00	10.250,00	0,00	500.000,00	1/7/2010	7/12/2012	13
1	743175	007205530001/19	800.000,00	16.000,00	500.000,00	500.000,00	2/7/2010	30/5/2013	9
1	743278	636064790001/24	888.890,00	88.890,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	10
1	743381	045885960001/43	2.050.000,00	50.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1/7/2010	5/7/2013	9
1	743764	059957660001/77	3.125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	2/7/2010	31/7/2012	15
1	743766	055339350001/57	1.112.000,00	112.000,00	500.000,00	500.000,00	1/7/2010	30/1/2013	10
1	743838	055339350001/57	556.000,00	56.000,00	500.000,00	500.000,00	1/7/2010	23/3/2013	9
1	743854	059957660001/77	3.125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	15
1	743871	059957660001/77	3.125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	15
1	743885	059957660001/77	1.562.500,00	62.500,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	15
1	743888	055339350001/57	556.000,00	56.000,00	500.000,00	500.000,00	1/7/2010	5/5/2013	9
1	743898	059957660001/77	729.200,00	29.200,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	15
1	743949	003945770001/25	112.000,00	12.000,00	0,00	0,00	2/7/2010	31/7/2012	8
1	744034	055339350001/57	1.112.058,24	112.058,24	0,00	0,00	1/7/2010	31/7/2012	8
1	744066	637870710001/04	102.041,00	2.041,00	0,00	100.000,00	1/7/2010	9/9/2012	13
1	744075	046534080001/13	2.037.903,51	40.758,07	1.500.000,00	1.500.000,00	2/7/2010	20/5/2013	9
1	744083	847229170001/90	330.400,00	30.400,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/12/2012	10
1	744101	847229170001/90	409.992,00	9.992,00	0,00	0,00	1/7/2010	31/12/2012	10
1	744439	228551420001/73	103.000,00	3.000,00	0,00	100.000,00	2/7/2010	9/9/2012	13
1	744505	636064790001/24	556.000,00	56.000,00	500.000,00	500.000,00	2/7/2010	9/6/2013	9
1	745701	007205530001/19	510.000,00	10.200,00	499.800,00	499.800,00	2/7/2010	25/4/2013	9
1	745702	003945770001/25	555.560,00	55.560,00	0,00	0,00	2/7/2010	31/7/2012	10
1	745705	003945770001/25	2.056.000,00	206.000,00	850.000,00	850.000,00	2/7/2010	30/5/2013	9

1	745707	059957660001/77	2.083.500,00	83.500,00	0,00	0,00	2/7/2010	31/7/2012	15
1	745724	003945770001/25	555.600,00	55.600,00	0,00	0,00	2/7/2010	31/7/2012	10
1	745971	003945770001/25	555.556,00	55.556,00	0,00	0,00	2/7/2010	31/7/2012	10
1	756032	228129600001/99	2.520.000,00	120.000,00	0,00	0,00	26/12/2011	31/7/2013	9
1	756043	040125480001/02	357.145,00	7.145,00	350.000,00	350.000,00	30/12/2011	25/5/2013	9
1	756048	040345830001/22	210.000,00	40.000,00	170.000,00	170.000,00	27/12/2011	6/5/2013	9
1	756050	045089330001/45	408.163,27	8.163,27	400.000,00	400.000,00	21/12/2011	20/6/2013	9
1	756052	040125480001/02	510.205,00	10.205,00	500.000,00	500.000,00	18/11/2011	17/6/2013	9
1	756054	040125480001/02	2.040.896,00	40.896,00	700.000,00	700.000,00	18/11/2011	20/6/2013	9
1	756055	040125480001/02	3.061.261,00	61.261,00	0,00	0,00	18/11/2011	31/7/2013	9
1	756056	040596710001/89	1.020.409,00	20.409,00	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	756057	843066610001/30	255.102,50	5.102,50	250.000,00	250.000,00	29/12/2011	23/6/2013	9
1	756065	637620330001/99	210.000,00	10.000,00	200.000,00	200.000,00	30/12/2011	1/7/2013	9
1	756067	847449940001/40	237.000,00	37.000,00	200.000,00	200.000,00	26/12/2011	6/5/2013	9
1	756068	046952840001/39	256.040,93	6.040,93	250.000,00	250.000,00	26/12/2011	28/11/2013	9
1	756069	042792380001/59	210.000,00	10.000,00	0,00	0,00	26/12/2011	31/7/2013	9
1	756078	040125480001/02	377.552,00	7.552,00	370.000,00	370.000,00	28/12/2011	24/6/2013	9
1	756079	040125480001/02	234.694,00	4.694,00	230.000,00	230.000,00	28/12/2011	17/6/2013	9
1	756081	040125480001/02	102.041,00	2.041,00	100.000,00	100.000,00	18/11/2011	5/5/2013	9
1	756082	040125480001/02	357.143,00	7.143,00	0,00	0,00	27/12/2011	31/7/2013	9
1	756083	040125480001/02	357.143,00	7.143,00	0,00	0,00	27/12/2011	31/7/2013	9
1	756084	040125480001/02	561.225,00	11.225,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/7/2013	9
1	756086	040125480001/02	204.082,00	4.082,00	200.000,00	200.000,00	15/12/2011	5/5/2013	9
1	756092	044652090001/81	2.100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	18/11/2011	31/7/2013	9
1	756094	847276010001/90	204.100,00	4.100,00	200.000,00	200.000,00	27/12/2011	16/12/2013	9
1	756107	843064630001/76	918.370,00	18.370,00	900.000,00	900.000,00	22/12/2011	30/6/2013	9
1	756108	040125480001/02	3.061.225,00	61.225,00	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	756120	044775680001/59	2.050.000,00	50.000,00	700.000,00	700.000,00	18/11/2011	26/6/2013	9
1	756148	046280460001/00	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	9/11/2011	28/11/2013	9
1	756149	046286080001/16	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	9/11/2011	28/11/2013	9
1	756153	046286080001/16	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	21/12/2011	5/10/2013	9
1	756155	042439780001/35	1.050.000,00	50.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	18/11/2011	22/12/2013	9
1	756156	044652090001/81	2.100.000,00	100.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	28/12/2011	28/6/2013	9
1	756168	637620330001/99	510.500,00	10.500,00	500.000,00	500.000,00	20/12/2011	13/12/2013	9
1	756169	041048160001/16	1.563.000,00	63.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	21/12/2011	20/6/2013	9
1	756173	349252060001/44	1.025.000,00	25.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	13/12/2011	30/5/2013	9
1	756174	007205530001/19	102.040,82	2.040,82	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	756175	007205530001/19	765.306,12	15.306,12	0,00	0,00	13/12/2011	31/7/2013	9
1	756176	040125480001/02	102.041,00	2.041,00	100.000,00	100.000,00	18/11/2011	5/5/2013	9
1	756186	843065880001/04	510.282,00	10.282,00	500.000,00	500.000,00	28/12/2011	6/5/2013	9
1	756196	040185600001/24	205.000,00	5.000,00	200.000,00	200.000,00	26/12/2011	6/5/2013	9
1	756202	045089330001/45	204.082,00	4.082,00	200.000,00	200.000,00	30/11/2011	6/5/2013	9
1	756204	045089330001/45	306.123,00	6.123,00	0,00	0,00	30/11/2011	31/7/2013	9
1	756205	843064630001/76	102.050,00	2.050,00	100.000,00	100.000,00	22/12/2011	5/10/2013	9
1	756208	040772510001/25	408.165,00	8.165,00	400.000,00	400.000,00	18/11/2011	23/6/2013	9

1	756211	045056400001/04	1.050.000,00	50.000,00	0,00	0,00	18/11/2011	31/7/2013	9
1	756212	044775680001/59	1.230.000,00	30.000,00	0,00	0,00	9/11/2011	31/7/2013	9
1	756213	040125480001/02	255.105,00	5.105,00	250.000,00	250.000,00	30/12/2011	13/6/2013	9
1	756214	843067370001/27	714.286,00	14.286,00	500.000,00	500.000,00	26/12/2011	20/6/2013	9
1	756218	843065880001/04	102.050,00	2.050,00	100.000,00	100.000,00	8/11/2011	30/6/2013	9
1	756219	843065210001/61	102.040,82	2.040,82	100.000,00	100.000,00	18/11/2011	7/6/2013	9
1	756243	637620330001/99	360.824,74	10.824,74	0,00	0,00	15/12/2011	31/7/2013	9
1	756479	349252060001/44	255.500,00	5.500,00	250.000,00	250.000,00	30/11/2011	1/7/2013	9
1	756482	043948050001/18	307.360,00	7.360,00	0,00	0,00	13/12/2011	31/7/2013	9
1	756509	637619020001/60	102.050,00	2.050,00	100.000,00	100.000,00	9/11/2011	1/7/2013	9
1	756510	637619020001/60	122.450,00	2.450,00	120.000,00	120.000,00	9/11/2011	13/12/2013	9
1	756511	637619020001/60	204.100,00	4.100,00	200.000,00	200.000,00	9/11/2011	27/6/2013	9
1	756513	637619020001/60	408.164,00	8.164,00	400.000,00	400.000,00	8/11/2011	21/10/2013	9
1	756514	637619020001/60	428.572,00	8.572,00	420.000,00	420.000,00	8/11/2011	21/10/2013	9
1	756515	637619020001/60	459.184,00	9.184,00	0,00	0,00	8/11/2011	31/7/2013	9
1	756517	158347320001/54	510.204,08	10.204,08	500.000,00	500.000,00	8/11/2011	6/5/2013	9
1	756518	040562300001/23	3.199.169,18	95.975,07	0,00	0,00	8/11/2011	31/7/2013	9
1	756543	044263830001/15	2.085.000,00	85.000,00	0,00	0,00	23/11/2011	31/7/2013	9
1	756592	158347320001/54	212.695,88	12.695,88	200.000,00	200.000,00	26/12/2011	29/6/2013	9
1	756593	637620250001/42	204.500,00	4.500,00	200.000,00	200.000,00	26/12/2011	1/7/2013	9
1	756594	041048160001/16	417.000,00	17.000,00	400.000,00	400.000,00	26/12/2011	5/10/2013	9
1	756595	637620580001/92	270.000,00	20.000,00	0,00	0,00	26/12/2011	31/7/2013	9
1	756596	228551420001/73	306.123,00	6.123,00	300.000,00	300.000,00	26/12/2011	24/6/2013	9
1	756598	059031250001/45	2.040.816,33	40.816,33	0,00	0,00	27/12/2011	31/7/2013	9
1	756653	637869900001/55	306.000,00	6.120,00	299.880,00	299.880,00	28/12/2011	30/5/2013	9
1	756666	041048160001/16	625.000,00	25.000,00	600.000,00	600.000,00	27/12/2011	1/7/2013	9
1	756667	228551420001/73	306.123,00	6.123,00	300.000,00	300.000,00	30/12/2011	28/11/2013	9
1	756675	847453630001/46	165.000,00	15.000,00	150.000,00	150.000,00	30/12/2011	1/7/2013	9
1	756677	637620580001/92	210.000,00	10.000,00	200.000,00	200.000,00	30/12/2011	13/12/2013	9
1	756678	049149250001/07	153.750,00	3.750,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/7/2013	9
1	756679	043948050001/18	255.105,00	5.105,00	250.000,00	250.000,00	30/12/2011	17/6/2013	9
1	756680	046322120001/42	153.062,00	3.062,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/7/2013	9
1	756690	637620580001/92	153.500,00	3.500,00	0,00	0,00	23/11/2011	31/7/2013	9
1	756694	847369410001/88	173.500,00	3.500,00	0,00	0,00	23/12/2011	31/7/2013	9
1	756695	042792380001/59	430.000,00	30.000,00	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	756697	228551420001/73	204.100,00	4.100,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/7/2013	9
1	756701	637620250001/42	673.109,28	23.109,28	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	756722	637620250001/42	361.000,00	11.000,00	350.000,00	350.000,00	13/12/2011	30/6/2013	9
1	756723	637619360001/55	204.082,00	4.082,00	200.000,00	200.000,00	15/12/2011	2/11/2013	9
1	757514	637619930001/34	408.164,00	8.164,00	400.000,00	400.000,00	8/11/2011	6/5/2013	9
1	757607	636064790001/24	128.602,33	28.602,33	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	757608	637620740001/85	420.000,00	20.000,00	400.000,00	400.000,00	8/11/2011	6/5/2013	9
1	757658	637619360001/55	285.715,00	5.715,00	280.000,00	280.000,00	11/11/2011	1/7/2013	9
1	757659	059031250001/45	3.368.000,00	68.000,00	0,00	0,00	27/12/2011	31/7/2013	9
1	757660	016130280001/67	409.000,00	9.000,00	400.000,00	400.000,00	20/12/2011	24/6/2013	9

1	757661	016130280001/67	358.000,00	8.000,00	0,00	0,00	20/12/2011	31/7/2013	9
1	757664	847230300001/16	204.081,63	4.081,63	200.000,00	200.000,00	11/11/2011	30/6/2013	9
1	757686	349252300001/83	510.204,80	10.204,80	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	757687	007205530001/19	1.020.408,16	20.408,16	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	757688	059864270001/24	2.044.888,00	44.888,00	0,00	0,00	18/11/2011	31/7/2013	9
1	757690	349251980001/36	1.020.500,00	20.500,00	0,00	0,00	13/12/2011	31/7/2013	9
1	757700	636064790001/24	1.112.388,17	112.388,17	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	757701	636064790001/24	1.112.388,17	112.388,17	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	757703	636064790001/24	1.112.388,17	112.388,17	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	757746	040927140001/28	1.042.000,00	42.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	26/12/2011	17/6/2013	9
1	757747	041000200001/95	612.245,00	12.245,00	500.000,00	500.000,00	28/12/2011	28/11/2013	9
1	757774	158453400001/90	255.103,00	5.103,00	0,00	0,00	31/12/2011	31/7/2013	9
1	757932	040562220001/87	699.000,00	14.000,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/7/2013	9
1	757941	046322120001/42	306.122,45	6.122,45	0,00	0,00	18/11/2011	31/7/2013	9
1	757957	040926720001/25	260.420,00	10.420,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/7/2013	9
1	758045	040926720001/25	468.750,00	18.750,00	450.000,00	450.000,00	28/11/2011	1/7/2013	9
1	758046	016130280001/67	307.000,00	7.000,00	300.000,00	300.000,00	20/12/2011	21/6/2013	9
1	758047	016130280001/67	510.300,00	10.300,00	500.000,00	500.000,00	20/12/2011	21/6/2013	9
1	758048	003945770001/25	239.115,00	39.115,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/7/2013	9
1	758129	016130310001/80	306.128,77	6.128,77	300.000,00	300.000,00	18/11/2011	21/6/2013	9
1	758143	040562220001/87	1.469.400,00	29.400,00	1.440.000,00	1.440.000,00	30/12/2011	1/7/2013	9
1	758147	040562140001/30	321.428,58	6.428,58	0,00	0,00	8/12/2011	31/7/2013	9
1	758173	040927060001/81	110.000,00	10.000,00	0,00	0,00	18/11/2011	31/7/2013	9
1	758174	040927060001/81	500.000,00	150.000,00	0,00	0,00	18/11/2011	31/7/2013	9
1	758178	059864270001/24	449.355,96	49.355,96	0,00	0,00	18/11/2011	31/7/2013	9
1	758179	059864270001/24	715.000,00	15.000,00	0,00	0,00	18/11/2011	31/7/2013	9
1	758758	003945770001/25	667.000,00	67.000,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/7/2013	9
1	758760	003945770001/25	1.000.000,00	100.000,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/7/2013	9
1	759063	349252300001/83	1.020.410,00	20.410,00	0,00	0,00	13/12/2011	31/7/2013	9
1	759150	042792380001/59	158.000,00	8.000,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/7/2013	9
1	759238	042792380001/59	157.000,00	7.000,00	0,00	0,00	16/12/2011	31/7/2013	9
1	759239	040926720001/25	260.417,00	10.417,00	250.000,00	250.000,00	13/12/2011	7/11/2013	9
1	759240	637619930001/34	306.123,00	6.123,00	0,00	0,00	13/12/2011	31/7/2013	9
1	759242	847276010001/90	102.040,82	2.040,82	0,00	0,00	13/12/2011	31/7/2013	9
1	759245	040562140001/30	2.895.153,06	57.903,06	2.500.000,00	2.500.000,00	21/12/2011	5/10/2013	9
1	759421	636064790001/24	3.022.490,27	322.490,27	0,00	0,00	27/12/2011	31/7/2013	9
1	759424	636064790001/24	3.086.513,07	386.513,07	0,00	0,00	27/12/2011	31/7/2013	9
1	759427	349251980001/36	949.200,00	19.200,00	930.000,00	930.000,00	21/12/2011	1/7/2013	9
1	759433	637619930001/34	102.040,82	2.040,82	0,00	0,00	13/12/2011	31/7/2013	9
1	759434	016130310001/80	1.938.193,02	58.145,80	1.880.047,22	1.880.047,22	21/12/2011	17/6/2013	9
1	759436	016130310001/80	1.910.969,62	57.329,09	1.853.640,53	1.853.640,53	28/11/2011	20/6/2013	9
1	759965	003945770001/25	389.000,00	39.000,00	350.000,00	350.000,00	21/12/2011	11/11/2013	9
1	759968	349251980001/36	714.300,00	14.300,00	700.000,00	700.000,00	13/12/2011	1/7/2013	9
1	759972	007205530001/19	1.530.612,24	30.612,24	0,00	0,00	15/12/2011	31/7/2013	9
1	760016	003945770001/25	450.000,00	250.000,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/7/2013	9

1	760017	003945770001/25	500.000,00	250.000,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/7/2013	9
1	760100	003945770001/25	320.000,00	70.000,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/7/2013	9
1	760105	003945770001/25	112.000,00	12.000,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/7/2013	9
1	760118	003945770001/25	320.299,08	120.299,08	0,00	0,00	15/12/2011	31/7/2013	9
1	760123	003945770001/25	250.000,00	50.000,00	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	760126	003945770001/25	223.000,00	23.000,00	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	760130	003945770001/25	167.000,00	17.000,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/7/2013	9
1	760137	003945770001/25	112.000,00	12.000,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/7/2013	9
1	760141	003945770001/25	2.612.000,00	262.000,00	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	760191	847276010001/90	255.103,00	5.103,00	0,00	0,00	13/12/2011	31/7/2013	9
1	760193	040926720001/25	2.083.334,00	83.334,00	0,00	0,00	15/12/2011	31/7/2013	9
1	760197	637619360001/55	255.103,00	5.103,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/7/2013	9
1	760212	158347320001/54	265.000,00	15.000,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/7/2013	9
1	760213	040927140001/28	364.600,00	14.600,00	0,00	0,00	27/12/2011	31/7/2013	9
1	760224	230669050001/60	1.022.000,00	22.000,00	500.000,00	500.000,00	28/12/2011	13/12/2013	9
1	760229	040927060001/81	310.000,00	10.000,00	300.000,00	300.000,00	13/12/2011	8/11/2013	9
1	760245	040927060001/81	350.000,00	50.000,00	300.000,00	300.000,00	21/12/2011	13/12/2013	9
1	760246	040927060001/81	110.000,00	10.000,00	100.000,00	100.000,00	21/12/2011	28/11/2013	9
1	760247	040927060001/81	105.000,00	5.000,00	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	760248	637620580001/92	307.000,00	7.000,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/7/2013	9
1	760250	043915120001/87	306.500,00	6.500,00	300.000,00	300.000,00	30/12/2011	5/10/2013	9
1	760251	228551590001/20	167.831,78	67.831,78	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	760252	637619690001/03	450.000,00	100.000,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/7/2013	9
1	760253	158841090001/06	227.860,00	27.860,00	200.000,00	200.000,00	21/12/2011	7/6/2013	9
1	760346	230668140001/24	408.163,27	8.163,27	0,00	0,00	23/12/2011	31/7/2013	9
1	760358	003945770001/25	1.112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	760359	003945770001/25	500.000,00	50.000,00	0,00	0,00	28/12/2011	31/7/2013	9
1	760437	003945770001/25	130.000,00	30.000,00	100.000,00	100.000,00	15/12/2011	22/12/2013	9
1	761878	042835780001/53	1.040.000,00	40.000,00	0,00	0,00	23/12/2011	31/7/2013	9
1	762374	042740640001/31	1.050.000,00	50.000,00	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	763390	059957660001/77	937.514,25	37.514,25	900.000,00	900.000,00	21/12/2011	27/6/2013	9
1	763404	044263830001/15	1.570.000,00	70.000,00	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	763413	046534080001/13	3.061.224,49	61.224,49	2.000.000,00	2.000.000,00	28/12/2011	30/6/2013	9
1	763433	059031250001/45	102.050,00	2.050,00	0,00	0,00	27/12/2011	31/7/2013	9
1	763436	059031250001/45	173.500,00	3.500,00	0,00	0,00	27/12/2011	31/7/2013	9
1	763441	637620740001/85	256.000,00	6.000,00	250.000,00	250.000,00	21/12/2011	15/12/2013	9
1	763446	006991970001/07	153.100,00	3.100,00	0,00	0,00	21/12/2011	31/7/2013	9
1	763950	046415510001/95	315.000,00	15.000,00	0,00	0,00	26/12/2011	31/7/2013	9
1	764294	042830400001/49	2.100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/7/2013	9
1	764305	046534080001/13	1.530.612,24	30.612,24	1.000.000,00	1.000.000,00	20/12/2011	30/6/2013	9
1	764327	046534080001/13	1.530.612,24	30.612,24	1.500.000,00	1.500.000,00	20/12/2011	29/6/2013	9
1	764598	045885960001/43	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	21/12/2011	16/12/2013	9
1	764612	637870710001/04	322.951,34	22.951,34	300.000,00	300.000,00	21/12/2011	28/11/2013	9
1	765425	046534080001/13	816.326,53	16.326,53	800.000,00	800.000,00	28/12/2011	29/6/2013	9
1	766107	637620330001/99	208.000,00	8.000,00	0,00	0,00	26/12/2011	31/7/2013	9
1	766108	049149250001/07	206.000,00	6.000,00	200.000,00	200.000,00	26/12/2011	7/6/2013	9

1	766270	158453400001/90	408.164,00	8.164,00	0,00	0,00	26/12/2011	31/7/2013	9
1	766796	046415510001/95	315.000,00	15.000,00	0,00	0,00	27/12/2011	31/7/2013	9
1	767083	040562140001/30	1.530.612,24	30.612,24	1.500.000,00	1.500.000,00	28/12/2011	30/6/2013	9
1	767889	058308720001/09	420.000,00	20.000,00	0,00	0,00	29/12/2011	31/7/2013	9
1	768477	158453650001/94	285.000,00	35.000,00	250.000,00	250.000,00	30/12/2011	13/12/2013	9
1	768621	637870970001/44	200.373,12	4.007,46	196.365,66	196.365,66	30/12/2011	23/6/2013	9
1	768645	847229330001/82	558.000,00	58.000,00	500.000,00	500.000,00	31/12/2011	20/6/2013	9
1	769302	040927140001/28	261.000,00	11.000,00	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	9
1	769303	007205530001/19	510.204,08	10.204,08	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	9
1	769323	040125480001/02	1.224.500,00	24.500,00	0,00	0,00	25/6/2012	25/6/2013	9
1	769353	847453890001/94	255.500,00	5.500,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	769354	847276010001/90	255.102,04	5.102,04	0,00	0,00	2/7/2012	2/7/2013	9
1	769402	016130310001/80	2.505.105,96	75.153,18	0,00	0,00	19/11/2012	19/11/2013	9
1	769403	847449940001/40	255.500,00	5.500,00	0,00	0,00	18/12/2012	18/12/2013	9
1	769404	847449940001/40	255.500,00	5.500,00	0,00	0,00	18/12/2012	18/12/2013	9
1	769405	847449940001/40	255.500,00	5.500,00	0,00	0,00	18/12/2012	18/12/2013	9
1	769407	016130280001/67	2.251.915,36	46.000,00	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	9
1	769408	016126750001/54	552.092,86	28.863,01	0,00	0,00	30/6/2012	30/6/2013	9
1	769409	040125480001/02	592.000,00	12.000,00	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	9
1	769414	040125480001/02	291.840,00	5.840,00	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	9
1	769415	040125480001/02	432.660,00	8.660,00	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	9
1	769417	040596710001/89	510.250,00	10.250,00	0,00	0,00	5/7/2012	5/7/2013	9
1	769418	040596710001/89	510.250,00	10.250,00	0,00	0,00	5/7/2012	5/7/2013	9
1	769422	045885960001/43	515.000,00	15.000,00	0,00	0,00	2/7/2012	2/7/2013	9
1	769424	637620330001/99	306.122,45	6.122,45	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	9
1	769427	043948050001/18	510.204,08	10.204,08	0,00	0,00	26/6/2012	26/6/2013	9
1	769430	349252060001/44	408.500,00	8.500,00	0,00	0,00	2/7/2012	2/7/2013	9
1	769431	637620330001/99	358.000,00	8.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	769432	637620330001/99	285.000,00	15.000,00	0,00	0,00	6/12/2012	6/12/2013	9
1	769461	003945770001/25	1.018.380,72	118.380,72	900.000,00	900.000,00	22/6/2012	18/12/2013	9
1	769462	637620330001/99	510.780,00	10.780,00	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	9
1	769463	637620330001/99	122.450,00	2.450,00	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	9
1	769470	043297360001/69	1.100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	769471	043297360001/69	568.062,60	68.062,60	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	769474	044652090001/81	2.050.000,00	50.000,00	0,00	0,00	25/6/2012	25/6/2013	9
1	769484	045885960001/43	2.050.000,00	50.000,00	0,00	0,00	25/6/2012	25/6/2013	9
1	769498	003945770001/25	1.112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	5/12/2012	5/12/2013	9
1	769499	003945770001/25	950.350,00	200.350,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	769500	007205530001/19	510.204,08	10.204,08	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	8
1	769502	003945770001/25	778.000,00	78.000,00	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	9
1	769505	003945770001/25	330.000,00	30.000,00	0,00	0,00	25/6/2012	25/6/2013	9
1	769506	003945770001/25	1.112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	769507	003945770001/25	469.361,13	119.361,13	0,00	0,00	29/12/2012	29/12/2013	9
1	769509	003945770001/25	222.000,00	22.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	769515	059957660001/77	520.850,00	20.850,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9

1	769516	003945770001/25	1.438.000,00	71.900,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	769517	059957660001/77	3.125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	769787	349252060001/44	765.350,00	15.350,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	769789	230666320001/53	1.940.000,00	40.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	769800	045089330001/45	306.123,00	6.123,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	769804	040772510001/25	412.000,00	12.000,00	0,00	0,00	2/7/2012	2/7/2013	9
1	769807	045089330001/45	2.040.820,00	40.820,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	769813	843065210001/61	612.245,00	12.245,00	600.000,00	600.000,00	6/7/2012	26/12/2013	9
1	769827	636064790001/24	631.578,95	31.578,95	0,00	0,00	25/6/2012	25/6/2013	9
1	769833	636064790001/24	586.352,85	29.317,64	0,00	0,00	9/7/2012	9/7/2013	9
1	769834	636064790001/24	632.413,45	32.413,45	0,00	0,00	30/6/2012	30/6/2013	9
1	769844	049149250001/07	714.300,00	14.300,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	769846	158347320001/54	357.143,00	7.143,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	769859	016130280001/67	804.489,64	16.500,00	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	9
1	769860	046534080001/13	939.586,39	18.791,73	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	9
1	769865	843066040001/50	306.123,00	6.123,00	0,00	0,00	14/12/2012	14/12/2013	9
1	770282	843064550001/20	306.200,00	6.200,00	0,00	0,00	14/12/2012	14/12/2013	9
1	770293	843067370001/27	255.300,00	5.300,00	0,00	0,00	3/7/2012	3/7/2013	9
1	770298	045089330001/45	438.800,00	8.800,00	430.000,00	430.000,00	22/6/2012	18/12/2013	9
1	770300	045089330001/45	408.200,00	8.200,00	0,00	0,00	22/6/2012	22/6/2013	9
1	770316	007205530001/19	765.306,12	15.306,12	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	770359	046952840001/39	1.000.000,00	300.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	770360	040926720001/25	364.584,00	14.584,00	0,00	0,00	5/12/2012	5/12/2013	9
1	770361	637870710001/04	1.000.000,00	300.000,00	0,00	0,00	11/12/2012	11/12/2013	9
1	770362	040772510001/25	1.020.410,00	20.410,00	0,00	0,00	14/12/2012	14/12/2013	9
1	770367	040772510001/25	285.715,00	5.715,00	0,00	0,00	14/12/2012	14/12/2013	9
1	770372	040772510001/25	481.631,00	11.631,00	0,00	0,00	14/12/2012	14/12/2013	9
1	770379	040772510001/25	255.105,00	5.105,00	0,00	0,00	14/12/2012	14/12/2013	9
1	770465	158347320001/54	255.110,00	5.110,00	0,00	0,00	7/12/2012	7/12/2013	9
1	770503	847449940001/40	155.500,00	5.500,00	0,00	0,00	18/12/2012	18/12/2013	9
1	770528	228551590001/20	157.500,00	7.500,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	770529	040927140001/28	835.000,00	85.000,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	770531	043915120001/87	180.000,00	30.000,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	770532	637620330001/99	153.250,00	3.250,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	770533	046952840001/39	255.103,00	5.103,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	770537	637870710001/04	340.000,00	40.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	770557	637619930001/34	340.000,00	140.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	770558	637869900001/55	152.900,00	3.058,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	770562	040926720001/25	2.427.084,00	97.084,00	0,00	0,00	10/10/2012	10/10/2013	9
1	770563	040926720001/25	229.167,00	9.167,00	0,00	0,00	10/10/2012	10/10/2013	9
1	770567	040926720001/25	260.417,00	10.417,00	0,00	0,00	10/10/2012	10/10/2013	9
1	770568	847453630001/46	255.103,00	5.103,00	0,00	0,00	18/12/2012	18/12/2013	9
1	770570	046322120001/42	306.500,00	6.500,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	770658	847453890001/94	255.500,00	5.500,00	0,00	0,00	7/12/2012	7/12/2013	9
1	770661	637869900001/55	306.122,45	6.122,45	0,00	0,00	7/12/2012	7/12/2013	9
1	770662	158347320001/54	102.050,00	2.050,00	0,00	0,00	7/12/2012	7/12/2013	9

1	770664	040926720001/25	520.834,00	20.834,00	0,00	0,00	10/10/2012	10/10/2013	9
1	770665	040926720001/25	1.250.000,00	50.000,00	0,00	0,00	10/10/2012	10/10/2013	9
1	770667	040926720001/25	364.650,00	14.650,00	0,00	0,00	10/10/2012	10/10/2013	9
1	770706	040926720001/25	781.250,00	31.250,00	0,00	0,00	10/10/2012	10/10/2013	9
1	770742	040345830001/22	833.333,33	33.333,33	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	770747	040345830001/22	1.039.282,23	239.282,23	0,00	0,00	30/11/2012	30/11/2013	9
1	770749	040345830001/22	520.833,33	20.833,33	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	770750	040345830001/22	171.875,00	6.875,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	770751	040345830001/22	682.740,88	97.740,88	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	770753	042830400001/49	1.025.000,00	25.000,00	0,00	0,00	18/12/2012	18/12/2013	9
1	770788	040927140001/28	424.333,34	24.333,34	0,00	0,00	30/6/2012	30/6/2013	9
1	770789	043915120001/87	377.711,69	77.711,69	0,00	0,00	30/6/2012	30/6/2013	9
1	770814	016130310001/80	1.530.850,16	30.850,16	0,00	0,00	19/11/2012	19/11/2013	9
1	770818	043915120001/87	530.350,78	30.350,78	0,00	0,00	2/7/2012	2/7/2013	9
1	770837	055623260001/26	263.500,00	13.500,00	0,00	0,00	3/7/2012	3/7/2013	9
1	770841	046415510001/95	260.000,00	10.000,00	0,00	0,00	2/7/2012	2/7/2013	9
1	770842	055623260001/26	263.500,00	13.500,00	0,00	0,00	3/7/2012	3/7/2013	9
1	770843	055623260001/26	263.500,00	13.500,00	0,00	0,00	3/7/2012	3/7/2013	9
1	770844	055623260001/26	263.500,00	13.500,00	0,00	0,00	3/7/2012	3/7/2013	9
1	770845	055623260001/26	263.500,00	13.500,00	0,00	0,00	3/7/2012	3/7/2013	9
1	770846	055623260001/26	263.500,00	13.500,00	0,00	0,00	3/7/2012	3/7/2013	9
1	770847	055623260001/26	263.500,00	13.500,00	0,00	0,00	3/7/2012	3/7/2013	9
1	770848	055623260001/26	263.500,00	13.500,00	0,00	0,00	3/7/2012	3/7/2013	9
1	770887	158347320001/54	510.205,00	10.205,00	0,00	0,00	2/7/2012	2/7/2013	9
1	770890	637619850001/98	255.200,00	5.200,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	771177	228551590001/20	300.000,00	6.000,00	0,00	0,00	4/7/2012	4/7/2013	9
1	771178	041048160001/16	343.450,00	93.450,00	0,00	0,00	4/7/2012	4/7/2013	9
1	771179	041048160001/16	417.000,00	17.000,00	0,00	0,00	4/7/2012	4/7/2013	9
1	771180	041048160001/16	157.000,00	7.000,00	0,00	0,00	4/7/2012	4/7/2013	9
1	771181	041048160001/16	225.000,00	25.000,00	0,00	0,00	4/7/2012	4/7/2013	9
1	771182	041048160001/16	261.000,00	11.000,00	0,00	0,00	4/7/2012	4/7/2013	9
1	771185	228551420001/73	153.061,50	3.061,50	0,00	0,00	17/12/2012	17/12/2013	9
1	771243	003945770001/25	571.653,00	71.653,00	500.000,00	500.000,00	6/7/2012	26/12/2013	9
1	771260	003945850001/71	3.157.894,74	157.894,74	3.000.000,00	3.000.000,00	5/7/2012	13/12/2013	9
1	771404	059904370001/33	1.020.408,16	20.408,16	1.000.000,00	1.000.000,00	6/7/2012	4/12/2013	9
1	771426	042835780001/53	1.030.000,00	30.000,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	771434	042830400001/49	1.435.000,00	35.000,00	0,00	0,00	18/12/2012	18/12/2013	9
1	771444	007205530001/19	255.102,04	5.102,04	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	771448	636064790001/24	1.578.947,37	78.947,37	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	771764	047983280001/56	250.000,00	5.000,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	771769	047983280001/56	400.000,00	8.000,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	771770	047983280001/56	350.000,00	7.000,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	771811	055339350001/57	1.055.000,00	55.000,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	771812	055339350001/57	1.055.000,00	55.000,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	771813	055339350001/57	1.055.000,00	55.000,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	771814	055339350001/57	1.055.000,00	55.000,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9



1	771854	040927060001/81	615.000,00	15.000,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	771883	040926720001/25	520.834,00	20.834,00	0,00	0,00	10/10/2012	10/10/2013	9
1	772372	040927140001/28	104.500,00	4.500,00	0,00	0,00	6/7/2012	6/7/2013	9
1	774158	228551420001/73	153.061,50	3.061,50	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	774161	040927060001/81	500.000,00	100.000,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	774498	840120120001/26	1.764.124,52	264.124,52	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	774521	059430300001/55	2.105.263,16	105.263,16	0,00	0,00	22/12/2012	22/12/2013	9
1	774559	003945770001/25	549.945,00	49.945,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	774562	003945770001/25	3.100.000,00	1.100.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	774565	003945770001/25	786.517,35	86.517,35	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	774676	228551420001/73	306.123,00	6.123,00	0,00	0,00	14/12/2012	14/12/2013	9
1	774680	040927060001/81	115.000,00	15.000,00	0,00	0,00	7/12/2012	7/12/2013	9
1	774684	637619930001/34	306.125,00	6.125,00	0,00	0,00	5/12/2012	5/12/2013	9
1	774687	637620250001/42	618.300,00	18.300,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	774690	637620250001/42	102.543,00	2.543,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	774693	049149250001/07	243.000,00	43.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	774747	847453890001/94	146.000,00	46.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	774748	637619690001/03	180.000,00	30.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	774749	042792380001/59	315.000,00	15.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	774761	015878870001/29	254.000,00	54.000,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	774856	042430260001/11	578.947,37	28.947,37	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	774857	040927140001/28	224.000,00	24.000,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	774881	637619930001/34	258.000,00	8.000,00	0,00	0,00	19/12/2012	19/12/2013	9
1	774961	040927060001/81	515.000,00	15.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	774969	040927060001/81	850.000,00	50.000,00	0,00	0,00	6/12/2012	6/12/2013	9
1	775016	637619770001/41	306.122,45	6.122,45	0,00	0,00	7/12/2012	7/12/2013	9
1	775563	049149250001/07	510.500,00	10.500,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	775628	049149250001/07	1.550.000,00	50.000,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	775638	003945770001/25	2.450.000,00	250.000,00	0,00	0,00	5/12/2012	5/12/2013	9
1	776609	040927140001/28	417.000,00	17.000,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	776610	637619690001/03	255.150,00	5.150,00	0,00	0,00	10/12/2012	10/12/2013	9
1	776616	637620410001/35	206.000,00	6.000,00	0,00	0,00	10/12/2012	10/12/2013	9
1	776638	043805070001/79	510.999,65	10.999,65	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	776790	040926720001/25	3.125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	6/12/2012	6/12/2013	9
1	776824	637620410001/35	1.020.500,00	20.500,00	0,00	0,00	11/12/2012	11/12/2013	9
1	777067	059430300001/55	949.272,84	28.478,18	0,00	0,00	22/12/2012	22/12/2013	9
1	777072	847276010001/90	285.714,29	5.714,29	0,00	0,00	27/12/2012	27/12/2013	9
1	777077	847276010001/90	306.250,00	6.250,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	777086	636064790001/24	421.500,00	21.500,00	0,00	0,00	10/12/2012	10/12/2013	9
1	777087	636064790001/24	316.000,00	16.000,00	0,00	0,00	10/12/2012	10/12/2013	9
1	777091	636064790001/24	843.000,00	43.000,00	0,00	0,00	10/12/2012	10/12/2013	9
1	777094	636064790001/24	316.000,00	16.000,00	0,00	0,00	10/12/2012	10/12/2013	9
1	777117	847229330001/82	438.775,51	8.775,51	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	777119	637619690001/03	620.000,00	70.000,00	0,00	0,00	10/12/2012	10/12/2013	9
1	777174	847449940001/40	459.500,00	9.500,00	0,00	0,00	18/12/2012	18/12/2013	9
1	777185	003945770001/25	627.000,00	27.000,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9

1	777223	228551420001/73	306.500,00	6.500,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	777226	040926720001/25	312.500,00	12.500,00	0,00	0,00	7/12/2012	7/12/2013	9
1	777227	040927060001/81	409.500,00	19.500,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	777328	059430300001/55	5.015.016,28	250.750,81	0,00	0,00	22/12/2012	22/12/2013	9
1	777331	059430300001/55	2.105.263,16	105.263,16	0,00	0,00	22/12/2012	22/12/2013	9
1	777449	036824010001/67	526.315,79	26.315,79	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	777554	636064790001/24	263.200,00	13.200,00	0,00	0,00	10/12/2012	10/12/2013	9
1	777919	055339350001/57	1.948.000,00	98.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	777920	055339350001/57	1.948.000,00	98.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	777923	046283760001/04	1.640.000,00	40.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	777925	046283760001/04	1.896.250,00	46.250,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	777929	045885960001/43	3.090.000,00	90.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	777940	043915120001/87	905.676,49	45.676,49	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	777951	637869900001/55	820.000,00	20.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	777965	043948050001/18	1.122.500,00	22.500,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	777981	003945770001/25	211.900,00	11.900,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	777993	040927060001/81	115.000,00	15.000,00	0,00	0,00	12/12/2012	12/12/2013	9
1	778005	046952840001/39	306.123,00	6.123,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	778607	003945850010/62	1.000.000,00	50.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	778849	003945770001/25	350.000,00	50.000,00	0,00	0,00	13/12/2012	13/12/2013	9
1	779950	045885960001/43	1.545.000,00	45.000,00	0,00	0,00	20/12/2012	20/12/2013	9
1	780016	346935640001/79	256.200,00	6.200,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	780462	040927140001/28	312.500,00	12.500,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	780463	637870710001/04	306.500,00	6.500,00	0,00	0,00	21/12/2012	21/12/2013	9
1	780464	040927060001/81	950.000,00	50.000,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	780467	003945850001/71	1.774.315,79	88.715,79	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	780530	637870970001/44	357.500,00	7.500,00	0,00	0,00	27/12/2012	27/12/2013	9
1	780556	040926720001/25	208.400,00	8.400,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	780558	040926720001/25	208.340,00	8.340,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	780565	003945850001/71	2.436.400,00	122.000,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	780571	003945850001/71	525.000,00	25.000,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	780590	040926720001/25	677.085,00	27.085,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	780592	003945850001/71	560.000,00	60.000,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	780593	040927140001/28	1.042.000,00	42.000,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	780594	637870710001/04	360.000,00	10.000,00	0,00	0,00	26/12/2012	26/12/2013	9
1	780602	003945770001/25	527.000,00	27.000,00	0,00	0,00	27/12/2012	27/12/2013	9
1	780627	040125480001/02	1.887.760,00	37.760,00	0,00	0,00	27/12/2012	27/12/2013	9
1	780889	840120120001/26	3.329.972,36	329.972,36	0,00	0,00	27/12/2012	27/12/2013	9
1	780904	840120120001/26	1.666.685,60	166.685,60	0,00	0,00	27/12/2012	27/12/2013	9
1	780922	637620330001/99	290.000,00	10.000,00	0,00	0,00	27/12/2012	27/12/2013	9
1	780925	637869900001/55	576.500,00	30.500,00	0,00	0,00	27/12/2012	27/12/2013	9
1	780951	049149250001/07	540.000,00	30.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	780952	040926720001/25	520.835,00	20.835,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781000	040927140001/28	312.500,00	12.500,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781010	059430300001/55	1.795.500,00	85.500,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781032	041048160001/16	840.000,00	40.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9

1	781049	040345830001/22	833.333,40	33.333,40	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781214	043948050001/18	255.102,04	5.102,04	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781217	040927140001/28	450.000,00	20.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781221	637870710001/04	306.123,00	6.123,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781223	043948050001/18	898.000,00	18.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781239	040926720001/25	260.417,00	10.417,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781251	045885960001/43	256.250,00	6.250,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781273	228551830001/60	307.000,00	7.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781279	040927060001/81	143.000,00	3.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781280	040927060001/81	230.000,00	10.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781282	040927060001/81	410.000,00	10.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781285	043915120001/87	320.000,00	20.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781292	840120120001/26	4.307.841,76	430.784,18	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781301	046952840001/39	255.105,00	5.105,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781306	847276010001/90	459.183,67	9.183,67	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781309	003945770001/25	2.105.300,00	105.300,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781313	003945770001/25	526.400,00	26.400,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781317	003945770001/25	825.000,00	75.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781331	636064790001/24	526.386,73	26.386,73	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781538	637620740001/85	525.000,00	25.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781544	043915120001/87	379.877,66	79.877,66	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	9
1	781705	043948050001/18	632.653,06	12.653,06	0,00	0,00	29/12/2012	29/12/2013	9
1	576512	043915120001/87	998.458,63	48.458,63	0,00	950.000,00	18/12/2006	16/12/2012	1
1	602013	228551420001/73	318.774,16	18.774,16	0,00	300.000,00	28/12/2007	7/2/2012	4
1	627843	016130310001/80	2.190.703,86	65.721,12	0,00	700.000,00	3/7/2008	28/6/2013	1
1	627849	349252300001/83	1.058.492,98	58.492,98	0,00	1.000.000,00	4/7/2008	30/3/2012	2
1	627851	230666400001/08	525.000,00	26.250,00	0,00	498.750,00	4/7/2008	20/6/2012	1
1	627852	230666400001/08	525.000,00	26.250,00	0,00	498.750,00	4/7/2008	20/6/2012	1
1	627874	637870710001/04	237.197,76	11.859,88	0,00	225.337,88	3/7/2008	3/1/2012	4
1	627896	044652090001/81	1.055.000,00	55.000,00	400.000,00	1.000.000,00	2/7/2008	26/10/2012	2
1	627898	040561980001/86	3.253.830,54	97.614,91	0,00	2.156.215,63	2/7/2008	23/1/2012	2
1	627967	046534080001/13	2.833.596,91	85.007,91	0,00	2.748.589,00	3/7/2008	30/3/2012	1
1	628119	016130310001/80	2.460.599,47	73.817,98	750.000,00	1.700.000,00	4/7/2008	22/4/2013	1
1	628127	230666400001/08	1.050.000,00	52.500,00	397.500,00	997.500,00	3/7/2008	17/12/2012	1
1	638184	059430300001/55	4.309.311,11	215.465,56	0,00	2.740.000,00	23/12/2008	6/5/2012	1
1	639322	044263830001/15	13.182.682,80	915.088,80	0,00	4.089.198,00	29/12/2008	26/1/2013	1

**LEGENDA:**

**Modalidade:**

- 1 – Convênio
- 2 – Contrato de Repasse
- 3 – Termo de Cooperação
- 4 – Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**

- 1 – Adimplente
- 2 – Inadimplente
- 3 – Inadimplência Suspensa
- 4 – Concluído
- 5 – Excluído
- 6 – Rescindido
- 7 – Arquivado
- 8 – Cancelado
- 9 – Em Execução

	10 - Aguardando Prestação de Contas 11 - Prestação de Contas Aprovada 12 - Prestação de Contas em Complementação 13 - Prestação de Contas enviada para Análise 14 - Prestação de Contas Rejeitada
--	---

Fonte: Siafi Gerencial e Siconv.

#### QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE						
Nome:	Ministério da Defesa – Coordenação-Geral do Programa Calha Norte/MD					
CNPJ:	14.665.070/0001-73					
UG/GESTÃO:	110594 / 00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	244	185	319	113.741.603,59	78.267.835,41	123.184.046,74
<b>Total</b>	<b>244</b>	<b>185</b>	<b>319</b>	<b>113.741.603,59</b>	<b>78.267.835,41</b>	<b>123.184.046,74</b>

Fonte: Siafi Gerencial e Siconv.

#### QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEQUINTE

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE					
Nome: Ministério da Defesa – Coordenação-Geral do Programa Calha Norte/MD					
CNPJ: <b>14.665.070/0001-73</b>			UG/GESTÃO: 110594 / 00001		
Modalidade	Qtd. De instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	551	375.696.741,49	110.494.103,59	253.189.439,90	29,41
<b>Total</b>	<b>551</b>	<b>375.696.741,49</b>	<b>110.494.103,59</b>	<b>253.189.439,90</b>	<b>29,41%</b>

Fonte: Siafi Gerencial e Siconv.

#### A.5.6 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse				
Unidade Concedente				
Nome: Ministério da Defesa – Coordenação-Geral do Programa Calha Norte/MD				
CNPJ: 14.665.070/0001-73		UG/GESTÃO: 110594 / 00001		
2012	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2012	Contas prestadas	Quantidade	188	0
		Montante Repassado (R\$)	85.650.098,30	0
	Contas não prestadas	Quantidade	16	0
		Montante Repassado (R\$)	6.475.000,00	0
2011	Contas prestadas	Quantidade	210	0

		Montante Repassado (R\$)	112.611.940,99	0
	Contas não prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado (R\$)	0	0
2010	Contas prestadas	Quantidade	207	0
		Montante Repassado (R\$)	127.165.418,07	0
	Contas não prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado (R\$)	0	0
Anteriores a 2010	Contas não prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado (R\$)	0	0

Fonte: Siafi Gerencial e Siconv

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Defesa – Coordenação-Geral do Programa Calha Norte/MD					
CNPJ: 14.665.070/0001-73			UG/GESTÃO: 110594 / 00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de contas prestadas			210	0
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade e	Contas Analisadas	15	0
			Contas Não Analisadas	56	0
		Montante repassado (R\$)		28.448.559,94	0
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	74	0
			Quantidade Reprovada	28	0
		Contas não analisadas	Quantidade de TCE	6	0
			Quantidade	31	0
Montante repassado (R\$)		76.881.409,39	0		
2011	Quantidade de contas prestadas			223	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		158	0
		Quantidade Reprovada		28	0
		Quantidade de TCE		37	0
	Contas não analisadas	Quantidade		0	0
Montante repassado (R\$)		0	0		
2010	Quantidade de contas prestadas			229	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		181	0
		Quantidade Reprovada		25	0
		Quantidade de TCE		23	0
	Contas não analisadas	Quantidade		0	0
Montante repassado		0	0		
Exercícios anteriores a 2010	Contas não analisadas	Quantidade		0	0
		Montante repassado		0	0

Fonte: Siafi Gerencial e Siconv

### Análise crítica – Convênio/PCN

A situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo levantamos os seguintes aspectos relevantes:

### **Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;**

Quanto as transferências na situação de inadimplência, notificamos tempestivamente os convenentes para que promovam o saneamento das pendências, bem como em consonância com a Instrução Normativa n.º 56-TCU e com o Manual de Tomada de Contas Especial da Controladoria Geral da União, buscamos exaurir as medidas administrativas a cargo do concedente a fim de oportunizar ao convenente a conclusão dos objetos pactuados nos convênios.

Ainda com o propósito de diminuir o número de inadimplências e Tomada de Contas Especiais e alinhados com as diretrizes do Programa Calha Norte, as Coordenações tem promovido seminários e treinamentos para os convenentes, dirimindo as dúvidas e erros recorrentes.

### **Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere;**

A Coordenação-Geral do PCN vem cumprindo integralmente as orientações emanadas nos retrocitados decretos bem como as emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, no que tange a inscrição dos empenhos na situação de Restos a Pagar.

### **Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;**

O PCN vem buscando adequar o volume de convênios a sua capacidade operacional e recursos humanos.

Em que pese a peculiaridade do programa, que só celebra convênios oriundos de emendas parlamentares, a adoção de critérios mais rígidos na celebração, no acompanhamento e ateste da execução das obras tem conduzido a uma diminuição do número de convênios e priorização aos de execução mais simples e que não envolvam somas muito elevadas.

### **Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2012;**

A Coordenação-Geral lança mão das ferramentas de acompanhamento do SICONV para manter um controle mais cerrado da execução dos convênios, promovendo quando necessário vistorias “in loco” para certificar ao correto emprego dos recursos descentralizados e autorizar a liberação de parcelas.

As fiscalizações finais, principalmente no que tange a execução financeira, são realizadas pelo corpo técnico de engenharia em função do volume de prestações de contas apresentadas por Estado e perseguem a determinação normativa de concluir a análise da prestação de contas dentro dos prazos regulamentares.

### **Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;**

Demonstramos no A.5.6 que os convenentes tem apresentado suas prestações de contas dentro do prazo previsto na legislação.

Importa registrar que o Programa Calha Norte promove a notificação tempestiva dos convenentes quanto a aproximação das datas fatais de fim de vigência e de limite para a apresentação da prestação de contas, o que contribui para a minimização da perda de prazos.

### **Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;**

A principal peculiaridade do Programa Calha Norte é que os convênios são firmados com Municípios que se encontram em regiões de difícil acesso, exigindo um criterioso planejamento

das vistorias “in loco” face os valores envolvidos nos deslocamentos do corpo técnico e das enormes distâncias físicas envolvidas.

Não obstante a maximização dos recursos humanos disponíveis é fato que a carência de técnicos engenheiros bem como técnicos da área financeira tem causado por vezes a perda de prazos para a análise das prestações de contas.

No entanto, como forma de minimizar estes óbices, estamos adotando medidas no sentido de diminuir o tempo gasto no trâmite documental bem como vem diminuindo o intervalo entre as viagens de vistoria, buscando obter uma maior eficiência principalmente do tempo disposto para as análises físicas.

### **Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.**

O PCN utiliza as ferramentas disponibilizadas no sistema SICONV e SIAFI Gerencial para gerir as transferências voluntárias, principalmente no que tange as datas de fim de vigência, prazo limite para apresentação de prestação de contas e execução tempestiva dos recursos disponibilizados.

Atualmente, com o advento do SICONV, tornou-se possível o acompanhamento tempestivo da execução financeira e física do objeto, uma vez que o concedente é obrigado a realizar os competentes registros nas abas de execução, inclusive com a anexação de planilhas de medição e relatórios fotográficos demonstrando o andamento da obra.

Quanto à capacidade de fiscalização “in loco”, o Programa Calha Norte conta com um corpo técnico de seis engenheiros, os quais se revezam nas funções de análise dos projetos básicos e visitas de inspeção final do objeto.

### **Análise da Efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas.**

A análise dos resultados da execução física dos projetos pactuados tem demonstrado que o Programa Calha Norte tem conseguido atingir a efetividade nos dois pilares que são o cerne de sua existência, quais sejam:

- a) Na vertente civil, o Programa tem os seus esforços voltados a aumentar a presença do poder público na região norte, contribuindo com a Defesa Nacional, proporcionando assistência a população local e fixando o homem à região por meio de obras que abrangem a execução de pavimentação asfáltica, construção de escolas, construção de postos de saúde, redes de energia elétrica entre outros objetos.
- b) a vertente Militar, o Programa tem como foco principal implantar e ampliar as unidades militares das Forças Armadas, visando a manutenção da soberania e da integridade territorial.

**ANEXO - B****DEORF****QUADROS E ANÁLISE CRÍTICAS****Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012****Programa de Governo constante do PPA – Temático**

Programa 2058 – Política Nacional de Defesa (Quadro A.4.1)

<b>Identificação do Programa de Governo</b>				
Código Programa	2058			
Título	Política Nacional de Defesa			
Órgão Responsável	52000 - Ministério da Defesa			
<b>Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)</b>				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012			g) Valor Remanescente (d – e)
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA (*)		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	11.778.324.369,00			40.797.493.186,00
b) Outras Fontes	0,00	0,00		
c) Subtotais (a + b)	11.778.324.369,00	17.562.098.420,00		
d) Valor Global Previsto no PPA	52.575.817.555,00			
<b>Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)</b>				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
13.480.690.046,04	7.891.419.463,48	13.480.690.046,04	7.891.419.463,48	7.764.087.369,57
<b>Objetivos Relacionados ao Programa</b>				
Código				
520	Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica			

Fontes: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI e Siafi gerencial

(\*) Refere-se ao valor de LOA + créditos.

**Obs.:** No âmbito da responsabilidade da Unidade Jurisdicionada Secretaria de Coordenação e Organização Institucional - SEORI - existe apenas o Objetivo 0520 “Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na Região Amazônica”. Os demais objetivos, iniciativas, metas e ações do programa deverão ser objeto de conteúdo dos Relatórios de Gestão das Unidades Jurisdicionadas às quais se vinculam, a saber: Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD); Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD); Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA); Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM); Comando do Exército; Comando da Marinha e Comando da Aeronáutica.

**Análise crítica**

As informações orçamentárias da tabela acima se referem, apenas, à dotação e execução do Ministério da Defesa, entretanto, em consulta realizada no Siafi Gerencial, no dia 28.01.2013, foi constatada a existência de R\$ 2.048.400,00, de despesas empenhadas e liquidadas pelo Órgão 26000 – Ministério da Educação.



No âmbito da responsabilidade da Unidade Jurisdicionada Secretaria de Coordenação e Organização Institucional - SEORI - existe, apenas, o Objetivo 0520 “Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na Região Amazônica”. Os demais objetivos, iniciativas, metas e ações do programa deverão ser objeto de conteúdo dos Relatórios de Gestão das Unidades Jurisdicionadas às quais se vinculam, a saber: Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD); Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD); Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM); Comando do Exército; Comando da Marinha e Comando da Aeronáutica.

Objetivo do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa (Quadro Q.4.2)

Identificação do Objetivo						
		0520				
Descrição		Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica				
Programa		2058 – Política Nacional de Defesa				
Órgão Responsável		Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
469.910.174,00	473.861.082,00	226.483.490,00	226.483.490,04	93.272,01	289.793.500,04	30.066.930,97
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Adequação da infraestrutura de 30 Pelotões Especiais de Fronteira	unidade	7	6	12.816.000,00	9.841.076,48
2	Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares	unidade	26	23	41.256.000,00	35.799.898,67
3	Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas	unidade	19	15	11.448.000,00	8.445.402,64
4	Adequação de 40 aeródromos	unidade	1	1	2.304.000,00	1.241.474,15
5	Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes	unidade	87	87	387.780.000,00	168.282.977,21
6	Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas (FFAA)	horas	180	180	4.176.000,00	2.872.660,89

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOP

### Análise Crítica

Tendo por base o objetivo do programa que é de levar o desenvolvimento e manter a soberania na Região Norte do país, os resultados observados demonstram uma crescente melhoria nos setores econômicos, saúde, infraestrutura instalada e de lazer para os municípios atendidos pelo programa em 2012.

Especificamente na vertente da soberania, as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) contribuem sobremaneira para a segurança dessa região, notadamente, nas áreas fronteiriças fruto dos projetos de adequação das unidades militares e da adequação de embarcações viabilizando operações conjuntas com a Polícia Federal, IBAMA e Receita Federal em combate ao narcotráfico, descaminho e ilícitos ambientais.

No que se refere ao alcance das metas, para o exercício de 2012, os resultados alcançados poderiam ser ainda melhores se os recursos planejados fossem integralmente repassados e, se, o contingenciamento fosse menor seriam minimizados os problemas nos processos licitatórios advindos da escassez de recursos e da liberação tardia.

O grande volume de recursos do Programa Calha Norte, inscritos em restos a pagar não processados, é um bom exemplo de como a liberação dos recursos, muito próxima do fim do ano, dificulta a gestão, a execução das metas e o alcance dos objetivos.

Iniciativa Relacionada ao Objetivo 0520 (Quadro A.4.3)

Identificação da Iniciativa						
Código	01ZC					
Descrição	Implementação e melhoria da infraestrutura básica nos municípios atendidos pelo Calha Norte					
Objetivo	0520 Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
387.780.000,00	387.780.000,00	168.282.977,21	168.282.977,21	0,00	253.189.439,90	6.430.000,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

(\*) De acordo com a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (lei que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2012- 2015) Meta é atributo de Objetivo e não de Iniciativa.

**Análise crítica:**

As atividades relacionadas a essa Iniciativa visam a atender municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes na Região do Calha Norte - PCN.

Essa ação é implementada com recursos de emendas parlamentares, destinadas aos estados e municípios da área de abrangência do Programa, sob a forma de convênios celebrados com o Ministério da Defesa.

Em 2012 foram celebrados pelo PCN um total de 243 convênios, o que beneficiou a população dos 194 municípios, abrangidos pelo PCN, sendo: 22 municípios do Acre, 16 do Amapá, 62 do Amazonas, 27 do Pará, 52 de Rondônia e 15 de Roraima.

Ação Vinculada à Iniciativa 01ZC (Quadro A.4.4)

Identificação da Ação						
Código	1211					
Descrição	Implantação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte					
Iniciativa	01ZC Implementação e melhoria da infraestrutura básica nos municípios atendidos pelo Calha Norte					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52101					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
387.780.000,00	387.780.000,00	168.282.977,21	6.430.000,00	0,00	253.189.439,90	6.430.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (**)
1	<b>Produto:</b> <b>Projeto concluído</b>  Realização de obras de infraestrutura básica nas	Unidade	243 (*)	243	387.780.000,00	168.282.977,21

(\*) Após reprogramação da meta física da LOA 2012.

(\*\*) Empenhado

### Análise crítica

Os recursos dessas ações foram oriundos, na sua totalidade, de emendas parlamentares, individuais, de bancada ou de comissões e foram aplicados na liberação de recursos mediante convênios com estados e prefeituras municipais, para a realização de obras de infraestrutura básica nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, transporte, energia e comunicações, nas comunidades mais carentes da Região do Programa Calha Norte - PCN.

#### Convênios Celebrados em 2012

Estado	Nº de convênios	Valor total empenhado pelo M (R\$ 1,00)
Acre	37	22.027.035,21
Amapá	31	26.916.100,00
Amazonas	28	27.550.000,00
Pará	0	0,00
Rondônia	132	62.149.842,00
Roraima	15	29.640.000,00
<b>Total</b>	<b>243</b>	<b>168.282.977,21</b>

Fonte: Ministério da Defesa

Os recursos das emendas parlamentares foram totalmente empenhados nos 243 convênios celebrados até 31/12/2012, com execução física de 100% e financeira da ordem de 99,98%.

Foram repassados, ainda, recursos financeiros no decorrer do ano de 2012, referentes a Restos a Pagar de 2008, 2009, 2010 e 2011, conforme quadro a seguir:

#### Transferências voluntárias - 2012

Estado	Nº de convênios li	Valor total repassado pelo M (R\$ 1,00)
Acre	49	23.800.000,00
Amazonas	25	14.400.000,00
Amapá	27	15.932.100,00
Pará	01	300.000,00
Rondônia	100	38.036.245,66
Roraima	18	21.273.257,93
<b>Total</b>	<b>220</b>	<b>113.741.603,59</b>

Fonte: SIAFI

**Iniciativa relacionada ao Objetivo 0520 (Quadro A.4.3)**

Identificação da Iniciativa						
Código	01Z9					
Descrição	Adequação de embarcações da região do Calha Norte					
Objetivo	0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.578.174,00	21.578.174,00	8.445.402,64	8.445.402,64	9.844,33	2.803.947,58	5.631.610,73
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)

Fonte: Siafi Gerencial

(\*) De acordo com a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (lei que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2012- 2015) Meta é atributo de Objetivo e não de Iniciativa.

**Análise crítica:**

A ação vinculada a essa iniciativa tem por finalidade desenvolver ações voltadas para o controle e a segurança da navegação fluvial, na região coberta pelo Programa Calha Norte. Com isso, busca facilitar a vigilância dos rios situados na faixa de fronteira.

No ano de 2012, foram adequadas quinze embarcações, de uma meta prevista de dezenove. O contingenciamento ocorrido ensejou a correção da meta física, na mesma proporção.

**Ação vinculada à Iniciativa 01Z9 (Quadro A.4.4)**

Identificação da Ação						
Código	20S8					
Descrição	Adequação de Embarcações para controle, Segurança da Navegação Fluvial e Infraestrutura na Região do Calha Norte					
Iniciativa	01Z9 Adequação de embarcações da região do Calha Norte					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.578.174,00	21.578.174,00	8.445.402,64	5.641.455,06	9.844,33	2.803.947,58	5.631.610,73
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)
1	<b>Produto: embarcação mantida</b> Adequação e manutenção das embarcações empregadas pelas Forças Armadas, construção, ampliação e reforma de instalações necessárias à	unidade	19	15	21.578.174,00	8.445.402,64

construção e à manutenção das embarcações, bem como a aquisição de materiais e equipamentos necessários.				
--	--	--	--	--

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

(\*) Empenhado

#### Análise crítica:

Os recursos orçamentários dessa ação foram executados pelo Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa e Comandos Militares (Marinha, Exército e Aeronáutica) em atividades de interesse do Programa Calha Norte. Em 2012, o Comando do Exército empregou recursos na aquisição de motores e manutenção geral de embarcações do Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia e dos pelotões especiais de fronteira.

O Comando da Aeronáutica utilizou recursos para a aquisição de materiais de consumo e permanentes, respectivamente, para a construção, manutenção e equipagem dos empurradores e balsas no atendimento do transporte aquaviário de insumos necessários à construção/manutenção de aeródromos na Região do Calha Norte.

A Marinha do Brasil construiu três lanchas rápidas e realizou manutenções preventivas e corretivas de embarcações para os serviços de sinalização náutica, capitânicas e agências fluviais, grupamentos operativos de navios e fuzileiros navais. Destaca-se ainda a revisão de 15.000 horas dos motores de combustão principal do Navio Patrulha Fluvial Rondônia, subordinado ao Comando do 9º Distrito Naval.

O contingenciamento ocorrido na meta financeira provocou a necessidade de ajuste na mesma proporção na meta física.

A Ação recebeu um acréscimo na LOA, de uma Emenda Parlamentar da Comissão de Viação e Transportes – CVT - no valor de R\$ 10.130.174,00, que não foi liberado para empenho, o que resultou em uma correção no índice de execução para 73,77%, considerando os recursos contingenciados. As metas foram ajustadas e o desempenho da ação foi considerado dentro do planejado.

#### Iniciativa relacionada ao Objetivo 0520 (Quadro A.4.3)

Identificação da Iniciativa						
Código	01Z4					
Descrição	Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte					
Objetivo	0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
54.072.000,00	58.022.908,00	45.640.975,15	45.640.975,15	45.447,68	24.005.971,98	14.782.980,71
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

(\*) De acordo com a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (lei que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2012- 2015) Meta é atributo de Objetivo e não de Iniciativa.

#### Análise crítica:

No âmbito dessa iniciativa, em 2012, teve prioridade o Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Tiriós/PA, que se encontrava em fase de finalização de implantação. Nesse mesmo ano foram adequadas seis PEFs em outras cidades.

Destaca-se, ainda, a realização de diversas ações em unidades militares, como por exemplo, a aquisição e manutenção de embarcações militares para o 4º e 9º Distrito Naval, em apoio às ações de Segurança do Tráfego Aquaviário; o início da ampliação e modernização das instalações da Escola de Reservistas navais em Belém e do Comando do 9º Distrito Naval 37 Política Nacional de Defesa em Manaus; a conclusão das principais instalações do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos (AM) e a adequação dos Pelotões de fronteira desse Batalhão; a aquisição e manutenção de

embarcações para a Comissão de Aeroportos da Amazônia - COMARA; a construção e reforma de imóveis residenciais; dentre outras.

#### Ação vinculada à Iniciativa 01Z4 (Quadro A.4.4)

Identificação da Ação						
Código	20SX					
Descrição	Infraestrutura de Unidades Militares na Região do Calha Norte					
Iniciativa	01Z4 Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
41.256.000,00	41.256.000,00	35.799.898,67	12.786.979,53	32.547,68	23.012.919,14	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)
1	<b>Produto: Infraestrutura</b> Adequação de unidades militares, realização de obras e serviços de infraestrutura e pavimentação das rodovias e estradas vicinais que atendem às unidades militares e às comunidades e aquisição de materiais e equipamentos não militares necessários ao pleno funcionamento das unidades.	unidade	26	23	41.256.000,00	35.799.898,67

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

(\*) Empenhado)

#### Análise crítica

Os recursos orçamentários dessa ação foram executados pelo Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa e pelos Comandos Militares (Marinha, Exército e Aeronáutica) em atividade de interesse do Programa Calha Norte.

Em 2012, o Exército deu continuidade às obras de implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva de São Gabriel da Cachoeira/AM e do 3º Batalhão de Infantaria de Selva (3º BIS).

Em Marechal Thaumaturgo/AC, o Comando do Exército deu prosseguimento à construção do pelotão especial de fronteira, bem como destinou recursos à aquisição de equipamentos militares e materiais permanentes para as diversas organizações militares do Comando Militar da Amazônia, dentre outras.

A Marinha do Brasil, por sua vez, destinou recursos para a reforma da Escola de Formação de Reservistas Navais do Comando do 4º Distrito Naval; para construção de um píer para movimentação de veículos até 8,5 toneladas, entregue à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental; para ampliação e modernização das instalações do Comando do 9º Distrito Naval; dentre outras obras.

A Força Aérea Brasileira realizou obras voltadas para construção de próprios nacionais residenciais (residências funcionais); reformas e ampliações de hotéis de trânsito e melhoria de instalações militares na área de jurisdição do VII COMAR.

O contingenciamento de 13,23% ocorrido na meta financeira ocasionou um ajuste na mesma proporção na meta física.

**Ação vinculada à Iniciativa 01Z4 (Quadro A.4.4)**

Identificação da Ação						
Código	2452					
Descrição	Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte					
Iniciativa	01Z4 Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.816.000,00	16.766.908,00	9.841.076,48	2.041.448,86	12.900,00	9.930.152,84	2.026.548,86
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade e de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)
1	<b>Produto: Infraestrutura adequada</b> Adequação (ampliação e reforma) dos Pelotões Especiais de Fronteira, manutenção da infraestrutura instalada (realização de obras e serviços de manutenção de suas instalações e equipamentos não militares)	unidade	7	6	16.766.908,00	9.841.076,48

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

(\*) Empenhado

**Análise crítica**

Em 2012, a principal atividade desenvolvida na execução da ação foi a manutenção dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) do Comando da 8ª Região Militar, com sede em Belém, do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Boa Vista/RR, do Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em São Gabriel da Cachoeira/AM do Comando 16ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Tefé/AM e Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Porto Velho/RO. Os PEF contribuem de forma bastante efetiva para a soberania nacional e integridade territorial do Estado Brasileiro.

O contingenciamento ocorrido na meta financeira ensejou um ajuste na mesma proporção na meta física.

**Iniciativa relacionada ao Objetivo 0520 (Quadro A.4.3)**

Identificação da Iniciativa						
Código	01ZA					
Descrição	Logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte					
Objetivo	0520 Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.176.000,00	4.176.000,00	2.872.660,89	2.872.660,89	37.980,00	840.386,38	1.997.519,58
Metas do Exercício Para a Iniciativa						



Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

(\*) De acordo com a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (lei que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2012- 2015) Meta é atributo de Objetivo e não de Iniciativa.

#### Análise crítica:

Essa iniciativa financia o suporte logístico aéreo (aeronaves das Forças Armadas e, eventualmente, empresas privadas), em benefício das unidades militares instaladas e das comunidades dos municípios atendidos pelo Programa Calha Norte. Além disso, agrega despesas com estudos conjunturais, que buscam alavancar a sustentabilidade dos municípios atendidos pelo Programa Calha Norte - PCN, bem como despesas com a manutenção do Programa.

Em 2012, foram destinados recursos para a indenização de horas de voo das missões solicitadas pelo Plano de Missões Conjuntas das Forças Armadas. Além disso, foram custeadas as atividades de manutenção do PCN, bem como despesas com passagens e diárias do pessoal responsável pelas inspeções e vistorias e outras despesas relacionadas à gestão.

#### Ação vinculada à Iniciativa 01ZA

Identificação da Ação						
Código	2439					
Descrição	Logística Operacional para Apoio às Atividades do Calha Norte					
Iniciativa	01ZA Logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.176.000,00	4.176.000,00	2.872.660,89	2.035.499,51	37.980,00	840.386,38	1.997.519,58
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)
1	<b>Produto: Missão apoiada</b> Efetuar o suporte logístico realizado por meio aéreo (aeronaves das Forças Armadas e, eventualmente, empresas privadas), em benefício das unidades militares instaladas e das comunidades dos municípios atendidos pelo PCN.	unidade	12	9	4.176.000,00	2.872.660,89

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOP

(\*) Empenhado

#### Análise crítica

Em 2012, os recursos orçamentários dessa ação foram executados pelo Departamento de Administração do Ministério da Defesa e pelos Comandos Militares (Marinha, Exército e Aeronáutica) em atividades de interesse do Programa Calha Norte.

A Força Aérea Brasileira destinou recursos para a indenização de horas de voo das missões solicitadas pelo Plano de Missões Conjuntas das Forças Armadas. Além disso, foram reservados recursos para as atividades de manutenção do Programa, como despesas com passagens e diárias para o pessoal responsável pelas inspeções e vistorias do Programa Calha Norte e de demais despesas relacionadas à gestão.

O contingenciamento ocorrido não afetou o desempenho da ação, que teve suas metas ajustadas e adequadas aos valores descontingenciados.

#### Iniciativa relacionada ao Objetivo 0520 (Quadro A.4.3)

Identificação da Iniciativa						
Código	01Z7					
Descrição	Adequação de aeródromos na região do Calha Norte					
Objetivo	0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.304.000,00	2.304.000,00	1.241.474,15	1.241.474,15	0,00	16.654,20	1.224.819,95
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

(\*) De acordo com a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (lei que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2012- 2015) Meta é atributo de Objetivo e não de Iniciativa.

#### Análise crítica:

A Iniciativa tem por objetivo proporcionar aos aeródromos da região do PCN condições de operacionalidade, para o adequado atendimento das unidades militares instaladas e das comunidades locais.

Devido ao contingenciamento, em 2012, foi adequado apenas um aeródromo da região.

#### Ação vinculada à Iniciativa 01Z7 (Quadro A.4.4)

Identificação da Ação						
Código	2441					
Descrição	Manutenção de Aeródromos na região do Calha Norte					
Iniciativa	01Z7 Adequação de aeródromos na região do Calha Norte					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.304.000,00	2.304.000,00	1.241.474,15	1.224.819,95	0,00	16.654,20	1.224.819,95
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)
1	<b>Produto: Aeródromo mantido</b> Realização de obras e serviços de manutenção nas pistas de pouso e decolagem, nas áreas de estacionamento e de	unidade	1	1	2.304.000,00	1.241.474,15

taxiamento de aeronaves e nos terminais de passageiros que compõem os aeródromos.					
---	--	--	--	--	--

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

(\*) Empenhado

### Análise crítica

Em 2012, os recursos orçamentários dessa ação foram executados pelo Comando da Aeronáutica, em benefício das atividades do Programa Calha Norte.

A finalidade dessa Ação é manter os aeródromos da Região do Programa Calha Norte em boas condições de operação, particularmente aqueles situados na faixa de fronteira. Em 2012, os recursos aplicados pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) foram destinados para a aquisição de materiais de consumo, para o pagamento de serviços de manutenção em geral e para a aquisição de equipamentos e demais materiais permanentes, necessários à manutenção dos aeródromos da região, bem como à recuperação de locais de apoio logístico às operações daquela Organização do Comando da Aeronáutica.

O contingenciamento de 41,31% nos recursos dessa ação concorreu para uma baixa execução das atividades planejadas.

### CONCLUSÃO

A vertente desenvolvimentista do Programa Calha Norte (PCN), conhecida como vertente civil do Programa, capitaneada pela Ação 1211 - Implementação de infraestrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte, apresentou, em 2012, um resultado bastante significativo, especialmente pela quantidade de convênios celebrados, de um total de 243 convênios, em 71 municípios da área de abrangência do Programa.

A vertente militar do Programa, com foco na contribuição da soberania na região, apesar dos recursos contingenciados, apresentou um resultado satisfatório, na execução das ações empreendidas pelos Comandos Militares de Área (Marinha, Exército e Aeronáutica), que receberam e aplicaram, os recursos destacados de forma direta pelo Programa Calha Norte.

Em 2012, os resultados alcançados pelo Programa Calha Norte, tanto na vertente civil, em apoio às ações do governo na promoção de desenvolvimento regional, como na vertente militar em consonância com as atividades voltadas para a manutenção da soberania e integridade territorial, foram significativos para a consolidação, no período considerado, do objetivo principal do Programa de “Aumento da presença do poder público na sua área de atuação, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às populações e fixando o homem na região”.

Para que o Programa Calha Norte - PCN - atingisse resultados ainda melhores, a situação ideal seria a possibilidade de distribuição das emendas parlamentares a todos os municípios abrangidos PCN. Além disso, que fossem regularizados os convênios das unidades que se encontram em situação de inadimplência, inscritos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CALC).

### Programa 2046 Mar, Zona Costeira e Antártida (Quadro A.4.1)

Identificação do Programa de Governo			
Código Programa	2046		
Título	Mar, Zona Costeira e Antártida		
Órgão Responsável	52000 - Ministério da Defesa		
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)			
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		g) Valor Remanescente (d - e)
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA (*)	
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	12.128.000,00	90.925.287,00	39.757.891,00
b) Outras Fontes	-	-	
c) Subtotais (a + b)	12.128.000,00	90.925.287,00	
d) Valor Global Previsto no PPA			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)			
Despesa Empenhada	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

	Liquidada	Processados	Não Processados	
60.327.967,49	49.955.796,30	4.669.954,50	10.372.171,19	45.285.841,83
Objetivos Relacionados ao Programa (**)				
Código				
-		-		-

Fonte: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI e Siafi Gerencial

(\*) Refere-se ao valor de LOA + créditos. A dotação inicial do Ministério da Defesa nesse Programa era de R\$ 13.778.000,00, que após acréscimos passou a ser de R\$ 90.925.287,00.

(\*\*) Não há objetivos relacionados à UJ SEORI.

A tabela a seguir demonstra a execução de outros ministérios no Programa 2046 – Mar, Zona Costeira e Antártida.

Órgão		Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos (R\$ 1,00)
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.500.000,00	1.500.000,00	273.542,19
26000	Ministério da Educação	943.297,50	943.297,50	263.297,50
32000	Ministério de Minas e Energia	26.215.879,70	26.215.879,70	1.002.537,99
44000	Ministério do Meio Ambiente	779.741,51	779.741,51	272.264,82
<b>Total</b>		<b>29.438.918,71</b>	<b>29.438.918,71</b>	<b>1.811.642,50</b>

Fonte: Siafi Gerencial

#### Análise crítica

A Unidade Jurisdicionada responsável pelos objetivos do Programa 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida é o Comando da Marinha, unidade que deverá abordar o conteúdo desse Programa, bem como dos seus respectivos objetivos, iniciativas, metas e ações.

#### Programa de Gestão, Manutenção de responsabilidade da UJ (Quadro A.4.5)

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		2108				
Título		Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa				
Órgão Responsável		52000 – Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.187.588.925	22.509.971.856	22.107.975.210,32	21.511.591.544,42	42.177.853,29	596.461.349,84	21.469.413.693,63

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

#### Análise crítica:

O Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa é composto por ações relacionadas a benefícios, manutenção das unidades e demais ações não relacionadas diretamente ao Programa Temático: 2058 – Política Nacional de Defesa.

O desempenho do Programa no ano de 2012 pode ser mensurado por meio das análises críticas das ações abaixo, momento em que são descritas as principais realizações no âmbito de cada ação.

**AÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO DE  
RESPONSABILIDADE DA UJ (QUADRO A.4.6)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	20CW					
Descrição	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos (Atividade)					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
187.740,00	187.740,00	27.740,00	3.123,32	0,00	24.616,68	3.123,32
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)
1	<b>Produto: Servidor beneficiado</b> Promover a realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.	Unidade	1.043	141	187.740,00	27.740,00

Fontes: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOF

(\*) Empenhado

**Análise crítica**

Trata-se de recurso destinado à assistência obrigatória a ser prestada pela União aos servidores públicos.

O efetivo de servidores, em exercício na Administração Central do Ministério da Defesa, é da ordem de 439. Desse total, 294 foram convocados para fazer os exames periódicos, pois, durante o ano de 2012, esse procedimento foi realizado somente para os servidores com idade igual ou superior a 45 anos. Em função do grande número de pedido de exoneração de parte do quadro funcional do HFA, não foi possível atender aos 294 convocados. Desse modo, somente 141 servidores conseguiram concluir os exames médicos periciais.

Vale registrar que foi inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 24.616,68, para pagamento de possíveis faturas a serem enviadas pelo Hospital das Forças Armadas, referentes aos exames periciais realizados pelos servidores em 2012.

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2004					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (ATIVIDADE)					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.280.000,00	5.180.000,00	5.017.706,02	5.017.706,02	*	*	5.017.706,02
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)

1	<b>Produto: pessoa beneficiada</b> Conceder, em caráter suplementar, benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, excluindo-se o pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio, de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.	Unidade	4.632	4.632	5.180.000,00	5.017.706,02
---	---	---------	-------	-------	--------------	--------------

Fontes: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

(\*) Empenhado

### Análise crítica

Trata-se de serviço prestado diretamente pelo órgão. O recurso destina-se a atender aos servidores da Administração Central do MD, do Hospital das Forças Armadas, da Escola Superior de Guerra e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, de seus dependentes e pensionistas. Acrescente-se que os recursos dessa ação são centralizados na Unidade Orçamentária 52101.

Identificação da Ação						
Código	2010					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (ATIVIDADE)					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
46.800,00	46.800,00	41.493,80	41.493,80	*	*	41.493,80
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)
1	<b>Produto: Criança atendida</b> Conceder o benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.	Unidade	41	42	46.800,00	41.493,80

Fontes: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

(\*) Empenhado

### Análise crítica:

O recurso dessa ação custeia o pagamento da assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores, pertencentes à Administração Central do MD, à Escola Superior de Guerra e ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, cuja faixa etária esteja compreendida entre 0 e 5 anos, em função de pertencer à Unidade Orçamentária 52101.

A discrepância entre a execução da meta física e a financeira realizada decorreu da dedução do valor da participação do servidor, ou seja, do valor per capita, atualmente de R\$ 95,00, para o Distrito Federal, é deduzido da cota-parte de participação do servidor – executando-se, apenas, o valor líquido. Assim, o percentual de execução da meta financeira sempre ficará abaixo do percentual de execução da meta física, cuja demonstração pode ser comprovada no quadro acima.

Considerando o incremento de apenas uma unidade na meta física, tal fato pode ser considerado irrelevante para essa ação.

Identificação da Ação						
Código		2011				
Descrição		Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados (ATIVIDADE)				
Unidade Responsável		Departamento de Administração Interna				
Unidade Orçamentária		Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
360.000,00	254.187,18	254.187,18	254.187,18	*	*	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)
1	<p><b>Produto: Servidor beneficiado</b></p> <p>Promover o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.</p>	Unidade	195	209	254.187,18	254.187,18

Fontes: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

(\*) Empenhado

#### Análise crítica:

Trata-se de recurso destinado ao custeio parcial das despesas com auxílio-transporte, realizada pelos servidores pertencentes à Administração Central do MD, à Escola Superior de Guerra e ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, por pertencer à UO: 52101.

Ressalte-se que quando da elaboração da pré-proposta orçamentária de 2012, a meta física informada foi de 240 servidores atendidos/mês. No entanto, na LOA, o número de servidores beneficiados foi de 195, fato que explica a extrapolação da meta física prevista na LOA.

Identificação da Ação						
Código	2012					
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados (ATIVIDADE)					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.440.000,00	1.710.063,00	1.708.279,45	1.140.217,46	*	*	1.140.217,46
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)
1	Produto: Servidor beneficiado Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.	Unidade	395	411	1.710.063,00	1.708.279,45

Fontes: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOF

(\*) Empenhado

#### Análise crítica:

Os recursos dessa ação são destinados para duas vertentes. Uma parte para o custeio da folha de pagamento e outra para aquisição de gêneros.

Dessa forma, os recursos dessa ação custeiam a alimentação dos servidores pertencentes à Administração Central do MD, à Escola Superior de Guerra e ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, sendo parte do recurso destinada ao pagamento, em pecúnia, e a outra destinada à aquisição de gêneros alimentícios, posto que a Administração Central do MD e a Escola Superior de Guerra possuem restaurantes próprios.

Os servidores da Administração Central do MD e da Escola Superior de Guerra somente recebem em pecúnia, quando do usufruto de férias, licenças ou afastamentos previstos na Lei 8.112, de 1990 e nos caso de restrição alimentar. Todos os servidores do Censipam recebem em pecúnia.

Identificação da Ação						
Código	2864					
Descrição	Alimentação de Pessoal					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.430.000,00	1.430.000,00	1.429.983,77	755.648,70	29.770,80	644.564,27	755.648,70
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)
1	<b>Produto: Servidor beneficiado</b> Promover a aquisição de gêneros e demais insumos, contratação de serviços necessários ao preparo e ao fornecimento da alimentação diária ao pessoal em atividade nas Forças Armadas.	Unidade	560	560	1.430.000,00	1.429.983,77

Fontes: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOF



(\*) Empenhado

**Análise crítica:**

Os recursos dessa ação foram destinados à aquisição de gêneros alimentícios, visando atender aos restaurantes localizados no subsolo, 2º e 6º andares, da Administração Central do Ministério da Defesa.

O valor inscrito em Restos a Pagar decorreu, em grande parte, do volume de empenhos emitidos no final de 2011, em função da homologação de processos licitatórios para aquisição de gêneros.

O valor inscrito em Restos a Pagar Processados decorreu do fato da entrega de gêneros no final de 2011, sem a contrapartida do pagamento, em virtude da inviabilidade gerada pelo encerramento do exercício financeiro.

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Atividade)					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000,00	300.000,00	149.863,63	149.863,63	*	*	149.863,63
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)
1	<b>Produto: servidor capacitado</b> Promover a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.	Unidade	200	328	300.000,00	149.863,63

Fontes: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOF

(\*) Empenhado

**Análise crítica:**

As metas atingidas nessa ação superaram as expectativas, haja vista o contingenciamento de 50% do valor inicialmente previsto, o que foi contornado pela adoção de medidas práticas na gestão da escassez dos recursos disponíveis.

A dotação orçamentária de 2012, para a Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - foi de R\$ 300.000,00. No entanto, esse valor foi contingenciado em 50%, tendo restado para a capacitação dos servidores, apenas, R\$ 150.000,00.

Embora tenha havido uma considerável redução, em face do contingenciamento, dos recursos disponíveis para essa ação, cerca de 50%, a Administração Central do Ministério da Defesa, por meio de medidas práticas, adotadas para conciliar a insuficiência de recursos com a elevada demanda em treinamento, obteve êxito na contratação de capacitações “*in company*”, nas quais foram treinados diversos servidores, o que resultou no atingimento verificado na meta física demonstrada acima.

Identificação da Ação						
Código	09HB					
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (Operação Especial)					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.119.995,00	2.167.995,00	1.954.262,92	1.954.262,92	*	*	1.954.262,92
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)
1	Promover o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	*	*	*	2.167.995,00	1.954.262,92

Fontes: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

(\*) Empenhado

#### Análise crítica:

Essa ação trata, apenas, da contabilização da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (Operação Especial) na conta específica de cada beneficiado, e compreende valores depositados na folha de pagamento da Administração Central, da Escola Superior de Guerra e do Centro-Gestor Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam.

São contabilizadas nos recursos dessa ação as obrigações patronais da União, destinadas ao Regime Próprio do Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos Federais.

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
109.398.511,00	127.085.029,00	106.949.789,27	66.821.987,96	1.958.220,91	4.968.557,41	65.888.941,40
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (**)

1	A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	*	*	*	127.085.029,00	106.949.789,27
---	--	---	---	---	----------------	----------------

Fontes: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOF

(\*\*) Empenhado

(\* ) A ação não possui produto.

Do total da dotação orçamentária aprovada para o Ministério da Defesa, O Departamento de Administração Interna – DEADI - ficou responsável pela execução de somente R\$ 33.333.000,00, que foram executados da seguinte forma:

R\$ 29.647.877,62, até 31 de dezembro de 2012;

R\$ 3.475.002,74, inscritos em Restos a Pagar, tendo sido executado, desse montante, R\$ 319.366,49.

#### Análise crítica:

Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

### AÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA 0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO, DE RESPONSABILIDADE DA UJ (QUADRO A.4.6)

Identificação da Ação						
Código	0181					
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis (Operações Especiais)					
Unidade Responsável	Departamento de Administração Interna					
Unidade Orçamentária	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.796.157,00	11.896.157,00	11.714.839,03	11.714.839,03	*	*	11.714.839,03
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada (*)
1	Prover o pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou de seus pensionistas.	Unidade	*	*	11.896.157,00	11.714.839,03

Fontes: Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOF

(\*) Empenhado

#### Análise crítica

Essa ação trata apenas da contabilização do benefício em conta específica de cada beneficiado e compreende valores depositados na folha de pagamento da Administração Central do MD, da Escola Superior de Guerra e do Centro-Gestor Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

São contabilizadas nos recursos dessa ação, as obrigações patronais da União, destinadas ao Regime Próprio do Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos Federais.

#### Identificação Das Unidades Orçamentárias (Quadro A.4.7)

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Defesa	52101	110407

#### Programação de Despesas Correntes (Quadro A.4.8)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	66.026.135	40.744.953			360.508.848	827.481.707	
	PLOA	66.026.135	40.744.953			355.312.520	827.481.707	
	LOA	66.026.135	40.744.953			355.312.520	796.188.886	
CRÉDITOS	Suplementares	1.148.000	2.890.000			98.013.740	14.988.370	
	Especiais	Abertos						67.292.678
		Reabertos					67.292.678	
	Extraordinários	Abertos					92.126.857	50.885.500
		Reabertos					14.186.760	
	Créditos Cancelados					-100.000	-58.213.293	
Outras Operações			12.419.359				27.523.016	
<b>Total</b>		<b>67.174.135</b>	<b>62.054.312</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>626.932.555</b>	<b>898.665.157</b>	

Fonte: Siafi Gerencial

Os valores não incluem: Escola Superior de Guerra – ESG, Censipam e RBJID.

#### Programação de Despesas Correntes (Quadro A.4.9)

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	1.059.126.755	315.558.265					
	PLOA	1.059.126.755	315.558.265					
	LOA	1.458.066.929	729.909.811					
CRÉDITOS	Suplementares	4.300.000	17.402.712					
	Especiais	Abertos		89.817.322				
		Reabertos	89.817.322					
	Extraordinários	Abertos	190.517.943	76.696.200				
		Reabertos	18.737.797	40.000.000				
	Créditos Cancelados		-47.877.246					
Outras Operações			47.693.000					
<b>Total</b>		<b>1.761.439.991</b>	<b>953.641.799</b>			<b>0</b>	<b>0</b>	

Fonte: Siafi Gerencial

Observação: Os valores não incluem: Escola Superior de Guerra – ESG, Censipam e RBJID

**Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência (Quadro A.4.10)**

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	426.534.983	874.226.660	1.059.126.755	315.558.265			
	PLOA	421.338.655	874.226.660	1.059.126.755	315.558.265			
	LOA	421.338.655	842.933.839	1.458.066.929	729.909.811			
CRÉDITOS	Suplementares	99.161.740	17.878.370	4.300.000	17.402.712			
	Especiais	Aberto		67.292.6780		89.817.322		
		Reabertos	67.292.678		89.817.322			
	Extraordinários	Abertos	92.126.857	50.885.500	190.517.943	76.696.200		
		Reabertos	14.186.760		18.737.797	40.000.000		
	Créditos Cancelados	-100.000	-58.213.293		-47.877.246			
Outras Operações			39.942.375		47.693.000			
<b>Total</b>		<b>694.006.690</b>	<b>960.719.469</b>	<b>1.761.439.991</b>	<b>953.641.799</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Fonte: Siafi Gerencial

Os valores não incluem: Escola Superior de Guerra – ESG, Censipam e RBJID.

**Análise Crítica**

O Projeto de Lei Orçamentária para 2012 – PLOA 2012 contemplou a Unidade com recursos no valor global de R\$ 1,48 bilhão, sendo R\$ 421,34 milhões em despesas correntes e R\$ 1,46 bilhão em despesas de capital, correspondentes respectivamente a 28,46% e a 71,54% do total. Em relação ao valor global do PLOA 2011, apresentou um acréscimo de 24,43%. Observa-se, ainda, no PLOA e LOA, a alteração na representatividade dos grupos de despesas, com decréscimo de 51,80% nas despesas correntes e acréscimo de 235,65% nas despesas de capital.

A redução de 51,80% apresentada no grupo de despesas correntes decorreu do término dos gastos relacionados à preparação e a realização dos V Jogos Mundiais Militares. Por sua vez, o acréscimo significativo nas despesas de capital decorreu da transferência, do Comando da Aeronáutica para o Ministério da Defesa, das dotações relacionadas à aquisição das aeronaves H-X BR, helicópteros de médio porte.

Entretanto, após as alterações efetuadas pelo Congresso Nacional, mediante emendas parlamentares, o orçamento da Unidade apresentou um incremento líquido de R\$ 398,94 milhões, que impactaram na sua totalidade as despesas de capital. O Programa Calha Norte, a exemplo dos anos anteriores, foi contemplado com um volume significativo de emendas, R\$ 397,91 milhões. Deste valor, apenas R\$ 300 mil destinaram-se às despesas correntes.

No exercício de 2012, a Unidade foi contemplada com aproximadamente R\$ 576,04 milhões em recursos adicionais, viabilizados mediante a abertura de créditos adicionais. Destacaram-se os oriundos de créditos especiais e extraordinários, no valor global de R\$ 472,58 milhões. Tais recursos viabilizaram o atendimento das despesas relacionadas ao apoio à realização de grandes eventos (Copa das Confederações e Copa do Mundo), ao planejamento, à preparação, à organização, à coordenação e à segurança da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio + 20, a atuação das Forças Armadas em cooperação com os diversos órgãos e entidades do Governo Federal e demais entes da Federação que compõem o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC.

**QUADRO A.4.11 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA**

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente	UG Receptora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna Concedida	110407	110404	05122210820000001		0,00	112,10
	110407	110404	05121205520T40001			301.175,83
	110407	110404	05122210809HB0001	1.954.262,92		
	110407	110404	05122210820000001			33.188.790,05
	110407	110511	05122210820T50001			14.903.352,89
	110407	110404	05122210820TP0001	48.022.881,52		
	110407	110404	05126205814890001			124.549,94
	110407	110511	05126205820AY0001			4.786.018,09
	110407	110404	05126205851360001			28.025,05
	110407	110404	05126205865150001			175.886,78
	110407	110511	05128205840910001			250.000,00
	110407	110402	05128210820550001			6.751.147,56
	110407	110404	05128210845720001			149.863,63
	110407	110404	0515320552B280001			226.057,08
	110407	110404	05153205842290001			1.501.224,88
	110407	110402	05153205842290001			60.000,00
	110407	110404	05153205844270001			42.502,74
	110407	110404	05153205864990001			52.551,80
	110407	110511	05183205868080001			1.200.000,00
	110407	110511	05183205881100001			2.884.000,00
	110407	110404	05183210828660001			31.400,90
	110407	110404	05211138314M20101			82.100,45
	110407	110404	0521220572C060001			639.063,64
	110407	110404	0521220582D550001			3.289.244,96
	110407	110404	05243205820IG0001			1.323.207,33
	110407	110511	05244205812110000		0,00	0,00
	110407	110404	05244205824390010			224.274,49
	110407	110404	05301210820040001			5.017.706,02
	110407	110404	05301210820CW0001			27.740,00
	110407	110404	05306210820120001			1.708.279,45
	110407	110404	05306210828640001			1.429.983,77
	110407	110404	05331210820110001			254.187,18
	110407	110404	05333205865570001			99.976,35
	110407	110404	05365210820100001			41.493,80
	110407	110404	05366205884250001			1.662.082,62
	110407	110404	05722205823850001			12.133.641,62
	110407	110404	05722205842220001			1.548.045,50
	110407	110404	05722205851320001			5.892,75
	110407	110404	05722205851340001			52.563,83
	110407	110404	09272008901810001	11.714.839,03		
110407	110404	27811203520D80001			87.845,16	
110407	110404	27811203520JN0001			1.066.801,09	
			<b>61.691.983,47</b>	<b>0,00</b>	<b>97.350.789,33</b>	

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente	UG Receptora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Movimentação Interna Recebida</b>				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Movimentação Externa Recebida</b>	110030	110407	0418220592B270001	3.500.000,00		180.233,12
	110033	110407	04122210146930001			135.967,17
	110035	110407	04122210146930001			247.000,00
	110037	110407	04122210146930001			1.996.899,94
	120002	110407	05122210820000001			67.253,65
	120002	110407	05302210820590001			417.422,22
	120025	110407	05122210820000001			7.022,76
	120050	110407	05302210820590001			584.877,94
	120050	110407	05302210828870001			136.960,00
	120052	110407	05122210828670001			
	120064	110407	05306205828640001			6.900,00
	120100	110407	05306205828640001			6.832,00
	120106	110407	05151205829130001			13.452,00
	120111	110407	05122210820000001			148.154,69
	120113	110407	05122210820000001			112,10
	120127	110407	05151205831330001			1.568,45
	120132	110407	05151205829160001	15.000,00		
	120140	110407	05122210820000001	4.160,00		
	120158	110407	05122210820000001	4.000,00		
	121002	110407	05302210828870001	7.939,46		
	130007	110407	20604202848420001	3.973.970,00		
	170339	110407	05183211028660001	10.000,00		
	240110	110407	19125202124950001	23.959,73		
	250931	110407	10302201585850013	420.174,10		
	250932	110407	10305201520AL0013	6.213,00		
	530012	110407	06182102922BO0105	50.656.857,89		
	530012	110407	06182204022BO0101	164.586.400,00		
	530012	110407	06182204022BO0103	36.976.010,84		
	530012	110407	06182204022BO0105	150.003.835,16		
	550008	110407	08244206989290001	4.082.400,00		
	772001	110407	05122210828670001	5.543.898,74		
	070026	110407	02061057042690001	20.709.422,27		
110060	110407	03122210120000001	104.984,66			
110355	110407	04121210166620001	349.843,00			
110355	110407	04122210120000001	184.320,87			
120002	110407	05122210820000001	106.811,50			
121002	110407	05128205625950001	9.503,69			
195006	110407	06122211220000001	182.742,60			
200094	110407	06183207082170001	88.177,97			
240005	110407	07122211820000001	1.264.216,00			

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente	UG Reecedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
	240005	110407	07212205720RE0001			330.084,69	
	240005	110407	07212205725330001			336.354,06	
	153031	110407	12128210945720035			1.440,00	
	153173	110407	12306203087440001			966.149,29	
	158153	110407	12363203120RL0052			5.004,16	
	154003	110407	12364203204870001			716.882,71	
	153163	110407	12364203220RK0042			1.941,83	
	153978	110407	12364203220RN0001			302.528,14	
	153978	110407	12368203020RM0001			3.147.719,32	
Movimentação Externa Recebida	200333	110407	14421207023160001			14.428,11	
	490002	110407	21631206621090001			340.883,86	
	110591	110407	26122210120000001			692.958,19	
	113214	110407	26781201728800001			2.194.830,00	
	110591	110407	26781205820SF0001			4.856.981,66	
	110591	110407	26781205827560001			1.998.554,30	
	180002	110407	27121212326000001			261.705,78	
	180002	110407	27122212320000001			38.293,80	
	180002	110407	27811203520D80001			2.184.996,05	
	180002	110407	27811203520JN0001			2.995.920,91	
	180002	110407	27812203520JP0001			2.097.900,59	
	180002	110407	27812203520JQ0001			789.404,63	
					<b>9.043.898,74</b>	<b>0,00</b>	<b>461.996.560,86</b>

Valore em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente	UG Reecedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa Concedida	110407	160509	05122210828670001	9.043.898,74		
	110407	120002	02061057042690001			1.663.081,66
	110407	120002	03122210120000001			104.984,66
	110407	120002	04122210146930001			247.000,00
	110407	120002	06122211220000001			3.000.000,00
	110407	120002	06183207082170001			88.177,97
	110407	120002	07122211820000001			535.216,00
	110407	120002	07212205720RE0001			327.533,90
	110407	120002	08244206989290001			696.438,00
	110407	120002	12128210945720035			1.440,00
	110407	120002	12306203087440001			214.347,25
	110407	120002	12364203204870001			282.017,20
	110407	120002	12364203220RK0042			1.941,83
	110407	120002	12364203220RN0001			302.528,14
	110407	120002	12368203020RM0001			810.047,39
	110407	120002	14421207023160001			14.428,11
	110407	120002	21631206621090001			340.883,86
	110407	120002	26122210120000001			692.958,19
	110407	120002	26781201728800001			2.194.830,00
	110407	120002	26781205820SF0001			4.856.981,66
	110407	120002	26781205827560001			1.998.554,30
	110407	120002	27122212320000001			38.293,80
	110407	120002	27811203520D80001			416.114,51
	110407	120002	27811203520JN0001			214.999,43



110407	120002	27812203520JP0001		199.603,73
110407	120002	27812203520JQ0001		49.913,90
110407	160509	02061057042690001		18.787.016,76
110407	160509	04121210166620001		349.843,00
110407	160509	04122210120000001		184.320,87
110407	160509	04122210146930001		2.037.793,27
110407	160509	05122210820000001		102.256,32
110407	160509	05151205829160001		15.000,00
110407	160509	05183211028660001		10.000,00
110407	160509	05302210820590001		936.929,70
110407	160509	05302210828870001		144.899,46
110407	160509	05306205828640001		6.832,00
110407	160509	06122211220000001		182.742,60
110407	160509	06182102922BO0105		50.656.857,89
110407	160509	06182204022BO0101		164.586.400,00
110407	160509	06182204022BO0103		36.976.010,84
110407	160509	06182204022BO0105		150.003.835,16

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente	UG Reecedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa Concedida	110407	160509	07122211820000001			729.000,00
	110407	160509	07212205720RE0001			2.500,00
	110407	160509	07212205725330001			336.354,06
	110407	160509	08244206989290001			2.049.462,00
	110407	160509	10302201585850013			420.174,10
	110407	160509	10305201520AL0013			6.213,00
	110407	160509	12306203087440001			691.262,04
	110407	160509	12364203204870001			434.865,51
	110407	160509	12368203020RM0001			987.855,44
	110407	160509	19125202124950001			23.959,73
	110407	160509	20604202848420001			3.973.970,00
	110407	160509	27121212326000001			251.705,78
	110407	160509	27811203520D80001			1.495.981,90
	110407	160509	27811203520JN0001			1.279.079,19
	110407	160509	27812203520JP0001			1.207.449,19
	110407	160509	27812203520JQ0001			664.492,26
	110407	772001	02061057042690001			259.323,85
	110407	772001	04121210166620001			170.000,00
	110407	772001	04122210146930001			95.073,84
	110407	772001	0418220592B270001			180.233,12
	110407	772001	05122210820000001			61.081,13
	110407	772001	05151205829130001			13.452,00
	110407	772001	05151205831330001			1.568,45
	110407	772001	05302210820590001			65.370,46
	110407	772001	05306205828640001			6.900,00
	110407	772001	08244206989290001			1.336.500,00
	110407	772001	12306203087440001			60.540,00
	110407	772001	12368203020RM0001			1.349.814,52
	110407	772001	27811203520D80001			185.029,99
	110407	772001	27811203520JN0001			431.838,39
110407	772001	27812203520JP0001			604.167,75	
110407	772001	27812203520JQ0001			74.998,47	
				<b>9.043.898,74</b>	<b>463.723.269,53</b>	

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente	UG recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna Concedida	110407	110404	05122210820000001	5.636.378,98		
	110407	110511	05122210820T50001	645.285,32		
	110407	110511	05126205820AY0001	2.224.245,00		
	110407	110402	05128210820550001	1.000.000,00		
	110407	110511	05183205881100001	11.347.965,00		
	110407	110404	05211138314M20101	9.897.880,89		
	110407	110404	0521220582D550001	7.310,00		
	110407	110594	05244205812110000	308.480.000,00		
	110407	110404	05302210825280001	6.109,30		
	110407	110404	05366205884250001	2.500,00		
			<b>339.247.674,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Movimentação Interna Recebida	112408	110407	05302210825280001	629.165,80		
				<b>629.165,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Movimentação Externa Concedida	110407	120002	04121212514N60101	39.000.000,00		
	110407	120002	26122210120000001	331.675,37		
	110407	120002	26781205812CD0010	1.999.327,95		
	110407	120002	26781205820SF0001	116.706.286,09		
	110407	120002	26781205827560001	732.966,56		
	110407	772001	04121212514N60101	72.000.000,00		
	110407	772001	0418220592B270001	190.534,17		
	110407	772001	05153205814N40101	46.000.000,00		
	110407	160509	02061057042690001	2.640.302,33		
	110407	160509	02122056911RV0101	669.830,64		
	110407	160509	04121212514N60101	911.200.000,00		
	110407	160509	04122210146930001	2.003.880,27		
	110407	160509	12122210920RH0001	878.628,00		
	110407	160509	12571203240190001	360.000,00		
	110407	160509	18544202610ZW0001	8.662.582,31		
	110407	160509	18544205112EP0020	17.557.364,67		
	110407	160509	18544205159000020	24.229.116,40		
	110407	160509	20604202848420001	55.000,00		
	110407	160509	26781205820SF0001	1.300.000,00		
	110407	160509	27811203520SL0001	2.939.095,76		
110407	160509	27812203554500031	250.000,00			
			<b>1.249.706.590,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente	UG recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Externa Recebida	090032	110407	02122056911RV0101	669.830,64		
	110030	110407	0418220592B270001	190.534,17		
	110037	110407	04122210146930001	2.003.880,27		

110037	110407	26781205820SF0001	1.300.000,00	
130007	110407	20604202848420001	55.000,00	
160507	110407	05153205814N40101	46.000.000,00	
195013	110407	18544202610ZW0001	8.662.582,31	
201015	110407	04121212514N60101	1.022.200.000,00	
530013	110407	18544205112EP0020	17.557.364,67	
530013	110407	18544205159000020	24.229.116,40	
772001	110407	02061057042690001	2.640.302,33	
772001	110407	12122210920RH0001	878.628,00	
772001	110407	12571203240190001	360.000,00	
772001	110407	26122210120000001	331.675,37	
772001	110407	26781205812CD0010	1.999.327,95	
772001	110407	26781205820SF0001	116.706.286,09	
772001	110407	26781205827560001	732.966,56	
772001	110407	27811203520SL0001	2.939.095,76	
772001	110407	27812203554500031	250.000,00	
			<b>1.249.706.590,52</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Siafi Gerencial

Nesse item de movimentação orçamentária por grupo de despesa, destacaram-se a transferência recebida do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Programa de Trabalho 04121212514N60, destinada à aquisição de viaturas especiais no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Equipamentos; e as transferências da Secretaria Nacional de Defesa Civil, Programas de Trabalho 06182102922BO e 06182204022BO, destinadas à distribuição de água potável no Semiárido brasileiro, por intermédio de carros pipa.

#### QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>13. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>25.168.532,94</b>	<b>31.896.800,16</b>	<b>17.720.676,09</b>	<b>24.092.912,57</b>
w) Convite	0,00	0,00	0,00	
x) Tomada de Preços	0,00	142.656,00	0,00	142.395,72
y) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
z) Pregão	25.168.532,94	31.754.144,16	17.720.676,09	23.950.516,85
aa) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
bb) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>14. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>5.768.204,99</b>	<b>19.015.012,34</b>	<b>5.048.393,14</b>	<b>16.834.832,91</b>
cc) Dispensa	2.594.655,45	5.401.184,42	2.423.523,70	4.475.123,58
dd) Inexigibilidade	3.173.549,54	13.613.827,92	2.624.869,44	12.359.709,33
<b>15. Regime de Execução Especial</b>	<b>136.871,75</b>	<b>236.098,91</b>	<b>136.871,75</b>	<b>236.098,91</b>
ee) Suprimento de Fundos	136.871,75	273.796,46	136.871,75	270.318,94
<b>16. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>201.894.983,55</b>	<b>190.843.839,55</b>	<b>201.894.983,55</b>	<b>180.959.382,29</b>
ff) Pagamento em Folha	195.705.067,49	186.084.615,95	195.705.067,49	176.200.158,69
gg) Diárias	6.189.916,06	4.759.223,60	6.189.916,06	4.759.223,60
<b>17. Outros</b>	<b>2.810.415,14</b>	<b>127.869.335,26</b>	<b>2.808.898,25</b>	<b>6.225.728,38</b>
<b>18. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>235.779.008,37</b>	<b>369.861.086,22</b>	<b>227.609.822,78</b>	<b>228.348.955,06</b>

Fonte: Siagi Gerencial

#### Observações:

Do valor total inscrito em "Outros", cerca de 70% referem-se a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

A redução do valor das diárias empenhado em 2011 tem origem no contingenciamento estabelecido pelo Governo Federal, em 2011.

**Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários (Quadro A.4.13)**

Valores em R\$ 1,00

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>7. Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa	29.125.744,22	30.021.287,69	29.125.744,22	30.021.287,69	0	0	29.125.744,22	30.021.287,69
2º elemento de despesa	8.380.825,46	7.733.844,18	8.380.825,46	7.733.844,18	0	0	8.380.825,46	7.733.844,18
3º elemento de despesa	6.481.512,77	7.689.535, 28	6.481.512,77	7.689.535, 28	0	0	6.481.512,77	7.689.535, 28
Demais elementos do grupo	12.334.962,57	12.670.336 ,59	12.334.962,57	12.670.336 ,59	0	0	12.334.962,57	12.670.336 ,59
<b>8. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>9. Outras Despesas Correntes</b>								
1º elemento de despesa	19.614.878,58	33.802.660,83	16.452.551,38	30.126.733,04	0	898.176,69	16.452.551,38	30.126.733,04
2º elemento de despesa	5.331.906,23	8.152.339,48	5.331.906,23	5.170.278,69	0	2.091.275,36	5.331.906,23	5.165.645,21
3º elemento de despesa	2.392.877,11	5.456..318,96	2.265.083,89	5.456..318,96	0	0	2.265.083,89	5.456..318,96
Demais elementos do grupo	7.114.934,72	11.941.893,31	5.490.010,35	11.123.642,74	2.416.269,85	8.302,70	5.490.010,35	11.123.642,74
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>10. Investimentos</b>								
1º elemento de despesa	5.108.138,74	112.560.377,52	1.995.771,92	0	463.877,27	112.560.377,52	1.995.771,92	0
2º elemento de despesa	131.524,00	10.805.481,53	0	1.379.059,30	2.119.479,04	9.426.422,23	0	1.379.059,30
3º elemento de despesa	10.249,98	2.366..232,64	0	246.753,60	44.000,00	2.119.479,04	0	246.753,60
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>DESPESAS CORRENTES</b>								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

#### Observações:

##### a) Despesas do grupo 1

No ano de 2011, houve um acréscimo de despesas na Folha de Pagamento, a partir do mês de fevereiro, em função da incorporação do Censipam, ao Ministério da Defesa, cuja dotação orçamentária não contemplava esse incremento para o exercício financeiro de 2011.

##### b) Despesas do grupo 3

Outra ocorrência que merece registro é o decréscimo na despesa com pagamento diárias e fornecimento de passagens aéreas. Nesse contexto, a redução dessas despesas foi da ordem de 50 % em relação ao valor praticado em 2010.

##### c) Despesas do grupo 4

O contingenciamento no exercício foi mais contundente no que tange à realização de despesa com pagamento de diárias e fornecimento de passagens aéreas. Esse fato demandou reajustes na programação de reuniões bilaterais entre representantes dos Ministérios da Defesa de países estrangeiros com o Ministério da Defesa do Brasil.

Em relação aos eventos positivos, ressalta-se o fato de que a despeito do contingenciamento, a área financeira não foi comprometida. Esse aspecto foi de extrema importância para a UJ, na medida em que foram honrados os compromissos de pagamentos, tão logo a fase da liquidação fosse concluída.

A UJ não executa despesas dos grupos 2; 5; e 6.

## Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos DE MOVIMENTAÇÃO (Quadro A.4.14)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>19. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>498.465,30</b>	<b>583.113,78</b>	<b>136.780,67</b>	<b>228.160,71</b>
hh) Convite		0,00		0,00
ii) Tomada de Preços		26.560,00		26.560,00
jj) Concorrência		0,00		0,00
kk) Pregão	498.465,30	556.553,78	136.780,67	201.600,71
ll) Concurso		0,00		0,00
mm) Consulta		0,00		0,00
<b>20. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>27.071,98</b>	<b>56.480,44</b>	<b>26.112,27</b>	<b>46.999,20</b>
nn) Dispensa	27.071,98	56.480,44	26.112,27	46.999,20
oo) Inexigibilidade				
<b>21. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
pp) Suprimento de Fundos				
<b>22. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>0,00</b>	<b>48.288,63</b>	<b>0,00</b>	<b>48.288,63</b>
qq) Pagamento em Folha				
rr) Diárias		48.288,63		48.288,63
<b>23. Outros</b>	<b>895.944,09</b>	<b>565.251,64</b>	<b>860.190,34</b>	<b>565.251,64</b>
<b>24. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.421.481,37</b>	<b>1.253.134,49</b>	<b>1.023.083,28</b>	<b>888.700,18</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

**Observações:**

Do valor total inscrito em “Outros”, cerca de 70% referem-se a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

A redução do valor das diárias empenhado em 2011 tem origem no contingenciamento estabelecido pelo Governo Federal, em 2011.

## Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO (Quadro A.4.15)



Fonte: Siafi Gerencial

**Análise crítica:**

A grande maioria dos recursos financeiros recebidos por movimentação foi oriunda do Fundo da Defesa, embora a Secretaria de Coordenação e Organização Institucional - SEORI tenha recebido, em 2011, recursos do Ministério do Esporte e do Fundo do Serviço Militar.

**Alterações significativas ocorridas no exercício:**

**a) Despesas do grupo 3**

As despesas consignadas nesse grupo – na sua grande maioria – se destinam à manutenção de Próprios Nacionais Residenciais – PNR, com recursos descentralizados do Fundo da Defesa para a SEORI.

Além disso, outra forma de manutenção de PNR, em 2011, foi por meio do Pregão Eletrônico nº10/2010-MD.

**b) Despesas do grupo 4**

No exercício financeiro de 2011 não houve contingenciamento aplicado aos recursos do Fundo da Defesa.

Cita-se como exemplo de evento de natureza positiva, os recursos recebidos do Fundo da Defesa que contribuíram, significativamente, para a manutenção dos PNR sob a responsabilidade do Ministério da Defesa.



## Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

### Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (Quadro A.5.2)

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	9.80,48	(-) 3.847,98	5.532,50	--
2010	91.241,33	(-) 80.951,84	10.142,49	147,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	10.315.574,14	(-)2.532.060,51	8.166.197,55	--
2010	155.578.298,82	(-)46.427.051,43	85.635.502,85	23.515.744,54
...				

Fonte: Siafi Gerencial

#### Análise crítica:

Em relação à estratégia de pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar - RP, a UJ vem adotando ações no sentido de reduzir a quantidade de empenhos nessa situação. Nesse sentido, formalizaram-se expedientes periódicos aos responsáveis pelas ações das diversas Secretarias da Administração Central do Ministério da Defesa, solicitando a manifestação quanto à permanência ou não de empenhos inscritos em RP, sob suas responsabilidades. Além disso, foi estabelecido para 2013 que os empenhos inscritos em Restos a Pagar, quando forem de material de subsistência terão o prazo máximo estabelecido de até janeiro para serem apropriados e os de serviço terão o prazo de dois meses, ou seja, até fevereiro de 2013.

Carece registro a criação da Unidade Gestora do Programa Calha Norte (UG 110594), que absorveu, a partir de 2012, todas as atribuições inerentes aos Convênios do Programa, inclusive, o pagamento de empenhos inscritos em Restos a Pagar.

Ressalta-se, ainda, a edição dos Decretos nº 7.468, de 28/04/11 e nº 7.511, de 30/06/2011, que ampliaram a vigência de convênios.

### Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (Quadro A.5.8)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
110404	Departamento de Administração Interna	0,00	24.354,55	339.844,10	364.198,65
	<b>Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF</b>	<b>0,00</b>	<b>24.354,55</b>	<b>339.844,10</b>	<b>364.198,65</b>

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema de Cartão de Pagamento - SCP

#### Observações:

Embora a UJ não tenha registro de concessão de Suprimento de Fundos na conta tipo "B", foram concedidos, em 2012, valores destinados às despesas decorrentes de viagens internacionais do Senhor Ministro de Estado da Defesa, no montante total de R\$13.306,63.

## Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido - Conta Tipo "B" (Quadro A.5.9)

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	110404				Nome da UG		Departamento de Administração Interna	
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
EGON DALINGHAUS	613383119-72	800009	6/jan/12	339030	Atender despesas com viagens internacionais do Ministro da Defesa, conforme memorando 007/GM de 03 de jan. de 2012	37.800,00	Portaria nº 43/SEORI de 04jan2012	6004100003620181
		800008	6/jan/12	339039				
LUCIANO BELARMINO REIS	025413957-16	800279	28/fev/12	339030	Atender despesas com viagens internacionais do Ministro da Defesa, conforme memorando 042/GM de 23 de fev. de 2012.	35.000,00	Portaria nº 446/SEORI de 23fev2012	60041000806201295
		800280	28/fev/12	339039				
LUCIANO BELARMINO REIS	025413957-16	801064	20/jun/12	339030	Atender despesas com viagens internacionais do Ministro da Defesa, conforme memorando 102/GM de 13de jun de 2012.	41.600,00	Portaria nº 1615/SEORI de 14jun2012	60041003371201231
		801065	20/jun/12	339039				
LUCIANO BELARMINO REIS	025413957-16	801827	5/out/12	339030	Atender despesas com viagens internacionais do Ministro da Defesa, conforme memorando 199/GM de 02 de out de 2012.	41.600,00	Portaria nº 2657/SEORI de 02out2012	6004100525820190
		801828	5/out/12	339039				

MARCELO PEREIRA DA SILVA	919165500-53	800089	27/jan/12	339030	Atender despesas com viagens internacionais do Ministro da Defesa, conforme memorando 13/GM, de 16 de jan de 2012.	36.200,00	Portaria nº08/2012/  DIOF, de 27JAN2012	6004100091201248
				<b>Total Utilizado pela UG</b>		<b>192.200,00</b>		
<b>Código da UG 2</b>	--			<b>Nome da UG</b>			-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	
				<b>Total Utilizado pela UG</b>		<b>192.200,00</b>		
				<b>Total Utilizado pela UJ</b>		<b>192.200,00</b>		

## Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Quadro A.5.10)

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	110404	Limite de Utilização da UG	336.214,56		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ROBERTO SIMOES FERREIRA FILHO	002.733.057/51	4.800,00		3.477,10	3.477,10
LUIZ HENRIQUE SALONSKI DA SILVA	007.443.147/12	21.500,00		12.901,59	12.901,59
ROBSON DE ARAUJO DA SILVA	010.438.637/10	40.800,00		16.499,15	16.499,15
NILSON MURILO MAICA	011.103.300/49	6.000,00		853,96	853,96
NATIN ALEXANDRA BRAZ	046.854.966/80	11.000,00		1.631,79	1.631,79
MARCELO LUIZ OLESKOVICZ	120.686.638/13	6.000,00		372,12	372,12
ALOISIO DIAS DA COSTA	245.539.057/87	111.634,49		48.259,33	48.259,33
OSVALDO BATISTA SA JUNIOR	431.380.632/68	16.000,00		1.594,44	1.594,44
CLAUDIO AFONSO PERES	441.926.811/53	21.500,00		5.957,97	5.957,97
WENES SOARES GUIMARAES	492.855.721/20	2.500,00		1.342,00	1.342,00
BRENO BRAGA JUNIOR	499.132.397/53	76.500,00		42.978,76	42.978,76
EUDES CARVALHO DOS SANTOS	499.176.507/25	230.126,45		86.190,22	86.190,22
JACI DE OLIVEIRA GOMES	584.809.511/68	0,00		107,82	107,82
RENATO CARVALHO ROCHA	590.963.731/20	48.000,00		19.089,59	19.089,59
JOAO BATISTA MARTINS FURTADO	606.554.612/72	12.285,57		1.762,17	1.762,17
EGON DALINGHAUS	613.383.119/72	77.800,00	5.836,11	9.209,96	15046,07
EDUARDO PINTO URBANO	802.951.267/87	8.000,00		2.528,90	2.528,90
JOSE TARCISIO PACIFICO JUNIOR	831.426.901/82	2.000,00		626,00	626,00
PAULO CESAR BITTENCOURT FERREIRA	884.932.707/25	8.000,00		5.698,99	5.698,99
PAULO DIAMANTINO RANGEL	890.541.997/68	14.000,00		12.079,25	12.079,25
CUSTODIO MOURA CASTRO DO NASCIMENTO	904.562.031/68	4.000,00		1.382,87	1.382,87
TELIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	905.673.747/34	124.000,00		60.951,68	60.951,68
MARCELO PERERA DA SILVA	919.165.500/53	96.763,57	15.770,25	478,44	16.248,69
JOANES GREGORATTO	925.098.868/00	9.000,00		3.870,00	3.870,00
LUCIANO BELARMINO REIS	025.413.967/16	173.200,00	2.748,19		2.748,19
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>24.354,55</b>	<b>339.844,10</b>	<b>364.198,65</b>

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema de Cartão de Pagamento - SCP

**Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo - Série Histórica (Quadro A.5.11)**

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Qtd.	(a) Valor	Qtd.	(b) Valor	Qtd.	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	36	22.420,00	349	258.038,53	293.765,16
2011	-	-	43	27.810,00	382	172.777,51	225.689,51
2010	-	-	12	8.580,00	225	60.228,01	129.114,07

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema de Cartão de Pagamento - SCP

**Observações:**

Embora a UJ não tenha registro de concessão de Suprimento de Fundos através da conta tipo “B”, foram concedidos, em 2012, valores para atender despesas decorrentes de viagens internacionais do Ministro de Estado da Defesa, no valor total de R\$13.306,63; em 2011 no valor de R\$25.102,00; e em 2010 no valor de R\$ 60.306,06. Nas três situações a quantidade das operações realizadas pelos portadores foi de seis operações anuais por cartão corporativo.

**Prestação de Contas de Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” e CPF**

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	82	78.962,96	72	10.712,15	58	56.148,53

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema de Cartão de Pagamento - SCP

**Prestação de Contas de Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” e CPF**

Valores em R\$ 1,00

Situação	Suprimento de Fundos com Moeda Estrangeira (*)					
	2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	6	13.306,63,00	6	25.102,00	6	60.306,06

Fonte: Siafi Gerencial e Sistema de Cartão de Pagamento - SCP

(\*) Valores convertidos em Reais.

Embora a UJ não tenha registro de concessão de Suprimento de Fundos na conta tipo “B”, foram concedidos, em 2010, 2011 e 2012, valores para atender despesas decorrentes de viagens internacionais do Ministro de Estado da Defesa.

### **Análise Crítica**

A aplicação de recursos orçamentários na Modalidade de Suprimento de Fundos, no âmbito da administração Central do Ministério da Defesa, tem amparo legal na Portaria Normativa MD nº 1.403, de 26 de Outubro de 2007.

A maior parte dos valores do Suprimento de Fundos visa atender as despesas referentes ao acompanhamento de comitivas internacionais, em visita ao Brasil, a convite do Ministro de Estado da Defesa.

Carece registrar que em viagens no País, as despesas do Ministro são custeadas com utilização do cartão corporativo, a fim de atender tempestivamente às necessidades da missão. Os processos de concessão desses suprimentos são abertos com a devida Portaria Ministerial, ou de servidor delegado, além da portaria de concessão de suprimento de fundos do ordenador de despesas da Administração Central do Ministério da Defesa.

Em relação às viagens do Ministro da Defesa ao exterior, as despesas relativas à missão, são atendidas mediante o fornecimento de recursos em moeda estrangeira (dólar). Vale esclarecer que tais processos de concessões, também são abertos com a devida Portaria Ministerial, ou de servidor delegado.

A Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, anualmente, realiza o acompanhamento de auditoria nos processos de despesa de concessões de suprimento de fundos.

**SEÇÃO V**

**CONTEÚDO ESPECÍFICO  
POR  
UNIDADE JURISDICIONADA  
AGREGADA**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA - SEPROD**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2013 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Brasília-DF / 2013



## SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	5
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	5
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	6
1.3 Organograma Funcional.....	157
1.3.1 Departamento de Produtos de Defesa - DEPROD.....	9
1.3.2 Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial - DECTI.....	8
1.3.3 Departamento de Catalogação.....	9
1.4 Macroprocessos Finalísticos .....	160
1.5 Macroprocessos de Apoio .....	161
1.6 Principais Parceiros.....	161
<b>2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES .....</b>	<b>162</b>
2.1 Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada.....	13
2.2 Estratégias da Atuação frente aos Objetivos Estratégicos .....	162
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	14
2.3.1.1 Ação 20T4 – Sistema Militar de Catalogação.....	14
2.3.1.2 Ação 2B28 – Domínio de Tecnologias para a Defesa Nacional.....	16
2.4 Indicadores de Desempenho e Gestão .....	169
2.4.1 Indicadores de Desempenho .....	1690
2.4.1.1 Indicador de Eficiência: .....	1690
2.4.1.1.1 Índice de aplicação dos recursos da SEPROD, por Ação Orçamentária - IARA.....	169
2.4.1.1.2 Índice de Metas Físicas da Ação 2B28.....	21
2.4.1.1.3 Índice de Metas Físicas da Ação 20T4.....	22
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	1723
3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos .....	172
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	175
4.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ .....	1755
4.1.1 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	25
4.1.1.1 - QUADRO 1.....	25
4.1.1.2 - QUADRO 2.....	26
Quadro A.2.1.2 – Programação de Despesas Correntes AÇÃO 2B28.....	27
Quadro A.2.1.3 – Programação de Despesas Correntes AÇÃO 20T4.....	28
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....	177
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos .....	177
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a disposição da Unidade Jurisdicionada .....	177
6.1.2 Quantificação da Força de Trabalho .....	178
6.1.2.1 Quantificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Idade.....	178
6.1.2.2 Quantificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade.....	179
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	30
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI) .....	179
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO .....	180
12.1. RESULTADOS E CONCLUSÕES .....	181

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

BID – Base Industrial de Defesa  
CC-SISMICAT – Comissão de Coordenação do Sistema Militar de Catalogação  
CECAFA – Centro de Catalogação das Forças Armadas  
CGU – Controladoria-Geral da União  
CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica  
COA-MB – Central de Operações e Arquivo da Marinha do Brasil  
DECAT – Departamento de Catalogação  
DECTI - Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial  
DEPLOG – Departamento de Logística  
DEPROD – Departamento de Produtos de Defesa  
DN – Decisão Normativa  
IN – Instrução Normativa  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MB – Marinha do Brasil  
MD – Ministério da Defesa  
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
NAMSA – Agência de Catalogação da OTAN  
NORMAB – Normas de Centralização da Execução Financeira da Base de Abastecimento da Marinha no Rio De Janeiro  
OM – Organização Militar  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
RG – Relatório de Gestão  
PAR – Planos de Aplicação de Recursos  
Port. – Portaria  
RBJID – Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa  
RP – Restos a Pagar  
SEORI – Secretaria de Coordenação e Organização Institucional  
SEPROD – Secretaria de Produtos de Defesa  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SILD – Sistema de Informações Logísticas de Defesa  
SINACAT – Sistema Nacional de Catalogação  
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SISCAT-BR - Sistema de Catalogação Brasileiro  
SISCEMEFA – Sistema de Certificação, Metrologia, Normalização e Fomento Industrial das Forças Armadas  
SISMICAT – Sistema Militar de Catalogação  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UGE – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada

# 1. IDENTIFICAÇÃO

## QUADRO A.1.3 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Defesa			<b>Código SIORG:</b> 041066
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
<b>Denominação Completa:</b> Secretaria de Coordenação e Organização Institucional			
<b>Denominação Abreviada:</b> SEORI			
<b>Código SIORG:</b> 41109	<b>Código na LOA:</b> 52000		<b>Código SIAFI:</b> 115405
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b>	
<b>Principal Atividade:</b> Administração e Gestão das Atividades de Defesa Nacional			<b>Código CNAE:</b> 8422-1/00
<b>Telefones/Fax de Contato:</b>	(061)3312.4224	(061) 3312-8577	(061) 3312-4233
<b>Endereço Eletrônico:</b> seori@defesa.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco Q 1º andar, CEP 70.049-900, Brasília-DF.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
<b>Número de Ordem:</b> 5			
<b>Denominação Completa:</b> Secretaria de Produtos de Defesa			
<b>Denominação Abreviada:</b> SEPROD			
<b>Código SIORG:</b> 113165	<b>Código na LOA:</b>		<b>Código SIAFI:</b> 110279
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão da Administração Direta do Poder Executivo		<b>CNPJ:</b>	
<b>Principal Atividade:</b> Defesa			<b>Código CNAE:</b>
<b>Telefones/Fax de Contato:</b>	(061)3312-8829	(061)3312-8519	
<b>E-mail:</b> seprod@defesa.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.defesa.gov.br">http://www.defesa.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Logradouro, Espl. Dos Ministérios – Bl Q – 2º andar – Sala 210 – Brasília – DF – CEP 70049-900			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010( DOU Nº 224,DE 24/11/2010), alterado pelo Decreto nº 7.424, de 05 de janeiro de 2011.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Lei nº 10.6836, de 28 de maio de 2003 – Disposição da Presidência da República e Ministérios.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Estratégia Nacional de Defesa (Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008);			
Política de Nacional da Indústria de Defesa - PNID (Port Normativa nº 899/MD, de 19/07/2005).			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
110404	Departamento de Administração Interna – DEADI		
041594	Departamento de Planejamento Orçamentário e Financeiro – DEORF		
	Departamento de Coordenação, e Organização Institucional – DEORG		
772001	Diretoria de Administração da Marinha		
160509	Secretaria de Economia e Finanças do Exército		
120002	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
772001		00001	
160509		00001	
120002		00001	
110407		00001	

### 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), criada pelo Decreto Nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, possui as seguintes competências compete assessorar o Ministro de Estado da Defesa nos assuntos de sua competência, inclusive nas matérias relativas a ciência, tecnologia e inovação; propor os fundamentos para a formulação e atualização da política nacional de ciência, tecnologia e inovação de defesa visando ao desenvolvimento tecnológico e à criação de novos produtos de defesa, e acompanhar a sua execução; propor os fundamentos para a formulação e atualização da política nacional da indústria de defesa e acompanhar a sua execução; propor a formulação e atualização da política de compras de produtos de defesa e acompanhar a sua execução; normatizar e supervisionar as ações inerentes ao controle das importações e exportações de produtos de defesa; em articulação com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), acompanhar os processos e coordenar os programas e projetos de articulação e equipamentos de defesa; propor diretrizes para a determinação de necessidades e requisitos, em termos de aproveitamento comum, dos meios de defesa dimensionados pela análise estratégico-operacional; estabelecer, planejar e coordenar a padronização dos produtos de defesa de uso ou interesse comum das Forças Armadas; estabelecer e coordenar a integração das aquisições de interesse das Forças Armadas; propor diretrizes relativas à obtenção e distribuição de bens e serviços; supervisionar e fomentar as atividades de tecnologia industrial; supervisionar as atividades de ciência, tecnologia e inovação visando ao desenvolvimento e à industrialização de novos produtos de defesa; representar o Ministério da Defesa, na sua área de atuação, perante outros Ministérios nos fóruns nacionais e internacionais nas discussões de matérias que envolvam produtos de defesa e nos assuntos ligados à ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa; supervisionar as atividades de aquisição de informações de tecnologia militar e do sistema militar de catalogação e realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Nesse sentido para atingir os objetivos, foram propostas as seguintes atividades para a Ação 2B28 em 2012:

1. Apoio a Projetos de P&D de Interesse da Defesa Nacional – sendo selecionadas 05 Tecnologias de Interesse da Defesa Nacional Obs.: Para este objetivo seriam necessários R\$ 5.200.000,00 em custeio e R\$ 2.800.000,00 em investimento, totalizando R\$ 8.000.000,00 para atingir as 02 metas físicas o restante, R\$ 972.000,00, seriam necessários para atingir os seguintes objetivos.

2. Viabilização de programas mobilizadores e projetos inovadores, integração das atividades de C,T&I das FFAA;

3. Participação em fóruns internacionais sobre bens sensíveis nas áreas de missilística, nuclear, biológica, química e espacial;

4. Participação em comissões intergovernamentais em assuntos relacionados a C,T&I;

5. Realização de seminários em C,T&I e participação em exposições, promoção de seminários e "workshops" sobre temas relativos a C,T&I de interesse da Defesa Nacional;

6. Realização de visitas técnicas de interesse da Defesa e realização de atividades de prospecção tecnológica, e

7. Aquisições de equipamentos laboratoriais e de materiais de ciência e tecnologia.

Com relação a Ação Orçamentária 20T4 – Sistema Militar de Catalogação, ela foi incorporada à Secretaria de Produtos de Defesa recentemente, e todo o seu histórico advém da Ação 6515, cuja coordenação é realizada pela Subchefia de Integração Logística da Chefia de Logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (UGR 110530). A Pré-Proposta Orçamentária, para 2012, apresentou a necessidade de um montante total de R\$ 3.015.000,00, sendo R\$ 2.815.000,00 em custeio e R\$ 200.000,00 em investimento, com a finalidade de manter o funcionamento do Sistema Militar de Catalogação. Porém, somente foi provisionado à Ação 20T4 o montante de 1.800.000,00. Não obstante, conforme o Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, que estabeleceu, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2012, o DECAT obteve os limites de crédito autorizados para as despesas acima mencionadas fixados em R\$ 193.947,00. Nesse sentido, podemos observar que o teto orçamentário atribuído às despesas com diárias e passagens, imposto à Ação 20T4, restringiu a participação do Departamento em atividades que envolvam a efetiva representatividade do Brasil junto à NAMSA/OTAN. Foi priorizada, dentro das possibilidades orçamentárias provisionadas para custeio, a licitação para a contratação de firma especializada para manutenção e customização do Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR) e o funcionamento do Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA). Entre as principais

dificuldades para a execução total do orçamento, verificou-se a descontinuidade da licitação para a manutenção e customização do SISCAT-BR, em virtude de questionamentos por parte da CJU/RJ.

Secretaria promoveu o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial de defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva, por meio da aprovação da Lei 12.598, na qual estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa. Supervisionou as atividades de aquisição de informações de tecnologia militar, bem como manteve o Sistema militar de Catalogação, ressaltando os seguintes aspectos: manutenção das atividades laborais do CECAFA, quais sejam: manutenções prediais, pagamento de compulsórios (telefonia, serviços de limpeza, condomínio, materiais/equipamentos de informática e materiais comuns ao dia a dia do Centro); uniformização de procedimentos relativos à doutrina estabelecida pelo SOC, devido à continuidade da representatividade do Brasil no SOC, com a participação em fóruns técnicos organizados pela Agência de Manutenção e Suprimento da OTAN (NAMSA); aumento da visibilidade da importância da atividade de catalogação para as Federações de indústrias dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; ampliação do quadro de catalogadores das Forças Armadas e entidades civis afins; e provimento das condições necessárias, em articulação com outros órgãos do governo (MPOG), por meio das reuniões técnicas do Sistema Nacional de Catalogação (SINACAT), para que os sistemas de aquisição governamentais se utilizem da catalogação como instrumento para a padronização de itens e produtos, visando a racionalização das compras e otimização dos recursos.

### 1.3 Organograma Funcional



SECRETARIA DE PRODUTO DE DEFESA - SEPROD		
FUNÇÃO	COMPETÊNCIAS/ ATRIBUIÇÕES	MACROPROCESSOS
SECRETÁRIO	SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA	- Assessorar o Ministro da Defesa nos assuntos de sua competência, propondo os fundamentos para a formulação e atualização da política nacional de ciência, tecnologia e inovação de defesa, visando o desenvolvimento tecnológico e a criação de novos produtos de defesa, e acompanhar a sua execução.
ASSESSOR	CHEFE DE GABINETE	Assessoramento na área afim e militar
ASSESSOR		

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA INDUSTRIAL - DECTI
---

FUNÇÃO	COMPETÊNCIAS ATRIBUIÇÕES	MACROPROCESSOS
DIRETOR	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA INDUSTRIAL	<p>Acompanhar as Forças Armadas na execução de <b>projetos de Ciência e Tecnologia</b>, de modo a promover a <b>integração</b> de seus esforços e, quando for o caso, fazer gestões junto aos Órgãos Governamentais de Fomento em busca de <b>suporte financeiro</b> (Portaria Interministerial 750/2007).</p> <p>Promover a compatibilização e a integração dos processos <b>certificação, metrologia e de proteção da propriedade intelectual</b> no âmbito do Ministério da Defesa.</p> <p>Realizar <b>prospecção tecnológica</b> por meio de visitas a empresas e Institutos de Ciência e Tecnologia, nacionais ou estrangeiros, e da participação em fóruns e eventos, no Brasil e no exterior, concernentes à área de C,T &amp; I.</p> <p>Acompanhar os assuntos concernentes à área de <b>Bens Sensíveis, Desarmamento e Não-Proliferação de Armas de Destruição em Massa. Análise e emissão de pareceres técnicos e sobre propostas legislativas afetas ao MD.</b></p> <p>Reuniões periódicas de acompanhamento de projetos (próxima prevista maio 2012 CECOMGEX).</p> <p>Visitas de prospecção tecnológica.</p> <p>Participação na concepção, organização e instrução de Cursos de Identificação de Bens Sensíveis</p> <p>Participação na concepção, organização e instrução de Cursos de Assistência e Proteção em Emergências Químicas em cooperação com a Convenção de Prevenção de Armas Químicas CPAQ.</p> <p>Eventos Internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).</li> <li>-Convenção de Prevenção de Armas Biológicas (CPAB).</li> <li>-Convenção de Prevenção de Armas Químicas (CPAQ).</li> <li>-Grupo de Supridores Nucleares (NSG).</li> <li>-Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).</li> <li>-Tratado de Banimento Completo de Testes Nucleares (CTBT).</li> <li>-Comitê das Nações Unidas para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (UN-COPUOS).</li> <li>-Grupos de Trabalho de Cooperação em C&amp;T (EUA, França, Canadá, Rússia, Ucrânia, Índia, África do Sul).</li> <li>-Plano de Ação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).</li> <li>-Comitê Brasil-França para o Acompanhamento do PROSUB.</li> </ul>
GERENTE	DIVISÃO DE PROJETOS E PLANEJAMENTO	<p>Acompanhar as Forças Armadas na execução dos <b>projetos de interesse da Defesa</b> por meio das reuniões periódicas e visitas.</p> <p>Realizar a <b>prospecção tecnológica</b> de interesse do Ministério da Defesa por meio da participação em eventos no Brasil e no exterior e visitas a empresas, ICT e outros órgãos, nacionais e estrangeiros.</p> <p>Planejar e realizar o <b>Seminário de Ciência e Tecnologia</b> de Interesse da Defesa e outros eventos.</p> <p>Participar de <b>fóruns nacionais e internacionais</b> concernentes a assuntos de interesse da Defesa Nacional.</p>
GERENTE	DIVISÃO TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA	<p>O conjunto de ferramentas tecnológicas que provêm a base para o desenvolvimento industrial.</p> <p>A TIB envolve, entre outras, a <b>normalização, a avaliação da conformidade, incluindo a certificação, a metrologia, a informação tecnológica e a propriedade industrial.</b></p>
COORDENADOR	ÁREA DE MÍSSEIS	Assessoramento na área afim e militar.
COORDENADOR	ÁREA BIOLÓGICA	
COORDENADOR	ÁREA QUÍMICA	

DEPROD		
FUNÇÃO	COMPETÊNCIAS/ ATRIBUIÇÕES	MACROPROCESSOS
DIRETOR		<p>Normatiza a classificação dos produtos de defesa e duais das empresas estratégicas de defesa; estabelece requisitos especiais que deverão ser atendidos pelos produtos de defesa</p>

		para serem classificados como estratégicos; estabelece critérios e procedimentos para a contratação e aquisição de produtos de defesa e cláusulas de capacitação industrial e de compensação comercial e industrial; exerce o controle sobre o ciclo de vida dos produtos de defesa e sobre as empresas estratégicas de defesa; propõe as bases para a formulação e atualização da política de compras de produtos de defesa e acompanha a sua execução; exerce as funções de Secretária-Executiva da Comissão Militar da Indústria de Defesa; propõe as bases para a formulação e atualização da política nacional da indústria de defesa e acompanha a sua execução; exerce o controle das importações e exportações de produtos de defesa; coordena a fiscalização das empresas estratégicas de defesa e dos produtos de defesa; coordena o fomento das atividades de produção e exportação de produtos de defesa; coordena a participação das Forças Armadas no processo de fabricação de produtos de defesa; coordena as ações e propõe aperfeiçoamentos para as medidas de compensação comercial e industrial ( <i>offset</i> ) de interesse da defesa; e realiza outras atividades inerentes à sua área de atuação.
07 GERENTE		Assessoramento na área afim e militar.

DECAT		
FUNÇÃO	COMPETÊNCIAS/ ATRIBUIÇÕES	MACROPROCESSOS
DIRETOR		Conduz a atividade de catalogação; desempenha as funções de órgão normativo e supervisor do sistema militar de catalogação; participa das discussões e da elaboração de acordos nacionais e internacionais na área de catalogação; exerce as funções de representante das Forças Armadas para assuntos de catalogação e codificação de material perante o Sistema OTAN de Catalogação; propõe ações de fomento à atividade de catalogação, em âmbito nacional, junto aos fabricantes nacionais de setores econômicos relacionados; mantém atualizados e em funcionamento os bancos de dados de itens, fabricantes e usuários do sistema militar de catalogação, em consonância com o Sistema OTAN de Catalogação; dentre outras previstas no Decreto de criação da Secretaria.
COORDENADOR	GABINETE	<p>I - assessorar o Diretor:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- nos assuntos de sua competência; e</li> <li>- no exercício da função de Presidente das Comissões de Coordenação do Sistema Militar de Catalogação (CC-SISMICAT) e do Sistema Nacional de Catalogação (CC-SINACAT);</li> </ul> <p>II - planejar, coordenar, normatizar, acompanhar e regular as atividades administrativas do Departamento de catalogação;</p> <p>III – aprovar o Plano de Trabalho Anual ou Plano de Ação do Departamento de Catalogação;</p> <p>IV – aprovar a descentralização de créditos orçamentários para o funcionamento do Sistema Militar de Catalogação;</p>

		<p>V – aprovar o Programa de reuniões anuais do SISMICAT e SINACAT;</p> <p>VI – aprovar o Plano de Capacitação do pessoal dos membros do SISMICAT; e</p> <p>VII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.</p>
COORDENADOR	CATALOGAÇÃO	<p>assessorar o Diretor:</p> <p>a) nos assuntos de sua competência; e</p> <p>b) nos assuntos propostos nas Comissões de Coordenação do Sistema Militar de Catalogação (CC-SISMICAT) e do Sistema Nacional de Catalogação (CC-SINACAT);</p> <p>II - planejar, coordenar, normatizar, acompanhar e regular as atividades de catalogação dos elos componentes dos sistemas nacional e militar de catalogação;</p> <p>III – propor ações de fomento às atividades de catalogação, em âmbito nacional, junto aos fabricantes nacionais de setores econômicos relacionados;</p> <p>IV - coordenar os trabalhos e supervisionar o andamento das deliberações da CC-SISMICAT;</p> <p>V - coordenar os trabalhos e supervisionar o andamento das deliberações da CC-SINACAT, em articulação com outros órgãos do governo;</p> <p>VI - programar, coordenar e participar de visitas técnicas às Centrais de Operação e Arquivo (COA), componentes do SINACAT e do SISMICAT;</p> <p>VII - manter atualizado o manual e a norma operacional do SINACAT e do SISMICAT, bem como outros documentos normativos referentes à atividade de catalogação;</p> <p>VIII - coordenar as ações e propor as bases para a formulação e atualização da política nacional de catalogação;</p> <p>IX - estabelecer critérios e indicadores gerenciais que possibilitem avaliar a qualidade do SINACAT e do SISMICAT;</p> <p>X - planejar e coordenar as ações que contribuam para elevar o nível de capacitação de recursos <i>humanos na área de catalogação</i>;</p> <p>XI - propor os objetivos e as diretrizes relacionados à atividade de catalogação; e</p> <p>XII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.</p>

#### 1.4 Macroprocessos Finalísticos

A Secretaria possui como Macroprocessos Finalísticos desenvolver suas competências, quais sejam: promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial de defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios para alcançar



maior autonomia tecnológica e produtiva, e supervisionar as atividades de aquisição de informações de tecnologia militar, do Sistema militar de Catalogação e do Sistema Nacional de Catalogação.

Para conduzir os macroprocessos foram realizadas procedimentos para a contratação e aquisição de produtos de defesa e cláusulas de capacitação industrial e de compensação comercial e industrial; exerce o controle sobre o ciclo de vida dos produtos de defesa e sobre as empresas estratégicas de defesa; propõe as bases para a formulação e atualização da política de compras de produtos de defesa e acompanha a sua execução; exerceu as funções de Secretaria-Executiva da Comissão Militar da Indústria de Defesa; propõe as bases para a formulação e atualização da política nacional da indústria de defesa e acompanha a sua execução; exerce o controle das importações e exportações de produtos de defesa; coordena a fiscalização das empresas estratégicas de defesa e dos produtos de defesa; coordena o fomento das atividades de produção e exportação de produtos de defesa; coordena a participação das Forças Armadas no processo de fabricação de produtos de defesa; coordena as ações e propõe aperfeiçoamentos para as medidas de compensação comercial e industrial (*offset*) de interesse da defesa; e realiza outras atividades inerentes à sua área de atuação. Coordena e acompanha as atividades de certificação, de metrologia e de normatização e proteção por patentes de interesse da defesa; propõe cláusulas de transferência de tecnologia e compensação tecnológica; gerencia o processo de transferência de tecnologia para a base industrial de defesa; fomenta e acompanha o desenvolvimento, industrialização e produção de novos produtos e de tecnologia na área de defesa; propõe as bases para a formulação e atualização da política de ciência, tecnologia e inovação para a defesa e acompanha a sua execução; avaliar, aperfeiçoa e coordena o funcionamento do sistema de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa; promove e coordena a integração entre os institutos de pesquisa militares, no que tange aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa; coordena as atividades de cooperação científica e tecnológica de interesse da defesa com instituições nacionais e internacionais; coordena e acompanha os projetos de pesquisa de tecnologias de interesse da defesa, encaminhados pelas Forças Armadas; coordena, no que tange aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa, as atividades relativas a bens sensíveis; coordena as atividades de prospecção tecnológica nas áreas de interesse da defesa; e realiza outras atividades inerentes à sua área de atuação. Conduz a atividade de catalogação; desempenha as funções de órgão normativo e supervisor do sistema militar de catalogação; participa das discussões e da elaboração de acordos nacionais e internacionais na área de catalogação; exerce as funções de representante das Forças Armadas para assuntos de catalogação e codificação de material perante o Sistema OTAN de Catalogação; propõe ações de fomento à atividade de catalogação, em âmbito nacional, junto aos fabricantes nacionais de setores econômicos relacionados; mantém atualizados e em funcionamento os bancos de dados de itens, fabricantes e usuários do sistema militar de catalogação, em consonância com o Sistema OTAN de Catalogação; dentre outras previstas no Decreto de criação da Secretaria.

O acompanhamento da execução física e financeira é coordenado e orientado pela SEPROD e realizado por intermédio da atuação dos Diretores dos Departamentos e Coordenadores das Ações Orçamentárias.

As atividades de acompanhamento são, quando pertinentes, complementadas com a produção de relatórios críticos que visam ao aperfeiçoamento das doutrinas vigentes e ao emprego judicioso e otimizado dos meios pessoais, materiais e dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

### 1.5 Macroprocessos de Apoio

A Secretaria é uma Unidade Gestora com função de Controle de recursos orçamentários alocados na Lei Orçamentária Anual, cujas despesas são realizadas pela Administração Central do Ministério da Defesa e não possui tropa diretamente subordinada, utiliza a estrutura de pessoal, material e administrativa das Forças Armadas e da própria Administração Central do Ministério da Defesa para apoiar o desenvolvimento de suas atividades planejadas.

Os macroprocessos de apoio são estabelecidos pela Administração Central.

### 1.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros da SEPROD, para a consecução de suas atividades finalísticas, são: a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, a Administração Central do Ministério da Defesa; os Comandos da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Aeronáutica e a Base Industrial de Defesa.

## 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.

### 2.1 Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada

2.1.1 Em conformidade com o Plano Plurianual 2012-2015, a SEPROD instituiu o seu Plano de Ação para o ano de 2012.

2.1.2 O Planejamento Estratégico está direcionado e alinhado às Diretrizes constantes da Estratégia Nacional de Defesa, contida no Programa 2055 – Desenvolvimento Produtivo e estão destacadas as principais atividades desenvolvidas por intermédio de cada Ação e de acordo com os registros constantes no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

2.1.3 Programa 2055 – Desenvolvimento Produtivo

OBJETIVO GERAL	
Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.	
OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
<p>Compilar e catalogar dados e informações sobre itens de interesse militar, considerando os conceitos da Agência de Catalogação da OTAN; Manter o Sistema Militar de Catalogação; Divulgar à atividade de catalogação; e Formação e atualização de catalogadores</p>	20T4 – Sistema Militar de Catalogação
<p>Apoiar projetos de interesse da Defesa Nacional, conforme prioridade definida pelo Ministério da Defesa por critério de importância estratégica e viabilidade tecnológica.</p>	2B28 – Domínio de Tecnologias para a Defesa Nacional

2.1.4 Focada em ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura Nacional de Defesa.

2.1.5 Atuando em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas, com a colaboração de seus Departamentos, as quais são responsáveis pela consecução de Objetivos Gerais, os quais são desdobrados em Objetivos Específicos e foram implementados por intermédio de Ações Orçamentárias, visando à realização de metas anuais estabelecidas.

### 2.2 Estratégias da Atuação frente aos Objetivos Estratégicos

A SEPROD desenvolve suas competências para o atendimento de suas responsabilidades institucionais, por intermédio de seus Departamentos, a saber: Departamento de produtos de Defesa, Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial e Departamento de Catalogação.

As dificuldades encontradas decorreram do fato de que a Lei Orçamentária Anual de 2012 não contemplou a Secretaria com ações específicas, para o desenvolvimento de suas atividades voltadas à alavancagem da Base Industrial de Defesa (BID). Foram alocados recursos ainda por montantes registrados em aplicação correlata e anterior à reestruturação, o que causou descompasso com as ações decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa, atribuídas para esta área de Produtos de Defesa. As metas físicas resultantes da readequação do orçamento, em virtude dos cortes, não foram cumpridas

integralmente. Cabe ressaltar que se deve analisar a execução orçamentária com o crédito autorizado/índice corrigido, uma vez que houve contingenciamento em relação ao previsto inicialmente para as Ações. A relação Previsto/execução não retrata com fidedignidade a gestão dos créditos alocados para as Ações.

Não foi necessário a revisão dos macroprocessos internos (metas físicas) das Ações Governamentais.

Cabe salientar que a SEPROD empreende todo o esforço possível para adequar-se ao estabelecido em seu decreto de criação, orientada pela Estratégia Nacional de Defesa e diretrizes fixadas pelo Ministro de Estado da Defesa, aguardando aprovação de Decreto que versa sobre os efetivos necessários à nova arquitetura funcional do Ministério da Defesa. Foram observadas as seguintes estratégias relevantes para a consecussão dos objetivos:

- participação em eventos nacionais e internacionais relacionados à certificação, de metrologia e de normatização e proteção por patentes de interesse da defesa, além de prover o apoio às Forças Armadas nessa área, com a aquisição de publicações especializadas; acompanhamento do trâmite da proposta da nova Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa;

- empreender ações no sentido de celebrar Acordo de Cooperação Técnica entre o MD e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, objetivando proporcionar ações estratégicas de prospecção tecnológica;

- fomentar e acompanhar o desenvolvimento, industrialização e produção de novos produtos e de tecnologia na área de defesa, por meio de ações diretas junto ao Comitê da Cadeia Produtiva da Indústria de Defesa (COMDEFESA);

- avaliação, aperfeiçoamento e coordenação do funcionamento do sistema de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa, por meio de instrumentos e ferramentas informatizadas;

- promover e coordenar a integração entre os institutos de pesquisa militares,

- por meio de reuniões periódicas de avaliação que tratam da integração de projetos de pesquisa e desenvolvimento comum às Forças e de interesse da defesa, no que tange aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa;

- coordenação das atividades de cooperação científica e tecnológica de interesse da defesa com as instituições nacionais e internacionais, por meio da participação em eventos nacionais e internacionais;

- coordenação e acompanhamento dos projetos de pesquisa de tecnologias de interesse da defesa, e encaminhados pelas Forças Armadas, por meio de avaliações presenciais e de sistemas de acompanhamento internos;

- coordenação, no que tange aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa, das atividades relativas a bens sensíveis, por meio da efetiva participação em fóruns nacionais e internacionais, relativos às áreas Biológica, Química, Nuclear e Missilística;

- coordenação das atividades de prospecção tecnológica nas áreas de interesse da defesa, por meio de visitas a Instituições e empresas de P&D, civis e militares, ou por meio de ferramentas informatizadas;

- participação em eventos nacionais e internacionais relacionados à divulgação de produtos e indústrias de material de defesa; apoio às Forças Armadas na área de produtos de defesa;

- participação nas seguintes propostas de criação: PNEPRODE – Política Nacional de Exportação de Produtos de Defesa e da PL PRODE – Projeto de Lei que estabelece normas especiais para as compras e contratações de produtos e de sistemas de defesa, ou do seu desenvolvimento, dispendo sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; coordenação do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) e coordenação de processos afetos à Tecnologia Industrial Básica (TIB) nas Forças Armadas, além da manutenção e ampliação do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT), aumento do número de itens de suprimento padronizados, a fim de possibilitar a máxima eficiência no apoio logístico e facilitar a gerência de dados dos materiais em uso pelas Forças Armadas e ampliação da participação do Brasil nos fóruns de catalogação patrocinados pela Agência de Suporte da OTAN (NSPA).

## **2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações**

### **2.3.1.1 Ação 20T4 – Sistema Militar de Catalogação**

Destacamos os seguintes eventos que contribuíram para a execução das metas estabelecidas:

1. manutenção da vida vegetativa do CECAFA referente aos pagamentos de despesas compulsórias, como energia elétrica, serviços de telecomunicações, serviços de limpeza, manutenção e conservação predial da Organização Militar, manutenção dos sistemas informatizados de apoio ao SISMICAT (SGDC-P, CAT-BR, TRAC, ambiente de desenvolvimento, ambiente de teste, ambiente de homologação e infra- estrutura de apoio).

2 . realização de duas reuniões da Comissão de Coordenação do SISMICAT, em detrimento das três reuniões anteriormente previstas;

3. a manutenção da representatividade do Brasil no Sistema OTAN de Catalogação (SOC) foi descontinuada devido a não participação em dois fóruns técnicos organizados pela Agência de Manutenção e Suprimento da OTAN (NAMSA);

4. promoção de ações anuais com foco na difusão do conceito de catalogação nas empresas privadas ou estatais, em proveito da criação do Sistema Nacional de Catalogação (SINACAT);

5. participação de reuniões de viabilização técnica do SINACAT (VT-SINACAT);

6. a manutenção do funcionamento do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) e do Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA) vem sendo efetuada dentro dos limites mínimos estabelecidos, sem a possibilidade de investimentos.

Houve, ainda, a participação nos seguintes eventos:

a) cursos realizados para o aprimoramento técnico-profissional do pessoal envolvido nas atividades de apoio do Sistema Militar de Catalogação - SISMICAT: participação de três militares e uma Servidora Civil no “Adestramento de Gestão Administrativa da OM”, ministrado nas instalações do Centro de Adestramento Almirante Newton Braga (CAANB); participação de militar no “Adestramento sobre o Sistema do Plano Diretor (SIPLAD) Básico”, ministrado nas instalações do Centro de Adestramento Almirante Newton Braga (CAANB); participação de três militares no “Curso Expedito de Catalogação”, ministrado pela Central de Operação e Arquivo (COA-MB), nas instalações do Centro de Adestramento Almirante Newton Braga (CAANB); participação de militar no “Curso Expedito de Técnica de Ensino para Praças – MB”, ministrado nas instalações do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA); e participação de dois militares no curso "Oracle Database 11g: Administration Workshop I”.

O Departamento realizou o Curso de Atualização de Catalogação (CAC), tendo a participação de Militares da FAB e da MB (Turma 1/2012) - 07 a 11/05/2012; e curso de Qualidade Aplicada à Catalogação (CQAC), no CECAFA, para militares e servidores civis das Forças Armadas que trabalham com atividade de catalogação – 24 a 28/09/2012.

Projetos:

- Projeto VT-SINACAT (Viabilização Técnica do Sistema Nacional de Catalogação): 101ª Reunião de Acompanhamento Semanal do Projeto VT-SINACAT, realizada no CECAFA – 13/01/2012; Reunião de Coordenação do Sistema Nacional de Catalogação (SINACAT) no CECAFA – 04/04/2012; implantação do ambiente de desenvolvimento do SISCAT-BR 6.0.3, em três novas máquinas virtuais; configuração dos ambientes de treinamento externo e interno do SISCAT-BR 6.0.3; criação de máquinas virtuais para o novo ambiente de desenvolvimento do SISCAT-BR 6.0.3; confecção do Plano de Migração do MRD: DLIS X NCB, NCB X COA; início do levantamento de requisitos do Projeto SISCAT-BR; coordenação da Migração do MRD: DLIS X NCB, NCB X COA; configuração do servidor de aplicação para os ambientes de desenvolvimento D e C, do SISCAT-BR; criação das Bases de Dados MySQL, para busca textual do ambiente de desenvolvimento D e C, do SISCAT-BR; manutenção dos dados das empresas cadastradas no SISCAT-BR 4.8.2.

Participação em eventos internacionais: participação de um militar como aluno no Estágio de Codificação nível básico no NCB francês (CIMD) na cidade de Rennes – 21/02 a 06/03/2012; participação na 3ª Reunião do Transformation Steering Group no NCB Alemão – 06 a 08/03/2012; participação de um Oficial no NABS & NMBS Training na NAMSA, em Luxemburgo – 12/03/2012; participação no “119th AC/135 Panel A” em Luxemburgo – 13 a 15/03/2012; visita a exposição sobre produtos de defesa e reunião com o NCB Indiano – 25/03 a 04/04/2012; assessoramento para a “101st AC/135 Main Group” em Luxemburgo – 22 a 24/05/2012; participação na 4ª Reunião do Transformation Steering Group em Luxemburgo – 25 a 27/09/2012; participação no “120th AC/135 Panel A” em Luxemburgo – 2 a 4/10/2012; e assessoramento para a “102th AC/135 Main Group” em Marrocos – 13 a 15/11/2012.

Outros Eventos:

- Palestra sobre “A Atividade de Catalogação e o Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR)” na Federação das Indústrias do Estado de Minas (FIEMG) - 08/02/2012; palestra sobre “O Sistema de Catalogação das Forças Armadas” na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) para o público de 154 Oficiais-Superiores do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração (CEPEAEX) – 02/03/2012; palestra em São Bernardo do Campo sobre Catalogação – 05/03/2012; visita de 5 instrutores do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) ao CECAFA – 13/03/2012; palestra sobre “A Atividade de Catalogação e o Sistema de Catalogação das Forças Armadas (SISCAT-BR)” para o público de 25 Sargentos-Alunos do Curso de Especialização em Administração de Depósito da Escola de Instrução Especializada (EsIE-EB) – 20/03/2012; palestra sobre catalogação em Santa Rita de Sapucaí – 21/03/2012; visita de representantes da empresa ROCKWELL AUTOMATION DO BRASIL LTDA. ao CECAFA – 09/04/2012; palestra sobre “O Sistema de Catalogação das Forças Armadas” no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW) para o público de Oficiais-Alunos do Curso de Especialização em Intendência (C-Esp-Int/2012) – 24/04/2012; palestra sobre: “A Atividade de Catalogação e o Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR)” para 70 Sargentos-Alunos do Curso de Intendência da Escola de Sargentos de Logística (EsSLog-EB) no CECAFA – 15/05/2012; visita de Representante da Universidade Federal Fluminense (UFF) à Divisão de Catalogação do CECAFA – 15 a 16/05/2012; visita de Representante da empresa IVECO LATIN AMERICA LTDA ao CECAFA com solicitação de cadastramento de empresa – 16/05/2012; participação de um Representante do CECAFA na 1ª Reunião do Grupo de Trabalho (GT) para tratar de ações que possibilitem a inclusão da função logística de saúde no Sistema de Logística e Mobilização de Defesa (SISLOGD) realizada na Diretoria de Saúde da Marinha (DSM) – 11/06/2012; participação do Chefe da Seção Gestão de Sistemas de Tecnologia da Informação, na reunião do IBGE, representando o Diretor do Departamento de Catalogação - 11/06/2012; participação dos Representantes do CECAFA como Instrutor e Apoio no Curso de Catalogação Aplicado ao SISMICAT (CCAS) no Centro de Catalogação da Aeronáutica (CECAT) - 05 a 06/07/2012; participação do Diretor do Departamento de Catalogação (DECAT); do Coordenador do DECAT; e dos representantes dos Estados-Maiores e das Centrais de Operação e Arquivo (COA) da Marinha, do Exército e da Aeronáutica na 54ª Reunião de Comissão de Coordenação do SISMICAT – 11 a 13/07/2012; participação de um Representante do CECAFA na 2ª Reunião do Grupo de Trabalho (GT) para tratar de ações que possibilitem a inclusão da função logística de saúde no Sistema de Logística e Mobilização de Defesa (SISLOGD) realizada na Diretoria de Saúde da Marinha (DSM) – 12/07/2012; palestra sobre “O Sistema de Catalogação das Forças Armadas” no CECAFA para o público de 20 Aspirantes do Curso de Intendência da Escola Naval (EN) seguida de visita às instalações do Centro – 16/07/2012; visita de Representante do NCB Chileno ao CECAFA visando o intercâmbio de informações das atividades de catalogação – 06 a 10/08/2012; - participação do Chefe da Seção de Catalogação, no 1º Encontro de Diretores de Órgãos de Distribuição e Centros de Intendência da Marinha, realizado no Centro de Adestramento Almirante Newton Braga – CAANB - 06 e 07/11/2012; participação na III Jornada de Interoperabilidade Logística do Ministério da Defesa, realizada no CAANB - 08 e 09/11/2012; e visita dos representantes do Comando Conjunto das Forças Armadas do Peru – 11 e 12/12/2012.

Em 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 20T4:

**Em janeiro:** participação em reunião sobre a produção do Sistema Brasileiro de Catalogação (SISCAT-BR), no Rio de Janeiro, aderente ao previsto nas competências do Departamento, estabelecidas em Regimento Interno, quanto ao desempenho nas funções de coordenador do Sistema Militar.

**Em fevereiro:** participação em reunião na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, aderente ao previsto nas competências do Departamento estabelecidas no Regimento Interno, qual seja: propor ações de fomento à atividade, em âmbito nacional, junto aos fabricantes nacionais de setores econômicos relacionados. Participação no curso na França, aderente ao previsto nas competências do Departamento estabelecidas no Regimento Interno, quanto à participação nas discussões e na elaboração de acordos nacionais e internacionais, na área de catalogação.

**Em março:** participação em reunião do Grupo de trabalho de modernização do Sistema OTAN de Catalogação (TSG). Essa reunião está aderente ao previsto nas competências do Departamento estabelecidas em Regimento Interno, quanto ao exercício das funções de representante do Sistema

Militar de Catalogação para assuntos de catalogação e codificação de material perante o Sistema OTAN de Catalogação. Participação em reunião na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, na cidade de Santa Rita do Sapucaí (Vale da Eletrônica) e participação em reunião na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, aderente ao previsto nas competências do Departamento quanto à proposta de ações de fomento à atividade, em âmbito nacional, junto aos fabricantes nacionais de setores econômicos relacionados.

**Em abril:** participação em reunião de viabilização técnica SINACAT, realizada no CECAFA, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, aderente ao previsto nas competências do Departamento quanto ao desempenho das funções de coordenador do Sistema Militar .

**Em maio:** participação na 101ª Reunião *Main Group*, de 22 a 24 de maio, em Capellen (Luxemburgo), aderente ao previsto nas competências do Departamento quanto ao exercício das funções de representante do Sistema Militar de Catalogação para assuntos de catalogação e codificação de material, perante o Sistema OTAN de Catalogação, e aplicação do Curso de Atualização de Catalogação (CAC), no Rio de Janeiro, - RJ, Turma 1/2012, responsabilidade do CECAFA, aderente ao previsto nas competências do Departamento quanto ao desempenho das funções de coordenador do Sistema Militar.

**Em junho:** realização do Curso de Catalogação Aplicado ao SISMICAT (CCAS), em São Paulo, Turma 1/2012, responsabilidade do Centro da Catalogação da Aeronáutica (CECAT), aderente ao previsto nas competências do Departamento quanto ao desempenho das funções de coordenador do Sistema Militar.

**Em julho:** aplicação do Curso de Atualização de Catalogação (CAC), no Rio de Janeiro, RJ, Turma 2/2012, responsabilidade do CECAFA, aderente ao previsto nas competências do Departamento quanto ao desempenho das funções de Coordenador do Sistema Militar de Catalogação.

**Em agosto:** realização do Curso de Catalogação Aplicado ao SISMICAT (CCAS), no Rio de Janeiro - RJ, Turma 2/2012, responsabilidade do Centro da Catalogação das Forças Armadas (CECAFA), aderente ao previsto nas competências do Departamento quanto ao desempenho das funções de Coordenador do Sistema Militar.

**Em setembro:** participação em reunião do Grupo de trabalho de modernização do Sistema OTAN de Catalogação (TSG), reunião aderente ao previsto nas competências do Departamento quanto ao exercício das funções de representante do Sistema Militar de Catalogação para assuntos de catalogação e codificação de material perante o Sistema OTAN de Catalogação.

**Em Outubro:** participação na 119ª reunião do Panel A, promovida pela OTAN, em Luxemburgo. Essa reunião está aderente ao previsto nas competências do Departamento quanto ao exercício das funções de representante do Sistema Militar de Catalogação para assuntos de catalogação e codificação de material perante o Sistema OTAN de Catalogação. Aplicação do Curso de Atualização de Catalogação (CAC), no Rio de Janeiro, RJ, Turma 3/2012, responsabilidade do CECAFA, aderente ao previsto nas competências do Departamento quanto ao desempenho das funções de Coordenador do Sistema Militar de Catalogação.

**Em novembro:** coordenação da 55ª Reunião da Comissão Coordenadora do Sistema Militar de catalogação(SISMICAT), no Rio de Janeiro-RJ.

Além dos eventos supracitados, houve a manutenção das instalações prediais do Centro de catalogação das Forças Armadas, bem como o pagamento de despesas compulsórias relativas a atividades laborais (energia elétrica, telefone, manutenção) do Centro, além de aquisição de Normas Técnicas em apoio as Forças Armadas e o pagamento de solicitações de catalogação feitas aos EUA e à Alemanha.

LOA+CRÉDITO	LIMITES AUTORIZADOS	DESPESAS LIQUIDADAS	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
1.800.000,00	526.247,00	509.159,18	96,84%

Fonte: SIAFI Gerencial / Janeiro 2013.

### 2.3.1.2 Ação 2B28 – Domínio de Tecnologias para a Defesa Nacional

A LOA 2012 previu o aporte de apenas R\$ 300.000,00 em custeio e R\$ 100.000,00 em investimento. Resta claro que esse montante orçamentário para o ano em curso impossibilitou qualquer apoio a

projetos de CT&I de interesse da Defesa, portanto, não atenderam às metas físicas estabelecidas na PPO/2012. (qual a sigla correta CT&I ou C,T&I)

Ocorre que o Decreto nº 7.689, de 02/03/2012, estabeleceu limites de gastos para diárias/passagens/locomoção para o ano. Assim, afora o recurso para investimentos, o limite de gasto para o custeio ficou estabelecido pelo MD em: R\$ 149.102,00 para diárias/passagens/locomoção e R\$ 150.898,00 para outras despesas. Em 05/Out/12, após entendimentos com a SEORI, foi estabelecido novo limite para diárias/passagens/locomoção para o ano: o limite de gasto para o custeio ficou estabelecido pelo MD em: R\$ 187.102,00 e R\$ 112.898,00 para outras despesas. Foi realizado um bloqueio de R\$ 30.000,00 em investimento pelo Departamento de Administração Interna - DEADI, para adequação e repasse de recursos de custeio no mesmo valor, para realização de um Seminário, apoiado pela Ação.

Com o recurso estabelecido na LOA, para serem usados no ano 2012, foram aplicados em ações prioritizadas pela Secretaria dentro das seguintes atividades (não atingindo a sua totalidade), prevista no PPO/2012:

1. Viabilização de programas mobilizadores e projetos inovadores, integração das atividades de C,T&I das FFAA;
2. Participação em fóruns internacionais sobre bens sensíveis nas áreas de missilística, nuclear, biológica, química e espacial;
3. Participação em comissões intergovernamentais em assuntos relacionados a C,T&I;
4. Realização de seminários em C,T&I (VII SBEIN, I Seminário Internacional TIB e 10º REPID), e participação em exposições, promoção de seminários e "workshops" sobre temas relativos à C,T&I de interesse da Defesa Nacional;

Em 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 20T4:

Em fevereiro: reunião com a Diretoria do Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA), na cidade do Rio de Janeiro, RJ; e participação da 49ª Reunião do Subcomitê Científico-Técnico do Comitê das Nações Unidas, na Áustria.

Em março: foram realizadas visitas por militares do DECTI aos Laboratórios Químico-Farmacêuticos da Aeronáutica (LAQFA).

Em abril: reunião do Conselho da ABNT em São Paulo; organização e execução de reunião na Diretoria de Engenharia Naval (DEN), no Rio de Janeiro, a respeito da contratação de normas técnicas; visitas aos Laboratórios das Forças Armadas no Rio de Janeiro; e participação em reunião de Cooperação das Indústria de Defesa Brasil-Turquia.

Em maio: participação do Diretor na Comitativa do Ministro da Defesa em viagem a São José dos Campos (SP), para acompanhar visita do Ministro da Defesa de Portugal; e visita Exploratória de Cooperação Militar na Cidade de Praga, na República Tcheca e na cidade de Belgrado, na Sérvia;

Em junho: participação no Seminário "Gestion del Conocimiento: La estrategia de productividad", em Cancun, México; representação na Convenção Internacional de Biotecnologia "Bio Internacional Convention 2012"; participação na instrução do Curso de Política e Estratégia Aeroespacial (CPEA), da Aeronáutica, no Rio de Janeiro; participação em uma demonstração de Indústrias de Defesa Franceses, a bordo do BPC DIXMUDE; compor Comitativa do Ministro da Defesa em visita ao Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo; e participar do Comitê Conjunto Brasil-França, na cidade de Paris, França.

Em julho: composição à Delegação Brasileira no encontro de Especialistas dos Estados Parte de Convenção para a Proibição de Armas Biológicas, a ser realizado em Genebra – Suíça; Visitar as instalações do Centro Tecnológico do Exército (CTEx), obras de construção do Estaleiro e da Base Naval de Submarinos, em Itaguaí, Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) e o Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Compor a delegação da Convenção Internacional de Biotecnologia "Bio Internacional Convention 2012", na cidade de Boston – EUA.

Em agosto: participação na coordenação e execução do Curso Regional de Assistência e Proteção em Respostas e Emergências Químicas, e do Ato inaugural do Quarto Curso Regional de Assistência e Proteção para Respostas a Emergências Químicas, visita à Coordenadoria-Geral do Programa de desenvolvimento de Submarino com propulsão nuclear (COGESN), e a Reunião administrativa para tratar do PROSUB, Gabinete do Comandante da Marinha, participação na 1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Especialistas Técnicos (TEWG), tudo no Rio de Janeiro/RJ. Atuação como Representante

da SEPROD na Reunião do Comitê de Veículos Aéreos Não Tripulados da ABIMDE, a ser realizada nas Instalações do Parque Tecnológico de São José dos Campos. Repasse de recurso ao Instituto de Estudo do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) – UG 53000, para atender despesas VII Seminário Brasileiro sobre Água de Lastro (VII SBAL) e II Seminário sobre Modelagem Numérica Oceanográfica (II MODOCEANO);

Em setembro: ministrar palestra sobre "Ciência, Tecnologia & Inovação" aos alunos do curso de Gestão de Recursos de Defesa da ESG, São Paulo-SP; comparecimento à apresentação do DGPM acerca do tema "Pessoal envolvido no PROSUB", a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Participar do Painel de debates sobre "TI Nacional e Defesa: avanços na cooperação". Participar da Reunião Preparatória do Grupo de Especialistas Técnicos do MTCR (35ª RGET), em São José dos Campos – SP. Representar o Secretário de Produtos de Defesa na cerimônia de premiação do III Seminário Embraer de Tecnologia e Inovação (SETI), em São José dos Campos – SP. Organização e participação do Departamento da 10ª Reunião de Cooperação de Projetos de Interesse da Defesa (REPID), em São José dos Campos – SP; visita aos Centros de Lançamento de Barreira do Inferno de Alcântara; Natal/Alcântara/RN;

Em outubro: participar do encontro do Encontro de Especialistas e da Reunião Plenária do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), em Berlim/ Alemanha; ministrar instrução no Curso de Identificação de Bens Sensíveis, para Agentes da Aduana e Polícia Federal, Uruguaiana, RS; Repasse de recurso a GIA-SJ – UGR 120016, para atender despesas relativas à programação do 10º REPID.

Em novembro: compor a Delegação Brasileira na XVII Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção para Proibição das Armas Químicas (CPAQ), Holanda; participar como coordenador da reunião do Grupo de Trabalho MD/Forças sobre o suplemento alimentar "Quercetina", a ser realizada no Laboratório Químico e Farmacêutico da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ; repasse de recurso para o ITA para realização do VII SBEIN 2012 - Simpósio Brasileiro de Engenharia Inercial, e atividades dos laboratórios de Guerra Eletrônica e de Comando e Controle (PPGAO) e atuação como representante do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial neste evento, com repasse de recurso , e repasse de recurso para: DEADI para realização do I Seminário Internacional de Tecnologia Industrial Básica – Segurança e Defesa, e para o Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM) – UG 765741, para Aquisições de Equipamentos Laboratoriais.

Em dezembro: participar da reunião dos Estados-Partes da Convenção para a Proibição de Armas Biológicas (CPAB), em Genebra/ Suíça; comparecer à reunião do almirantado-administrativa do PROSUB-DGMM, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, repasse de recursos a Base Aérea dos Afonso – UG 120029 e a 7º CSM – UG 160099, para compra de material de apoio ao do I Seminário Internacional de Tecnologia Industrial Básica – Segurança e Defesa e aquisição materiais de ciência e tecnologia.

LOA+CRÉDITO	LIMITES AUTORIZADOS	DESPESAS LIQUIDADAS	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
400.000,00	370.000,00	363.465,15	98,30%

Fonte: SIAFI Gerencial / Janeiro 2013.

### 2.3.2.1 Ação 20T4 – Sistema Militar de Catalogação

As metas físicas resultantes da readequação do orçamento, em virtude dos cortes, foram cumpridas integralmente. Cabe ressaltar que se deve analisar a execução orçamentária com o crédito autorizado/índice corrigido, uma vez que houve contingenciamento em relação ao previsto inicialmente para a Ação. A relação Previsto/execução não retrata com fidedignidade a gestão dos créditos alocados à Ação.

### 2.3.2.2 Ação 2B28 Domínio de Tecnologias para a Defesa Nacional

Em termos de metas físicas, ressalta-se, primeiramente, que, em função dos recursos efetivamente alocados nesta Ação de Governo para 2012, no ocorreu apoio financeiro a Projetos de Interesse da Defesa, assim, os recursos disponibilizados e ajustados a LOA/2012 foram efetivamente aplicados em algumas atividades previstas na descrito desta Ao de Governo.

Entretanto, a LOA 2012 previu o aporte de apenas R\$ 300.000,0em custeio e R\$ 100.000,0 em investimento. Resta claro que esse montante orçamentário para o ano em curso impossibilitou qualquer apoio a projetos de CT&I de interesse da Defesa, portanto, no atenderam s metas físicas estabelecidas na PPO/2012. (qual a sigla correta CT&I ou C,T&I).



**2.3.3.** Apesar de não existirem indicadores do Programa 2055, Desenvolvimento Produtivo (Defesa Nacional), até porque não existem projetos de CT&I de Interesse da Defesa apoiados com recursos orçamentários desta Ação de Governo, pode-se avaliar qualitativamente os resultados alcançados em 2012 na medida em que os trabalhos no âmbito do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial da Secretaria proporcionaram:

a) a conclusão do marco legal para a edição da nova Política de Ciência e Tecnologia para a Defesa (proposta em tramitação na esfera da Casa Civil da Presidência da República);

b) ações de coordenação para a integração entre os Institutos de Ciência e Tecnologias civis e militares de Projetos de Interesse da Defesa, Instituições Acadêmicas e Indústria de Defesa. Para tal, ocorreram 3 (três) reuniões (6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup>) de integração de projetos de interesse da defesa envolvendo os Órgãos de CT&I, Setores Operativos e Instituições de Ciência e Tecnologia das 3 (três) Forças com vistas ao acompanhamento efetivo dos desenvolvimentos integrados desses projetos, a saber: Projeto Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT), o Projeto Rádio Definido por Software (RDS), Projeto Fibra de Carbono (FC), Projeto Família de Radares, Estruturas de Defesa Nuclear, Química e Biológica e Projeto MAGE (Medidas de Apoio a Guerra Eletrônica) Veicular, sendo essa integração contemplando a participação de Instituições Acadêmicas e de Ciência e Tecnologia civis;

c) realização do 1º Seminário Internacional de Tecnologia Industrial Básica do Ministério da Defesa, com a participação de representantes das Forças Armadas, órgãos dos governo e de países sul-americanos, no contexto do Conselho de defesa Sul-americano (CDS) ;

d) implementação do Sistema de Acompanhamento de Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa (SAPID), ferramenta essencial que funciona em tempo real e hierarquizado em diferentes níveis no âmbito do Ministério da Defesa, objetivando principalmente consolidar e manter atualizadas as informações relativas a projetos de CT&I de interesse da defesa, propostos, em desenvolvimento ou concluídos pelas Instituições de C&T (ICT) das Forças Armadas e facilitar a identificação, avaliação, seleção, priorização e aprovação das propostas de projetos de CT&I junto aos órgãos federais de fomento; e

e) criação de Comitês Temáticos no âmbito da defesa, com a participação da Secretaria de assuntos Estratégicos da Presidência da República, para as áreas estratégicas definidas na Estratégia Nacional de Defesa, ou seja, nuclear, cibernética e espacial.

No que tange a participação da DECTI nas representações envolvendo as áreas de Bens Sensíveis, merecem destaque:

a) na área nuclear, os efetivos trabalhos de acompanhamento das questões relativas à segurança nuclear no âmbito nacional;

b) na área biológica, a ativa participação e mobilização de diversos atores nacionais no que tange as questões das ameaças biológicas globais, inclusive com realização de Seminário de Biossegurança e Bioproteção do Ministério, a participação em evento internacional de biotecnologia (Biointernational Convention), dentro do contexto do Comitê Nacional de Biotecnologia e a participação nas discussões relativas à Convenção para a Proibição de Armas Biológicas e Tóxicas.

c) na área química, a coordenação de Curso Nacional para Resposta a Ataques com Agentes Químicos para participantes de 20 (vinte) países da América Latina com o apoio e chancela da Organização para Proibição das Armas Químicas (OPAQ) e participação na 16ª Conferência dos Estados-Partes da OPAQ;

d) na área missilística, a efetiva participação em fóruns de discussão do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis.

## 2.4 Indicadores de Desempenho e Gestão

### 2.4.1 Indicadores de Desempenho

#### 2.4.1.1 Indicador de Eficiência:

##### 2.4.1.1.1 Índice de aplicação dos recursos da SEPROD, por Ação Orçamentária – IARA

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Aplicação de recursos (Todas as Ações).
<b>Identificador de: Eficiência</b>	

<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos da SEPROD, por Ação Orçamentária.		
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IARA.		
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos de cada Setor da SEPROD, por Ação Orçamentária.		
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	DECTI, DECAT, DEPROD e Coordenadores de Ação.		
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será aplicado)	Anual.		
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas).	IARA = (Montante de recursos empenhados por Ação, no período/ recursos autorizados por Ação, no período)*100.		
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.		
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente		
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SIAFI Gerencial ou SIOP.		
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.		
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	SEPROD		
<b>Evolução dos Resultados do Indicador</b>			
Ações	Recursos Autorizados	Recursos Liquidados	<b>IARA (%)</b>
2B28	370.000,00	363.465,15	98,30
20T4	526.247,00	509.629,46	96,84
<b>Meta para o Exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos Exercícios Anteriores</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Análise Crítica do Resultado do Indicador em 2012</b>			
Excelente - Todos os recursos disponíveis foram utilizados dentro do programado no PPO de 2012			

Fonte: SIAFI; SIOP.

#### 3.4.1.2.2 Índice De Metas Físicas da Ação 2B28 - DECTI

<b>IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO</b>	
<b>Identificação do Processo:</b>	Ação 2B28
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de metas físicas.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IARA1
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização da ação de suas metas.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	Nação brasileira
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	Metas Físicas realizadas, no período/ Nr total de Metas Físicas autorizados na Ação, no período)*100.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO			
<b>Avaliação</b>	90% a 100% -	Excelente	
	80% a 89,99% -	Muito Bom	
	70% a 79,99% -	Bom	
	50% a 69,99% -	Regular	
	< 49,99% -	Insuficiente.	
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Plano Anual de Trabalho.		
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	DECTI		
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.		
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	DECTI		
Evolução dos Resultados do Indicador			
Meta para o Exercício de 2012		Resultado nos Exercícios Anteriores	
Prevista	Realizada	2011	2010
2	0	0	0
Análise Crítica do Resultado do Indicador em 2012			
INSUFICIENTE - Nenhum recurso da ação foi repassado aos Comandos Militares responsáveis pela gestão de cada um dos projetos selecionados (atividade 1 da PPO/12) para serem aplicados de acordo com a metodologia estabelecida no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa (SISCTID), pelo fato de os recursos necessários para essa finalidade não terem sido contemplados, resultando no não cumprimento das metas físicas estabelecidas.			

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividade	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
Apoio a Projetos de P&D de Interesse da Defesa Nacional: 1. SENSORES ATIVOS E PASSIVOS 2. MATERIAIS COMPOSTOS: 3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO 4. DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA E NUCLEAR 5. INTELIGÊNCIA DE MÁQUINAS E ROBÓTICA	2	0	0

OBS.: Nenhum recurso da ação foi repassado aos Comandos Militares responsáveis pela gestão de cada um dos projetos selecionados (atividade 1), para serem aplicados de acordo com a metodologia estabelecida no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa (SISCTID), pelo fato de os recursos necessário para essa finalidade não terem sido contemplados, resultando no não cumprimento das metas físicas estabelecidas.

#### 3.4.1.2.3 Índice De Metas Físicas da Ação 20T4 - DECAT

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Ação 20T4
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de metas físicas.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IARA2
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização da ação de suas metas.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	Nação brasileira
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	Metas Físicas realizadas, no período/ Nr total de Metas Físicas autorizados na Ação, no período)*100.
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO			
	80% a 89,99% -	Muito Bom	
	70% a 79,99% -	Bom	
	50% a 69,99% -	Regular	
	< 49,99% -	Insuficiente.	
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Plano Anual de Trabalho.		
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	DECAT		
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.		
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	DECAT		
Evolução dos Resultados do Indicador			
Meta para o Exercício de 2012		Resultado nos Exercícios Anteriores	
Prevista	Realizada	2011	2010
1	1	0	0
Análise Crítica do Resultado do Indicador em 2012			
EXCELENTE			

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividade	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
Manutenção da Infraestrutura do CECAFA, centralização da catalogação no Brasil; montagem e manutenção de um banco de dados de itens e empresas; responsável pela catalogação do Brasil na Agência de Catalogação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); Irradiação dos conceitos e dos procedimentos de catalogação emanados da Agência de Catalogação da OTAN para os usuários do Sistema Militar de Catalogação – SISMICAT; Manutenção ativa de uma ligação de informações entre a Agência de Catalogação da OTAN e as Forças Singulares; adestramento de pessoal para conhecimento e uso do Sistema OTAN de catalogação – SOC; implementação da atividade de catalogação nas empresas; estabelecimento das condições para a implementação do Sistema Nacional de Catalogação – SINACAT; assessoramento da Comissão de Coordenação do SISMICAT nos assuntos de catalogação no país e quanto ao SOC e troca de dados com os demais países usuários do SDOC.	1	1	100

OBS.: Nenhum recurso da ação foi repassado aos Comandos Militares

### 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					

1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada,					X

armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p><b>Considerações gerais:</b> Foram feitas reuniões e avaliações presenciais e de sistemas de acompanhamento internos com os Diretores e Gerentes para analisar as metas e o desempenho no âmbito da Secretaria.</p> <p>A SEPROD indicou valor para todas as afirmativas, sendo que em duas situações não foi passível de avaliação no âmbito da UJ, onde foi indicado o valor 3 (significando posição neutra em relação à afirmação).</p>					

#### 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

##### 4.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

A UJ possui suas Ações inseridas nos seguintes Programas do PPA: 2055 – Gestão da política de Defesa Nacional, porém não é a gerenciadora e nem a responsável por eles.

Com relação às informações financeiras do Quadro Metas do Exercício vinculadas aos Objetivos, Metas, Iniciativas e Ações Orçamentárias vinculadas aos Programas Temáticos, os valores tomados como referência são os Limites Autorizados (Prevista) e Despesas Empenhadas (Realizada) das Ações Orçamentárias diretamente ligadas às atividades que propiciaram o atingimento delas.

##### 4.1.1 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

##### 4.1.1.1 - QUADRO 1

Identificação da Ação						
Código	2B28					
Descrição	Viabilização de programas mobilizadores e projetos inovadores; implementação de sistemas de informação e prospecção tecnológica; desenvolvimento de indicadores de C,T&I; ampliação da capacidade de gerar e de financiar produtos com alto valor agregado; estímulo à substituição de tecnologias importadas; criação de centros de excelência; melhoria da infra-estrutura laboratorial e de ensaios; integração de atividades correlatas de C,T&I; acompanhamento de contratos; estabelecimento de intercâmbios científico-tecnológicos; implantação de redes de laboratórios; certificação de laboratórios; estabelecimento de banco de dados de parceiros; efetivação de parcerias entre universidades, centros de excelência e indústria, envolvendo Institutos Militares; participação em fóruns internacionais de bens sensíveis nas áreas de missilística, nuclear, biológica, química e espacial; participação em comissões intergovernamentais; realização de seminários em CT&I; realização de visitas técnicas e participação em exposições correlatas; promoção de seminários e "workshops" sobre o tema CT&I, com prioridade às áreas de interesse da Defesa Nacional, com características duais e de apelo social.					
Iniciativa	2055 – Desenvolvimento Produtivo					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	SEORI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.000,00	370.000,00	363.696,94	363.696,94			363.696,94
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Apoio Projetos CT&I	Unid	2	0	8.000.000,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial, e Controles Internos Administrativos.

OBS: Em termos de metas físicas, ressalta-se, primeiramente, que, em função dos recursos efetivamente usados nesta Ação de Governo para 2012, não ocorreu apoio financeiro a Projetos de interesse da Defesa, assim, os recursos disponibilizados e ajustados a LOA/2012 foram efetivamente aplicados em algumas atividades previstas na descrição desta Ação de Governo.

No que tange a dinâmica orçamentária, a LOA/2012 previu o aporte de R\$ 300.000,00 em teio e R\$ 100.000,00 em Investimento.

#### 4.1.1.2 - QUADRO 2

Identificação da Ação						
Código	20T4					
Descrição	Centralização da catalogação no Brasil; montagem e manutenção de um banco de dados de itens e empresas; responsável pela catalogação do Brasil na Agência de Catalogação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); Irradiação dos conceitos e dos procedimentos de catalogação emanados da Agência de Catalogação da OTAN para os usuários do Sistema Militar de Catalogação – SISMICAT; Manutenção ativa de uma ligação de informações entre a Agência de Catalogação da OTAN e as Forças Singulares; adestramento de pessoal para conhecimento e uso do Sistema OTAN de catalogação – SOC; implementação da atividade de catalogação nas empresas; estabelecimento das condições para a implementação do Sistema Nacional de Catalogação – SINACAT; assessoramento da Comissão de Coordenação do SISMICAT nos assuntos de catalogação no país e quanto ao SOC e troca de dados com os demais países usuários do SDOC.					
Iniciativa	2055 – Desenvolvimento Produtivo					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.800.000,00	526.247,00	509.629,46	509.159,18			509.159,18
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Sistema de Catalogação	Unidade	1	1	1.800.000,00	509.159,18

Fonte: SIAFI Gerencial, e Controles Internos Administrativos.

#### 4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

##### 4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

###### QUADRO A.2.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ação 20T4 – Sistema Militar de Catalogação	115405	
2B28 – Domínio de Tecnologias para a Defesa Nacional	115405	110531

###### QUADRO A.2.1.2 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES – AÇÃO 2B28

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO					8.972.000,00	8.600.000,00
	PLOA					400.000,00	400.000,00
	LOA					400.000,00	400.000,00
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados					30.000,00	160.000,00	
Outras Operações							
Total						370.000,00	240.000,00

Fonte: SIAFI

###### QUADRO A.2.1.3 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES –

Valores em R\$ 1,00



Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO					1.800.000,00		
	PLOA					1.800.000,00		
	LOA					1.800.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares					433.334,00		
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados						1.707.087,00		
Outras Operações								
<b>Total</b>						526.247,00		

Fonte: Siafi

## 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

O Departamento de Administração Interna, por intermédio de sua Divisão de Recursos Humanos, é o responsável pelo controle e informações a respeito dos Servidores Cíveis e Militares que trabalham na Administração Central do Ministério da Defesa – UO 52101.

Neste item, serão apresentadas as informações atinentes aos Servidores Cíveis e Militares que exercem função no Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), uma vez que vários Servidores que ocupam cargo no EMCFA exercem função em outras Secretarias da Administração Central do Ministério da Defesa e vice-versa.

Desta forma, serão preenchidos os quadros, no que couber, que tratam da Força de Trabalho, Cargos em Comissão, Faixa Etária, Escolaridade, Estagiários e Servidores Terceirizados, com situação apurada em 31 de dezembro de 2012.

### 6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

#### 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a disposição da Unidade Jurisdicionada

**QUADRO 1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>		10		
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		10		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		3		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		7	2	
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		0		
<b>3. Militares da Ativa</b>		69	22	19
<b>4. Militares da Reserva</b>		5		

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>5. Total de Servidores (1+2+3+4)</b>		84		

Fonte: Secretaria de Produtos de Defesa

### 6.1.2 Quantificação da Força de Trabalho

QUADRO 2 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>		6		
1.1. Cargos Natureza Especial		0		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior		6		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		2		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0		
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		2		
1.2.4. Sem vínculo		2		
1.2.5. Aposentados		0		
<b>2. Funções gratificadas</b>		5		
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0		
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		4		
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>		11		

Fonte: Secretaria de Produtos de Defesa

#### 6.1.2.1 Quantificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Idade

QUADRO 3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>			2		1
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira			2		1
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	1	1	5	3	2
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1		4	3	2
2.3. Funções gratificadas		1	1		
<b>3. Militares da Ativa</b>	7	19	31	7	1
<b>4. Militares da Reserva</b>			2	2	1
<b>5. Totais (1+2+3+4)</b>	8	20	41	12	5

Fonte: Secretaria de Produtos de Defesa

6.1.2.2 Quantificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade

QUADRO 4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo			1			2			
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			1			2			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão			1		2	12			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						10			
2.3. Funções gratificadas			1		2	2			
3. Militares da Ativa				2	28	39			
4. Militares da Reserva					1	4			
5. Totais (1+2+3+4)			2	2	31	57			
<b>LEGENDA</b> Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Secretaria de Produtos de Defesa

## 7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Esta avaliação está direcionada à Gestão de TI diretamente voltada às atividades finalísticas da UJ.

A avaliação da Gestão de TI voltada para as atividades meio estão inseridas no Relatório de Gestão – Exercício 2011 da UG 110404 – Departamento de Administração Interna / Ministério da Defesa (DEADI/MD), a qual centraliza as atividades meio de TI no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.

Os itens 1 e 4 do Quadro 1, abaixo, por tratarem sobre assuntos ligados ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI, não foram preenchidos por serem de responsabilidade da Divisão de Tecnologia da Informação, vinculada ao DEADI/MD.

### 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO 1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.

	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	<input type="checkbox"/> Auditoria de governança de TI.
	<input type="checkbox"/> Auditoria de sistemas de informação.
	<input type="checkbox"/> Auditoria de segurança da informação.
	<input type="checkbox"/> Auditoria de contratos de TI.
	<input type="checkbox"/> Auditoria de dados.
	<input type="checkbox"/> Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	<input type="checkbox"/> Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	<input type="checkbox"/> Entre 1 e 40%.
	<input type="checkbox"/> Entre 41 e 60%.
	<input type="checkbox"/> Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Não há comentários a serem apresentados.	

## 11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

A Lei Orçamentária Anual de 2012 não contemplou a nova Secretaria com ações específicas, continuando o Programa 2055 – Desenvolvimento produtivo por intermédio das ações 2B28 e 20T4, aportando recursos à nova Secretaria, ainda por montantes registrados em sua aplicação anterior à reestruturação, o que vem prejudicando, sobremaneira, as ações decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa, atribuída para esta área de Produtos de Defesa.

Os Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais estão dispensados da obrigatoriedade de manter indicadores, conforme Manual de Elaboração do Plano Plurianual 2008-2011, página nº 45, em destaque abaixo:

“Para cada programa finalístico é obrigatório haver ao menos um indicador. Para os programas de apoio (*grifo nosso*) às políticas e áreas especiais a presença de indicadores é facultativa (*grifo nosso*)”.

A título de informação, para o exercício financeiro de 2012, foi ativada a Ação Governamental 20T4 – Sistema Militar de Catalogação que possibilitou ao Departamento de Catalogação possuir uma ação orçamentária específica, com a finalidade de orientar e apoiar a atividade de Catalogação em âmbito nacional. Portanto, desvinculando a atividade de Catalogação da finalidade da Ação Governamental 6515.

## 12.1. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Apesar dos cortes orçamentários impostos às Ações que contribuem com as atividades da SEPROD, os resultados alcançados estão em consonância com a Política Nacional de Defesa, contribuindo para o alcance das seguintes metas: conscientização da sociedade em geral quanto à necessidade de o País dispor de uma fonte BID; diminuição progressiva da dependência externa em produtos estratégicos de defesa, desenvolvendo-os e produzindo-os internamente; redução da carga tributária incidente sobre a BID, com especial atenção às distorções com relação aos produtos importados, conseguida com a aprovação da Lei nº 12.598/2012; ampliação da capacidade de aquisição de produtos de defesa da indústria nacional pelas Forças Armadas; melhoria da qualidade tecnológica dos produtos estratégicos de defesa; aumento da competitividade da BID brasileira para expandir as exportações; e melhoria da capacidade de mobilização industrial na BID.

Conforme já mencionado acima, apesar de todos os esforços desenvolvidos, destaca-se que com os recursos orçamentários provisionados para o exercício financeiro em curso, algumas ações tiveram suas atividades restringidas ou não iniciadas, tais como: a realização de Simpósios, Seminários ou *WorkShop* em proveito da conscientização nacional sobre Catalogação; a manutenção efetiva da representatividade do Brasil junto a NAMSA/OTAN; e a capacidade de se investir nos órgãos que compõem o Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT), principalmente em Tecnologia da Informação para o Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA).

O SISCAT-BR é a ferramenta utilizada pelos órgãos que constituem o Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) e possui a capacidade de estabelecer uma linguagem de identificação uniforme dos itens de suprimentos de produtos de defesa em uso dentro das atividades logísticas (abastecimento, gerência, padronização, etc.) das Forças Armadas, além disso, a sua integração com o Sistema OTAN de Catalogação (SOC) permite o uso de dados de catalogação de outros países.

Espera-se que, com a total disponibilização do SISCAT-BR, observe-se os seguintes benefícios à sociedade, tais como: redução dos gastos públicos, por meio da identificação dos itens do acervo dos órgãos de todas as esferas da administração pública, facilitando a racionalização em compras e demais ações da logística; contribuição para a simplificação do relacionamento com a indústria nacional e a promoção da redução da dependência internacional de itens, por intermédio da descrição detalhada do material; e o incremento do comércio de produtos de defesa nacionais com outros países, por intermédio da divulgação dos dados de itens e empresas no catálogo de visibilidade internacional estabelecido pelo Sistema OTAN de Catalogação (SOC). Dessa feita, o Brasil passa a ser reconhecido como um país que detém um nível elevado de informações sobre itens e produtos de defesa, e seus respectivos fabricantes, dando visibilidade à indústria nacional junto a mais de 60 países.

Na Área de Ciência e Tecnologia, os resultados alcançados estão alinhados com os objetivos estratégicos estabelecidos na concepção, quais sejam: estabelecer a institucionalização de fóruns e mecanismos permanentes para a discussão, formatação, realização, acompanhamento e avaliação de projetos e ações de conteúdo de Ciência, Tecnologia e Informação resultantes da interação do MD e do MCTI e identificar as necessidades e os anseios dos setores civis e militares, relacionados com a Ciência, Tecnologia e Informação, a fim de que sejam estabelecidas Diretrizes Estratégicas para a Defesa, como forma de buscar o efetivo domínio dos conhecimentos científico-tecnológicos para o Desenvolvimento Nacional.

Brasília – DF, abril/2013.

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da DN nº 124/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Brasília-DF abri/2013

## SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO</b> .....	191
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada .....	191
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade .....	192
1.3 Organograma Funcional.....	192
1.3.1 Chefia de Assuntos Estratégicos - CAE.....	193
1.3.1.1 Subchefia de Política e Estratégia – SCPE.....	193
1.3.1.2 Subchefia de Inteligência Estratégica – SCIE.....	193
1.3.1.3 Subchefia de Assuntos Internacionais – SCAI.....	194
1.3.2 Subchefia de Logística – CHELOG.....	194
1.3.2.1 Subchefia de Integração Logística – SUBILOG.....	194
1.3.2.2 Subchefia de Mobilização – SUBMOB .....	194
1.3.3 Chefia de Preparo e Emprego – CPE.....	194
1.3.3.1 Assessoria de Inteligência Operacional – AIOP .....	195
1.3.3.2 Subchefia de Comando e Controle – SC/1.....	195
1.3.3.3 Subchefia de Operações – SC/3 .....	195
1.3.3.4 Subchefia de Logística Operacional – SC/4.....	195
1.4 Macroprocessos Finalísticos .....	195
1.5 Macroprocessos de Apoio .....	196
1.6 Principais Parceiros.....	196
<b>2. INTRODUÇÃO</b> .....	196
<b>3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES</b> .....	197
3.2 Estratégias da Atuação frente aos Objetivos Estratégicos .....	198
3.2.1 Chefia de Assuntos Estratégicos .....	198
3.2.2 Chefia de Logística .....	199
3.2.3 Chefia de Preparo e Emprego .....	199
3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	200
3.3.1 Análise Crítica das Ações .....	200
3.3.1.1 Ação 1489 – Implantação de Centros de Operações Conjuntas .....	200
3.3.1.2 Ação 2385 – Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.....	201
3.3.1.3 Ação 4222 – Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência .....	201
3.3.1.4 Ação 5132 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - SISCOMIS .....	201
3.3.1.5 Ação 5134 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras.....	202
3.3.1.6 Ação 4427 – Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional .....	202
3.3.1.7 Ação 5136 – Implantação do Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB .....	202
3.3.1.8 Ação 2866 – Ações de Caráter Sigiloso.....	203
3.3.1.9 Ação 4229 – Operações Militares Combinadas ou Conjuntas.....	203
3.3.1.9.1 Operações Conjuntas.....	204
3.3.1.9.1.1 Operação AMAZÔNIA.....	204
3.3.1.9.1.2 Operação ATLÂNTICO III .....	204
3.3.1.9.1.3 Operação FELINO .....	205
3.3.1.9.2 Exercício de Simulação AZUVER .....	205
3.3.1.10 Ação 6499 – Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira.....	205
3.3.1.10.1 Operação CURARE I a III .....	206
3.3.1.10.2 Operação FRONTEIRA SUL I e II.....	206
3.3.1.10.3 Operações CADEADO e ATALAIA.....	206
3.3.1.10.4 Operação PORTEIRA FECHADA .....	206
3.3.1.10.5 Operação ÁGATA 4 .....	206
3.3.1.10.6 Operação ÁGATA 5 .....	207
3.3.1.10.7 Operação ÁGATA 6 .....	207
3.3.1.10.8 Operação BRACOLPER – Amazônia 2012 .....	207
3.3.1.11 Ação 2C06 – Participação Brasileira em Missões de Paz.....	208



3.3.1.11.1 Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH .....	208
3.3.1.11.2 Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL .....	209
3.3.1.11.3 Outras Missões de Paz .....	209
3.3.1.12 Ação 6515 – Sistema de Informações Logísticas de Defesa.....	210
3.3.1.13 Ação 6557 – Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão.....	213
3.3.1.14 Ação 2D55 - Intercâmbio e Cooperação Internacional Militar e na área de Defesa.....	213
3.3.1.15 Ação 14M2 – Emprego das Forças Armadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio +20.....	213
3.3.1.16 20G3 – Cooperação em Ações de Defesa Civil .....	214
Em reuniões conduzidas pela Casa Civil/PR, foi debatida uma série de aspectos operacionais relacionados com a iminente possibilidade de ocorrências de desastres naturais nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. ....	214
O Ministério da Defesa, com base nos estudos e necessidades apresentadas pelas Forças Armadas, trabalhou na elaboração do Plano Estratégico de Emprego das Forças Armadas em Casos de Desastres sempre em cooperação com ações desencadeadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC. Empregou os recursos da Medida Provisória nº 553, de 21 de dezembro de 2011, com os saldos não utilizados em 2011 e reabertos pelo Decreto de 4 de janeiro de 2012, no montante de R\$ 32.924.557,00. Este trabalho resultou em um Plano Logístico no qual foi estabelecido um total de 7 (sete) módulos, compostos por diversos itens, agrupados por atividades finalísticas, a saber: Apoio à Saúde, Apoio Aéreo, Comunicações, Engenharia, Salvamento, Sustentação e DQBRN (Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear).....	214
Foram utilizados, também, os recursos da Medida Provisória nº 569, de 14 de maio de 2012, no valor de R\$ 9.945.982,00, no ressarcimento do emprego das Forças Armadas pelo apoio prestado à Defesa Civil por ocasião das enchentes nos Estados de Roraima, em 2011, e no Acre, em 2012. ....	214
Fonte: SIAFI Gerencial / 10 Fev 2013 e SIGA Brasil / Janeiro 2013 .....	214
3.3.1.17 Ação 2000 – Administração da Unidade: Fundo de Rações Operacionais / FRO .....	214
3.4 Indicadores de Desempenho e Gestão .....	215
3.4.1 Indicadores de Desempenho .....	215
3.4.1.1 Indicador de Eficiência: .....	215
3.4.1.1.1 Índice de aplicação dos recursos do EMCFA, por Ação Orçamentária - IARA.....	215
3.4.1.2 Indicadores de Eficácia: .....	216
3.4.1.2.1 Índice de Operação Conjunta - IOC.....	216
3.4.1.2.2 Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas - IBR .....	217
3.4.1.2.3 Índice de Operação de Intensificação da Presença das Forças Armadas na Área de Fronteira –IPF .....	217
3.4.1.2.4 Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas - IAALR.....	218
3.4.1.2.5 Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas - IAAPR.....	219
3.4.1.2.6 Índice de Atividades de Inteligência Tecnológica – IAIT.....	220
3.4.1.2.7 Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – IASISMC <sup>2</sup> .....	222
3.4.1.2.8 Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – IASISCOMIS .....	223
3.4.1.2.9 Índice de Atividades do Sistema Tático de Enlace de Dados – IASISTED .....	225
3.4.1.2.10 Índice de Atividades de Mobilização para Defesa Nacional – IAMDN.....	226
3.4.1.2.11 Índice de Atividades do Sistema de Informações Logísticas de Defesa – IASILD .....	227
3.4.1.2.12 Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado-Cidadão - IAPSC.....	229
3.4.1.3 Indicador de Efetividade: .....	229
3.4.1.3.1 Índice de Efetividade Físico/Financeira do EMCFA – IEFEMCFA .....	229
3.4.1.3.2 Índice de Efetividade Qualitativa do EMCFA – IEQEMCFA .....	230
4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	232
4.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos .....	232
5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	233

<u>5.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ</u> .....	233
<u>5.1.1 Informações sobre Objetivos vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ</u> .....	233
<u>5.1.2 Informações sobre Iniciativas vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ</u> .....	236
<u>As informações a respeito das atividades desenvolvidas pelas Ações Orçamentárias ligadas às Iniciativas estão descritas no item 3.3.1 Análise Crítica das Ações, deste Relatório de Gestão.</u>	236
<u>5.1.3 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ</u> .....	242
<u>5.1.4 Informações sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ</u> .....	246
<u>6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS</u> .....	246
<u>6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos</u> .....	247
<u>6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a disposição da Unidade Jurisdicionada</u> .....	247
<u>6.1.2 Quantificação da Força de Trabalho</u> .....	247
<u>6.1.2.1 Quantificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Idade</u> .....	247
<u>6.1.2.2 Quantificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade</u> .....	248
<u>6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários</u> .....	248
<u>6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão</u>	248
<u>6.2.2 Composição do Quadro de Estagiários</u> .....	248
<u>7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO</u> .....	248
<u>7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)</u> .....	249
<u>8. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS</u> .....	250
<u>9. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO</u> .....	250
<u>9.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ</u> .....	250
<u>10. RESULTADOS E CONCLUSÕES</u> .....	251
<u>Cabe ressaltar, ainda, o emprego das Forças Armadas na segurança, coordenada com os Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, por ocasião da realização da Conferência Rio +20 e na elaboração do Plano Estratégico de Emprego das Forças Armadas em Casos de Desastres sempre em cooperação com ações desencadeadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC, trabalho que resultou em um Plano Logístico, voltado às Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, no qual foi estabelecido um total de 7 (sete) módulos, compostos por diversos itens, agrupados por atividades finalísticas, a saber: Apoio à Saúde, Apoio Aéreo, Comunicações, Engenharia, Salvamento, Sustentação e DQBRN (Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear).</u> .....	251

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

### 1. ABREVIATURAS

- A: área(s)
- Ap: apoio(s)
- Art: artigo(s)
- Atv: atividade(s)
- Brig-Ar: Brigadeiro-do-Ar
- C Alte: Contra-Almirante
- Cbn: Combinada(s)
- Cel: Coronel
- Cj: Conjunta(s)
- Cmt: Comandante
- Emp: emprego
- Front: fronteira(s)
- Gen Div: General de Divisão
- Gen Ex: General de Exército
- Maj-Brig-Ar: Major-Brigadeiro-do-Ar
- Mis: missão(ões)
- Op: operação (ões)
- Prep: preparação
- Pres: presença
- Prev: prevista(s)
- Realiz: realizada(o)(s)
- VAlte: Vice-Almirante

### 2. SIGLAS

- ACISO: Ação Cívico Social
- AIOP: Assessoria de Inteligência Operacional
- APOG: Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão
- BRABATT: Batalhão Brasileiro de Força de Paz
- BRACOLPER: Brasil, Colômbia e Peru
- BRAENGCOY: Companhia de Engenharia de Força de Paz
- BRAMARCOY: Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Força de Paz
- C<sup>2</sup>: Comando e Controle
- CAE: Chefia de Assuntos Estratégicos
- CASNAV: Centro de Análises de Sistemas Navais
- CC<sup>2</sup>MD: Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa
- CEMCFA: Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
- CHELOG: Chefia de Logística
- CIOp: Centro de Inteligência Operacional
- COC: Centro de Operações Conjuntas
- CCOPAB: Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
- COMDABRA: Comando de Defesa Aérea Brasileira
- COMLOG: Comissão Logística Militar
- CPE: Chefe(ia) de Preparo e Emprego
- CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- DN: Distrito Naval
- DQBRN: Defesa Química, Bacteriológica, Radiológica e Nuclear
- EB: Exército Brasileiro
- ECEMAR: Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
- ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
- EGED: Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa
- EGN: Escola de Guerra Naval

- EMCFA: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
- ESG: Escola Superior de Guerra
- FA: Forças Armadas
- FAB: Força Aérea Brasileira
- FRO: Fundo de Rações Operacionais
- FSM: Fundo do Serviço Militar
- FTCC: Força-Tarefa Conjunta e Combinada
- FTM: Força-Tarefa Marítima
- HCamp: Hospital de Campanha
- IEAv: Instituto de Estudos Avançados
- IMBEL: Indústria de Material Bélico
- MB: Marinha do Brasil
- MD: Ministério da Defesa
- MINUSTAH: Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti
- OEA: Organização dos Estados Americanos
- ONU: Organização das Nações Unidas
- OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PCE: Pedido de Cooperação de Ensino
- PCI: Pedido de Cooperação de Instrução
- POp: Portal de Inteligência Operacional
- REFRON: Reconhecimentos de Fronteira
- RGED: Rede de Guerra Eletrônica de Defesa
- ROC: Requisitos Operacionais Conjuntos
- ROD: Rede Operacional de Defesa
- SC-1: Subchefia de Comando e Controle
- SC-3: Subchefia de Operações
- SC-4: Subchefia de Logística Operacional
- SCAI: Subchefia de Assuntos Internacionais
- SCIE: Subchefia de Inteligência Estratégica
- SCPE: Subchefia de Política e Estratégia
- SEDEC: Secretaria Nacional de Defesa Civil
- SEORI: Secretaria de Coordenação e Organização Institucional
- SIGLD: Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa
- SIGLMD: Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa
- SILD: Sistema de Informações Logísticas de Defesa
- SINAMOB: Sistema Nacional de Mobilização
- SINDE: Sistema de Inteligência de Defesa
- SIOP: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
- SIPLOM: Sistema de Planejamento Operacional Militar
- SISCOMIS: Sistema de Comunicações Militares por Satélite
- SISMC²: Sistema Militar de Comando e Controle
- SISTED: Sistema Tático de Enlace de Dados
- SUBILOG: Subchefia de Integração Logística
- TI: Tecnologia da Informação
- UNIFIL: Força Interina das Nações Unidas no Líbano
- USAFRICOM: Comando dos Estados Unidos da América para a África

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

- Tabela 01: Indicador de Desempenho – IARA
  - Tabela 02: Indicador de Desempenho – IOC
  - Tabela 03: Indicador de Desempenho – IBR
  - Tabela 04: Indicador de Desempenho – IPF
  - Tabela 05: Indicador de Desempenho – IAALR
  - Tabela 06: Indicador de Desempenho – IAAPR
  - Tabela 07: Indicador de Desempenho – IAIT
  - Tabela 08: Indicador de Desempenho – IASISMC<sup>2</sup>
  - Tabela 09: Indicador de Desempenho – IASISCOMIS
  - Tabela 10: Indicador de Desempenho – IASISTED
  - Tabela 11: Indicador de Desempenho – IAMDN
  - Tabela 12: Indicador de Desempenho – IASILD
  - Tabela 13: Indicador de Desempenho – IAPSC
  - Tabela 14: Indicador de Desempenho – IEFEMCFA
  - Tabela 15: Indicador de Desempenho – IEQEMCFA
- 
- Quadro 01: Objetivos de Programa Temático – Código 0534
  - Quadro 02: Objetivos de Programa Temático – Código 0547
  - Quadro 03: Objetivos de Programa Temático – Código 0554
  - Quadro 04: Objetivos de Programa Temático – Código 0502
  - Quadro 05: Objetivos de Programa Temático – Código 0534
- 
- Quadro 01: Iniciativas de Programa Temático – Código 020I
  - Quadro 02: Iniciativas de Programa Temático – Código 020J
  - Quadro 03: Iniciativas de Programa Temático – Código 020L
  - Quadro 04: Iniciativas de Programa Temático – Código 020M
  - Quadro 05: Iniciativas de Programa Temático – Código 020P
  - Quadro 06: Iniciativas de Programa Temático – Código 020R
  - Quadro 07: Iniciativas de Programa Temático – Código 0237
  - Quadro 08: Iniciativas de Programa Temático – Código 023A
  - Quadro 09: Iniciativas de Programa Temático – Código 023B
  - Quadro 10: Iniciativas de Programa Temático – Código 023C
  - Quadro 11: Iniciativas de Programa Temático – Código 023D
  - Quadro 12: Iniciativas de Programa Temático – Código 0240
  - Quadro 13: Iniciativas de Programa Temático – Código 0243
  - Quadro 14: Iniciativas de Programa Temático – Código 0245
  - Quadro 15: Iniciativas de Programa Temático – Código 0248
  - Quadro 16: Iniciativas de Programa Temático – Código 0249
  - Quadro 17: Iniciativas de Programa Temático – Código 024D
  - Quadro 18: Iniciativas de Programa Temático – Código 024G
  - Quadro 19: Iniciativas de Programa Temático – Código 024O
  - Quadro 20: Iniciativas de Programa Temático – Código 01QY
  - Quadro 21: Iniciativas de Programa Temático – Código 03RH
- 
- Quadro 01: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 1489
  - Quadro 02: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 2385
  - Quadro 03: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 4222

- Quadro 04: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 5132
- Quadro 05: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 5134
- Quadro 06: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 4427
- Quadro 07: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 5136
- Quadro 08: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 4229
- Quadro 09: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 6499
- Quadro 10: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 2C06
- Quadro 11: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 6515
- Quadro 12: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 6557
- Quadro 13: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 2D55

- Quadro 01: Ações Vinculadas a Programa de Gestão – Código 2866

- Quadro 01: Força de Trabalho a UJ
- Quadro 02: Detalhamento da Estrutura de Cargos
- Quadro 03: Quantidade de Servidores por Faixa Etária
- Quadro 04: Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade
- Quadro 05: Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais
- Quadro 06: Composição de Estagiários

- Quadro 01: Gestão da Tecnologia da Informação

- Quadro 01: Deliberações do TCU pendentes

# 1. IDENTIFICAÇÃO

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Defesa			<b>Código SIORG:</b> 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
<b>Denominação Completa:</b> Secretária de Organização Institucional			
<b>Denominação Abreviada:</b> SEORI			
<b>Código SIORG:</b> 113057	<b>Código na LOA:</b> -	<b>Código SIAFI:</b> 115405	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> -	
<b>Principal Atividade:</b> Defesa			<b>Código CNAE:</b> 8422-1
<b>Telefones/Fax de Contato:</b>	(061) 3312-8577	(061) 3312-4224	
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:seori@defesa.gov.br">seori@defesa.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 1º Andar – Brasília – 70.049-900 – DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
<b>Número de Ordem:</b> -			
<b>Denominação Completa:</b> Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas			
<b>Denominação Abreviada:</b> EMCFA			
<b>Código SIORG:</b> 41110	<b>Código na LOA:</b> -	<b>Código SIAFI:</b> 110582	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> -	
<b>Principal Atividade:</b> Defesa			<b>Código CNAE:</b> 8422-1
<b>Telefones/Fax de Contato:</b>	(061) 3312-4003	(061) 3312-4909	(061) 3312-4241
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:emcfa@defesa.gov.br">emcfa@defesa.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 7º Andar – Brasília – 70.049-900 – DF			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (DOU de 10 de Junho de 1999) alterada pelas: Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 (DOU de 3 de setembro de 2004); e Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010 (DOU de 26 de agosto de 2010).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 (DOU de 24 de novembro de 2010) alterado pelo Decreto nº 7436, de 3 de fevereiro de 2011 (DOU de 4 de fevereiro de 2011).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
MD35-D-02 Diretriz para a Organização e o Funcionamento do Sistema de Doutrina Militar Combinada; MD31-D-03 Doutrina Militar de Comando e Controle; MD32-P02 Política de Sensoriamento Remoto de Defesa; MD33-M-03 Doutrina Básica de Comando Combinado; MD34-M-01 Manual de Logística para Operações Combinadas; MD34-M-02 Manual de Operações de Paz; MD41-P-01 Política de Mobilização Militar; MD52-N-01 Doutrina de Inteligência de Defesa; PMN – Política de Mobilização Nacional; e Portaria Normativa nº 1.890 - MD/2006 – Política de Logística de Defesa.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
160509	Secretaria de Economia e Finanças (Exército)		
120002	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica		
110404	Departamento de Administração Interna (Ministério da Defesa)		
110406	Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
00001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
772001		00001	
160509		00001	
120002		00001	

110404	00001
110406	00001

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), criado pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, tem a missão de elaborar o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos, dentre outros: políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência estratégica; atos internacionais e participação em representações e organismos, no Brasil e no exterior, na área de defesa; logística, mobilização e tecnologia militar; e articulação e equipamento das Forças Armadas. Deve, ainda, coordenar a atuação dos meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas.

O EMCFA, por intermédio de suas Chefias, realizou as seguintes atividades, dentre outras, em 2012: exercícios de adestramento conjunto das Forças Armadas, no ambiente Amazônico e na região do Atlântico Sul do Brasil; a Operação Ágata, na fronteira territorial do país; planejamento, junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da Operação Combinada Felino; deu continuidade ao emprego de tropa nas Missões de Paz no Haiti e no Líbano; manteve o Sistema de Comando e Controle operando, dando suporte em Comunicações às operações militares no País e no exterior; intensificou o intercâmbio entre os agentes participantes do Sistema Nacional de Mobilização, no nível governamental, buscando a atualização da Doutrina de Mobilização Nacional, participando do planejamento e das operações conjuntas realizadas pelas Forças Armadas; vem aprimorando o Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa onde verificou-se a necessidade de incluir no sistema ações relativas à Mobilização Militar; atuou no sentido de fortalecer a multipolaridade e o incremento da atuação externa do Brasil no campo da Defesa, especialmente no entorno estratégico do País na América do Sul; buscou estreitar os laços com a África Ocidental, em visita à sede do Comando dos Estados Unidos da América para a África (USAFRICOM), na oportunidade da realização de cooperação e parcerias regionais; e a manutenção de representações militares do Brasil no exterior junto à ONU.

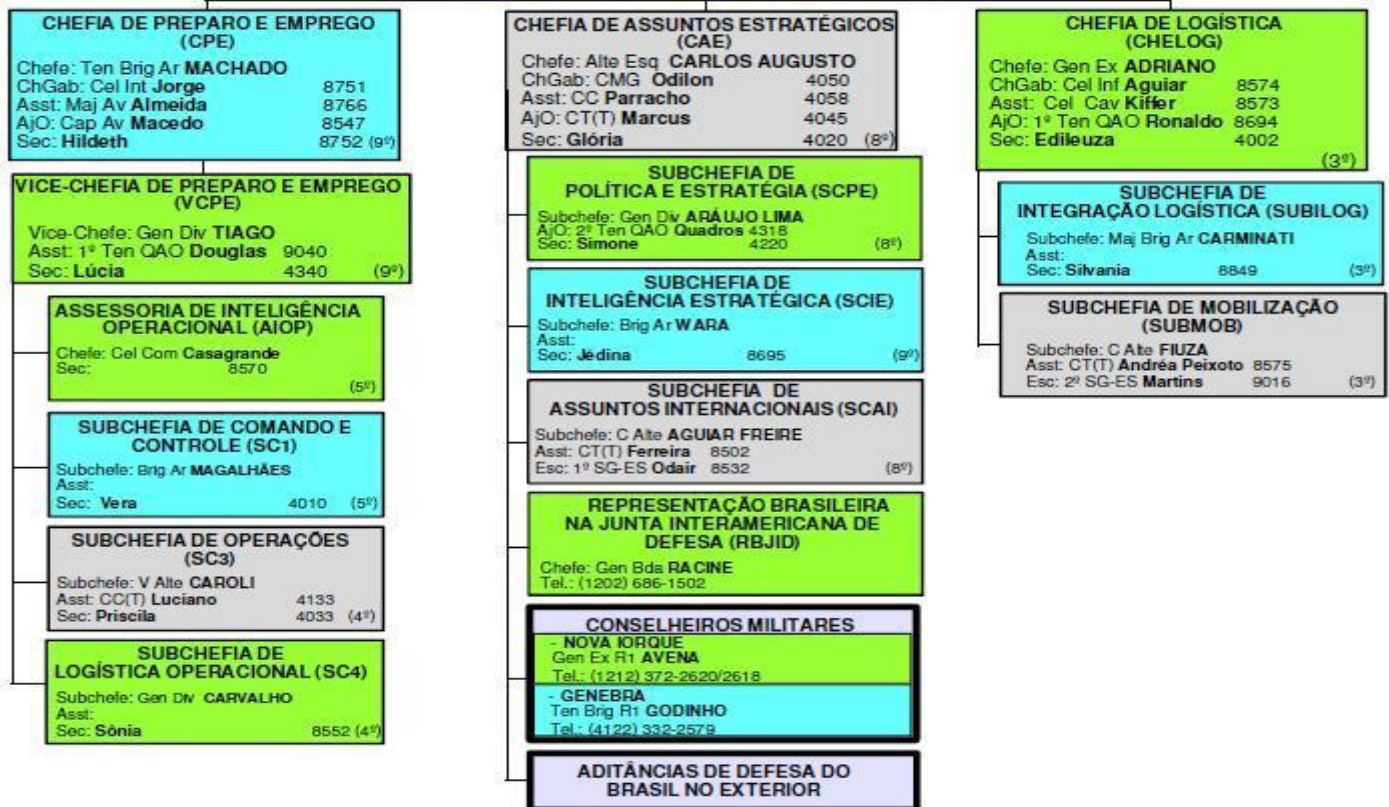
O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas vêm se consolidando e mostrando a importância de sua existência com o trabalho desenvolvido na busca do aprimoramento do emprego conjunto e interoperabilidade nos campos da Logística e da Mobilização junto às Forças Armadas.

As dificuldades encontradas foram de ordem orçamentária, suplantadas pelo replanejamento e redirecionamento das metas a serem alcançadas ao final do exercício de 2012.

## 1.3 Organograma Funcional



ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS(EMCFA)		
Chefe: Gen Ex DE NARDI		
ChGab: Gen Div Severo	9032	
Asst: Maj Art De Nardi	8859	
AjO: CC Cozzi	4134	
Cap Av Ricardo	9041	
Cap QAO Renato Antônio	9011	
Sec: Tiana 4271 / Magareth	8809	(7º)



O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas é composto pelos seguintes órgãos:

### 1.3.1 Chefia de Assuntos Estratégicos - CAE

As principais atividades desenvolvidas pela CAE estão relacionadas: ao assessoramento do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos a política, estratégia e assuntos internacionais, inteligência e contra-inteligência estratégica; e na participação em representações e organismos, no Brasil e no exterior, nas áreas de sua competência.

Para tal, a Chefia está subdividida nas seguintes Subchefias:

#### 1.3.1.1 Subchefia de Política e Estratégia – SCPE

Cabe à SCPE o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: formulação e atualização da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa; participação em reuniões de especialistas do Conselho de Defesa Sul-Americano e do Centro de Estudos Estratégicos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; acompanhamento das políticas setoriais de governo e suas implicações para a defesa nacional, em ligação com as Forças Armadas e órgãos públicos e privados; e promoção de estudos e proposição de alterações para a condução dos assuntos de interesse da defesa, nas áreas de atuação do Ministério da Defesa, decorrentes dos objetivos, orientações e instruções constantes da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa.

#### 1.3.1.2 Subchefia de Inteligência Estratégica – SCIE

Cabe à SCIE o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: manter informados o Chefe de Assuntos Estratégicos, o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e o Ministro de Estado da Defesa no exame corrente da situação estratégica; condução da atividade de inteligência e contra-inteligência estratégica de defesa; coordenação do sistema de inteligência de defesa, efetuando a sua ligação ao sistema brasileiro de inteligência; desenvolvimento da capacidade de integração dos conhecimentos, para os fins de defesa, nos campos científico, tecnológico,

cibernético, espacial e nuclear; e orientação da atuação dos adidos de defesa no trato dos assuntos relacionados com a inteligência de defesa.

#### 1.3.1.3 Subchefia de Assuntos Internacionais – SCAI

Cabe à SCIE o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: condução dos assuntos internacionais que envolvam o Ministério da Defesa; atuação dos adidos de defesa brasileiros no exterior, bem como acompanhamento e orientação dos seus trabalhos e relacionamentos de interesse da defesa; normatização a respeito do estabelecimento de representações militares de defesa brasileiras no exterior, de comissões militares de defesa estrangeiras no País e seus relacionamentos com o Ministério da Defesa; condução das atividades necessárias à adesão a atos internacionais de interesse para a defesa, bem como o acompanhamento da sua evolução e do seu cumprimento, junto aos organismos internacionais; e planejamento e acompanhamento, em coordenação com as Forças Armadas, das atividades de cooperação técnico-militar internacionais de interesse para a defesa.

#### 1.3.2 Subchefia de Logística – CHELOG

As principais atividades desenvolvidas pela CHELOG estão relacionadas: assessoramento do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos à Logística, Mobilização e Serviço Militar; coordenação, na sua área de competência, a respeito do planejamento, da execução e do acompanhamento de programas e projetos voltados para Logística, Mobilização e Tecnologia Militar; e proposição de ações e coordenação de atividades de articulação e integração, interna e externa, para viabilizar, em sua área de competência, a integração de esforços e a racionalidade administrativa.

Para tal, a Chefia está subdividida nas seguintes Subchefias:

##### 1.3.2.1 Subchefia de Integração Logística – SUBILOG

Cabe à SIL o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: formulação e atualização da Política de Logística de Defesa; formulação da Doutrina de Logística Militar e da Doutrina de Alimentação das Forças Armadas, supervisionando as ações decorrentes dessas doutrinas; acompanhamento dos trabalhos das comissões de caráter permanente que tenham por finalidade estudar e propor medidas de interesse comum na área de Logística de Defesa; estabelecimento e coordenação da implementação de medidas que visem a elevar os níveis de cooperação e de interoperabilidade logística entre as Forças Armadas; e estudo e acompanhamento do ciclo de vida logístico dos itens de interesse das Forças Armadas.

##### 1.3.2.2 Subchefia de Mobilização – SUBMOB

Cabe à SUBMOB o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: elaboração da proposta da Política e das Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional; elaboração da Diretriz Setorial de Mobilização Militar e das Instruções Complementares; condução das atividades técnico-administrativas e promoção do funcionamento da Secretaria-Executiva do Sistema Nacional de Mobilização; consolidação e compatibilização dos Planos Setoriais de Mobilização em proposta de Plano Nacional de Mobilização; elaboração da Doutrina Básica de Mobilização Nacional; elaboração do Plano Nacional de Mobilização Militar; planejamento e coordenação das atividades do Serviço Militar e do Projeto Soldado-Cidadão; elaboração de propostas de atualização da legislação do Serviço Militar; e elaboração, anual, do Plano Geral de Convocação e acompanhamento de sua execução pelas Forças.

#### 1.3.3 Chefia de Preparo e Emprego – CPE

As principais atividades desenvolvidas pela CPE estão relacionadas: ao assessoramento do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos ao Preparo e Emprego Conjuntos das Forças Armadas; formulação e atualização da doutrina e dos planejamentos estratégicos para emprego conjunto das Forças Armadas; planejamento e coordenação do adestramento de emprego conjunto das Forças Armadas; proposição de diretrizes para o emprego singular das Forças Armadas; proposição de diretrizes, planejamento, coordenação e acompanhamento da atuação das Forças Armadas em Operações de Paz; proposição de diretrizes para a participação das Forças Armadas nas atividades subsidiárias; e planejamento do emprego das Forças Armadas nas Ações de Defesa Civil.

Para tal, a Chefia está subdividida nas seguintes Subchefias/Assessoria:

#### 1.3.3.1 Assessoria de Inteligência Operacional – AIOP

Cabe à AIOP o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição da doutrina e diretrizes para a atividade de Inteligência Operacional para operações conjuntas; participação na elaboração do planejamento de emprego conjunto das Forças Armadas, na área específica de Inteligência Operacional, para cada uma das Hipóteses de Emprego, previstas na Estratégia Militar de Defesa; proposição da doutrina e diretrizes para emprego da inteligência humana, de sinais e de imagens e das áreas de meteorologia, cartografia, sensoriamento remoto, tecnologia da informação e criptografia, no exclusivo interesse da atividade de Inteligência Operacional; e condução da atividade de Inteligência Operacional para as operações conjuntas.

#### 1.3.3.2 Subchefia de Comando e Controle – SC/1

Cabe à SC/1 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição da política e as diretrizes gerais para o Sistema Militar de Comando e Controle, bem como exercer a coordenação de seu Conselho Diretor e supervisionar a execução do correspondente plano de desenvolvimento e implementação; em conjunto com as Forças Armadas, prover, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto os Centros de Comando e Controle Componentes e a infraestrutura do Sistema Militar de Comando e Controle, em todos os seus segmentos: espacial; móvel naval, terrestre e aeronáutico; e fixo terrestre; desenvolvimento da Doutrina de Comando e Controle e aplicá-la nos planejamentos estratégicos e operacionais relativos a situações de crise ou de conflito armado; promoção de convênios e representar o Ministério da Defesa perante outros Ministérios, agências governamentais e instituições públicas ou privadas, para os assuntos relacionados ao Sistema Militar de Comando e Controle; e alocação dos meios de Comando e Controle necessários às Ações de Defesa Civil.

#### 1.3.3.3 Subchefia de Operações – SC/3

Cabe à SC/3 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição das bases para a Doutrina de Emprego Conjunto das Forças Armadas; elaboração do planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas para cada uma das Hipóteses de Emprego previstas na Estratégia Militar de Defesa e acompanhamento na condução das operações conjuntas decorrentes; proposição de diretrizes, planejamento e coordenação da participação das Forças Armadas em Operações de Paz; proposição de diretrizes para o planejamento e o emprego das Forças Armadas: na Garantia da Lei e da Ordem; na Garantia da Votação e da Apuração Eleitoral; na cooperação com a Defesa Civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais; participação de medidas de orientação e treinamento de pessoas, nas áreas afetadas por desastre; e apresentação de relatório sobre as operações realizadas, procurando indicar medidas a serem adotadas com vistas a evitar ocorrências semelhantes.

#### 1.3.3.4 Subchefia de Logística Operacional – SC/4

Cabe à SC/4 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição da Doutrina de Logística para o Emprego Conjunto das Forças Armadas; participação nos planejamentos estratégicos de emprego conjunto das Forças Armadas, sob o aspecto da logística; orientação, sob a ótica da Doutrina de Logística, dos planejamentos operacionais de emprego conjunto das Forças Armadas; coordenação do apoio logístico e das medidas administrativas pertinentes à participação de tropas em Operações de Paz; indicação dos meios necessários de apoio logístico, em natureza e quantidade, bem como localização geográfica, para oferecer capacidade de pronta resposta às situações de desastre; e proposição das organizações militares que ficarão responsáveis pela gestão das infraestruturas a serem empregadas nas situações de desastre.

Apesar da atuação em áreas diversas, todas as atividades desenvolvidas pelas Chefias convergem para um mesmo produto, qual seja: defesa nacional.

### 1.4 Macroprocessos Finalísticos

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas possui o seguinte Objetivo maior, que podemos considerar como Macroprocesso Finalístico: O Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas visando à Defesa Nacional, tendo como público alvo a Nação Brasileira.

Para tanto, realizou atividades de coordenação, supervisão, acompanhamento, normatização e planejamento das Forças Armadas nas diversas atividades ligadas ao emprego conjunto ou combinado, por intermédio de suas Chefias. Para a condução do seu macroprocesso finalístico, o EMCFA levou a

efeito a concepção e realização de um Planejamento Estratégico e Operacional no desenvolvimento de atividades junto com a Marinha, o Exército e a Força Aérea na realização das várias Operações Conjuntas/Combinadas desenvolvidas no ano de 2012, que sob a supervisão e normatização do EMCFA, possibilitaram o adestramento das Forças Armadas visando a defesa nacional. Nessas Operações, foram também engendradas tarefas no âmbito do Comando e Controle, objetivando o aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação e de tecnologia da informação entre as Forças. O EMCFA também emitiu normas e orientações a fim de testar e melhorar a Interoperabilidade Logística entre as Forças, bem como participou ativamente dos eventos de Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa, com a realização da LAAD 2012 (Feira Internacional de Defesa e Segurança), entre outras ações nesta área. No que tange ao Acompanhamento do Cenário Político Nacional e Internacional, o EMCFA emitiu vários relatórios onde estão registradas todas as informações de interesse para a defesa do Brasil.

### 1.5 Macroprocessos de Apoio

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas é um Órgão de Assessoramento e de Coordenação. Como é uma Unidade Gestora sem autonomia administrativa e não possui tropa diretamente subordinada, utiliza a estrutura de pessoal, material e administrativa das Forças Armadas e da própria Administração Central do Ministério da Defesa para apoiar o desenvolvimento de suas atividades planejadas. Os macroprocessos de apoio do EMCFA são realizados pelas suas diversas Chefias e Subchefias, tais como recebimento e expedição de documentos, controle da execução de recursos de cada ação orçamentária, trâmite de documentos para as três Forças Armadas, etc. Portanto, esses macroprocessos de apoio encontram-se descentralizados nas Chefias e Subchefias do EMCFA.

### 1.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, para a consecução de suas atividades finalísticas, são: a Administração Central do Ministério da Defesa; e os Comandos da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Aeronáutica.

## 2. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão aborda o desempenho das atividades inseridas no Plano Plurianual 2012-2015 e contidas nos Programas 2057 – Política Externa (apenas a Ação 2C06 – Participação Brasileira em Missões de Paz); 2058 – Política Nacional de Defesa (apenas as Ações sob a responsabilidade do EMCFA); e 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa (apenas a Ação 2866 – Ações de Caráter Sigiloso). As considerações acerca da Ação 2872 – Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório, pertencente ao Programa 2058, serão detalhadas no Relatório de Gestão da Unidade Orçamentária 52903 - Fundo do Serviço Militar, uma vez que as dotações orçamentárias desta Ação constituem aquele Fundo. Foram incluídas neste Relatório, ainda, as Ações: 14M2 – Emprego das Forças Armadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio +20, do Programa 1383 – Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade; 20G3 – Cooperação em Ações de Defesa Civil, do Programa 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução; e Ação 20G3 - Cooperação em Ações de Defesa Civil, do Programa 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres em razão dos recursos dessas Ações serem concedidos por Medidas Provisórias ao Ministério da Defesa e seus empregos coordenados pelo EMCFA e Ação 2000, do Programa 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, apesar dos Programas não serem gerenciados por este Estado-Maior. Estão destacadas, também, as principais atividades desenvolvidas por intermédio de cada Ação, em consonância com os registros constantes no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas é uma Unidade Gestora com função de Controle de recursos orçamentários alocados na Lei Orçamentária Anual, cujas despesas são realizadas pelos Comandos das Forças Armadas e pela Administração Central do Ministério da Defesa.

Dentre as realizações no exercício de 2012, destacam-se: as Operações Conjuntas AMAZÔNIA e ATLÂNTICO III; o prosseguimento da Missão de Paz no Haiti – MINUSTAHé da Força-Tarefa Marítima (FTM) que integra a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL); as operações

realizadas na faixa de fronteira, ressaltando-se as Operações ÁGATA 4, 5 e 6; as atividades de Comando e Controle e de Inteligência Operacional, que são fundamentais na coordenação entre as Forças atuantes e na elaboração do cenário atual da área aonde ocorrem essas operações e, quando necessário, por ocasião de desastres naturais em nosso País ou no exterior; estabelecimento de medidas de interesse comum na área de Logística de Defesa; aprimoramento da integração entre os órgãos do Sistema Nacional de Mobilização; continuidade das atividades ligadas ao Projeto Soldado-Cidadão; manutenção da Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa e da Representação Permanente do Brasil junto à Conferência de Desarmamento da Organização das Nações Amigas em Genebra; apoio às diversas comitivas de países amigos em visita ao Brasil; realização de Reuniões Bilaterais, no Brasil e no exterior, com as Forças Armadas de países da Europa, África, América do Norte e da América do Sul; e participação em congressos, seminários, reuniões que tratam de assuntos de interesse político e estratégico, na área de defesa, para o País.

As dificuldades encontradas foram decorrentes, inicialmente, do contingenciamento orçamentário, da ordem de 30 % e das limitações impostas às despesas com diárias e passagens, o que redundou em cortes de atividades ligadas à capacitação de recursos humanos, ao intercâmbio e cooperação militar internacional e na área de Defesa, aos Sistemas de Integração Logística e de Mobilização Nacional, e na redução do emprego de pessoal e meios militares por ocasião da realização dos exercícios de adestramento previstos.

### 3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

#### 3.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O Planejamento Estratégico do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA está direcionado e alinhado às Diretrizes constantes da Estratégia Nacional de Defesa, que é focada em ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Em conformidade com o Plano Plurianual 2012-2015, o EMCFA instituiu o seu Plano de Ação para o ano de 2012, com a colaboração de suas Chefias, as quais são responsáveis pela consecução de Objetivos Gerais, os quais são desdobrados em Objetivos Específicos que foram implementados por intermédio de Ações Orçamentárias, visando à realização de metas anuais estabelecidas, a saber:

- Chefia de Assuntos Estratégicos

<b>OBJETIVO GERAL</b>	
Promover a multilateralidade na área de Defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia Militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de Países do espectro de interesse do Brasil.	
<b>OBJETIVO ESPECÍFICO</b>	<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira.	2D55 – Intercâmbio e Cooperação Internacional Militar e na Área de Defesa.

- Chefia de Logística

<b>1. OBJETIVO GERAL</b>	
Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.	
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>
Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de Serviço Militar das Forças Armadas.	2872 – Mobilização par o Serviço Militar Obrigatório.
Implantação do Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos Planos de Mobilização.	4427 – Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional.
	5136 – Implantação do SINAMOB.
Implantação e gestão do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa – SIGLD.	6515 – Sistema de Informações Logísticas de Defesa
	2000 – Administração da Unidade (Fundo de Rações Operacionais - FRO).

<b>2. OBJETIVO GERAL</b>	
Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.	
<b>OBJETIVO ESPECÍFICO</b>	<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do Serviço Militar.	6557 – Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão.

- Chefia de Preparo e Emprego

<b>OBJETIVO GERAL</b>	
Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de Comunicações, Comando e Controle.	
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>
Implantação e integração dos Centros de Comando e Controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.	1489 – Implantação de Centros de Operações Conjuntas.
Implantação e operação do Sistema de Comunicações Militares.	2385 – Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – SISCOMIS.
	5132 – Implantação do SISCOMIS.
	5134 – Implantação do Sistema Militar de Comunicações Seguras.
Realização de ações de Inteligência Operacional.	2866 – Ações de Caráter Sigiloso.
Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto.	4222 – Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência.
Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira.	6499 - Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira.
Realização de exercícios militares conjuntos e combinados.	4229 – Operações Militares Combinadas ou Conjuntas.
Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz.	2C06 – Participação Brasileira em Missões de Paz.

O acompanhamento da execução física e financeira é coordenado e orientado pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – APOG/EMCFA e realizado por intermédio da atuação dos Coordenadores e Coordenadores-Executivos das Ações Orçamentárias.

As atividades de acompanhamento são, quando pertinentes, complementadas com a produção de relatórios críticos que visam ao aperfeiçoamento das doutrinas vigentes e ao emprego judicioso e otimizado dos meios pessoais, materiais e dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

### 3.2 Estratégias da Atuação frente aos Objetivos Estratégicos

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas desenvolve suas competências por intermédio de suas Chefias, a saber: Chefia de Assuntos Estratégicos, nas áreas de Política, Estratégia, Assuntos Internacionais, Inteligência e Contra-inteligência Estratégicas; Chefia de Logística, nas áreas da Logística, Mobilização e Serviço Militar; e Chefia de Preparo e Emprego, no emprego conjunto das Forças Armadas.

Desta forma, a estratégia de atuação do EMCFA, para o atendimento de suas responsabilidades institucionais, são as seguintes:

#### 3.2.1 Chefia de Assuntos Estratégicos

- Visitas técnicas aos órgãos de defesa de outros países, com a finalidade de verificar suas estruturas funcionais e troca de experiências; viagens de estudo; pesquisas nos órgãos militares de ensino no Brasil e no Exterior; participação em seminários no Brasil e no exterior, para o desenvolvimento industrial de produtos de defesa; reuniões estratégicas na área de defesa, com os países de interesse fronteiriços, com objetivos de proteção das fronteiras em comum; reuniões bilaterais, tanto no Brasil, como em diversos países da Europa, Ásia, África, América do Norte e países sul-americanos, visando ao intercâmbio de experiências e informações militares, bem como ao aperfeiçoamento de doutrinas e ao fortalecimento da confiança mútua entre as instituições participantes; participação em congressos, cursos, conferências, palestras e fóruns no Brasil e no exterior, com o objetivo de aperfeiçoar a capacitação de recursos humanos; atualização da Política de Defesa Nacional; atualização da Estratégia Nacional de Defesa; coordenação do cadastramento das Florestas Públicas em áreas

militares; e proposta de Decreto para regulamentar o Licenciamento Ambiental no âmbito das Forças Armadas.

### 3.2.2 Chefia de Logística

- Na área da Integração Logística: desenvolvimento do Sistema de Logística de Defesa, de modo a contribuir com uma maior eficiência das atividades de logística de defesa, bem como otimizar recursos e buscar a racionalidade administrativa; desenvolvimento de software denominado “Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa, denominado SIGLMD, com o objetivo de proporcionar uma maior integração das Forças Armadas nessas áreas, ampliando a capacidade de atuarem de forma conjunta. A execução do sistema está sob a responsabilidade do escopo do Centro de Análises de Sistemas Navais – CASNAV, previamente formalizado no Termo de Compromisso 23000/12-030/00; e visitas técnicas a setores responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção de Sistemas de Informações Gerenciais de Logística Militar, a fim de promover uma avaliação dos sistemas existentes nas Forças Armadas e a identificação dos pontos críticos em função de novos processos a serem implantados.

- Na área da Mobilização: o incremento dos trabalhos no âmbito do Comitê do Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB, na capacitação de recursos humanos e na participação em exercícios conjuntos patrocinados pelo Ministério da Defesa; a orientação do Comitê Gestor do Projeto Soldado-Cidadão, para aumentar o número de jovens brasileiros, incorporados às fileiras das Forças Armadas, formados por intermédio de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional, complementem sua formação cívico-cidadã e facilitem seu ingresso no mercado de trabalho; e visitas técnicas a Organizações Militares executores do serviço militar e do Projeto Soldado-Cidadão.

### 3.2.3 Chefia de Preparo e Emprego

Na área de Comunicações, Comando, Controle e Inteligência Operacional:

- Difusão da doutrina de Comando e Controle no âmbito das Forças Armadas e das Escolas de Altos Estudos Militares; prosseguimento na implantação e aprimoramento do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC<sup>2</sup>); evolução contínua e necessária de versões do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM), com atualização de equipamentos, software e capacitação de recursos humanos; realização de estágios de C<sup>2</sup> nos Comandos Militares de Área por ocasião dos exercícios de adestramento; modernização do Centro de Operações Conjuntas (COC); participação em operações multinacionais, com propósito de identificar subsídios para a evolução da doutrina e do SISMC<sup>2</sup>; manutenção da infraestrutura, do suporte técnico e do apoio operacional às ações de C<sup>2</sup> das Forças de Paz no Haiti e no Líbano; ampliação e modernização da rede do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) para servir de infraestrutura de telecomunicações do SISMC<sup>2</sup>; fornecimento de imagens de satélites de alta e média resolução para auxiliar no planejamento das operações conjuntas; integração doutrinária entre os Centros de Guerra Eletrônica das Forças Armadas; aperfeiçoamento da estrutura do Centro de Inteligência Operacional; realização de visitas técnicas a centros de geração de imagem no Brasil; expansão da atividade de sensoriamento remoto no âmbito das Forças Armadas; e capacitação de recursos humanos por intermédio da participação em cursos, seminários e simpósios, no Brasil e no exterior.

Na área do Emprego Conjunto das Forças Armadas:

- Desenvolvimento de atividades de Inteligência que possibilitem um assessoramento mais seguro ao processo decisório da Chefia de Preparo e Emprego e um melhor planejamento para o preparo e o emprego conjunto das Forças Armadas; Operações Militares Conjuntas, empregando meios navais, terrestres e aéreos das três Forças Armadas, com expressiva participação de órgãos governamentais e civis; participação nas operações multinacionais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); intensificação da presença das Forças Armadas na fronteira; prosseguimento na Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti – (MINUSTAH); ampliação da capacidade operacional da Força-Tarefa Marítima (FTM) que integra a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL); prosseguimento da participação de militares brasileiros em diferentes missões de paz da ONU e da OEA; seminários e simpósios, visando à difusão doutrinária, capacitação e atualização dos recursos



humanos; e atendimento às atribuições subsidiárias das Forças Armadas, no tocante ao desenvolvimento nacional e ao apoio à defesa civil, no nível operacional, quando solicitado pelo Governo Federal e/ou pelos seus órgãos.

As principais dificuldades encontradas na consecução dos objetivos e metas mencionados foram decorrentes do contingenciamento orçamentário inicial no exercício de 2012, da ordem de 30%, e das limitações impostas às despesas com diárias e passagens, o que implicou a redução de atividades planejadas, de contratação de serviços, de aquisição de materiais e equipamentos, bem como da amplitude do emprego de pessoal, material bélico e infraestrutura de apoio aos exercícios militares realizados.

As metas físicas corrigidas foram cumpridas com redução proporcional da manutenção, de recursos humanos inscritos nos cursos de capacitação e na dificuldade técnica para a aquisição de equipamentos específicos para o Sistema de Comunicações Militares por Satélite.

As Operações Conjuntas programadas, Operação AMAZÔNIA e ATLÂNTICO III, foram realizadas com os efetivos e meios militares empregados reduzidos. Embora tenha ocorrido a redução do efetivo adestrado, a verificação da Doutrina de Emprego Conjunto pôde ser avaliada a contento.

Deu-se continuidade na expansão do Sistema Militar de Comando e Controle, e houve redução na capacitação de seus recursos humanos. Mesmo assim, o Centro de Comando e Controle continuou operando e dando suporte em comunicações durante as operações militares no País e no exterior, especificamente no Haiti e Líbano.

As atividades na área do Intercâmbio Militar Internacional e de Defesa, da Política e Inteligência Estratégicas se desenvolveram com restrições, particularmente nos eventos de apoio às comitivas estrangeiras em visita oficial ao Brasil, que demandaram maiores despesas com diárias e passagens.

O Projeto Soldado-Cidadão proporcionou a formação profissional de 14.659 jovens em Serviço Militar, meta acima do planejado.

A busca de subsídios para a integração de conceitos, doutrinas, organização e procedimentos direcionaram as atividades ligadas à Logística e à Mobilização, junto às Forças Armadas e, principalmente, junto aos órgãos do SINAMOB, respectivamente.

Cabe ressaltar que encontra-se em tramitação na Casa Civil da Presidência da República uma proposta de Decreto que aprova a nova Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, dando concretude às disposições da Estratégia Nacional de Defesa. Essa nova estrutura proporcionará um acréscimo de recursos humanos ao EMCFA, possibilitando, assim, uma atuação mais eficiente no cumprimento de suas atribuições constitucionais.

### 3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

#### 3.3.1 Análise Crítica das Ações

A Ação 2872 – Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório será objeto do Relatório de Gestão da Unidade Orçamentária 52903 – Fundo do Serviço Militar.

##### 3.3.1.1 Ação 1489 – Implantação de Centros de Operações Conjuntas

Em 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 1489:

- prosseguimento da modernização do Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa (CC<sup>2</sup>MD); manutenção da operação integrada dos Centros de Comando e Controle do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC<sup>2</sup>); atualização da versão do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM); atualização de equipamentos e tecnologia empregados nos Centros de Comando e Controle da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira; capacitação de pessoal, por intermédio de visitas técnicas a outros Centros de C<sup>2</sup> no Brasil e no exterior e da participação em conferências, simpósios e cursos no Brasil e no exterior; e ampliação da capacidade de gestão de dados da Rede Operacional de Defesa (ROD) do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC<sup>2</sup>), por meio de aquisição de equipamentos.

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 1489 foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 1.500.274,37. Apesar da meta física não ser totalmente atingida, foram realizados aperfeiçoamentos nos Centros de Operações Conjuntas do MD e dos Centros de Comando e Controle das Forças Armadas.



### 3.3.1.2 Ação 2385 – Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite

No ano de 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 2385:

- visitas às instalações das estações fixas e das empresas prestadoras de serviços contratadas; pagamento dos contratos de manutenção dos equipamentos de centrais telefônicas à empresa Damovo; pagamento dos contratos de aluguel dos enlaces satelitais em Banda X e Ku e terrestres às empresas Star One, Embratel e Oi; custeio da manutenção de equipamentos, não cobertos pelos contratos citados; custeio da manutenção de equipamentos navais que compõem o SISCOMIS; aquisição de suprimento para a manutenção dos terminais do SISCOMIS; e capacitação de recursos humanos no Brasil e no exterior.

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 2385 foi inscrito em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 1.835.374,35. Apesar disto, não houve comprometimento na manutenção do Sistema, que operou normalmente, proporcionando o suporte para que as atividades de Comando e Controle continuassem a ser desencadeadas, por intermédio dos meios de comunicações existentes para transmissão de dados, imagens, videoconferências entre outros.

### 3.3.1.3 Ação 4222 – Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência

No ano de 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 4222:

- operação e manutenção do Centro de Inteligência Operacional (CIOp) do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA); prosseguimento na implantação do Projeto SIGWEB/SIGDESKTOP e da Rede de Guerra Eletrônica de Defesa (RGED); visitas técnicas para instalação do Portal de Inteligência Operacional (PIOp); contratação de serviços de fornecimento de imagens satelitais; realização do III Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa (III EGED); apoio e participação no Fórum de Geointeligência; aquisição de equipamentos para o Centro de Inteligência Operacional (CIOp); inclusão como Usuário Autorizado no Internacional Charter for Disasters; e capacitação em geoprocessamento, junto ao Instituto de Pesquisas Espaciais, de militares do CIOp.

O contingenciamento inicial aplicado a esta ação em 2012 e a limitação de despesas com diárias e passagens afetou o cronograma de instalação das estações do Portal de Inteligência Operacional, impacto esse que foi minimizado com os descontingenciamentos específicos para atender as Operações Ágatas.

Devido à necessidade de aquisição de imagens recentes, a fim de atender às Operações Conjuntas, Grandes Eventos e desastres naturais, foram gerados restos a pagar não processados no valor de R\$ 1.435.284,41.

### 3.3.1.4 Ação 5132 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - SISCOMIS

O Sistema de Comunicações Militares via Satélite (SISCOMIS) constitui a infraestrutura de telecomunicações para o Sistema Militar de Comando e Controle do Ministério da Defesa.

O SISCOMIS é composto de estações fixas com oito instalações terrestres principais, nas cidades de Brasília - DF, Porto Alegre - RS, Curitiba - PR, Campo Grande - MS, Manaus - AM, Rio de Janeiro - RJ, Belém - PA e Natal - RN, com ramificações para diversas localidades, interligando, atualmente, 406 Organizações Militares em todo o País.

Para atender às operações militares, o SISCOMIS possui, ainda, estações transportáveis e móveis, operando através de enlaces satelitais em banda Ku ou na banda X, cujo emprego é exclusivamente militar. Essa rede se caracteriza por permitir elevada mobilidade, possibilitando a operação de estações em qualquer ponto na área de cobertura dos satélites, ou seja, América do Sul, América Central, Antártica, Mar do Caribe e Atlântico Sul.

O SISCOMIS é o mais importante meio de telecomunicações para o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no atendimento às Operações Combinadas ou Conjuntas, em missões humanitárias e nas missões de manutenção da Paz, como no Haiti e no Líbano.

Os recursos da Ação 5132 têm sido aplicados, principalmente, na ampliação dessa rede. Assim, com os valores liberados em 2012, foram planejadas as seguintes atividades:

- aquisição de terminais móveis navais em banda X e banda Ku; aquisição de terminais man-pack em Banda Ku; aquisição de um sistema de acesso ao satélite, utilizando tecnologia DAMA

(Demand Assigned Multiple Access); e aquisição de equipamentos de manutenção e peças de reposição para o SISCOMIS.

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 5132 foi inscrito em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 7.075.517,79. O atraso no atingimento da Meta Física é devido às dificuldades na obtenção de empresas habilitadas para o fornecimento de material de complexidade técnica.

#### 3.3.1.5 Ação 5134 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras

O Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED) é um conjunto de enlaces de comunicações de dados padronizados e adequados para a transmissão de informações táticas digitalizadas, interligando dois ou mais Sistemas de Comando e Controle ou de Armas, caracterizando-se pela segurança da informação e da transmissão.

O projeto SISTED necessita de incremento de recursos nesta Ação, a fim de possibilitar a contratação de empresas para o desenvolvimento e aplicação das soluções de integração entre os sistemas táticos das Forças Armadas.

Em 2012, foram realizadas as seguintes atividades no âmbito da Ação 5134:

- reuniões de projeto, para revisão, conclusão e aprovação da Arquitetura do SISTED; confecção do projeto básico referente às integrações necessárias no âmbito da Defesa Aeroespacial; capacitação de pessoal, para a continuidade e modificação da fase do projeto; contratação de recursos humanos para a Modelagem Operacional referente à Capacidade de Defesa Aeroespacial, com a contratação de uma empresa para efetuar tal modelagem; reforma do Laboratório do SISTED-FAB no Instituto de Estudos Avançados (IEAv) em São José dos Campos - SP, além de aquisição de equipamentos para o seu funcionamento; aquisição de material permanente para o Laboratório do SISTED-EB; e custear o aprestamento das Forças Navais em apoio ao SISTED (CASNAV).

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 5134 foi inscrito em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 126.958,87, o que não comprometeu o atingimento da Meta Física estabelecida para o ano de 2012.

#### 3.3.1.6 Ação 4427 – Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional

Em 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 4427:

- realização de palestras para alunos das Escolas de Guerra Naval, de Comando e Estado-Maior do Exército, de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e para estagiários da Escola Superior de Guerra; realização de Palestras nas Escolas de Formação de Oficiais e Praças da Marinha e do Exército; participação de integrantes do Órgão Central do SINAMOB no IV Seminário de Mobilização Militar; participação nos planejamentos estratégico, operacional e tático da Operação Amazônia; participação nos planejamentos e execução do adestramento da Mobilização com o transporte de uma subunidade do 17º Batalhão de Infantaria de Selva (pessoal e material) da cidade de Tabatinga-AM para Manaus-AM; participação nos planejamentos e execução da Operação Atlântico III, materializado no apoio ao adestramento da mobilização voltada para o acolhimento de evacuados não-combatentes na região de Santa Maria-RS; e participação na execução do Exercício de Mobilização do 13º Batalhão de Infantaria Blindado em Três Barras-SC, no apoio à convocação de reservistas para mobiliar uma Companhia de Fuzileiros Brindada (efetivo de 160 homens) e à mobilização de recursos logísticos necessários ao deslocamento de viaturas blindadas M-113.

Em que pese haver R\$ 5.589,24 inscritos em Restos a Pagar Não Processados, não houve comprometimento na obtenção da Meta Física prevista para 2012.

#### 3.3.1.7 Ação 5136 – Implantação do Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB

Em 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 5136:

- atualização da Doutrina Básica de Mobilização Nacional, de 1987, com a constituição de um Grupo de Trabalho por meio da Portaria Ministerial Nº 2906, de 06 de novembro de 2012, contando com a participação de civis e militares, representantes dos subsistemas setoriais do SINAMOB e pelas Forças Armadas (FA). Em 2012 foram realizadas nove reuniões de trabalho; realização de

intercâmbio de Mobilização Nacional junto à República Popular da China em setembro, que, além de aportar subsídios à estrutura e a implantação do SINAMOB, colaborou com os trabalhos de atualização da doutrina; realização, no mês de maio, de uma Discussão Doutrinária de Mobilização Nacional, com a presença das FA e da Escola Superior de Guerra (ESG) e de um Painel de Mobilização Nacional voltado especificamente às pastas ministeriais componentes do SINAMOB; participação pioneira, em novembro, de parcela de representantes dos Órgãos de Direção Setorial do SINAMOB em palestra para o Curso de Logística e Mobilização Nacional da ESG voltado para o ensino da Mobilização Nacional que prepara civis e militares; prosseguimento no desenvolvimento do Módulo de Informações Gerenciais de Mobilização Nacional, banco de dados específico para apoiar os trabalhos da Mobilização Nacional. Tal Módulo vem sendo desenvolvido pelo Centro de Análise de Sistemas Navais da Marinha do Brasil, com coordenação da Assessoria de Apoio a Sistemas de Cartografia, Logística e Mobilização do Ministério da Defesa, a partir do software que apoia o Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD), visando economia de meios. No exercício financeiro de 2012, o ressarcimento dos serviços prestados foi executado com a participação da Subchefia de Mobilização, por meio de destaque de crédito para o CASNAV no valor correspondente de R\$ 34.959,47; continuidade ao levantamento e análise dos requisitos iniciais atinentes à Mobilização Nacional, iniciado em 2011, e consolidados no Conceito Operacional do SIGLMD. A previsão de conclusão do desenvolvimento do SIGLMD está prevista para dezembro de 2014; e aquisição de hardware voltado para a implantação do Núcleo de Mobilização no Estado-Maior do Comando do 6º Distrito Naval (DN), em Ladário/MS, que permitirá acesso a cadastro de empresas fornecedoras de material e de prestação de serviços na área do 6º DN, com dedicação exclusiva para o SINAMOB.

Em que pese haver R\$ 36.662,05 inscritos em Restos a Pagar Não Processados, não houve comprometimento na obtenção da Meta Física prevista para 2012.

#### 3.3.1.8 Ação 2866 – Ações de Caráter Sigiloso

Esta Ação Orçamentária possibilita um assessoramento mais seguro ao processo decisório do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e, por meio do desenvolvimento de atividades de Inteligência Operacional, um melhor planejamento para o emprego conjunto das Forças Armadas.

No ano de 2012, a Ação proporcionou as seguintes realizações:

- missões de reconhecimento de Inteligência em diversos Estados brasileiros, com o intuito de subsidiar os planejamentos estratégicos e operacionais no âmbito das Forças Armadas; participação nas Operações AMAZÔNIA , RIO+20, ATLÂNTICO III e ÁGATA (edições 4, 5 e 6), além do Exercício Simulado AZUVER e na elaboração de Planejamentos Operacionais; capacitação de militares pela participação em seminários, simpósios e conferências; aquisição de material permanente voltado para a melhoria da segurança orgânica do EMCFA;

- apoio às atividades de Inteligência da Chefia de Assuntos Estratégicos / Ministério da Defesa: participação no Congresso Sul Americano de Inteligência Estratégica, realizado na Colômbia; participação nos planejamentos estratégicos das Operações Conjuntas e Interagências realizadas e coordenadas pelo Ministério da Defesa; participação na avaliação dos contingentes brasileiros nas Missões de Paz da ONU no Haiti e no Líbano; realização de visitas técnicas às Aditâncias Militares do Brasil no exterior, a fim de incrementar as atividades realizadas naquelas organizações militares; e realização de manutenção em equipamentos de apoio às atividades de segurança orgânica.

#### 3.3.1.9 Ação 4229 – Operações Militares Combinadas ou Conjuntas

Esta Ação Orçamentária proporciona condições para o Emprego Conjunto das Forças Armadas por meio de Exercícios de Adestramento, onde são empregados, simultaneamente, tropa, material e equipamentos bélicos das três Forças. É através dela que são realizados intercâmbios internacionais para troca de experiências na área militar com países de nações amigas.

No corrente ano, foram desenvolvidas diversas atividades, a saber: Planejamentos Estratégicos e Operacionais, de acordo com os Planos de Emprego das Forças Armadas em caso de defesa do território nacional contra agentes externos; capacitação de pessoal por intermédio de cursos e seminários; realização dos Seminários “Apoio Aéreo Aproximado”, “Atuação das Forças Armadas

em Face das Ameaças Terroristas” e “Defesa Territorial”; e adestramento da tropa por intermédio de Exercícios Conjuntos ou Combinados. Parte dos recursos também foram empregados nas Operações ÁGATA 4, 5 e 6, citadas nos itens 3.3.1.10.5, 3.3.1.10.6 e 3.3.1.10.7. Destacaram-se, ainda, as seguintes atividades no âmbito da Ação 4229:

#### 3.3.1.9.1 Operações Conjuntas

Foram realizadas as seguintes Operações Conjuntas, sob a coordenação do EMCFA:

##### 3.3.1.9.1.1 Operação AMAZÔNIA

Realizada no período de 17 a 28 de setembro, visou ao adestramento das Forças Armadas no planejamento e execução de Operações Conjuntas com ênfase na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia, intensificando a presença das Forças Armadas naquela região. Foram empregados cerca de oito mil militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, navios, aeronaves de combate e de transporte e desdobramento de tropas especiais.

A operação na foz do rio Amazonas, abrangendo os estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Acre, exigiu o desdobramento de meios e tropas de outras regiões do País. Os militares das três Forças que participaram do treinamento tiveram como objetivos principais a difusão do sentimento de patriotismo e da mentalidade de defesa junto à população.

Foi o 10º exercício desse porte realizado na região Amazônica desde 2002, com vistas a aprimorar o adestramento das três Forças para atuar, de forma coordenada e eficaz, em conflitos convencionais no ambiente ribeirinho e de selva. Além de reforçar a presença do Estado Brasileiro na Amazônia, a Operação Amazônia 2012 teve por objetivos: treinar os Comandos e Estados-Maiores sob o cenário de um conflito armado convencional no ambiente amazônico; intensificar a presença das Forças Armadas e a vigilância na área de operações, estabelecendo complexa estrutura logística e explorando os aspectos de Comando e Controle e de Inteligência necessários ao exercício; realizar treinamento conjunto, nos níveis operacionais e táticos, em situações específicas, visando à interoperabilidade das Forças Navais, Terrestres e Aéreas; e efetivar ações que envolvam o combate convencional, tais como: operações navais, aeromóveis e aeroterrestres; coordenação do espaço aéreo; e interdição do apoio externo.

Durante a Operação Amazônia 2012, foram realizadas, ainda, Ações Cívico-Sociais (ACISO), o que propiciou o apoio às comunidades carentes. As ACISO contemplaram atendimentos médicos-odontológicos e prevenção de doenças endêmicas na área de operações.

##### 3.3.1.9.1.2 Operação ATLÂNTICO III

Realizada no período de 19 a 30 de novembro, nas Regiões Sudeste e Sul, a Operação Atlântico decorre de um complexo planejamento realizado por um Estado-Maior Conjunto, sendo executada nas Águas Jurisdicionais e no território Brasileiro.

A mobilização militar conjunta neste exercício teve como objetivo realizar exercícios numa área dentro da chamada “Amazônia Azul” – espaço marítimo de 3,5 milhões de km<sup>2</sup> e que abriga reservas de petróleo e gás da chamada área do pré-sal. Empregou 10 mil militares numa área, compreendendo os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Operação Atlântico 2012 foi mais uma etapa de adestramento conjunto das Forças Armadas brasileiras que buscou focar o adestramento dos militares para a proteção da área do pré-sal, de importantes portos da costa brasileira e de suas linhas de comunicação marítima, bem como usinas nucleares e hidrelétricas, refinarias de petróleo e redes de comunicação e de infraestruturas críticas do País.

Nessa área operacional, foram realizadas, dentre outras, as seguintes ações: Marinha - Controle de Tráfego Marítimo, operações com submarinos, proteção de infraestruturas portuárias e de apoio logístico; Exército - operações ofensivas e defensivas, lançamento de paraquedistas, defesa antiaérea e defesa de infraestruturas de valor econômico; e Força Aérea - coordenação do espaço aéreo, tarefas de interdição e de sustentação do combate, operações com aeronaves em proveito da Força Naval.

A Operação Atlântico contou com dois navios escolta, dois navios de apoio, dois submarinos, três navios-patrolha e seis helicópteros da Marinha. O Exército participou com 96 viaturas leves, 101 viaturas de transporte, nove viaturas blindadas e nove ambulâncias. A Força Aérea colocou à disposição quatro aeronaves de ataque, cinco de patrulha, cinco de transporte e um helicóptero.

Além das atividades essencialmente militares, foram realizadas ações de apoio e assistência à população na região onde a operação foi desenvolvida. Nessas ações, foram efetuados atendimentos médicos e odontológicos às comunidades bem como restaurações prediais de escolas públicas. Com essa operação, as Forças Armadas fortalecem suas capacidades para a defesa dos interesses nacionais relativos às Regiões Sul e Sudeste e seus vínculos com a sociedade.

#### 3.3.1.9.1.3 Operação FELINO

O Brasil participou das Conferências Principal e Final de Planejamento para o Exercício Felino que ocorreram na cidade de Boanes, Moçambique, nos períodos de 13 a 17 de novembro e de 10 a 14 de dezembro de 2012. A título de informação, o Exercício, a ser realizado em 2013 no formato de carta em Moçambique, integra as Forças Armadas dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

As reuniões tiveram como foco a elaboração dos documentos estruturantes necessários ao controle e desenvolvimento do Exercício, como as suas Especificações, a Ordem de Operações, a Diretriz de Planejamento e o Acordo Técnico.

#### 3.3.1.9.2 Exercício de Simulação AZUVER

Os Exercícios de Simulação são importantes ferramentas para a sedimentação, validação e teste da doutrina conjunta. No ano de 2012, esta simulação ocorreu através do exercício AZUVER.

O Ministério da Defesa participou do AZUVER 2012, em conjunto com as 3 Forças Armadas e a Escola Superior de Guerra. Este exercício de Simulação dos Cursos de Comando e Estado-Maior foi dividido em três fases, sendo duas de planejamento e uma de execução da simulação propriamente dita. Reuniu, aproximadamente, 450 Oficiais Superiores das três Forças, contando, ainda, com a participação de Oficiais do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Na execução do AZUVER 2012, os participantes integraram os Grandes Comandos Conjuntos e Forças Componentes. Foi desenvolvido no período de 5 a 14 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, tendo por sede as Escolas de mais alto nível das Forças Armadas: Escola Superior de Guerra (ESG); Escola de Guerra Naval (EGN); Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 4229 foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 6.769.127,26, não comprometendo o atingimento da Meta Física planejada.

#### 3.3.1.10 Ação 6499 – Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira

Tendo em vista a grande dimensão territorial do Brasil, com uma longa faixa de fronteira a ser vigiada e defendida, faz-se necessário manter e intensificar, cada vez mais, ações militares na fronteira, aumentando a presença das Forças Armadas e do Estado naquela região, atuando de forma conjunta.

Observando essa realidade, foram realizadas operações nas áreas de fronteira como, por exemplo: a Operação Amazônia; Reconhecimentos de Fronteira (REFRON); e a Proteção ao Meio Ambiente, e demais operações discriminadas mais abaixo.

O Ministério da Defesa realizou ações com o objetivo de intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira provenientes do Plano Estratégico de Fronteiras. O Plano Estratégico de Fronteiras, iniciativa instituída por Decreto Presidencial, estabelece uma coordenação conjunta para atuar em pontos estratégicos dos mais de 16 mil quilômetros de fronteiras brasileiras. Além das Forças Armadas, que no âmbito do Ministério da Defesa têm sua participação coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, as operações envolvem a Receita Federal, o IBAMA, os Departamentos de Polícia Federal e de Polícia Rodoviária Federal,

bem como a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Força Nacional de Segurança Pública. Os objetivos centrais do Plano Estratégico de Fronteiras são a redução dos índices de criminalidade e o enfrentamento ao crime organizado. Entre os crimes fronteiriços mais comuns estão o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, além dos ilícitos ambientais fiscais, como o contrabando e o descaminho. O Brasil tem uma fronteira de 16.880 quilômetros com dez países da América do Sul. Esse trecho vai do Chuí (RS) ao Oiapoque (AP). Como forma de assegurar a presença do Estado na região, o Ministério da Defesa articula a Operação Ágata que sempre é sucedida pela operação Sentinela, a cargo do Ministério da Justiça. São dois os eixos principais do Plano: o primeiro é o fortalecimento da Operação Sentinela, que é realizada com êxito pelo Ministério da Justiça, desde 2010, tendo caráter permanente e foco nas ações de inteligência, por intermédio de sua intensificação e apoio das Forças Armadas, além da ampliação do efetivo de policiais dedicados exclusivamente à operação; o segundo eixo é a Operação Ágata que, diferentemente da Sentinela, é de natureza pontual e temporária, tendo como base o aumento da presença e do impacto das forças envolvidas em pontos focais da faixa de fronteira.

#### 3.3.1.10.1 Operação CURARE I a III

Operações realizadas ao longo do ano pelo Comando Militar da Amazônia, contando com tropas regionais das três Forças Armadas, para intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira e combater os ilícitos transfronteiriços, conforme preceituam as Leis Complementares 97, 117 e 136.

Foram realizadas na linha de fronteira Norte com os países do Arco Amazônico. Delas participaram, além das Forças Armadas, os Órgãos de Segurança Pública das esferas federal, estadual e municipal, a Receita Federal, o IBAMA e a Vigilância Sanitária. Durante as operações, foi intensificada a vigilância na faixa de fronteira, por meio de patrulhamentos terrestres, aéreos e fluviais. Também foram estabelecidos postos de bloqueio e controle nas estradas e nas calhas dos rios para a realização de revistas em viaturas e embarcações, reprimindo os delitos transfronteiriços e ambientais.

Concomitante às ações de patrulhamento e fiscalização, desenvolveram-se Ações de Caráter Cívico-Social (ACISO), com destaque para o atendimento médico e odontológico aos residentes na área de operações, bem como a apresentação de bandas de música militares, atividades lúdicas para as crianças, palestras nas escolas, expedição de documentos do Serviço Militar, entre outras.

#### 3.3.1.10.2 Operação FRONTEIRA SUL I e II

Realizadas ao longo de todo o ano e coordenadas pelo Comando de Operações Terrestres, contando com recursos humanos e materiais do Comando Militar da Sul.

A Operação FRONTEIRA SUL tem a finalidade de intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira e combater os ilícitos transnacionais, conforme preceituam as Leis Complementares nº 97, 117 e 136.

#### 3.3.1.10.3 Operações CADEADO e ATALAIA

Executadas na região Centro-Oeste, foram realizadas ao longo de todo o ano e coordenadas pelo Comando de Operações Terrestres. As Operações contaram com recursos humanos e materiais do Comando Militar do Oeste e suas finalidades foram a de intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira e combater os ilícitos transnacionais, conforme preceituam as Leis Complementares nº 97, 117 e 136.

#### 3.3.1.10.4 Operação PORTEIRA FECHADA

Operação realizada ao longo do ano pelo Comando da Aeronáutica, coordenada pelo Comando de Defesa Aeroespacial Brasileira (COMDABRA), em proveito do policiamento do espaço aéreo em todo o território nacional, com ênfase nas fronteiras setentrional e ocidental do Brasil. Tem como objetivo principal estabelecer procedimentos que possibilitem uma maior eficácia no combate aos tráfegos ilícitos nacionais e transnacionais.

#### 3.3.1.10.5 Operação ÁGATA 4

No período de 2 a 17 de maio, o Ministério da Defesa conduziu a Operação Ágata 4 no Norte do País, numa área que faz divisa com a Venezuela, o Suriname, a Guiana Francesa e a Guiana. O patrulhamento mobilizou mais de 8,6 mil militares e civis com a participação de entidades governamentais, como IBAMA, FUNAI e Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), além de fiscais da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). O levantamento dos setores de inteligência das Forças Armadas resultou na identificação de, pelo menos, dez pistas clandestinas utilizadas para pousos e decolagens em áreas de garimpo.

As Forças Armadas realizaram, também, Ações Cívico-Sociais. Para tal, foi montado numa balsa um Hospital de Campanha (HCAMP) para atender à população ribeirinha no distrito de Moura, a 90 quilômetros de Manaus, e no município de Barcelos, que fica distante 490 quilômetros da capital do Amazonas. O HCAMP foi rebocado por uma embarcação pelo rio Negro e dotado de modernos equipamentos para realização de exames, como raio-X, ultrassom e hemograma. As barracas do HCAMP possuíam instrumentos para atender a população nas seguintes especialidades: Clínica Médica; Dermatologia; Ortopedia; Pediatria; Ginecologia – inclusive com exame preventivo; e Odontologia.

#### 3.3.1.10.6 Operação ÁGATA 5

A Operação Ágata 5, do Ministério da Defesa, foi realizada no período de 6 a 20 de agosto e resultou na prisão de 31 pessoas e apreensão de 6 toneladas de entorpecentes. Em 15 dias de ação, o aparato militar recolheu 182 carros e embarcações numa área de 3,9 mil quilômetros de fronteira com a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Esta edição da Ágata mobilizou 17 mil militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, além de civis, nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na primeira semana, o serviço de inteligência localizou material explosivo em Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

As Forças Armadas realizaram, também, Ações Cívico-Sociais com o objetivo de atender à população carente que reside na área de fronteira. De acordo com o balanço, em duas semanas ocorreram 122 ações desta natureza com 7.617 atendimentos médico-odontológicos e 15.638 atendimentos diversos aos cidadãos como, por exemplo, entrega de medicamentos ou roupas. A parceria entre os Ministérios da Defesa e da Saúde possibilitou, ainda, o atendimento em reservas indígenas.

#### 3.3.1.10.7 Operação ÁGATA 6

A Operação Ágata 6 foi realizada de 9 a 22 de outubro e é parte do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) instituído por Decreto Presidencial. A Operação Ágata 6 patrulhou 4.216 quilômetros, indo de Corumbá (MS) a Mâncio Lima (AC). A Operação Ágata 6 foi marcada pelas apreensões de 3,7 toneladas de drogas, 67 veículos e 201 embarcações dentre as 6.530 embarcações inspecionadas. Desse total, 674 foram notificadas. Em duas semanas de operação militar, aconteceram 35 mil vistorias de veículos e 17 mil revistas de pedestres. Na região, foram feitas inspeções em 132 aeronaves civis e em 88 aeródromos.

Além do aparato militar, a Operação Ágata 6 realizou Ações Cívico-Sociais (ACISOS). Com isso, 19.510 moradores de regiões carentes foram atendidos por médicos e dentistas nas cidades situadas na fronteira. Os cidadãos, também, receberam medicamentos e orientações para seguirem com tratamento em unidades de saúde em locais próximos. Na região de Corumbá e Ladário, no Mato Grosso do Sul, o Navio-Hospitalar Tenente Maximiano atuou no atendimento aos ribeirinhos. Em Cáceres (MT), os militares recuperaram a Escola Estadual Professora Ana Maria das Graças de Souza Noronha e prestaram atendimento na área de saúde nas dependências da Escola Agrotécnica Federal.

#### 3.3.1.10.8 Operação BRACOLPER – Amazônia 2012

Esta operação combinada, realizada com o mesmo enfoque dado às Operações ÁGATA, contou com a participação de tropas dos Exércitos do Brasil, da Colômbia e do Peru com a finalidade de conter os ilícitos transfronteiriços na região da tríplice fronteira.

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 6499 foi inscrito em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 2.767.963,80, não comprometendo o atingimento da Meta Física programada.

#### 3.3.1.11 Ação 2C06 – Participação Brasileira em Missões de Paz

Em 2012, o Brasil atuou com Contingentes em duas Missões específicas da ONU, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

Foram realizadas ao longo do ano diversas atividades com a finalidade de proporcionar o preparo e emprego de contingentes para atuar nestas duas missões, bem como atividades visando à mobilização e desmobilização de contingentes. Dentre os vários eventos planejados e executados, destacaram-se: estágios de preparação com simulação de emprego de tropas em Operações de Paz; seminários e cursos correlatos sobre Operações de Paz, no país e no exterior; atendimento de voos de apoio logístico e de rodízio; e envio de navios de apoio logístico ao Haiti. Essas atividades, além de permitirem a execução das Missões, possibilitaram prosseguir no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da doutrina de emprego de tropas das Forças Armadas em Operações de Paz.

##### 3.3.1.11.1 Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH

O Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas – ONU, mantém, desde 2004, um contingente de militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH, além de participar com um General-de-Brigada desempenhando a função de “Force Commander” do Componente Militar. Atuando, até o presente momento, com 1.910 militares, o contingente brasileiro encontra-se desdobrado no terreno em quatro organizações militares: dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BRABATT 1 e 2); uma Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOPY); e um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (BRAMARCOY).

No ano de 2012, o contingente brasileiro continuou desempenhando sua tarefa de criar condições de um ambiente seguro e estável de forma a permitir a reconstrução das Instituições que fundamentarão o Estado de Direito haitiano. Em decorrência da atuação eficiente do Componente Militar da MINUSTAH, a situação de estabilidade no Haiti atingiu indicadores aceitáveis de segurança. A MINUSTAH permitiu a estabilização político-institucional do Haiti e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico, sendo reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso.

Destacam-se, no ano de 2012, por parte do contingente brasileiro que compõe o Componente Militar da MINUSTAH, a realização das seguintes tarefas: patrulhamento de ruas, localidades e campos de deslocados; escoltas e comboios; ocupação de Pontos Fortes; e a realização de trabalhos de engenharia em favor da mobilidade da tropa. As Forças, sob a coordenação do Ministério da Defesa, contribuíram por meio da realização da substituição dos militares integrantes do Contingente Brasileiro, empregando aeronaves da Força Aérea Brasileira para o transporte de cerca de 5.600 militares em 20 (vinte) voos de rodízio; pela realização de 14 (catorze) voos logísticos para reabastecer o Contingente Brasileiro, transportando diversos materiais de manutenção e reparo de equipamentos, munição (inclusive não-letal), além de outros itens relacionados à manutenção das condições de operacionalidade da tropa; pelo transporte de equipes de manutenção da Marinha e do Exército, visando a melhorar as condições gerais dos equipamentos e armamentos da tropa brasileira, mantendo-os em pleno emprego; e por intermédio de duas viagens de apoio logístico, uma no 1º semestre e outra no 2º semestre, empregando navio da Marinha do Brasil, transportando equipamentos de grande porte e materiais diversos.

Além das ações realizadas em prol da atividade fim do contingente, que é prover segurança, como forma de aliviar e contribuir com a melhoria das condições de vida da população mais carente, as tropas brasileiras desenvolveram, voluntariamente, diversos projetos sociais, tais como: “Esporte para a Paz”; “Quartirão Limpo”, em parceria com a Embaixada Brasileira no Haiti; apadrinhamento de escolas, creches e orfanatos, com doação dos próprios militares; além do fornecimento de água, alimentação e assistência médica.



### 3.3.1.11.2 Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL

O Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas – ONU, a partir do ano de 2011, mantém um contingente de militares da Marinha do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). No ano de 2012, o contingente brasileiro contou com a participação das Fragatas Classe Niterói, F-45 “UNIÃO” e F-43 “LIBERAL”, empregadas no primeiro e segundo semestres de 2012, respectivamente, com um efetivo total de 250 militares da MB por navio, e com o guarnecimento do Comando da Força-Tarefa Marítima, atuando com um Contra-Almirante e mais 12 (doze) militares no seu Estado-Maior.

No Líbano, a situação na área de operações da UNIFIL é de relativa tranquilidade. Contudo, há tensão devido ao entorno regional. Os atentados a bomba na faixa entre Beirut (capital) e Nagoura (sede da UNIFIL), ainda constituem-se como fatores de insegurança. A UNIFIL tem se empenhado em negociar o estabelecimento conjunto de “medidas de segurança marítima” que reduzam as situações de confronto entre Israel e o Líbano, com base em proposta do Comandante da Força-Tarefa Marítima.

A Força-Tarefa Marítima tem como tarefas principais: impedir a entrada ilegal, nos portos do Líbano, de armas e materiais afins; e treinar a Marinha libanesa para que, no futuro, possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais. Esta é a primeira operação de paz de caráter naval que a ONU realiza e a primeira vez que o comando da Força-Tarefa Marítima está a cargo de um país não-membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

### 3.3.1.11.3 Outras Missões de Paz

Além da MINUSTAH e UNIFIL, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil também têm contribuído com 50 militares e 36 policiais militares, respectivamente, em 11 (onze) diferentes missões de paz da ONU e Missões de Desminagem da OEA, onde participam como observadores, integrantes de Estados-Maiores ou grupo de monitores. Eles atuam nos seguintes países/regiões: Sudão do Sul; Abyei; Libéria; Costa do Marfim; Timor Leste; Chipre; Saara Ocidental; Colômbia; Peru e Equador. Para isso, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos.

Com a implementação da participação brasileira na UNIFIL, a necessidade de recursos para despesa com Operações de Paz teve um incremento de R\$ 93.400.000,00 para o ano de 2012. Apesar dessa necessidade ter sido colocada na proposta orçamentário do setor responsável, os recursos solicitados não foram contemplados no Orçamento de 2012 na Ação 2C06 – Participação Brasileira em Operações de Paz. Sendo assim, visando a manter a continuidade das atividades nas duas missões de paz assumidas pelo Brasil junto à ONU, os recursos iniciais de R\$ 236.031.159,00, inicialmente previstos para atender à MINUSTAH, tiveram de atender tanto à MINUSTAH quanto à UNIFIL. Em paralelo, solicitou-se ao MPOG a abertura de crédito adicional para atender às necessidades relativas à UNIFIL, que tomaram forma no PLN 10/2012. Apesar de não constarem no SIOP Restos a Pagar, tendo em vista que os dados de captura são de 11/2012, em consulta ao SIAFI Gerencial, verificou-se a inscrição em Restos a Pagar Não Processados desta Ação no valor de R\$ 105.170.051,71. Neste sentido, cabe comentar que, em virtude da liberação tardia de limites de movimentação, empenho e pagamento do crédito suplementar concedido, os Comandos das Forças, visando a não comprometer a realização da atividade e de forma a alcançar a Meta Física, disponibilizaram itens em estoque nos seus depósitos, já existentes, que poderiam ser utilizados para este tipo de operação, bem como, atrasaram a entrega de alguns equipamentos que serão entregues já com os contingentes em operação no ano de 2013. Esta solução, apesar de não ser a ideal, pois atrasa o recebimento de alguns itens bem como equipamentos e reduz drasticamente os níveis de estoque de itens de reposição, foi a única solução a ser adotada que não compromettesse a Meta Física, considerando que os créditos foram autorizados apenas em 20 de dezembro de 2012 para um contingente da MINUSTAH e um navio da UNIFIL que já estavam operando. Em relação ao preparo dos contingentes, a mesma solução foi implementada e, a partir de 2013, os itens necessários para substituição e serviços necessários serão implementados.

Cabe ressaltar, entretanto, que os recursos provenientes da PLN 10 foram disponibilizados conforme a seguir:

- no dia 03 de dezembro de 2012, foram ampliados os Limites de Movimentação, Empenho e Pagamento para as atividades ligadas a Missões de Paz, pois, conforme planejamento do Ministério da Defesa, várias atividades relativas ao preparo do 17º Contingente Brasileiro poderiam ser comprometidas. Como consequência, ocorreria o atraso no rodízio entre o 16º Contingente, até então empregado no Haiti, e o 17º Contingente, previsto para ser realizado em dezembro de 2012. Como não havia créditos orçamentários disponíveis para a Ação 2C06, os Comandos da Marinha e do Exército receberam ampliação de limites de forma a descontingenciarem Ações cujas finalidades fossem compatíveis com a aplicação em Operações de Paz. O Comando da Aeronáutica recebeu recursos orçamentários e financeiros, no valor de R\$ 9.307.031,06, na Ação 2000, por não possuir, naquele momento, créditos orçamentários contingenciados que pudessem ser utilizados com a referida ampliação de limite.

- no dia 20 de dezembro, foram concedidos os créditos da Ação 2C06, no valor de R\$ 93.400.000,00, sendo repassados, dentro do planejamento, para os Comandos da Marinha e do Exército. Como o Comando da Aeronáutica já havia recebido créditos na Ação 2000, automaticamente, na Ação 2C06 observou-se o registro da disponibilidade de R\$ 9.307.031,06. Em função do momento em que os créditos foram disponibilizados e levando-se em conta que já havia empregado esses recursos por meio de Ações correlatas, o Comando do Exército devolveu à Administração Central do MD os créditos que recebeu, no valor de R\$ 34.295.221,73. Esses dois valores, do Comando da Aeronáutica e do Comando do Exército, totalizaram R\$ 43.602.252,79.

Embora esse valor não tenha sido empregado na Ação 2C06, deve-se considerar que os mesmos foram gastos em outras Ações correlatas das Forças, por ampliação de limites, não comprometendo as atividades planejadas para o ano de 2012.

#### 3.3.1.12 Ação 6515 – Sistema de Informações Logísticas de Defesa

Em 2012, as seguintes atividades foram empreendidas pela Subchefia de Integração Logística:

##### - Desenvolvimento do SIGLMD

O Termo de compromisso nº 23000/12-030/00 assinado entre a Chefia de Logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa e o Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV) da Marinha do Brasil celebrou a prestação de serviços de gerência e de desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa, denominado SIGLMD. Dentre as atividades previstas no Termo está a implementação e teste das funcionalidades do sistema, documentação do processo de desenvolvimento visando posterior manutenção, produção de manuais do sistema e do usuário e o help on line, implantação do sistema desenvolvido e treinamento dos usuários para sua utilização e execução de eventuais correções que se fizerem necessárias, durante o período de garantia.

No ano de 2012, foram levantados e analisados os requisitos do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa e, por ocasião de sua discussão, a equipe de desenvolvimento incluiu ações relativas à mobilização militar. O Sistema passou a ser designado Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD) e os requisitos levantados foram consolidados e aprovados pela CHELOG.

Os documentos relativos ao modelo lógico do Sistema foram elaborados, contendo as sugestões dos demais Setores do MD e das Forças Armadas, e encaminhados para a equipe responsável pelo desenvolvimento do Sistema.

Cabe ressaltar, que os testes iniciais com o módulo de visualização de conjuntos estão previstos para o ano de 2013, com o início da inserção das informações sobre a infraestrutura logística e de mobilização e a intensificação das visitas técnicas à equipe de desenvolvimento do Sistema e do modo de interoperabilidade.

No exercício financeiro de 2012, o ressarcimento dos serviços prestados foi executado pela Subchefia de Integração Logística, por meio de destaque de crédito para o CASNAV no valor correspondente de R\$ 484.394,97.

A Subchefia de Integração Logística também direcionou esforços e desenvolveu inúmeras ações com intuito de promover a Integração Logística entre as Forças singulares. Desta forma, parte dos

recursos da ação foi empregada nas atividades abaixo relacionadas, previstas no Plano de Trabalho Anual da SUBILOG para o exercício financeiro de 2012;

- Realização de Jornadas de Interoperabilidade Logísticas, Seminários, Encontros e Palestras:

a. Jornadas de Interoperabilidade Logística

Foram realizadas 03 (três) Jornadas, sendo a primeira em julho e as demais nos meses de setembro e novembro de 2012. Os objetivos principais destes eventos foram elevar os níveis de cooperação, compartilhar práticas de gestão inovadoras, fortalecer a Interoperabilidade Logística entre os meios das Forças Singulares e propiciar a simplificação da estrutura do apoio logístico. Cabe ressaltar, que cada encontro contou com a participação de cerca de 300 (trezentos) militares e servidores civis.

A I Jornada tratou sobre as funções Logísticas: Manutenção, Salvamento e Engenharia e foi realizada nos dias 26 e 27 de julho de 2012 na cidade de Brasília-DF, sob a coordenação do Estado Maior do Exército;

A II Jornada tratou sobre as funções Logísticas: Recursos Humanos e Saúde e foi realizada nos dias 20 a 21 de setembro de 2012 na cidade do Rio de Janeiro-RJ, sob a coordenação do Estado Maior da Aeronáutica; e

A III Jornada tratou sobre as funções Logísticas: Suprimento e Transporte e foi realizada nos dias 08 e 09 de novembro de 2012 na cidade do Rio de Janeiro- RJ, sob a coordenação do Estado Maior da Marinha.

b. Palestras ministradas pela Subchefia de Integração Logística para Escolas Militares em conformidade com os Pedido de Cooperação de Instrução (PCI) e do Pedido de Cooperação de Ensino (PCE):

- na Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECEME) e na Escola Superior de Guerra (ESG) sobre temas e ações desenvolvidas na área de Logística do Ministério da Defesa, com o objetivo de ampliar a qualificação técnica e doutrinária dos alunos dessas instituições de ensino;

- participação na Aula Magna proferida pelo Ministro da Defesa na Escola de Guerra Naval (EGN);

- participação nas palestras sobre a ativação do Teatro de Operações Terrestres na ECEME e sobre Logística Militar nas Forças Armadas na ESG;

- participação na palestra na ECEME – Sistema Logístico Militar (PCI/2012); e

- participação na abertura do Curso de Logística na Escola Superior de Guerra, no período de 21 a 22 de agosto de 2012.

c. Visita a organizações componentes da Base Industrial de Defesa (Instituições privadas e públicas nacionais)

As visitas realizadas permitiram conhecer o desenvolvimento de tecnologias e projetos que possam ser utilizadas de maneira dual em benefício das áreas militar e civil:

- visita à Empresa LIOTÉCNICA e à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a fim de conhecer bens, serviços, obras ou informações estratégicas de interesse da Defesa;

- participação no evento “Seminário e Rodada de Relacionamentos”, sob coordenação da FIESP – São Paulo, com a apresentação de projetos da Escola Politécnica da USP, nas áreas Naval, Espacial, Aeronáutica e Cibernética para inovação de produtos de defesa;

- participação nas atividades do Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD) na FIESP;

- visita à Indústria de Alimentos CELLIER, à Subdiretoria de Abastecimento e ao Centro Logístico da Aeronáutica, todos em São Paulo; e

- visita ao Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo, para conhecer os aspectos logísticos do Programa Nuclear da Marinha e às empresas Helibrás e IMBEL, em Itajubá-MG, para conhecer o processo de integração logística do helicóptero EC-725 e o processo de produção do Fuzil IA-2, todos relacionados com o interesse da Defesa.

d. Participação em Feiras Internacionais de Defesa e visita a instalações logísticas no exterior, com representação de militares da SUBILOG em Comissões do Ministério da Defesa

Ocorreram as seguintes participações:

- na Feira Internacional DEFEXPO-ÍNDIA (7ª Feira de Exposição de Materiais de Defesa na Índia), e no Ciclo de Conferências ocorridos no período de 25 de março a 04 de abril de 2012;
- na “International Land and Airland Defence and Security Exhibition – Eurosatory 2012 (Feira de Exposição de Materiais de Segurança e Defesa), no período de 09 a 17 de junho de 2012, realizada na França;
- na Reunião de Cooperação das Indústrias de Defesa do Brasil e Turquia, no período de 07 a 09 de maio de 2012, com a finalidade de prestar apoio à Comitativa do Ministério da Defesa da Turquia em visita às empresas EMBRAER e MECTRON na cidade de São Paulo-SP;
- no Intercâmbio e Cooperação Internacional Militar e de Defesa – Conselho de Defesa Sul-Americano, no período de 23 a 25 de agosto de 2012 no Chile; e
- na Conferência Internacional sobre Logística de Defesa, denominada “Defense Logistics – 2012”, nos EUA, no período de 1 a 7 de dezembro de 2012.

e. Participação em Exercícios / Adestramentos / Operações Conjuntas

A Chefia de Logística participou dos seguintes eventos:

- Planejamento Logístico de diversas operações com definições dos levantamentos das carências logísticas dos meios existentes, no assessoramento do planejamento dos grupos de trabalho e acompanhamento da execução dos exercícios terrestres, na área do Comando da 5ª Região Militar, na cidade de Curitiba/PR, no período de 10 a 13 de abril de 2012;
- 1º RPA (Planejamento da Simulação do Comando de Operação Amazônia) – Manaus, no período de 08 a 13 de julho de 2012;
- 2º RPA (Planejamento e Simulação de Comando e Operação Amazônia), na cidade de Manaus, no período de 18 a 24 de agosto de 2012; e
- como Observador Logístico, nas atividades da Operação Atlântico III, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 22 a 29 de novembro de 2012.

f. Visita aos Órgãos de Logística das Forças

- visita à Base de Abastecimento da Marinha, para participar de reunião sobre a nova Sistemática de Abastecimento da Marinha, no Rio de Janeiro - RJ.

g. Grupos de Trabalhos - Subcomissões no âmbito da Comissão de Logística Militar (COMLOG)

Em 2012, por meio da Portaria 822/MD, de 26/03/2012 e da Portaria nº 1119/MD de 25/04/2012, foram instituídas um total de 16 (dezesseis) Subcomissões, com o propósito de coordenação das atividades conjuntas de Programas e Projetos comuns das Forças Armadas.

Ao longo do ano, essas Subcomissões elaboraram trabalhos com o fim de coordenar e propor medidas de modernização, quer pela aquisição e desenvolvimento conjunto de tecnologias de Defesa, quer pela elaboração de projetos de implantação de unidades militares compartilhadas; ou propondo adequação das doutrinas de emprego conjuntas à realidade global. Um dos resultados destes trabalhos foi à elaboração de diversos Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC).

Cabe ressaltar, que alguns destes ROC já foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) e outros estão em processo de avaliação. Estas atividades visam a elevar os níveis de cooperação e de interoperabilidade logística entre as Forças Singulares.

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 6515 foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 47.997,79, não comprometendo o atingimento da Meta Física programada.

### 3.3.1.13 Ação 6557 – Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão

Em 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 6557:

- realização de 5 (cinco) Reuniões de Coordenação do Comitê Gestor do Projeto Soldado-Cidadão;
- e
- viagem do Comitê Gestor para acompanhamento das atividades do Projeto Soldado-Cidadão, nas cidades de: Recife-PE; Belém-PA; Campo Grande-MS; Cuiabá-MT; São Paulo-SP; Santa Maria-RS; Santana do Livramento-RS e Natal-RN.

Ao final do exercício, verificou-se que a previsão inicial de qualificar profissionalmente 14.273 militares foi ultrapassada, alcançando 14.659 qualificados, atingindo o percentual de execução de 102,70%. Por sua vez, as dotações orçamentárias previstas na LOA/2012 foram autorizadas integralmente, o que permitiu superar a meta estabelecida em termos de qualificação profissional de jovens.

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 6557 foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 3.551.690,71, não comprometendo o atingimento da Meta Física planejada.

### 3.3.1.14 Ação 2D55 - Intercâmbio e Cooperação Internacional Militar e na área de Defesa

Em 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 2D55:

- manutenção da Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa e da Representação Permanente do Brasil junto à Conferência de Desarmamento / ONU, em Genebra; participação do Grupo de Trabalho da Lei de Acesso à Informação (GT LAI), realizado no âmbito do Ministério da Defesa, para apoiar a Casa Civil na elaboração do Decreto regulamentador da Lei de Acesso à Informação; realização de 2 (dois) Conselhos Consultivos do Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE), na cidade de Brasília – DF; organização, planejamento e execução do V Fórum de Inteligência e Segurança Hemisférica (V FISH), realizado em Brasília – DF; participação em Seminários, Cursos e Congressos com a finalidade de atualizar e especializar os seus Quadros, obtendo conhecimentos para subsidiar ações estratégicas do Ministério da Defesa; realização de viagens de estudo e reuniões de intercâmbios com Forças Armadas de países amigos a fim de incrementar o relacionamento e a cooperação internacional; realização de palestras e de atividades de ensino nas Escolas de Altos Estudos Militares das Forças Armadas; e elaboração da Avaliação da Conjuntura Nacional e Internacional, fornecendo subsídios às demais Chefias do Estado-Maior Conjunto para a condução de suas atividades; apoio às comitivas do Ministério da Defesa em missão / visita aos seguintes países: Suécia, Uruguai, Suriname, Haiti, Itália, Chile, França, Colômbia, Suíça, Turquia, Índia, Bolívia, Venezuela, Marrocos, Guiana, Líbano, Cabo Verde, Malta e Rússia; apoio às comitivas, em missão / visita ao Brasil, dos seguintes países: Argentina, Angola, Colômbia, China, Coreia, Chile, Cabo Verde, Equador, Estados Unidos da América, França, Honduras, Itália, Índia, Indonésia, Namíbia, Nigéria, Peru, Reino Unido, Quênia, Suriname e Suécia; participação e / ou realização em Reuniões Bilaterais ou em Grupos de Trabalho com os seguintes países: Angola, Alemanha, Argentina, Chile, Colômbia, Canadá, Espanha, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, Indonésia, Reino Unido, França, Peru, Portugal, República Theca, Turquia e Servia; participação e / ou realização de palestras, reuniões, seminários e conferências no Brasil e no exterior; realização de Estágios para Adidos Estrangeiros acreditados no Brasil; realização de Estágios de Adidos Militares de Defesa Brasileiros; participação em Reuniões do Conselho de Defesa Sul-Americano; participação em Reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP; manutenção e / ou visita técnica às Aditâncias do Brasil nos seguintes países: Estados Unidos da América e Uruguai; e participação nas Operações AMAZONAS, ATLÂNTICO III e ÁGATAS 4, 5 e 6.

### 3.3.1.15 Ação 14M2 – Emprego das Forças Armadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio +20

A participação do Ministério da Defesa na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio +20 limitou-se à realização da segurança fora do local da Conferência, segundo orientação das Nações Unidas, com o emprego temporário das

Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem, promovendo, junto com os órgãos estaduais e municipais, a defesa terrestre, marítima e portuária e o controle do espaço aéreo e das instalações aeroportuárias, em consonância com a Diretriz Ministerial nº 3/2012, de 13 de fevereiro de 2012, do Ministro da Defesa.

Os recursos orçamentários foram empregados nos seguintes eixos de atuação, no atendimento aos custos da missão específica determinada pela Diretriz Ministerial supracitada a cada Força Singular: Defesa Cibernética; Defesa Química, Biológica e Nuclear; Inteligência; Contraterrorismo; Comando e Controle; Concessionárias de Serviços Públicos; Apoio Médico-Hospitalar; Diárias e Passagens; Emprego da Tropa; Emprego de Helicópteros; Defesa Aeroespacial; Segurança de Autoridades; e Defesa de Área Marítima.

Foi firmado, também, um convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para aquisição de material permanente para a execução de ações em proveito da segurança da Conferência Rio +20, a cargo daquele governo, em apoio ao emprego das Forças Armadas, sob a coordenação do Ministério da Defesa. Esses recursos foram destinados à Secretaria de Defesa Civil/RJ.

Com recursos concedidos pelo Decreto de 18 de janeiro de 2012, ao final do exercício de 2012, a execução financeira da Ação foi a seguinte:

<b>LOA+CRÉDITO</b>	<b>LIMITES AUTORIZADOS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>PERCENTUAL DE EXECUÇÃO</b>
157.110.000,00	100.589.186,89	93.059.065,82	92,25%

Fonte: SIAFI Gerencial / 19 Jan 2013 e SIGA Brasil / Janeiro 2013.

### 3.3.1.16 20G3 – Cooperação em Ações de Defesa Civil

A participação do Ministério da Defesa em atividades ligadas a esta Ação Orçamentária é devido à necessidade da existência de um aparato logístico para atuar no auxílio imediato à população atingida e na recomposição provisória da infraestrutura comprometida em casos de desastres naturais.

Em reuniões conduzidas pela Casa Civil/PR, foi debatida uma série de aspectos operacionais relacionados com a iminente possibilidade de ocorrências de desastres naturais nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

O Ministério da Defesa, com base nos estudos e necessidades apresentadas pelas Forças Armadas, trabalhou na elaboração do Plano Estratégico de Emprego das Forças Armadas em Casos de Desastres sempre em cooperação com ações desencadeadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC. Empregou os recursos da Medida Provisória nº 553, de 21 de dezembro de 2011, com os saldos não utilizados em 2011 e reabertos pelo Decreto de 4 de janeiro de 2012, no montante de R\$ 32.924.557,00. Este trabalho resultou em um Plano Logístico no qual foi estabelecido um total de 7 (sete) módulos, compostos por diversos itens, agrupados por atividades finalísticas, a saber: Apoio à Saúde, Apoio Aéreo, Comunicações, Engenharia, Salvamento, Sustentação e DQBRN (Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear).

Foram utilizados, também, os recursos da Medida Provisória nº 569, de 14 de maio de 2012, no valor de R\$ 9.945.982,00, no ressarcimento do emprego das Forças Armadas pelo apoio prestado à Defesa Civil por ocasião das enchentes nos Estados de Roraima, em 2011, e no Acre, em 2012.

Ao final do exercício de 2012, a execução financeira da Ação foi a seguinte:

<b>LOA+CRÉDITO</b>	<b>LIMITES AUTORIZADOS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>PERCENTUAL DE EXECUÇÃO</b>
82.924.557,00	42.924.557,00	34.003.330,15	79,22%

Fonte: SIAFI Gerencial / 10 Fev 2013 e SIGA Brasil / Janeiro 2013

### 3.3.1.17 Ação 2000 – Administração da Unidade: Fundo de Rações Operacionais / FRO

O Fundo de Rações Operacionais – FRO é custeado com recursos orçamentários do Fundo do Ministério da Defesa – UO 52901, juntamente com outras atividades. Assim, é destinado parte dos recursos desse Fundo para as atividades previstas para o FRO que, dependendo da prioridade e necessidades, podem ser cumpridas em sua totalidade ou não.

Desta forma, o FRO desenvolveu as seguintes atividades em 2012:

- visitas técnicas a empresas ligadas ao manuseio e conservação de alimentos; capacitação de recursos humanos em segurança alimentar; participação em Seminários; aquisição de teste piloto da Ração Coletiva Operativa; e aquisição de material para cozinha da Base Aérea dos Afonsos.

Ao final do exercício de 2012, a execução financeira da Ação foi a seguinte:

<b>CRÉDITO PREVISTO</b>	<b>CRÉDITO CONCEDIDO</b>	<b>DESPESA EMPENHADA</b>
253.754,00	343.408,68	343.408,68

### 3.4 Indicadores de Desempenho e Gestão

#### 3.4.1 Indicadores de Desempenho

##### 3.4.1.1 Indicador de Eficiência:

##### 3.4.1.1.1 Índice de aplicação dos recursos do EMCFA, por Ação Orçamentária - IARA

<b>IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO</b>	
<b>Identificação do Processo:</b>	Aplicação de recursos (Todas as Ações).
<b>Identificador de: Eficiência</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos do EMCFA, por Ação Orçamentária.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IARA.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos de cada Setor do EMCFA, por Ação Orçamentária.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE, CHELOG, CPE e Coordenadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas).	<b>IARA = (Montante de recursos empenhados por Ação, no período/ recursos autorizados por Ação, no período)*100.</b>
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SIAFI Gerencial ou SIOP.
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – APOG/EMCFA

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ações	Recursos Autorizados	Recursos Liquidados	<b>IARA (%)</b>
1489	3.533.696,00	2.025.316,08	<b>57,31</b>
2385	14.126.333,00	12.237.820,12	<b>86,63</b>
4222	1.978.000,00	416.762,70	<b>21,07</b>
5132	7.070.499,00	15.680,75	<b>00,22</b>
5134	970.166,73	610.528,91	<b>62,93</b>
2872	8.154.783,00	4.674.952,12	<b>57,37</b>
4427	133.000,00	126.296,60	<b>94,96</b>
5136	112.000,00	75.103,63	<b>67,06</b>
2866	267.703,65	154.566,61	<b>57,74</b>

Ações	Recursos Autorizados	Recursos Liquidados	IARA (%)
4229	23.829.488,54	16.705.111,24	<b>70,01</b>
6499	5.921.570,97	3.028.431,75	<b>51,14</b>
2C06	329.431.159,00	177.071.574,36	<b>53,75</b>
6515	933.906,00	875.503,31	<b>93,75</b>
6557	11.783.312,00	7.928.083,53	<b>67,28</b>
2D55	4.129.000,00	3.696.328,19	<b>89,52</b>

Fonte: SIAFI; SIOP; e Siga Brasil (Senado Federal)

Observação: Cabe ressaltar que o item 3.3.1 Análise Crítica das Ações aborda as atividades realizadas e analisa o atingimento das Metas Físicas e Financeiras. As informações a esse respeito poderão ser obtidas, também, no SIOP.

### 3.4.1.2 Indicadores de Eficácia:

#### 3.4.1.2.1 Índice de Operação Conjunta - IOC

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (Ação 4229).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Operação Conjunta.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IOC.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução do emprego conjunto das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IOC = (Operações Conjuntas realizadas/ Operações Conjuntas previstas)*100.</b>
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Operações (SC-3).
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Subchefia de Operações (SC-3).

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Ação	Op Cj Previstas	Op Cj Realizadas	IOC (%)
4229	2	2	<b>100,00</b>
Observação	As Operações Conjuntas AMAZÔNIA e ATLÂNTICO III foram realizadas conforme planejado. A avaliação da doutrina de emprego conjunto, visando ao seu aperfeiçoamento, foi realizada conforme esperado. Os objetivos previstos foram atingidos.		



### 3.4.1.2.2 Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas - IBR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Cooperação militar internacional (Ação 4229).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IBR.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução das Reuniões Bilaterais
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE, CPE e Coordenadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IBR = (Reuniões Bilaterais realizadas/ Reuniões Bilaterais previstas)*100.</b>
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Reuniões Previstas	Reuniões Realizadas	<b>IBR (%)</b>
4229	23	24	<b>104,34</b>

### 3.4.1.2.3 Índice de Operação de Intensificação da Presença das Forças Armadas na Área de Fronteira –IPF

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (Ação 6499).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Intensificação da Presença das Forças Armadas na Área de Fronteira
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IPF
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a presença das Forças Armadas na vigilância, controle e defesa das fronteiras terrestres, aérea e fluviais brasileiras, conforme preconizado na Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de	<b>IPF = (Op Pres FA Área de Fronteira</b>

medida correlacionadas)	<b>realizadas/ Op Pres FA Área de Fronteira previstas)*100.</b>
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Operações (SC-3)
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Subchefia de Operações (SC-3)

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Op Pres FA A Front Previstas	Op Pres FA A Front Realizadas	IPF (%)
6499	3	3	<b>100,00</b>
Observação	As Operações CURARE (Norte), PORTEIRA FECHADA (Oeste) e ÁGATA (realizada em três edições e que cobriram toda a fronteira do País) foram realizadas conforme planejado. Todos os objetivos previstos foram atingidos.		

#### 3.4.1.2.4 Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas - IAALR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (Ação 2C06).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IAALR.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução de atividades de apoio para a MINUSTAH.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IAALR = (Número de atividades de apoio logístico realizadas/ Número atividades de apoio logístico previstas) * 100.</b> Obs: Exemplos de atividades de apoio: voos de manutenção e de ressuprimento, viagens de navios de apoio logístico etc.
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os	Subchefia de Logística Operacional

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
dados.)	
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Subchefia de Logística Operacional

- Atividades de Apoio Logístico realizadas:

a. Coordenação do Rodízio – atividade realizada visando à coordenação dos voos de rodízio em apoio aos contingentes substituto e substituído (02 planejados/ 02 realizados);

b. Coordenação da Viagem de Manutenção – coordenar a realização da viagem de manutenção de forma a permitir o levantamento das necessidades e otimização na realização dos reparos necessários nos equipamentos dos contingentes brasileiros (04 planejadas/ 04 realizadas);

c. Acompanhar as Inspeções de Prontidão Operacional – inspeções realizadas pela ONU e acompanhadas pelo MD com a finalidade de verificar o percentual de reembolso devido ao país contribuinte de tropa (04 planejadas/ 05 realizadas);

d. Voos de Reconhecimento – viagens de reconhecimento que militares do contingente substituto realiza visando verificar a situação atual na área de operações e realizar contato com os militares que se encontram na missão (04 planejados/ 04 realizados);

e. Voos de Manutenção – viagens voltadas para a manutenção de equipamentos dos contingentes brasileiros empregados. Cabe ressaltar que a disponibilidade dos equipamentos influencia diretamente o reembolso que o Brasil receberá da ONU (06 planejados/ 06 realizados);

f. Voos de Rodízio – transporte de pessoal voltado para o rodízio de tropa na MINUSTAH (20 planejados/ 20 realizados);

g. Viagem de Avaliação – viagem com a finalidade de avaliar os diversos fatores logísticos e operacionais envolvidos na missão de forma a verificar o correto emprego dos recursos destinados à fase de emprego da tropa (02 planejadas/ 02 realizadas);

h. Voos Logísticos – viagens voltadas para o reabastecimento de itens necessários na área de operações (15 planejados/ 14 realizados);

i. Navio de Apoio Logístico – viagem realizada por navios de apoio logístico com a finalidade de abastecer, transportar ou repatriar equipamentos dos contingentes brasileiros (02 planejadas/ 02 realizadas); e

j. Instalação do SISCOMIS nos navios brasileiros da UNIFIL – preparação dos navios designados para participarem da FTM-UNIFIL (02 planejadas/ 02 realizadas).

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Atv Ap Previstas	Atv Ap Realizadas	IAALR (%)
2C06	59	60	101%

#### 3.4.1.2.5 Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas - IAAPR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (2C06).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IAAPR.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da realização de atividades voltadas para a preparação dos contingentes da MINUSTAH.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em	Anual.

que o indicador será Aplicado)	
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IAAPR = (Número de atividades de apoio realizadas/ número de atividades de apoio previstas)*100.</b> Obs: Exemplos de atividades de apoio à preparação: estágio de preparação de Cmt e EM, Exercício Avançado de Operações de Paz, etc.
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Logística Operacional.
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Subchefia de Logística Operacional.

- Atividades de Apoio à Preparação realizadas:

a. Exercício Básico de Operações de Paz – primeiro exercício com todo Contingente visando à preparação para a missão e a verificação do correto emprego dos recursos destinados à fase de emprego da tropa (04 planejados/ 04 realizados);

b. Exercício Avançado de Operação de Paz – exercício que visa à última verificação operacional do contingente a ser enviado e a verificação do correto emprego dos recursos destinados à fase de emprego da tropa (04 planejados/ 04 realizados);

c. Palestra de Operações de Paz no CCOPAB – palestras da SC-4 no CCOPAB visando à preparação do contingente (04 planejadas/ 05 realizadas);

d. Reunião de Comando e Estado-Maior – reunião realizada no MD que abre o círculo de atividades de preparação para os Contingentes Brasileiros empregados em Operações de Paz (03 planejadas/ 03 realizadas);

e. Cursos de Operações de Paz – cursos que visam o aperfeiçoamento e preparação de militares para o desempenho de atividades voltadas para a condução e administração de operações de Paz (02 planejados/ 02 realizados);

f. Participação em Seminários de Operações de Paz – participação de militares em seminários voltados para o debate e fomento de discussões sobre questões atuais voltadas para as operações de paz (02 planejados/ 02 realizados); e

g. Reuniões de Coordenação para o Apoio Logístico – reuniões voltadas para a coordenação e levantamento das necessidades de embarque em voos e navios de apoio logístico para os contingentes brasileiros (14 planejadas/ 14 realizadas).

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Ativ Ap Prep Prev	Ativ Ap Prep Realiz	IAAPR (%)
2C06	33	34	<b>103,00</b>

### 3.4.1.2.6 Índice de Atividades de Inteligência Tecnológica – IAIT

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Operacional (Ação 4222).

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificador de:</b>	Eficácia
<b>Nome:</b> (Nome do indicador).	Índice de Atividades de Inteligência Tecnológica (Sensoriamento Remoto, Imagens, Sinais, Meteorologia, Cartografia, Tecnologia da Informação e Criptografia).
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IAIT
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir).	Avaliar a realização das ações de Inteligência Tecnológica.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados).	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado).	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas).	<p><b>IAIT = Média Aritmética ponderada do percentual realizado das seguintes atividades:</b>  <math>[A(*3)+B+C(*2)+D(*2)+E(*4)+F(*2)+G]/15</math>  Exemplos de atividades:  Aquisição de imagens orbitais ou de aerolevantamentos; análise e processamento de produtos obtidos por Sensoriamento Remoto e trabalhos de georreferenciamento - km<sup>2</sup>; análise e processamento de sinais eletromagnéticos, de dados meteorológicos e cartográficos, de aspectos ligados à Tecnologia da Informação e Criptografia e operação e manutenção de um banco de dados e de uma rede de compartilhamento – ao mês; visitas de suporte e assistência técnica à rede de compartilhamento de dados - Visita Técnica; ações de aquisição e/ou desenvolvimento de softwares específicos – <i>software</i>; manutenção, ampliação e modernização da capacidade de tratamento ou processamento dos dados e conhecimentos - Força Singular apoiada e EMCFA; capacitação especializada de pessoal - n° cursos; e promoção/participação de/em eventos de incentivo ao intercâmbio e à atualização de conhecimentos técnico-científicos especializados; etc - n° de eventos.</p>
<b>Avaliação:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– 90% a 100% - excelente;</li> <li>– 80% a 89,99% - muito bom;</li> <li>– 70% a 79,99% - bom;</li> <li>– 50% a 69,99 - regular; e</li> <li>– abaixo de 49,99% - insuficiente.</li> </ul>
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas).	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados).	Assessoria de Inteligência Operacional - AIOp
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo / medição:</b>	Assessoria de Inteligência Operacional - AIOp

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades		Planejamento (a)	Peso (b)	Realizado (c)	Percentual Realizado (c/a)*100
<b>A</b>	Aquisição de imagens orbitais ou de aerolevantamentos, análise e processamento de produtos obtidos por Sensoriamento Remoto e trabalhos de georreferenciamento - km <sup>2</sup> .	100.000	3	70.000	<b>70,00</b>
<b>B</b>	Análise e processamento de sinais eletromagnéticos, de dados meteorológicos e cartográficos, de aspectos ligados à Tecnologia da Informação e Criptografia e operação e manutenção de um banco de dados e de uma rede de compartilhamento – ao mês	12	1	12	<b>100,00</b>
<b>C</b>	Visitas de suporte e assistência técnica à rede de compartilhamento de dados - Visita Técnica.	21	2	15	<b>71,00</b>
<b>D</b>	Ações de aquisição e / ou desenvolvimento de <i>softwares</i> específicos - <i>softwar</i> .	2	2	2	<b>100,00</b>
<b>E</b>	Manutenção, ampliação e modernização da capacidade de tratamento ou processamento dos dados e conhecimentos - Força apoiada e EMCFA.	21	4	15	<b>71,00</b>
<b>F</b>	Capacitação especializada de pessoal - n° cursos.	5	2	2	<b>40,00</b>
<b>G</b>	Promoção/participação de/em eventos de incentivo ao intercâmbio e à atualização de conhecimentos técnico - científicos especializados; etc - n° de eventos.	12	1	6	<b>50,00</b>
				<b>IAIT(%)</b> =	<b>70,00</b>

Observação: o indicador IAIT atingiu os 70% em face do contingenciamento inicial e aquisição de imagens durante toda a vigência dos contratos.

3.4.1.2.7 Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – IASISMC<sup>2</sup>

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	SISMC <sup>2</sup> (Ação 1489).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – SISMC <sup>2</sup> .
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IASISMC <sup>2</sup>
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de implementação e ampliação do SISMC <sup>2</sup> .
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IASISMC<sup>2</sup> = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.</b> Exemplos de atividades: - modernização de meios e sistemas dos Centros de Comando e Controle; integração dos Centros de Comando e Controle; suporte instrucional, doutrinário e operacional de Comando e Controle às Operações Combinadas, Força de Paz e às Atividades Subsidiárias; e capacitação de recursos humanos.
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Plano Anual de Trabalho, Contratos de Objetivos, Pedidos de Cooperação e número de execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Comando e Controle
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Subchefia de Comando e Controle

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividade	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Modernização do Centro de Operações Conjuntas.	1	1	100,00
2. Operação integrada dos Centros de Comando e Controle Permanentes (MD-MB, MD-EB e MD-FAB)	1	1	100,00
3. Apoio de Comando e Controle às Operações de Adestramento Conjuntos	2	2	100,00
4. Suporte de Comando e Controle às Operações de Força de Paz (Haiti e Líbano).	2	2	100,00
5. Operações Interagências (Ágata)	3	3	100,00
5. Adestramento de C <sup>2</sup> visando operações militares para pessoal do MD e Forças Singulares.	5	5	100,00
7. Disseminação da Doutrina Militar de C <sup>2</sup> .	5	5	100,00
<b>Somatório dos percentuais das atividades realizadas</b>			<b>700,00</b>
<b>Número de atividades previstas</b>			<b>7</b>
<b>IASISMC<sup>2</sup> (%)</b>		<b>100,00%</b>	

#### 3.4.1.2.8 Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – IASISCOMIS

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	SISCOMIS (Ações 2385 e 5132).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IASISCOMIS
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de manutenção e ampliação do SISCOMIS.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IASISCOMIS = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.</b> Exemplos de atividades: - fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais, terrestres e de manutenção da rede do SISCOMIS; aquisição de terminais transportáveis visando à ampliação da rede de banda X do SISCOMIS; aquisição de sobressalentes, instrumentos de testes e modernização da rede com substituição de equipamentos obsoletos; capacitação de recursos humanos etc.
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Telemática – SC1.3
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Seção de Telemática – SC1.3

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais.	2	2	100,00
2. Fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces terrestres.	7	7	100,00
3. Fiscalização dos contratos de manutenção dos equipamentos.	1	1	100,00
4. Instalação de estação central de Banda Ku.	1	0	0
5. Instalação da Rede Wimax	1	0	0
6. Instalação do Centro de Gerenciamento	1	0	0



<b>Atividades</b>	<b>Planejados</b>	<b>Realizados</b>	<b>% (R/P)*100</b>
7. Aquisição de Estação Móvel Naval em Banda X	1	1	100,00
8. Aquisição de Estação Móvel Naval em Banda Ku	1	1	100,00
9. Aquisição de Sistema DAMA para Banda Ku	1	1	100,00
10. Aquisição de sobressalentes para Banda X	20	20	100,00
11. Distribuição de sobressalente	10	10	100,00
12. Recebimento Técnico de Estações em Banda X	31	31	100,00
13. Distribuição de Estações em Banda X	31	31	100,00
<b>Somatório dos percentuais das atividades realizadas</b>			<b>1000,00</b>
<b>Número de atividades previstas</b>			<b>13</b>
<b>IASISCOMIS (%)</b>		<b>72,92%</b>	

#### 3.4.1.2.9 Índice de Atividades do Sistema Tático de Enlace de Dados – IASISTED

<b>IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO</b>	
<b>Identificação do Processo:</b>	SISTED (Ação 5134).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema Tático de Enlace de Dados.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IASISTED
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações do SISTED.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IASISTED = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.</b> Exemplos de atividades: - conclusão da Arquitetura; aprovação da arquitetura; capacitação de pessoal; modernização e manutenção dos laboratórios; contratação de recursos humanos; confecção de projetos básicos etc.
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da SC1
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria da SC1

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Desenvolvimento do projeto.	6	4	66,67
2. Capacitação de recursos humanos.	4	1	25,00
3. Manutenção dos Laboratórios.	4	4	100,00
4. Modernização dos laboratórios.	3	2	66,67
5. Contratação de recursos humanos.	10	7	70,00
6. Confeção de projeto(s) básico(s) relativo(s) às integrações entre os sistemas táticos das Forças.	1	0	0,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			328,34
Número de atividades previstas			6
IASISTED (%)		<b>54,72%</b>	

#### 3.4.1.2.10 Índice de Atividades de Mobilização para Defesa Nacional – IAMDN

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Mobilização para Defesa Nacional (Ações 4427 e 5136).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Mobilização para Defesa Nacional.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IAMDN.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades da Mobilização para Defesa Nacional.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e Coordenadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IAMDN = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.</b>
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da Seção de Mobilização.
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Assessoria da Seção de Mobilização.

- Resultado da Avaliação no Exercício

<b>Atividades</b>	<b>Planejados</b>	<b>Realizados</b>	<b>% (R/P)*100</b>
1. Exercícios de Mobilização Nacional.	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>25,00</b>
2. Atualização da Doutrina Básica de Mobilização Nacional	<b>100%</b>	<b>60%</b>	<b>60,00</b>
3. Viagem de Estudo ao exterior	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>100,00</b>
4. Palestras nas Escolas de Altos Estudos Militares e de Aperfeiçoamento	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>100,00</b>
5. Painel de Mobilização Nacional	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>100,00</b>
6. Palestras na Escola Superior de Guerra (ESG) para o curso de Logística e Mobilização Nacionais (CLMN)	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>100,00</b>
7. Estudo de Caso e palestra de subsistemas do SINAMOB para o CLMN	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>100,00</b>
8. Reuniões da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>66,67</b>
9. Reunião do Plenário do Comitê do SINAMOB	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
10. IV Seminário de Mobilização Militar	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>100,00</b>
11. Implantação do SINAMOB	<b>4%</b>	<b>1%</b>	<b>25,00</b>
<b>Somatório dos percentuais das atividades realizadas</b>			<b>776,67</b>
<b>Número de atividades previstas</b>			<b>11</b>
<b>IAMDN (%)</b>		<b>70,61</b>	

Observação: O planejamento e realização das atividades 2 e 11 foram expressas em percentuais.

3.4.1.2.11 Índice de Atividades do Sistema de Informações Logísticas de Defesa – IASILD

<b>IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO</b>	
<b>Identificação do Processo:</b>	Sistema de Informações Logísticas de Defesa (Ação 6515).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Informações Logísticas de Defesa.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IASILD
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades do Sistema de Informações Logísticas de Defesa.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e Coordenador de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IASILD = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.</b>

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Integração Logística
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	Subchefia de Integração Logística

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1- Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa: a) definições de requisitos e levantamentos iniciais; b) definição do modelo de desenvolvimento; c) início do projeto físico de desenvolvimento; e d) elaboração do protótipo do módulo de suprimento do SIGLMD.	4	4	100%
2- Realização de Jornadas de Interoperabilidade Logísticas, Seminários, Encontros e Palestras.	7	7	100,00
3-Visita a organizações componentes da Base Industrial de Defesa (Instituições privadas e públicas nacionais).	4	4	100,00
4- Participação em Feiras Internacionais de Defesa e visita a instalações logísticas no exterior, com representação de militares da SUBILOG em Comissões do Ministério da Defesa.	5	5	100,00
5- Participação em Exercícios/ Adestramentos / Operações Conjuntas.	4	4	100,00
6-Visita aos Órgãos de Logística das Forças.	4	4	100,00
7- Grupos de Trabalhos - Subcomissões no âmbito da Comissão de Logística Militar (COMLOG).	16	16	100,00
<b>Somatório dos percentuais das atividades realizadas</b>			<b>700,00</b>
<b>Número de atividades previstas</b>			<b>7</b>
<b>IASILD (%)</b>		<b>100,00%</b>	

3.4.1.2.12 Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado-Cidadão - IAPSC

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Projeto Soldado-Cidadão (Ação 6557).
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado-Cidadão.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IAPSC
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado-Cidadão.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e Coordenadores de Ação.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IAPSC = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades de Acompanhamento e Coordenação.</b>
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da Seção do Serviço Militar
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo / medição</b>	Assessoria da Seção do Serviço Militar

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Acompanhamento da execução do Projeto (visitas a OM hospedeiras e instituições de ensino)	5	6	120,00
2. Reuniões de Coordenação do Comitê Gestor	6	6	100,00
3. Cerimônia de entrega do Prêmio Melhor Gestão do Projeto Soldado-Cidadão	1	1	100,00
4. Simpósio sobre o Projeto Soldado-Cidadão	1	0	0,00
<b>Somatório dos percentuais das atividades realizadas</b>			<b>320,00</b>
<b>Número de atividades previstas</b>			<b>4</b>
<b>IAPSC (%)</b>		<b>80,00%</b>	

3.4.1.3 Indicador de Efetividade:

3.4.1.3.1 Índice de Efetividade Físico/Financeira do EMCFA – IEFEMCFA

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Gestão global do emprego dos recursos orçamentários /

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
	financeiros e atingimento das Metas Físicas do EMCFA.
<b>Identificador de: Efetividade</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Efetividade do EMCFA.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IEEMCFA.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de atendimento ao seu objetivo principal: desenvolver atividades visando ao emprego das Forças Armadas.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE, CHELOG, CPE
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<b>IEM = Média Aritmética ponderada dos seguintes indicadores:</b> $[IOC(*3)+IBR+IPF(*2)+IAALR(*2)+IAAPR(*2)+IAIT+IASISMC^2+IASISCOMIS+IASISTED+IAMDN+IASILD+IAPSC]/17$
<b>Avaliação</b>	70% a 100% - satisfatório. Abaixo de 70% - insatisfatório.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Indicadores de eficácia da CAE, CHELOG e CPE.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Coordenadorias de Ação.
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual
<b>Área responsável pelo cálculo / medição</b>	APOG/EMCFA.

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Índice	Valor	Peso	Pontuação	IEM (%)
IOC	100,00	3	300,00	<b>91,78</b>
IBR	104,34	1	104,34	
IPF	100,00	2	200,00	
IAALR	101,00	2	202,00	
IAAPR	103,00	2	206,00	
IAIT	70,00	1	70,00	
IASISMC <sup>2</sup>	100,00	1	100,00	
IASISCOMIS	72,92	1	72,92	
IASISTED	54,72	1	54,72	
IAMDN	70,61	1	70,61	
IASILD	100,00	1	100,00	
IAPSC	80,00	1	80,00	

#### 3.4.1.3.2 Índice de Efetividade Qualitativa do EMCFA – IEQEMCFA

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO
--

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	Gestão global das atividades desenvolvidas pelo EMCFA apontando acertos, falhas, situações críticas e outras visando à possibilitar a ratificação, retificação ou adequação do processo de emprego e preparo, se for o caso, das Forças Armadas.
<b>Identificador de: Efetividade</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Efetividade Qualitativa do EMCFA.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IEQEMCFA.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de atendimento ao seu objetivo principal: Manutenção do nível de adestramento das Forças Armadas compatível com a necessidade de emprego para prover a Defesa Nacional de nosso País.
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	Ministro da Defesa, CEMCFA, CAE, CHELOG, CPE
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
<b>Avaliação</b>	Menções em relação ao <b>ESPERADO:</b> <b>A-</b> Muito acima; <b>B-</b> Acima ; <b>C-</b> Dentro; <b>D-</b> Abaixo; e <b>E-</b> Muito abaixo.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Preenchimento de uma Ficha de Avaliação onde constam as atividades desenvolvidas pelas Chefias do EMCFA. Após o seu preenchimento, a Ficha receberá uma classificação sigilosa em conformidade com o Inciso I, do art. 25, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Chefias do EMCFA
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual
<b>Área responsável pelo cálculo / medição</b>	APOG/EMCFA.

A Ficha de Avaliação contém informações a respeito das atividades desenvolvidas pelo EMCFA, por intermédio de suas Chefias, onde busca uma comparação entre Situação Ideal X Situação Real com a finalidade de se obter um quadro mais próximo da realidade com relação à infraestrutura existente / disponível de pessoal, material, meios militares e recursos orçamentários para o emprego das Forças Armadas na Defesa Nacional do nosso País.

As análises do desempenho quanto à qualidade e produtividade alcançadas estão lançadas, também, em relatórios específicos produzidos ao final de cada atividade desenvolvida. Nesses relatórios constam informações a respeito dos acertos, erros, atingimento de metas, restrições, aprendizado, dentre outros fatores considerados importantes quando da avaliação do cumprimento dos objetivos traçados para cada evento.

Por conter dados sobre o nível de adestramento, mobilização, disponibilidade de meios militares, logística, capacitação de recursos humanos e outros considerados vitais para a determinação das condições de emprego das Forças Armadas, a Ficha de Avaliação, após preenchida, receberá uma classificação sigilosa, instituída pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em conformidade com o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, observando para isso: o inciso I, do art. 25; o art. 26; o inciso II, do art. 27; o art. 28; e o art. 30. Sendo assim, terão acesso a essas

informações, todas as pessoas com credencial de segurança para manusear documentos com a classificação sigilosa definida para a Ficha em questão.

Este Indicador de Desempenho está em fase de implantação e poderá sofrer alterações ou atualização dos seus itens, ao longo do exercício de 2013.

#### 4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

##### 4.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada,					X



tempestiva, atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica:</b> Por ser UJ agregada à SEORI, a atividade de controle interno no EMCFA é do tipo administrativo primário. Neste contexto, o EMCFA realiza uma análise técnica no sentido de avaliar se os recursos alocados em cada ação orçamentária, estão sendo distribuídos para as três Forças Armadas em consonância com a finalidade da respectiva ação e com a correspondente natureza da despesa. Para os casos de execução de recursos relativos a diárias e passagens com o pessoal do EMCFA, é também verificado a correção dos parâmetros pertinentes (valores, locais, números de pessoas, duração das missões) antes do recurso ser executado. Desta forma, o quadro acima foi preenchido considerando os quesitos assinalados para a atividade de um controle interno administrativo primário.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

## 5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

A UJ possui suas Ações inseridas nos seguintes Programas do PPA: 2057 – Política Externa; 2058 – Política Nacional de Defesa e 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, porém não é a gerenciadora e nem a responsável por eles.

Com relação às informações financeiras do Quadro Metas do Exercício vinculadas aos Objetivos, Metas, Iniciativas e Ações Orçamentárias vinculadas aos Programas Temáticos, os valores tomados como referência são os Limites Autorizados (Prevista) e Despesas Empenhadas (Realizada) das Ações Orçamentárias diretamente ligadas às atividades que propiciaram o atingimento delas.

#### 5.1.1 Informações sobre Objetivos vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO 1 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0534					
Descrição	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adiestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.					
Programa	2058 – Política de Defesa Nacional					
Órgão Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.514.384	397.538.210	338.791.778	212.111.226	3.119.157	126.680.552	208.992.068
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Apoiar o aprestamento de uma	unidade	1	1	329.431.159	282.241.626

	brigada, para atuar em missões de paz e ações humanitárias.					
2	Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED).	% de implantação	2	1	970.167	737.488
3	Atingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS).	% de implantação	3	3	7.070.499	7.091.198
4	Atingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas.	% de implantação	3	2	3.533.696	3.525.590
5	Realizar 62 operações de presença na faixa de fronteira.	unidade	3	26	6.621.409	6.496.233
6	Realizar cinco exercícios de simulação de combate.	unidade	1	1	356.674	356.674
7	Realizar oito operações conjuntas, a título de adestramento, com as Forças Armadas.	unidade	2	2	22.643.910	22.288.660
8	Realizar quatro operações multinacionais com as Forças Armadas estrangeiras.	unidade	1	0	129.067	129.067

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

**Observação:**

- Com relação ao item 5, os recursos para a consecução da Meta são provenientes das Ações 4229 e 6499, conforme descrito nos subitens nº 3.3.1.9 e 3.3.1.10, respectivamente, deste Relatório de Gestão. Houve, ainda, uma ampliação de Limites para Movimentação, Empenho e Pagamento, da ordem de R\$ 41 milhões, aos Comandos das Forças Armadas para custear despesas com as Operações ÁGATAS 4, 5 e 6; e

- Com relação aos itens 6,7 e 8, os recursos para a consecução das Metas são provenientes da Ação 4229, conforme descrito nos subitens nº 3.3.1.9, deste Relatório de Gestão;

**QUADRO 2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ**

<b>Identificação do Objetivo</b>						
Código	0547					
Descrição	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Programa	2058 – Política de Defesa Nacional					
Órgão Responsável	Ministério da Defesa					
<b>Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.488.095	21.488.095	19.796.061	13.679.939	245.317	6.116.122	
<b>Metas do Exercício</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório.	unidade	1.650.000	2.146.231	8.154.783	7.152.571
2	Implantar 24% do sistema nacional de mobilização.	% de implantação	4	1,00	42.041	41.807
3	Concluir a implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar, em 2014.	% de implantação	-	6,00	133.000	128.449
4	Realizar 12 exercícios de mobilização para a defesa nacional.	unidade	4	1		
5	Realizar quatro exercícios conjuntos de mobilização de recursos logísticos e de recursos	unidade	4	1		

	humanos					
6	Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD).	% de implantação	-	20	1.003.865	993.460
7	Realizar, a cada biênio, pelo menos um exercício logístico sobre o emprego das Forças Armadas em casos de desastres.	unidade	-	0,50		

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

Observação:

- Com relação aos itens 3, 4 e 5, os recursos para a consecução das Metas são provenientes da Ação 4427, conforme descrito no subitem nº 3.3.1.6, deste Relatório de Gestão;
- Com relação aos itens 8 e 9, os recursos para a consecução da Meta são provenientes das Ações 5136 e 6515, conforme descrito nos subitens nº 3.3.1.7 e 3.3.1.12, respectivamente, deste Relatório de Gestão;
- e
- Com relação ao item 10, os recursos para a consecução da Meta são provenientes, também, da Ação 6515, conforme descrito no subitem nº 3.3.1.12, deste Relatório de Gestão.

QUADRO 3 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0554					
Descrição	Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.					
Programa	2058 – Política de Defesa Nacional					
Órgão Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.129.000	4.129.000	4.095.684	3.696.328	0	399.356	3.696.328
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de Defesa.	-	-	-	4.129.000	4.095.684
2	Realizar 32 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras	unidade	10	10		

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

Observação:

- Com relação aos itens 1 e 2, os recursos para a consecução das Metas são provenientes da Ação 2D55, conforme descrito no subitem nº 3.3.1.14, deste Relatório de Gestão.

QUADRO 4 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0502					
Descrição	Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.					
Programa	2058 – Política de Defesa Nacional					
Órgão Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Profissionalização de 100.000 jovens pelo Programa "Soldado Cidadão"	unidade	14.273	14.659	11.783.312	11.479.774
---	--	---------	--------	--------	------------	------------

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

Observação: este Objetivo contém, apenas, a Meta acima de responsabilidade do EMCFA

#### 5.1.2 Informações sobre Iniciativas vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

De acordo com a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (PPA 2012/2015), Meta é atributo de Objetivo e não de Iniciativa. Dessa forma, os Quadros abaixo não apresentam Metas do Exercício para a Iniciativa.

As informações a respeito das atividades desenvolvidas pelas Ações Orçamentárias ligadas às Iniciativas estão descritas no item 3.3.1 Análise Crítica das Ações, deste Relatório de Gestão.

QUADRO 1 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	020I					
Descrição	Implantação e integração dos centros de comando e controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas					
Objetivo	0534 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.533.696	3.533.696	3.525.590	2.025.216	69.927	1.500.274	1.955.389
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 2 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	020J					
Descrição	Implantação e operação do sistema de comunicações militares					
Objetivo	0534 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
22.211.266	22.211.266	21.901.881	12.864.030	0	9.037.851	12.864.030
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	020L					
Descrição	Intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira					
Objetivo	0534 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					

<b>Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.560.082	7.126.090	5.796.395	3.028.432	64.762	2.767.964	2.963.670
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 4 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
Código	020M					
Descrição	Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto					
Objetivo	0534 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.500.000	2.500.000	1.852.047	416.763	0	1.435.284	416.763
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 5 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
Código	020P					
Descrição	Participação em operações militares com Forças Armadas de outros países					
Objetivo	0534 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 6 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
Código	020R					
Descrição	Realização de exercícios militares conjuntos					
Objetivo	0534 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
29.678.181	32.645.999	23.474.238	16.705.111	560.763	6.769.127	16.144.348
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física		Meta Financeira	

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 7 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	0237					
Descrição	Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas					
Objetivo	0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.154.783	8.154.783	7.152.571	4.674.952	110.041	2.477.619	4.564.911
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 8 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	023A					
Descrição	Implantação do SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos planos de mobilização					
Objetivo	0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
350.000	350.000	240.214	201.400	3.437	38.814	197.963
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 9 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	023B					
Descrição	Implantação do Sistema de Controle de Aerolevanteamento (SisCAer)					
Objetivo	0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 10 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	023C						
Descrição	Implantação do Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM)						
Objetivo	0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 11 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UI

Identificação da Iniciativa							
Código	023D						
Descrição	Implantação e gestão do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa (SIGLD)						
Objetivo	0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.200.000	1.200.000	923.501	875.503	5.030	47.998	870.473	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
(*)	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 12 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UI

Identificação da Iniciativa							
Código	0240						
Descrição	Aperfeiçoamento do sistema de inteligência de defesa						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 13 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UI

Identificação da Iniciativa	
Código	0243
Descrição	Atendimento aos compromissos com organismos internacionais nas áreas militar e de defesa
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar,

	para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 14 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Iniciativa</b>							
Código	0245						
Descrição	Consolidação de mecanismo para ajuda recíproca em caso de desastres						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 15 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Iniciativa</b>							
Código	0248						
Descrição	Cooperação internacional na área de defesa						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 16 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Iniciativa</b>							
Código	0249						
Descrição	Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
4.129.000	4.129.000	4.095.684	3.696.328	0	399.356	3.696.328	
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>							
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física		Meta Financeira		



		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 17 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	024D						
Descrição	Intercâmbio de cultura doutrinária militar com integrantes de Forças Armadas estrangeiras						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 18 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	024G						
Descrição	Participação nos foros internacionais que tratam de temas relacionados à área militar e à defesa						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 19 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	024O						
Descrição	Realização de reuniões bilaterais com países estrangeiros						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 20 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	01QY
Descrição	Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar
Objetivo	0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e

	apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.783.312	11.783.312	11.479.774	7.928.084	126.809	3.551.691	7.801.275
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

#### QUADRO 21 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Iniciativa</b>						
Código	03RH					
Descrição	Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz					
Objetivo	0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
236.031.159	329.431.159	282.241.626	177.071.574	2.423.706	105.170.052	174.647.869
<b>Metas do Exercício Para a Iniciativa</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

#### 5.1.3 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

##### QUADRO 1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	1489					
Descrição	Implantação de Centros de Operações Conjuntas					
Iniciativa	020I - Implantação e integração dos centros de comando e controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas					
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.533.696	3.533.696	3.525.590	2.025.216	69.927	1.500.274	1.955.389
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Centro implantado	% de execução física	3	2	3.533.696	3.525.590

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

##### QUADRO 2 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2385					
Descrição	Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - SISCOMIS					
Iniciativa	020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares					
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					

Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
14.126.333	14.126.333	14.073.194	12.237.820	0	1.835.374	12.237.820
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema mantido	unidade	1	1	14.126.333	14.073.194

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

#### QUADRO 3 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	4222					
Descrição	Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência					
Iniciativa	020M - Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto					
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.500.000	2.500.000	1.852.047	416.763	0	1.435.284	416.763
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema mantido	unidade	1	1	1.978.000	1.852.047

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

#### QUADRO 4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	5132					
Descrição	Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - SISCOVIS					
Iniciativa	020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares					
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.070.499	7.070.499	7.091.198	15.681	0	7.075.518	15.681
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	3	0	7.070.499	7.091.198

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

#### QUADRO 5 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	5134					
Descrição	Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras					
Iniciativa	020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares					
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.014.434	1.014.434	737.488	610.529	0	126.959	610.529
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	2	2	970.1667	737.488

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		4427				
Descrição		Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional				
Iniciativa		023A - Implantação do SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos planos de mobilização				
Unidade Responsável		Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA				
Unidade Orçamentária		52101 – Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
190.000	190.000	128.449	126.297	3.437	2.152	122.859
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Exercício realizado	unidade	4	1	133.000	128.449

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 7 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		5136				
Descrição		Implantação do Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB				
Iniciativa		023A - Implantação do SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos planos de mobilização				
Unidade Responsável		Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA				
Unidade Orçamentária		52101 – Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
160.000	160.000	111.766	75.104	0	36.662	75.104
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	4	1	112.000	111.766

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 8 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		4229				
Descrição		Operações Militares Combinadas ou Conjuntas				
Iniciativa		020R - Realização de exercícios militares conjuntos				
Unidade Responsável		Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA				
Unidade Orçamentária		52101 – Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
29.678.181	32.645.999	23.474.238	16.705.111	560.763	6.769.127	16.144.348
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Operação realizada	unidade	16	16	23.829.488	23.474.238

QUADRO 9 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	6499					
Descrição	Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira					
Iniciativa	020L - Intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira					
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.560.082	7.216.090	5.796.395	3.028.432	64.762	2.767.964	2.963.670
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ação realizada	unidade	3	3	5.921.571	5.796.395

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 10 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2C06					
Descrição	Participação Brasileira em Missões de Paz					
Iniciativa	03RH - Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz					
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
236.031.159	329.431.159	282.241.626	177.071.574	2.423.706	105.170.052	174.647.869
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Missão realizada	unidade	2	2	329.431.159	282.241.626

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 11 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	6515					
Descrição	Sistema de Informações Logísticas de Defesa					
Iniciativa	023D - Implantação e gestão do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa (SIGLD)					
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.200.000	1.200.000	923.501	875.503	5.030	47.998	870.473
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema mantido	unidade	1	1	933.906	923.501

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 12 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
-----------------------	--	--	--	--	--	--

Código	6557						
Descrição	Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão						
Iniciativa	01QY - Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar						
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa						
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
11.783.312	11.783.312	11.479.774	7.928.084	126.809	3.551.691	7.801.275	
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Militar habilitado	unidade	14.273	14.659	11.783.312	11.479.774	

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

#### QUADRO 13 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Ação</b>							
Código	2D55						
Descrição	Intercâmbio e Cooperação Internacional Militar e na Área de Defesa						
Iniciativa	0249 - Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira						
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa						
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
4.129.000	4.129.000	4.095.684	3.696.328	0	399.356	3.696.328	
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Missão apoiada	unidade	10	10	4.129.000	4.095.684	

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

#### 5.1.4 Informações sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

##### QUADRO 1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Ação</b>							
Código	2866						
Descrição	Ações de Caráter Sigiloso						
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa						
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
298.528	298.528	249.138	154.567	0	94.572	154.567	
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Não possui Meta Física	-	-	-	267.703	249.138	

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

## 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

O Departamento de Administração Interna, por intermédio de sua Divisão de Recursos Humanos, é o responsável pelo controle e informações a respeito dos Servidores Cívicos e Militares que trabalham na Administração Central do Ministério da Defesa – UO 52101.

Neste item, serão apresentadas as informações atinentes aos Servidores Civis e Militares que exercem função no Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), uma vez que vários Servidores que ocupam cargo no EMCFA exercem função em outras Secretarias da Administração Central do Ministério da Defesa e vice-versa.

Desta forma, serão preenchidos os quadros, no que couber, que tratam da Força de Trabalho, Cargos em Comissão, Faixa Etária, Escolaridade, Estagiários e Servidores Terceirizados, com situação apurada em 31 de dezembro de 2012.

## 6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

### 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação	
	Autorizada	Efetiva
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>		<b>11</b>
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		<b>11</b>
1.2.1. Servidores de Carreira vinculada ao Órgão		5
1.2.2. Servidores requisitados de outros Órgãos e Esferas		6
<b>2. Militares da Ativa</b>		<b>222</b>
<b>3. Militares da Reserva</b>		<b>17</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3+4+5)</b>		<b>250</b>

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

### 6.1.2 Quantificação da Força de Trabalho

QUADRO 2 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação	
	Autorizada	Efetiva
<b>1. Cargos em comissão</b>		<b>48</b>
1.1. Cargos Natureza Especial		1
1.2.1. Servidores de Carreira vinculada ao Órgão		16
1.2.2. Servidores de outros Órgãos e Esferas		6
1.2.3. Sem vínculo		7
1.2.4. Aposentados		18
<b>2. Funções gratificadas</b>		<b>6</b>
2.1. Servidores de Carreira vinculada ao Órgão		6
<b>3. Total de servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>		<b>54</b>

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

### 6.1.2.1 Quantificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Idade

QUADRO 3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>		<b>1</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	
1.1. Servidores de Carreira		1	10	6	
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>23</b>	<b>7</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial					1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	5	4	22	6
2.3. Funções Gratificadas				1	
<b>3. Militares da Ativa</b>	<b>31</b>	<b>50</b>	<b>102</b>	<b>44</b>	<b>3</b>
<b>4. Militares da Reserva</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>5</b>
<b>5. Totais (1+2+3+4)</b>	<b>32</b>	<b>57</b>	<b>118</b>	<b>82</b>	<b>15</b>

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

6.1.2.2 Quantificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade  
 QUADRO 4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA  
 EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>				2	15	1	2		
1.1. Servidores de Carreira				2	15	1	2		
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>					18	13	3	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial									1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					16	11	3	2	
2.3. Funções Gratificadas					2	2			
<b>3. Militares da Ativa</b>			1	1	83	53	14	62	16
<b>4. Militares da Reserva</b>					2	2	1	10	2
<b>5. Totais (1+2+3+4)</b>			1	3	118	69	20	74	19

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 5 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no final do exercício		
	2012	2011	2010
Auxiliar Administrativo	9		
<b>Análise crítica da situação da terceirização no órgão</b>			
Sem comentários			

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

6.2.2 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
<b>1. Nível Superior</b>	4	5	7	10
1.1 Área Fim	1	2	3	6
1.2 Área Meio	3	3	4	4
<b>2. Nível Médio</b>	3	3	4	4
2.1 Área Fim			1	1
2.2 Área Meio	3	3	3	3
<b>3. Total (1+2)</b>	7	8	11	14

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

**7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO**

Esta avaliação está direcionada à Gestão de TI diretamente voltada às atividades finalísticas da UJ.

A avaliação da Gestão de TI voltada para as atividades meio estão inseridas no Relatório de Gestão – Exercício 2011 da UG 110404 – Departamento de Administração Interna / Ministério da Defesa (DEADI/MD), a qual centraliza as atividades meio de TI no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.



Os itens 1 e 4 do Quadro 1, abaixo, por tratarem sobre assuntos ligados ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI, não foram preenchidos por serem de responsabilidade da Divisão de Tecnologia da Informação, vinculada ao DEADI/MD.

### 7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO 1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
<input type="checkbox"/>	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	

## 8. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 8.1 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do Exercício

QUADRO 1 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Coordenação e Organização Institucional					41109
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 021.180/2010-5 e 033.434/2010-7	Nº 360/2012 – TCU - PLENÁRIO	9.2	Recomendação	Aviso nº 167 – Seses – TCU – Plenário, de 15 Fev 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA					41110
Descrição da Deliberação					
<p>9.2 Recomendar ao Ministério da Defesa que:</p> <p>9.2.1. elabore, em articulação com o Departamento de Polícia Federal, projeto de capacitação visando à preparação e ao treinamento dos Comandos Militares localizados na região de fronteira para que possam atuar de forma mais efetiva nas ações de combate ao tráfico de drogas, especialmente em razão das inovações oriundas das Leis Complementares 117/2004 e 136/2010; e</p> <p>9.2.2. ultime as negociações para viabilizar a participação das Forças Armadas no Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado – Cicon, previsto no art. 5º, § 2º, inciso VII, do Decreto 7.179/2010 como ação estruturante do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA					41110
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>O EMCFA, por intermédio de sua Subchefia de Operações/Chefia de Preparo e Emprego, ao tomar conhecimento das Recomendações em lide, emitiu o PARECER nº 010(OSTENSIVO) – SC-3.2/CHOC/EMCFA-MD, de 18 de maio de 2012, encaminhando-o à Consultoria Jurídica (CONJUR) deste Ministério, em 25 de maio de 2012, para análise e manifestação acerca dos aspectos jurídicos relativos ao Parecer em questão. Em 12 de setembro de 2012, a CONJUR emitiu o PARECER nº 513/2012/CONJUR-MD/CGU/AGU, solicitando novas informações a respeito das atividades desenvolvidas pelas Forças Armadas no combate aos ilícitos na faixa de fronteira e outros dados pertinentes com o intuito de complementar a resposta ao TCU (Parecer nº 010 acima). Em atenção ao Parecer da CONJUR, foram solicitados aos Comandos das Forças Armadas e, também, às Secretarias da Administração Central do Ministério da Defesa pareceres com a finalidade de subsidiar novo parecer ou complementar o Parecer já emitido pelo EMCFA. Novo PARECER do EMCFA encontra-se em fase de análise e aprovação para posterior apreciação final do Chefe do EMCFA e remessa ao TCU.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>Como é um assunto que foge ao emprego normal das Forças Armadas, é necessário que se tome todas as providências no campo jurídico para que se possa verificar a possibilidade ou não de atendimento à Recomendação do TCU. Devem ser analisadas, também, possíveis implicações na formação e adestramento da tropa assim como a existência de uma infraestrutura adequada ao cumprimento desse tipo de missão.</p>					

## 9. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 9.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em face da conjuntura orçamentária vigente, continuará a adotar medidas administrativas pertinentes à racionalização de atividades, na busca de soluções mais eficientes, criativas e econômicas, visando à consecução de suas metas institucionais com a máxima redução no custeio.

Para o exercício de 2012, foi criado o Índice de Efetividade Qualitativa do EMCFA – IEQEMCFA, possibilitando uma melhor avaliação qualitativa das atividades desenvolvidas, apontando acertos,

falhas, situações críticas e outras visando à ratificação, retificação ou adequação do processo de emprego e preparo, se for o caso, das Forças Armadas.

## **10. RESULTADOS E CONCLUSÕES**

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas atingiu satisfatoriamente os objetivos previstos para o exercício de 2012. O planejamento das atividades foi adequado à realidade orçamentária, o que exigiu cortes, redução da amplitude e dos meios militares empregados nos eventos previstos.

Os principais exercícios de adestramento, Operação AMAZÔNIA e Operação ATLÂNTICO III, para o emprego conjunto das Forças Armadas atingiram seus objetivos no que se referem ao adestramento do pessoal, aplicação da Doutrina das Operações Conjuntas e avaliação do sistema logístico no Teatro de Operações, entre outros aspectos.

No campo da Mobilização e do Serviço Militar, o EMCFA prosseguiu no desenvolvimento do Sistema de Informações Logísticas de Defesa ampliando sua abrangência para atender à Mobilização Nacional, difundiu uma mentalidade de responsabilidade de alto nível para a implantação do Sistema de Mobilização Nacional, inclusive com reuniões entre os agentes dos Órgãos que integram o SINAMOB e continuou com a formação profissional proporcionada pelo Projeto Soldado-Cidadão.

Com relação aos assuntos ligados à Política e à Inteligência Estratégicas e aos Assuntos Internacionais, as atividades que mais se destacaram foram: a atualização da Política de Defesa Nacional; a execução do V Fórum de Inteligência e Segurança Hemisférica (V FISH), realizado em Brasília – DF; a participação em Reuniões do Conselho de Defesa Sul-Americano; a participação em Reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP; e a continuidade dos trabalhos junto às Missões de Paz no Haiti – MINUSTAH e no Líbano - UNIFIL, sob a égide da ONU.

Cabe ressaltar, ainda, o emprego das Forças Armadas na segurança, coordenada com os Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, por ocasião da realização da Conferência Rio +20 e na elaboração do Plano Estratégico de Emprego das Forças Armadas em Casos de Desastres sempre em cooperação com ações desencadeadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC, trabalho que resultou em um Plano Logístico, voltado às Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, no qual foi estabelecido um total de 7 (sete) módulos, compostos por diversos itens, agrupados por atividades finalísticas, a saber: Apoio à Saúde, Apoio Aéreo, Comunicações, Engenharia, Salvamento, Sustentação e DQBRN (Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear).

O planejamento para o ano de 2013 foi elaborado de forma a permitir a adequação imediata à disponibilidade orçamentária e financeira.

Brasília – DF, abril/2013.

**Gen Ex JOSÉ CARLOS DE NARDI**  
Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO – SEPESD**

## Relatório de Gestão Exercício - 2012

**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da DN nº 124/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Brasília-DF / 2013

## SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	6
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	6
- INTRODUÇÃO.....	6
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	7
1.3 Organograma Funcional.....	9
1.3.1 Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação.....	9
1.3.2 Departamento de Saúde e Assistência Social .....	9
1.3.3 Comissão Desportiva Militar do Brasil .....	10
1.3.4 Hospital das Forças Armadas – HFA .....	10
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	10
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	10
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	10
2.2 Estratégias da Atuação frente aos objetivos estratégicos.....	13
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	14
2.3.1 Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon.....	14
2.3.2 Ação 20IG – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte.....	15
2.3.3 Ação 2000 – Administração da Unidade.....	15
2.4 Indicadores .....	16
2.4.1 Índice de Aplicação dos recursos da Ação Orçamentária 8425 – IARA8425.....	16
2.4.2 Índice de Concretização da Meta Física da Ação Orçamentária 8425 – ICMF8425.....	16
2.4.3 Indicador de Efetividade.....	17
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	17
3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	17
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	19
4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de responsabilidade da UJ.....	19
4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de responsabilidade da UJ.....	21
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	22
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos .....	22
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	22
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	22
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	23
- RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	23

## LISTA DE QUADROS

1- Quadro A.1.1 - Identificação DA UJ – Relatório de Gestão INDIVIDUAL.....	6
2- Organograma Funcional da UJ.....	9
3- Quadro das Ações da UJ.....	11
4- Quadro Índice de aplicação dos recursos da Ação Orçamentária 8425 - IARA8425.....	16
5- Quadro Índice de Concretização da Meta Física da Ação 8425 – ICMF8425.....	16
6- Quadro Resultados da Avaliação do Programa no Exercício.....	17
7- Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	17
8- Quadro A.4.4 1 Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ.....	19
9- Quadro A.4.4 2 Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ.....	21
10- Quadro A.4.6 Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	22
11- Quadro A.6.1 Força de Trabalho da UJ- Situação apurada em 31/12/2012.....	22

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

### 1. ABREVIATURAS

- Art: artigo(s)
- Dec: Decreto

### 2. SIGLAS

- ACISO: Ação Cívico Social
- CASF: Comissão de Assistência Social das Forças Armadas
- CDA : Comissão Desportiva da Aeronáutica
- CDE: Comissão Desportiva do Exército
- CDM: Comissão Desportiva da Marinha
- CDMB: Comissão Desportiva Militar do Brasil
- Ciset: Secretaria de Controle Interno
- CISM: Conselho Internacional do Esporte Militar
- COPRECOs: Comitê de Prevenção e Controle Das DST/AIDS nas Forças Armadas
- CPIEM: Comissão Permanente de Interação de Estudos Militares
- CPLP: Comunidade dos Pais de Língua Portuguesa
- CPSSME: Comissão dos Serviços de Saúde das Forças Armadas
- DEORF: Departamento de Orçamento e Finanças
- DEPEC: Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação
- DESAS: Departamento de Saúde e Assistência Social
- DIVAS: Divisão de Assistência Social
- EB: Exército Brasileiro
- ENABED: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa
- EPEDM: Encontro Pedagógico do Ensino Médio Militar
- EPESM: Encontro Pedagógico do Ensino Superior Militar
- ESG: Escola Superior de Guerra
- FAB: Força Aérea Brasileira
- FASMI: Fórum de Assistencial Social do Ministério da Defesa
- HFA: Hospital das Forças Armadas
- IES: Instituição de Ensino Superior
- LAC: América Latina e Caribe
- LDO: Lei de Diretrizes Orçamentária
- LOA: Lei Orçamentária Anual
- MB: Marinha do Brasil
- MD: Ministério da Defesa
- MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
- ME: Ministério dos Esportes
- PROFESP: Programa Forças no Esporte
- SEORI: Secretaria de Coordenação e Organização Institucional
- SEPESD: Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
- SIAFI: Sistema de Administração Financeira
- SIOP: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
- SIOrg: Sistema de informações Organizacionais do Governo Federal
- TCU: Tribunal de Contas da União
- UJ: Unidade Jurisdicionada



# 1. IDENTIFICAÇÃO

## 1.1 Identificação Relatório de Gestão Individual

### QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa		Código SIORG: 041066	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Número de Ordem:			
Denominação Completa: Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto			
Denominação Abreviada: SEPESD			
Código SIORG: 41109		Código na LOA: Ñ tem	Código SIAFI: 110277
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público - Administração Direta		CNPJ: Ñ Tem	
Principal Atividade: Administração e Gestão das Atividades de Defesa Nacional			Código CNAE: Ñ tem
Telefones/Fax de Contato:	(061) 2023-5130	(061) 2023-5153	(061) 2023-5150
E-mail: <a href="mailto:sepesd@defesa.gov.br">sepesd@defesa.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco "O" Anexo I – Brasília – 70.052-900 – DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 (DOU nº 224, de 24 de novembro de 2010).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007 (DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2007).			
- Portaria Normativa nº 142, de 25 de janeiro de 2008 (DOU nº 19 de 28 de janeiro de 2008).			
- Decisão Normativa – TCU nº 117, de 19 de outubro de 2011.			
- Decisão Normativa – TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012			
- Portaria – TCU nº 150 de 03 de julho de 2012			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
xxx			
* Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
* Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
* Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

**\* A UJ SEPESD não realiza a Execução Financeira, esta execução é realizada pelo Departamento de Administração Interna do MD, Código SIAFI 110404.**

## - INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão aborda o desempenho das atividades inseridas no Plano Plurianual 2012-2015 e contidas nos Programas 2058 – Política Nacional de Defesa e 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, através das Ações 20IG – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte, 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon. Foi incluída neste Relatório, ainda, a Ação 2000 – Administração da Unidade, do Programa 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, no ano de 2012, apesar dos Programas não serem gerenciados por esta Secretaria. Estão destacadas as principais atividades desenvolvidas por intermédio de cada Ação e de acordo com os registros constantes no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

Desta forma, não se aplicam a SEPESD as informações referentes aos seguintes itens do Anexo

II, Parte “A” da DN 119 TCU/2012: Os campos assinalados com (\*) no Quadro Identificação da UJ; 3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão: Subitens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5; 4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira, subitem: 4.1, 4.1.1, 4.1.2 4.1.3, 4.1.5 e 4.2; 5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira; 6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados, Subitem: 6.1.2, 6.1.3, 6.1.4, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.2; 7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário; 8. Gestão da Tecnologia da Informação; 9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental; e 11. Informações Contábeis.

O item do Anexo II, Parte “A” da DN 119 TCU/2012, que se aplica à UJ mas não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2012, é o seguinte: 1.5 Macroprocessos de Apoio; 10. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.

Dentre as realizações e conquistas da SEPESD no exercício de 2012, podemos destacar o seguinte:

A Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD) continuou contribuindo para a política de inclusão social do Governo, pela execução do Programa Forças no Esporte, desenvolvido desde 2003.

No ano de 2012, o programa manteve a representação em cerca de 12.000 crianças e adolescentes, em área de vulnerabilidade social, acolhidas por 85 Organizações Militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, distribuídas em 24 Estados da Federação, que contaram com todo o tipo de material esportivo e camisetas e agasalhos esportivos.

Por meio da Comissão Desportiva Militar Brasileira, no ano de 2012, realizou várias competições Esportivas, como Campeonatos Mundiais (através do CISM), e Campeonatos Nacionais, que contaram com a participação de atletas militares do Esporte de Alto Rendimento, propiciando a manutenção e preparação destes atletas, inclusive visando à participação nos próximos Jogos Olímpicos 2016.

Pelo Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação, através do desenvolvimento da Ação do Projeto Rondon, pode proporcionar a aproximadamente 2000 Universitários, a capacitação da transmissão de conhecimentos e melhoria de condições de vida a população residente em várias regiões carentes do nosso País.

Pelo Departamento de Saúde e Assistência Social, a SEPESD pode promover palestras motivacionais para sensibilização de líderes, para alunos das escolas militares nos três níveis educacionais (de formação, de aperfeiçoamento e de comando (pós-graduação) militares); planejar e realizar “Cursos de Capacitação de Educadores de Pares”, anualmente, em parcela dos 12 Eixos Estratégicos nas diversas Regiões do Brasil, cumprindo planejamento específico estabelecido no “Programa de Prevenção e Controle das DST/AIDS das Forças Armadas”, envolvendo instrumentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como permitir a participação de militares da área de saúde em congressos e reuniões de relevância, quer no ambiente nacional quer no internacional, sendo importante ressaltar que, no caso de eventos no exterior, representou o Brasil em Encontros e Congressos onde a medicina militar brasileira tem assento nos conselhos deliberativos, como por exemplo, na Comissão de Saúde Militar da CPLP e, também, no importante Comitê Internacional de Medicina Militar (CIMM), onde o Brasil integra como sócio fundador desde 1921.

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD), órgão de assessoramento do Ministro da Defesa, como estatuída no Decreto 7.364 de 23 de novembro de 2010, têm as atribuições de formulação e atualização da Política de Pessoal Civil, Estratégia de Saúde e Assistência Social, propor diretrizes gerais de orientação de Ensino e propor diretrizes gerais e instruções complementares para as atividades relativas ao Esporte Militar, nos seus aspectos comuns às Forças Armadas.

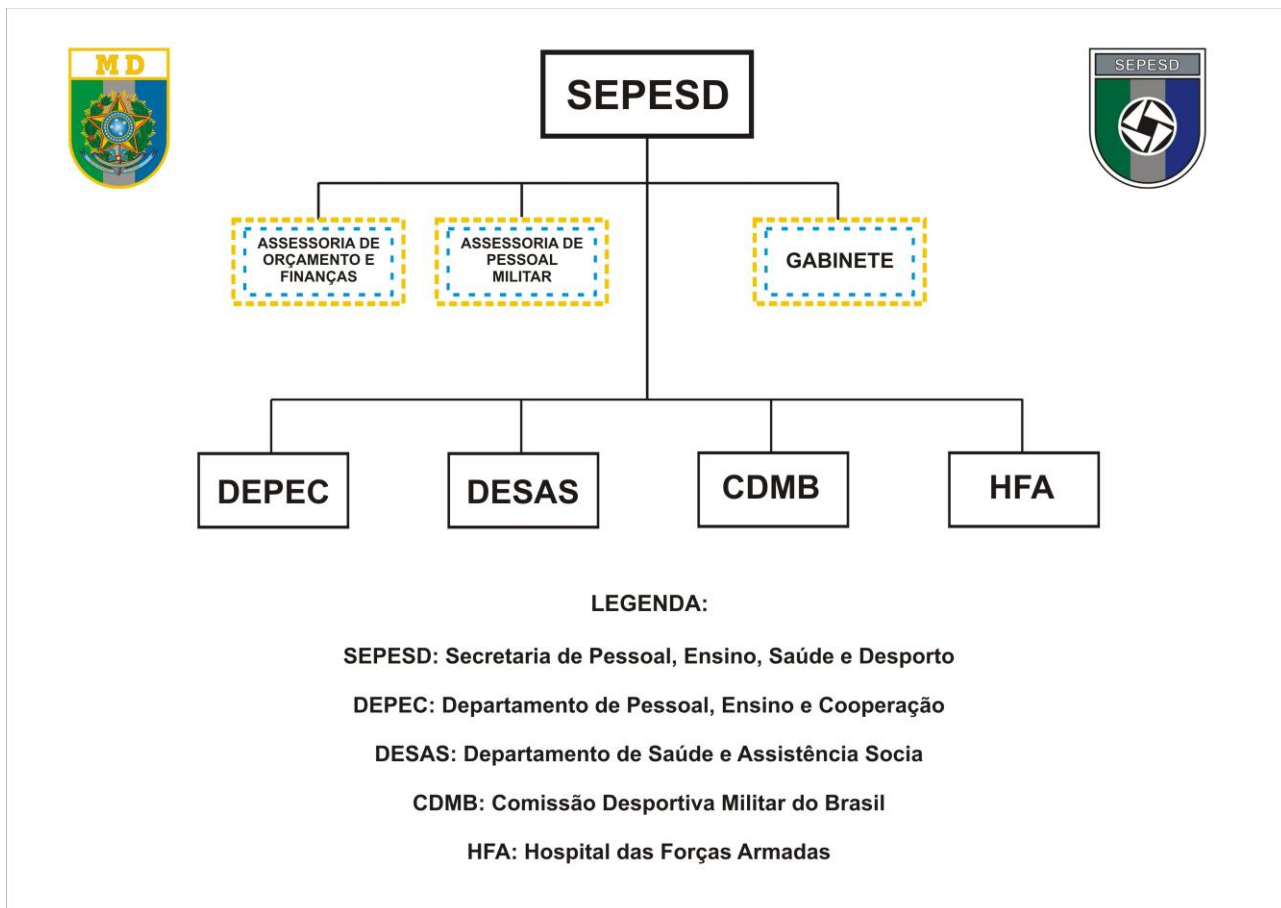
- De acordo com o Artigo 29 da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, descrita no **Decreto Nº 7.364, de 23 de novembro de 2010**, alterado pelo Decreto nº 7.476 de 10 de maio de 2011, à Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto compete:

- I - assessorar o Ministro de Estado da Defesa nos assuntos de sua competência;
- II - com exceção do que se refere à remuneração dos militares, formular e atualizar a política de pessoal civil, militar e pensionistas, bem como as políticas, estratégias e diretrizes setoriais de pessoal civil, militar e pensionistas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução; (Redação dada pelo Decreto nº 7.476, de 2011).
- III - exercer a função de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal;
- IV - propor a formulação e a atualização da política de ensino de defesa e acompanhar a sua execução;
- V - propor diretrizes gerais de orientação das atividades de ensino e de instrução especializada, em seus aspectos comuns a mais de uma Força;
- VI - contribuir para a difusão dos assuntos de defesa no âmbito da sociedade brasileira;
- VII - supervisionar projetos especiais de interesse do governo, atribuídos à Secretaria;
- VIII - realizar gestões para a captação de recursos financeiros em benefício do Projeto Rondon;
- IX - propor a formulação e a atualização da política e da estratégia de saúde e assistência social para as Forças Armadas, bem como formular e atualizar políticas, estratégias e diretrizes setoriais de saúde e assistência social, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução;
- X - supervisionar a gestão do Hospital das Forças Armadas;
- XI - propor diretrizes gerais e instruções complementares para as atividades relativas ao esporte militar, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução; e
- XII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

O presente Relatório de Gestão aborda a execução física e financeira do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, e das ações 20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte, e 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, gerenciados no âmbito da SEPESD, tendo suas ações coordenadas pelo DESAS e pelo DEPEC, respectivamente, e do Programa 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, Ação 2000 – Administração da Unidade, executada e coordenada em todos os Departamentos da SEPESD.

Estão destacadas as principais atividades desenvolvidas por intermédio de cada Ação e de acordo com os registros lançados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

### 1.3 Organograma Funcional



A SEPESD é composta pelos seguintes Departamentos/Comissão:

### 1.3.1 Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação - DEPEC

O Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação tem como competência, além de Assessorar diretamente o Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, propor as bases para a atualização da Política de Ensino de Defesa e acompanhar a sua execução, desenvolver projetos e atividades de cooperação com o meio acadêmico civil e outros setores da sociedade, com o objetivo de difundir assuntos de interesse da defesa nacional e exercer a coordenação-geral do Projeto Rondon e conduzir suas operações.

### 1.3.2 Departamento de Saúde e Assistência Social – DESAS

Além de assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência, propor as bases para a formulação e a atualização das políticas, estratégias e diretrizes setoriais de saúde e assistência social para as Forças Armadas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução, identificar, em conjunto com as Forças Armadas, áreas passíveis de aperfeiçoamento e integração com a implantação de programas e projetos de saúde e assistência social, coordenar a realização de estudos que contribuam para a melhoria da gestão e a racionalização de programas e projetos de saúde e de assistência social no âmbito das Forças Armadas, propor, em conjunto com as Forças Armadas, diretrizes gerais para a gestão dos fundos de saúde das Forças Armadas, propor, em conjunto com as Forças Armadas, diretrizes gerais para a atividade de medicina operativa, desenvolver, em conjunto com as Forças Armadas, um sistema de vigilância epidemiológica no âmbito do Ministério da Defesa e realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

### 1.3.3 Comissão Desportiva Militar do Brasil – CDMB

Além de assessorar o Secretário nos assuntos de sua Competência, planejar e coordenar, em conjunto com as Forças Armadas, as atividades de integração com programas governamentais de apoio ao esporte, integrar programas governamentais que envolvam atividades esportivas com a participação das

Forças Armadas, apoiar as Comissões de Desportos (CD) das Forças na manutenção do treinamento permanente de seus atletas, enquanto convocados para compor as Seleções Militares Brasileiras e realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

#### 1.3.4 Hospital das Forças Armadas – HFA (Possui Relatório de Gestão Próprio)

O Hospital das Forças Armadas (HFA), criado pelo Decreto nº 1.310, de 8 de agosto de 1962, é um hospital militar geral, com sede em Brasília, e integra a estrutura da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD), do Ministério da Defesa (MD).

O HFA, com autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 69.846, de 28 de dezembro de 1971, rege-se pelo presente instrumento e demais normas aplicáveis.

#### 1.4 Macroprocessos Finalísticos

A SEPESD possui apenas dois Macroprocessos Finalísticos, um voltado para o Desporto Militar e o outro que trata do Projeto Rondon.

No ano de 2012, na área do Desporto Militar, ocorreram várias competições esportivas, nacionais e internacionais, que foram precedidas de reuniões de coordenação e organização, que puderam proporcionar um excelente desenvolvimento e participação de atletas militares competindo no âmbito das Forças Armadas Brasileiras e representando o Brasil no cenário Internacional.

Na programação da execução do Projeto Rondon, também ocorreram muitas reuniões de coordenação e organização, visitas às Regiões do Brasil e o entendimento com as Universidades interessadas em participar, que, quando então definidas, fizeram a sua seleção dos Universitários que estariam na realização do Projeto, sendo que no ano de 2012 foram realizadas cinco Operações em regiões carentes do País, previamente selecionadas.

#### 1.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros da SEPESD, para a consecução de suas atividades finalísticas, são: O Ministério do Esporte, o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, o Ministério da Saúde, o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e os Comandos da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Aeronáutica.

## 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

### 2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

a) O Planejamento Estratégico da SEPESD está direcionado e alinhado às Diretrizes constantes da Estratégia Nacional de Defesa, que é focada em ações estratégicas de médio e longo prazo, atuando nas áreas de Pessoal Civil e Militar, Ensino Militar, Saúde, Assistência Social e do Desporto Militar nas Forças Armadas.

b) Através da formulação das políticas de Pessoal Civil, Militar e Pensionistas, das Orientações estratégicas voltadas para a Saúde, Assistência Social, Orientações e Acompanhamento para o desenvolvimento e manutenção da prática do Desporto Militar, e das orientações e diretrizes das atividades do ensino Militar, a SEPESD se enquadra dentro de suas competências.

c) Em conformidade com o Plano Plurianual 2012-2015, a SEPESD instituiu o seu Plano de Metas e de Ações para o ano de 2012, com a colaboração dos seus Departamentos/Comissão, os quais são responsáveis pela consecução de Objetivos Gerais, que são desdobrados em Objetivos Específicos e serão implementados e custeados por intermédio de Ações Orçamentárias, visando à realização de metas anuais estabelecidas, a saber:

- Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação

<b>OBJETIVO GERAL</b>
Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

<b>OBJETIVO ESPECÍFICO</b>	<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
Formação de 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon"	8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon
Difundir assuntos de interesse da Defesa Nacional	2000 – Administração da Unidade
Propor as Bases para a atualização da Política de Ensino de Defesa	

- Departamento de Saúde e Assistência Social

<b>1. OBJETIVO GERAL</b>	
Propor as bases para a formulação e a atualização das políticas, estratégias e diretrizes setoriais de saúde e assistência social para as Forças Armadas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução.	
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
Enfrentamento da Epidemia de HIV/AIDS	2000 – Administração da Unidade
Proporcionar trocas de experiências funcionais com vistas ao aprimoramento e a evolução dos Sistemas de Saúde Militar	
Proporcionar oportunidades para intercâmbio de experiências e interação dos Serviços de Assistência Social oferecido pelas Forças Armadas.	

- Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB

<b>OBJETIVO GERAL</b>	
Preparar as Equipes militares Brasileiras, contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.	
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>
Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças	20IG – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte
Preparar de forma adequada as equipes militares brasileiras para a obtenção dos melhores resultados possíveis em competições nacionais e internacionais.	20IG – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte
	2000 – Administração da Unidade

O acompanhamento da execução física e financeira é coordenado e orientado pela Gerência de Planejamento Orçamentário da SEPESD, e realizado por intermédio da atuação dos Coordenadores e Coordenadores-Executivos das Ações Orçamentárias.

As atividades de acompanhamento são registradas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal.

d) Os principais objetivos estratégicos da SEPESD no ano de 2012 foram: 1) Manter o nível e o desempenho adquiridos pelos Atletas Militares nos V Jogos Mundiais Militares de 2011, visando a futura representação nacional a que serão submetidos nos futuros Jogos Olímpicos Brasileiros em 2016, sem deixar de manter, à nível de competição nacional e internacional, o Desporto Militar; 2) Manter a qualificação de Universitários participantes do Projeto Rondon, capazes de contribuir com a população das regiões carentes no País; 3) Contribuir para a difusão dos assuntos de Defesa no seio da População Brasileira; e 4) Manter a capacidade de poder proporcionar um bom serviço de Saúde e Assistência Social ao pessoal militar e dependentes.

e) Para poder atingir os objetivos estratégicos estabelecidos, realizou várias ações, tais como:

1- Preparou atletas militares brasileiros de alto rendimento para representar o Brasil em eventos do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) e outros organismos afins, contemplando o apoio material e financeiro às equipes esportivas e comissões técnicas, para treinamento e participação nos eventos nacionais e internacionais das diversas modalidades, bem como pode apoiar as atividades do PROFESP especialmente na prospecção de talentos esportivos.

Iniciou a preparação das novas equipes que representarão o Brasil nos 6º Jogos Mundiais Militares da Coreia do Sul em 2015, participando das diversas competições nacionais e internacionais, priorizando aquelas conduzidas pelo Conselho Internacional do Esporte Militar – CISM, com enfoque nos Jogos Olímpicos Rio2016;

2- Realizou duas operações, em janeiro/fevereiro e em julho, nas regiões onde os Universitários

(Rondonistas) desenvolveram as suas atividades, conforme Plano de Trabalho aprovado pelas Instituições de Ensino Superior (IES); e reunião de avaliação e de trabalho com professores que participaram das Operações, com o objetivo de conhecer as principais críticas e sugestões para aprimorar a execução das próximas operações;

3- Na Área de Ensino e Cooperação, realizou as seguintes atividades:

- Curso de Gestão Ampla em Defesa;
- I Seminário de Desarmamento e Controle de Armas;
- 23ª e 24ª reunião da CPIEM;
- IV Curso de Extensão em Defesa Nacional, realizado em João Pessoa/PB;
- IV Encontro Pedagógico do Ensino Superior Militar – EPESM;
- VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – ENABED;
- IX Congresso Acadêmico, na AFA;
- IX Encontro Pedagógico do Ensino Médio Militar - EPEMM;
- Encontro para tratar de Assuntos do Interesse da Defesa (ATIDE/2012);
- V Concurso de Tese sobre Defesa Nacional (premiação); e
- V Curso de Extensão Nacional, em Brasília;

4- Na área de Saúde e Assistência Social, foram realizados relevantes eventos e atividades que tiveram, basicamente, os seguintes propósitos:

- Reunir, trimestralmente, a Comissão dos Serviços de Saúde das Forças Armadas (CPSSMEA) e, semestralmente, a Comissão de Assistência Social das Forças Armadas (CASFA), respectivamente, os dois colegiados de mais alto nível político-estratégico das respectivas Forças Singulares e do Ministério da Defesa (MD) para analisar, traçar e propor diretrizes para todo o sistema de saúde e assistência social no ambiente militar.

- Promover o 4º Encontro de Assistência Social das Forças Armadas com o propósito de reunir representantes do Ministério da Defesa e das três Forças Singulares para tratar do tema central “A Assistência Social nas Situações de Emergências, Desastres e Calamidades Públicas”, tendo como propósito fomentar reflexões sobre as referidas situações e a intervenção do Assistente Social dentro desse contexto. Além disso, buscar ideias para a sistematização de ações em parceria com a Defesa Civil e demais órgãos e/ou entidades governamentais e civis articuladas ou parceiras.

- Promover palestras motivacionais para Sensibilização de Líderes na área da saúde para alunos das escolas militares nos três níveis educacionais da área militar (de formação, de aperfeiçoamento e de comando/pós-graduação). Planejar e realizar “Cursos de Capacitação de Educadores de Pares”, anualmente, em parcela dos 12 Eixos Estratégicos, em diversas Regiões do Brasil, cumprindo planejamento específico estabelecido no “Programa de Prevenção e Controle das DST/AIDS das Forças Armadas”, envolvendo militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Ambas as atividades com o propósito de levar conhecimentos e diretrizes para prevenir ou tentar evitar a contaminação de militares com doenças sexualmente transmissíveis, preservando o ambiente das Forças Armadas.

- Participar, na qualidade de representante do COPRECOs Brasil, do “Comitê de Prevenção e Controle do HIV/Aids das Forças Armadas e Polícia Nacional da América Latina e Caribe (COPRECOs LAC)”, organização que abrange os continentes americanos e que congrega militares das FA e de polícias nacionais de distintos países latino-americanos, os quais trabalham para reduzir a vulnerabilidade às DST/HIV/Aids no ambiente militar em toda a região, por intermédio de interação de ações e otimização na aplicação dos recursos de saúde dos países que compõem o Comitê ou destacados pela ONU.

- Permitir a participação de militares da área de saúde em congressos e reuniões de relevância, quer no ambiente nacional quer no internacional. Importante ressaltar que, no caso de eventos no exterior, o DESAS representou o Brasil em Encontros e Congressos onde a medicina militar brasileira tem assento em conselhos deliberativos, como por exemplo, no Comitê de Saúde Militar da CPLP e, também, no importante Comitê Internacional de Medicina Militar (CIMM), onde o Brasil integra o mesmo, como sócio fundador, desde 1921.

- Participar de reuniões e encontros, nacionais e internacionais, sobre Biodiversidade e Biossegurança, representando o Ministério da Defesa e as Forças Armadas em diversos e altos colegiados brasileiros,

como o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e no Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), atuando diretamente nas atividades nas mesmas ou, ainda, integrando as delegações brasileiras no ambiente internacional, coordenadas pelo MRE.

- Coordenar da Comissão de Biossegurança do Ministério da Defesa (CBio-MD) que tem por finalidade analisar temas de biossegurança afetos ao MD e conduzir aspectos da Diretriz sobre Biossegurança do MD.

## 2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos traçados para o ano de 2012 correram alguns riscos de não poderem ser realizados, isso em função da dificuldade orçamentária que se vislumbrou ao iniciar o ano orçamentário, assim sendo:

- a- Na área do Desporto Militar a Comissão Desportiva Militar do Brasil, na ação 2000 – Administração da Unidade teve, para 2012, um planejamento inicial no valor de R\$ 3.752.000,00, resultando num valor de R\$ 2.000.000,00 destinado pela LOA/2012 (**Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012**), correspondente a aproximadamente 53% do inicialmente previsto, sofreu contingenciamento interno no MD da ordem de 40%, sendo provisionado apenas R\$ 1.200.000,00, se fosse mantida esta situação, isto inviabilizaria a realização de inúmeros eventos programados. No entanto, este quadro foi revertido com o apoio do Ministério do Esporte e do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, o que propiciou condições para o cumprimento do calendário de eventos contidos no programa originário (Reuniões do CISM, Campeonatos Mundiais (CISM), Campeonatos Nacionais e Competições Escolares Militares).
- b- No ano de 2012, o DEPEC, na Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, realizou duas operações, em janeiro/fevereiro e em julho, nas regiões onde os rondonistas desenvolveram as suas atividades, conforme Plano de Trabalho das Instituições de Ensino Superior (IES), aprovados pelo Comitê de Orientação e Supervisão (COS) do Projeto Rondon; e reunião de avaliação e de trabalho com professores que participaram das Operações, com o objetivo de conhecer as principais críticas e sugestões para aprimorar a execução das próximas operações, além dos reconhecimentos, viagens precursoras e providências relativas à preparação das operações.

Foram realizadas as seguintes operações:

- Operação Babaçu / Imperatriz, com a participação de 240 rondonistas, de 24 IES, atuando em 12 municípios, durante 15 dias, no mês de janeiro/fevereiro de 2012;
- Operação Pai Francisco / São Luis, com a participação de 220 rondonistas, de 22 IES, atuando em 11 municípios, durante 15 dias, no mês de janeiro/fevereiro de 2012;
- Operação Açaí / Belém, com a participação de 380 rondonistas, de 38 IES, atuando em 19 municípios, durante 15 dias, no mês de julho de 2012;
- Operação ACiSo / Belém, com a participação de 20 rondonistas, de 20 IES, atuando comunidades ribeirinhas do Estado do Pará, durante 15 dias, no mês de julho de 2012; e
- Operação Capim Dourado / Palmas, com a participação de 300 rondonistas, de 30 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias, no mês de julho de 2012.

A divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados foram divulgadas no SIOP (Sistema de Planejamento Orçamentário do Governo Federal), através do acompanhamento Orçamentário.

## 2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações



### **2.3.1. Ação 8425 – Apoio das Forças armadas ao Projeto Rondon**

No decorrer do exercício de 2012, o planejamento das operações foi adequado aos recursos disponibilizados, para que pudessem atender as despesas necessárias.

O quantitativo destinado ao custeio de diárias, passagens e locomoção, limitados no início do ano, foi insuficiente, restringindo, em parte, o andamento das operações, tendo em vista que a demanda maior do Projeto Rondon é relacionada à aquisição de passagens aéreas.

Convém destacar que o Projeto utilizou recursos provenientes de Apoio Institucional em complemento aos orçamentários, no montante aproximado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) contribuindo para a aquisição de passagens aéreas e de material para distribuição aos rondonistas; contratação de serviços de divulgação; e contratação de empresa para o transporte do material destinado aos rondonistas (de Brasília/DF para os Centros Regionais).

Destaca-se também que foi concedido da Ação 2000, crédito e limite na ND 33, pela SEORI, o valor de R\$ 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais), e R\$ 63.000,00 do Gabinete do SEPESD para atender as despesas com as aquisições de passagens aéreas para as Operações do Projeto Rondon.

Quanto à meta física, a proposta para a Ação 8425 - Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, para o exercício de 2012, foi de 2.800 universitários capacitados, conforme à Pré-Proposta Orçamentária apresentada no valor de R\$ 7.714.500,00. Devido aos cortes orçamentários e ao significativo aumento das passagens aéreas, o número de universitários foi reduzido. A meta física realizada foi no montante de 1.160 universitários capacitados.

Mesmo com o complemento dos recursos de Apoio Institucional, o número de rondonistas, no ano de 2012, foi reduzido, devido à sazonalidade e a reestruturação das Empresas Aéreas que contribuíram para o significativo aumento das passagens aéreas, afetando à execução das Operações do Projeto Rondon.

### **2.3.2 Ação 201G – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte**

Os recursos provenientes da Ação 201G, no ano de 2012, foram destinados basicamente a custear os gastos com passagens e diárias para a participação nas seguintes atividades de Competições Esportivas e demais atividades no meio Militar:

Reuniões do CISM;

Campeonatos Mundiais Militares (CISM);

Campeonatos Nacionais Militares; e

Competições Escolares Militares.

Durante essas atividades puderam ser preparados 400 Atletas de Alto Rendimento e 700 alunos das Escolas Militares de Formação.

### **2.3.3 Ação 2000 – Administração da Unidade**

No ano de 2012, destacaram-se as seguintes atividades atendidas pela Ação 2000:

No Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação (DEPEC), a Ação 2000 foi utilizada para atender as atividades programadas pela Divisão de Cooperação e pela Divisão de Ensino, ambas do DEPEC, referentes às despesas de passagens e diárias no acompanhamento e participação dos eventos; e ao repasse de recursos para as Organizações Militares com vistas às atividades fins.

A meta financeira proposta para o ano de 2012, para a execução das atividades, foi de R\$ 1.703.494,00, conforme apresentada na Pré-Proposta Orçamentária 2012. Devido às restrições orçamentárias, foi autorizado pela Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI), o montante de R\$ 1.215.000,00, sendo: R\$ 1.109.301,00 (custeio), R\$ 45.699,00 (passagens) e R\$ 60.000,00 (diárias).

Devido ao limite de diárias e passagens imposto pela SEORI, no ano de 2012, a execução do planejamento inicial apresentado pelas Divisões deste Departamento ficou prejudicada. Foi necessário

um remanejamento das atividades, reduzindo o número de eventos e o número de participantes (militares e servidores civis), causando grande impacto no planejamento inicial.

No Departamento de Saúde e Assistência Social – DESAS teve, no ano de 2012, a previsão de contar na LOA, a quantia de R\$ 1.000.000,00, porém sofreu uma restrição orçamentária de 30,0% (300.000,00) feita pelo MD, restando R\$ 700.000,00 para aplicar nos eventos e atividades na sua maioria destinada a capacitação de recursos humanos em palestras, cursos, encontros, seminários em diversas regiões do Brasil e alguns no exterior. Em vista disso, há que se ressaltar que, tendo em vista a restrição determinada para gastos com diárias e passagens, algumas atividades que previam despesas acopladas, particularmente em consumo e serviço de terceiros, foram parcialmente realizadas pela diminuição de participantes nos eventos.

A Comissão Desportiva Militar do Brasil, na ação 2000 – Administração da Unidade teve, para 2012, um planejamento inicial no valor de R\$ 3.752.000,00, resultando num valor de R\$ 2.000.000,00 destinado pela LOA/2012 (**Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012**), correspondente a aproximadamente 53% do inicialmente previsto, sofreu contingenciamento interno no MD da ordem de 40%, sendo provisionado apenas R\$ 1.200.000,00, se fosse mantida esta situação, isto inviabilizaria a realização de inúmeros eventos programados. No entanto, este quadro foi revertido com o apoio do Ministério do Esporte e do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, o que propiciou condições para o cumprimento do calendário de eventos contidos no programa originário (Reuniões do CISM, Campeonatos Mundiais (CISM), Campeonatos Nacionais e Competições Escolares Militares).

## 2.4 Indicadores

### 2.4.1 Índice de aplicação dos recursos da Ação Orçamentária 8425 - IARA8425

<b>IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO</b>	
<b>Identificação do Processo:</b>	Aplicação dos recursos orçamentários destinados ao Projeto Rondon – Aç 8425.
<b>Identificador de: Eficiência</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos da Ação Orçamentária 8425.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IARA8425
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	<i>Avaliar o nível de aplicação de recursos na Ação Orçamentária 8425.</i>
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	<i>SEPESD e SEORI</i>
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas).	$IARA8425 = (\text{Montante de Recursos Empenhados na Ação, no período} / \text{Recursos Autorizados para a Ação, no período}) \times 100.$
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SIAFI Gerencial e SIGPLAN.
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	DEPEC

- Resultados da Avaliação do Programa no Exercício:

Todos os recursos orçamentários autorizados, destinados à Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, relativos às Operações realizadas em 2012, foram empenhados, perfazendo um percentual de 99,77%, considerado o resultado da avaliação excelente. Convém destacar que o Projeto utilizou recursos provenientes de Apoio Institucional em complemento aos orçamentários.

### 2.4.2 Índice de Concretização da Meta Física da Ação 8425 – ICMF8425

<b>IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO</b>	
<b>Identificação do Processo:</b>	<i>Operacional</i>
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	<i>Rondonistas</i>
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	-
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	<i>Número de rondonistas com a consciência cidadã fortalecida</i>
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	<i>SEPED e SEORI.</i>
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	<i>Anual.</i>
<b>Avaliação</b>	<i>95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99% - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente</i>
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<i>Número de rondonistas com a consciência cidadã fortalecida no ano de 2012, em relação ao ano de 2011.</i>
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas).	<i>Universitários participantes das operações em 2012 e 2011</i>
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados).	<i>SIGPLAN</i>
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	<i>Anual.</i>
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	<i>DEPEC</i>

- Resultados da Avaliação do Programa no Exercício:

<b>Programa</b>	<b>AÇÃO 8425</b>
2058	No ano de 2012, foram conscientizados 1.160 rondonistas de uma previsão de 2.800 conforme apresentado na Pré-Proposta; número esse abaixo do realizado no ano de 2011, onde foram conscientizados 2.860 rondonistas. Considera-se que o resultado foi insuficiente, avaliado em 40,55%, o número de rondonistas conscientizados.

Observação: Convém destacar que o Projeto utilizou recursos provenientes de Apoio Institucional em complemento aos orçamentários contribuindo para a aquisição de passagens aéreas e de material para distribuição aos rondonistas; contratação de serviços de divulgação; e contratação de empresa para o transporte do material destinado aos rondonistas (de Brasília/DF para os Centros Regionais).

#### 2.4.3 Indicador de Efetividade

As equipes de rondonistas trabalharam com agentes multiplicadores (produtores, agentes públicos, professores e lideranças locais), realizando ações com efeitos duradouros para a população, a economia, o meio ambiente e a administração local.

Foram desenvolvidas também várias atividades como: palestras, oficinas de capacitação, entre outras, cujo resultado desta avaliação foi considerado **muito bom**, pelo interesse que estas atividades despertaram junto às comunidades e pelo entrosamento entre as comunidades e os universitários, materializando a participação da comunidade e as lideranças locais nas várias ações do Projeto.

O Projeto Rondon é um projeto com grande impacto sócio-educativo e permite ao universitário praticar atividades concretas em regiões longínquas e carentes, colocando na prática a teoria vista na Universidade e além de conscientizá-lo da realidade socioeconômica nacional, engajando-o no esforço de reduzir carências e deficiências de regiões com baixo desenvolvimento.

### 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
31. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
32. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
33. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
34. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
35. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
36. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
37. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
38. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
39. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
40. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
41. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
42. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
43. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
44. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
45. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
46. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
47. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
48. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					
<b>Procedimentos de Controle</b>					
49. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
50. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
51. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
52. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X

<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
53. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
54. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
55. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
56. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
57. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
58. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
59. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
60. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica: A SEPESD desenvolve suas programações e atividades, gerando, quase que exclusivamente, gastos com despesas de Passagens e Diárias. Dentro deste enfoque, o Sistema SCDP ( Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal), já exerce um grande controle na Proposição, Aprovação, Concessão e Autorização destes gastos, ficando registrados e disponíveis para todos os níveis de Auditoria Interna e Externa.</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

#### 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

##### 4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.4 1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	8425					
Descrição	Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon					
Iniciativa	01QX Apoio a comunidades carentes					
Unidade Responsável	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.833.333	4.500.000	4.490.858,85	3.791.349,51	-	699.509,34	3.791.349,51
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Universitário Capacitado	Unidade	2800	1160	7.712.500	4.500.000

Fonte: SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

De acordo com os anos anteriores, a meta financeira (LOA/12) foi mantida no valor de R\$ 4.000.000,00. Entretanto, esta ação foi objeto de Emendas Parlamentares, tendo sido previsto acréscimo de R\$ 800.000,00. Devido ao contingenciamento foi liberado somente o montante de R\$ 500.000,00, oriundo das Emendas Parlamentares: 24770010 (Deputado George Hilton); 12180017 (Deputado Gonzaga Patriota), 34300016 (Senadora Marinha Raupp) e 27920021 (Deputado Vitor Paulo).

No final do ano, foi liberado ainda, o montante de R\$ 33.333,00 (1/3 do crédito destinado ao Grupo 4 da Ação 8425, LOA/13) referente ao crédito extraordinário aberto, de acordo com a MP nº 598, de 27 de dezembro de 2012, no Grupo 4 – Investimentos. O mesmo não foi utilizado tendo em vista que o destaque de recursos para as Organizações Militares apoiadoras do Projeto Rondon é realizado após a etapa do reconhecimento dos municípios e do Centro Regional.

Dessa forma, as despesas realizadas no ano de 2012 abrangeram o montante de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), relativos ao disponibilizado pela LOA + Emendas Parlamentares, sendo 97,73% de custeio e 2,27% de investimento.

Os recursos referentes a estas despesas foram descentralizados para:

- Ministério da Defesa: 37%
- Exército Brasileiro: 34%
- Marinha do Brasil: 26%
- Força Aérea Brasileira: 3%

Os valores destinados ao MD foram utilizados com o saque de diárias e aquisições de passagens aéreas para os coordenadores durante as viagens precursoras, os reconhecimentos, as operações (cerca de 18 dias em cada operação) e durante as Reuniões de Coordenação com os representantes das IES; além dos convites para proferir palestras sobre o Projeto Rondon nas IES.

As despesas referem-se também às aquisições de passagens aéreas para os professores durante as viagens precursoras realizadas no ano de 2012; assim como para os rondonistas (professores e universitários) durante as Operações do Projeto Rondon realizadas em 2012.

Os valores destinados ao EB referem-se aos Destaques concedidos às Organizações Militares (OM) para apoio de alimentação, saúde, segurança e pernoites nos aquartelamentos, no período das operações; preparação dos alojamentos nas Organizações Militares (OM) que estão apoiando as atividades; e locação de veículos para transporte dos rondonistas (dos Centros Regionais para os municípios).

Os valores destinados à MB referem-se aos Destaques concedidos às Organizações Militares (OM) para apoio de alimentação, saúde, segurança e pernoites nos aquartelamentos, no período das operações; preparação dos alojamentos nas Organizações Militares (OM) que estão apoiando as atividades; e locação de veículos para transporte dos rondonistas (dos Centros Regionais para os municípios).

Os valores destinados à FAB referem-se ao apoio aéreo prestado ao Projeto Rondon, em 2010, cujas despesas estão sendo pagas de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários.

Os recursos humanos utilizados são os militares e civis do Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação (DEPEC), que desempenham as atividades no Projeto Rondon, cumulativamente, com as do Departamento. São militares da ativa e da reserva, servidores civis (DAS) e servidores terceirizados. Estes recursos humanos desempenham as funções de gerência, coordenação e assistência.

Os recursos destinados ao Projeto Rondon foram suficientes para atender as despesas referentes as Natureza de Despesa 30, 39 e 52. Os recursos relativos às diárias, passagens e locomoção (ND 33)

limitados no início do ano, foram insuficientes, restringindo o andamento das operações, tendo em vista que a demanda maior do Projeto Rondon está relacionada com a aquisição de passagens aéreas.

Quanto à meta física, a proposta para a Ação 8425 - Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, para o exercício de 2012, foi de 2.800 universitários capacitados, conforme à Pré-Proposta Orçamentária apresentada no valor de R\$ 7.714.500,00. Devido aos cortes orçamentários e ao significativo aumento das passagens aéreas, o número de universitários foi reduzido. A meta física realizada foi no montante de 1.160 universitários capacitados.

Convém destacar que o Projeto utilizou recursos provenientes de Apoio Institucional em complemento aos orçamentários, em aproximadamente de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) contribuindo para a aquisição de passagens aéreas e de material para distribuição aos rondonistas; contratação de serviços de divulgação; e contratação de empresa para o transporte do material destinado aos rondonistas (de Brasília/DF para os Centros Regionais).

Destaca-se também que foi concedido da Ação 2000, crédito e limite na ND 33, pela SEORI, o valor de R\$ 1.010.000,00 (hum milhão e dez mil reais), e R\$ 63.000,00 do Gabinete do SEPESD para atender as despesas com as aquisições de passagens aéreas para as Operações do Projeto Rondon.

#### QUADRO A.4.4 2 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	20IG					
Descrição	Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte					
Iniciativa	01R0 Desenvolvimento do Esporte Militar de Alto Rendimento e de atividades de esporte e lazer para crianças					
Unidade Responsável	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.200.000	3.430.000	2.893.387,30	1.734.104,38		1.159.282,92	1.734.104,38
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Atleta e Crianças Apoiados	unidade	20000crianças e 1432 atletas	12000crianças e 1100 atletas	3.430.000	2.890.000

Fonte: SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos. **Observação: Esta Ação contou com o Apoio de recursos oriundos do Ministério do Esporte ( R\$ 6.084.677,75 ) para as atividades dos Atletas de Alto Rendimento, e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (R\$ 4.082.400,00), do Ministério do Esporte (R\$ 2.139.000,00) e de emendas Parlamentares (R\$ 1.210.000,00) para o apoio às crianças do Forças no Esporte.**

#### 4.1.6 Informações sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.

As informações correspondentes aos campos dotação inicial e final da Ação 2000 – Administração da Unidade, no Quadro abaixo, são emitidas na informação total da Ação pelo Departamento de Administração Interna/Divisão Orçamentária e Financeira, que é quem coordena a execução da referida Ação como um todo, no âmbito do Ministério da Defesa.

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de Gestão, Manutenção e Serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	1.672.459,28	1.657.391,71	-	15.067,57	1.657.391,71
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	4.703.000	1.672.459,28

Obs: A grande maioria dos gastos afetos à Ação 2000 da UJ, foram para custear despesas com passagens e diárias, não possuindo meta Física estabelecida.

## 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

O Departamento de Administração Interna, por intermédio de sua Divisão de Recursos Humanos, é o responsável pelo controle e informações a respeito dos Servidores Cíveis e Militares que trabalham na Administração Central do Ministério da Defesa – UO 52101.

### 6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

#### 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>		<b>12</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	Não há	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		<b>12</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
1.2.1. Servidores de Carreira vinculada ao Órgão	Não há	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2.3. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	Não há	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2.4. Servidores requisitados de outros Órgãos e Esferas	Não há	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	Não há	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública</b>	Não há	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>4. Militares da Ativa</b>		<b>66</b>	<b>29</b>	<b>27</b>
<b>5. Militares da Reserva</b>		<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>6. Total de Servidores (1+2+3+4+5)</b>		<b>93</b>	<b>30</b>	<b>28</b>

## 12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 12.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ



A SEPESD, em face da atual conjuntura orçamentária, sempre buscou adotar medidas administrativas pertinentes à racionalização de atividades, visando soluções mais eficientes, criativas e econômicas, com o propósito de atingir suas metas institucionais com a máxima redução no gasto público.

## **- RESULTADOS E CONCLUSÕES**

A Secretaria de Pessoal, Ensino e Desporto - SEPESD atingiu, de maneira satisfatória, os objetivos previstos para o ano de 2012. O desenvolvimento de suas atividades foi moldado à realidade orçamentária que exigiu cortes.

Na área das atividades esportivas, as metas puderam ser cumpridas, em função do imprescindível apoio de recursos originados do Ministério do Esporte e Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, contribuindo, de maneira fundamental, para o desenvolvimento das atividades ligadas ao Programa Forças no Esporte que atende crianças carentes no nosso Brasil, e para o aprimoramento do Atleta de Alto Rendimento, que permite a manutenção do preparo voltado para as competições esportivas, inclusive visando às futuras Olimpíadas de 2016.

As metas estabelecidas nos programas finalísticos que apoiam as ações desportivas foram efetivamente alcançadas, podendo ser observados os salutaros efeitos de suas atividades tanto pela manutenção de níveis anteriormente atingidos durante a campanha dos 5º Jogos Mundiais Militares RIO2011, como também pelo melhoramento de outros índices, incluindo-se as vitórias obtidas nos diversos campeonatos nacionais e internacionais do Conselho Internacional do Desporto Militar - CISM, e, principalmente, a participação exitosa das equipes militares nos Jogos Olímpicos de Londres - 2012, quando as Forças Armadas contribuíram com cinquenta e um atletas de alto rendimento logrando expressiva marca com a obtenção de quatro medalhas olímpicas, sendo uma de ouro e três de bronze, correspondendo a cerca de 30% das conquistas Brasileiras.

Quanto ao Projeto Rondon, o planejamento inicial para a Ação 8425, tanto meta física quanto meta financeira, foi baseado na Pré-Proposta Orçamentária para o ano de 2012 e adaptado conforme a disponibilidade de recursos e com a aceitação das Prefeituras relacionadas, portanto bastante variável no decorrer da própria execução da Ação que atende ao Projeto.

No decorrer do exercício de 2012, o planejamento das operações foi adequado aos recursos disponibilizados, com isso permitiu que pudessem atender as despesas necessárias.

O quantitativo destinado ao custeio de diárias, passagens e locomoção, limitados no início do ano, foi insuficiente, restringindo, em parte, o andamento das operações, tendo em vista que a demanda maior do Projeto Rondon é relacionada à aquisição de passagens aéreas.

Além do limite mencionado, a sazonalidade e a reestruturação das Empresas Aéreas contribuíram para o significativo aumento das passagens aéreas, fator este determinante para que o número de rondonistas, no ano de 2012, fosse reduzido.

Na área de Saúde e Assistência Social, cumpre ressaltar que, apesar do impacto que o contingenciamento financeiro governamental teve sobre o planejamento do DESAS em 2012, particularmente afetado pelas restrições impostas para pagamento de diárias e passagens, as missões do DESAS foram cumpridas. Para isso, foi feita criteriosa avaliação, seleção e priorização dos eventos e atividades, levando-se em conta a extrema necessidade de realizá-las ou de se fazer presente em eventos inadiáveis ou que necessitassem ter alta representatividade institucional.

Para o ano de 2013, a SEPESD pretende, no âmbito do Desporto Militar, continuar perseguindo seus Objetivos Estratégicos funcionais, com a continuidade da preparação das Equipes militares que representarão o Brasil nos diversos eventos desportivos, priorizando os constantes do calendário do Conselho Internacional do Esporte Militar - CISM, com vistas, inicialmente, aos 6º Jogos Mundiais

Militares na Coréia do Sul em 2015, e, posteriormente, aos Jogos Olímpicos Rio 2016, bem como no apoio às atividades do Programa Forças no Esporte – PROFESP.

No Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação, que envolve a Área de Ensino Militar e a Coordenação e Execução do Projeto Rondon, de acordo com os anos anteriores, a meta financeira da Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, a (LOA) para o ano de 2013 foi mantida no valor de R\$ 4.000.000,00, diferentemente do que foi apresentado na Pré-Proposta 2013, R\$ 7.714.500,00. Devido às restrições orçamentárias, o planejamento inicial das Operações do Projeto Rondon, foi prejudicado, sendo alterado para adequar-se aos recursos disponibilizados.

Com isso, o número de rondonistas previstos para as Operações de Janeiro foi reduzido e as Operações previstas para julho de 2013 serão realizadas em apenas um Centro Regional e não mais em três, como planejado inicialmente.

A meta física proposta para o exercício de 2013, também foi reduzida, passando de 2.400 rondonistas para 1.888 rondonistas, devido, principalmente, ao aumento do preço das passagens aéreas.

No mês de janeiro/fevereiro de 2013, foram realizadas as seguintes Operações, todas com duração de 15 dias:

- Operação Canudos / Petrolina, com a participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 20 municípios;
- Operação 2 de Julho / Salvador, com a participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 20 municípios;
- Operação São Francisco / Aracaju, com participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 20 municípios;
- Operação ACiSo / Belém, com participação de 22 rondonistas, de 20 IES, atuando em comunidades ribeirinhas do Estado do Pará; e
- Operação ASShop / Manaus, com participação de 22 rondonistas, de 20 IES, atuando em comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas.

No mês de julho de 2013, será realizada a Operação “Forte do Presépio”, com 600 rondonistas, onde serão atendidos 30 municípios do Estado do Pará.

Além da Operação, estão previstas também a realização da Operação de Ação Cívico Social (ACISO) e Operação de Assistência Hospitalar (ASShop) nos Estados do Pará e do Amazonas, com 22 rondonistas em cada.

Quanto às atividades da área de ensino da Divisão de Ensino (DIENS) e da aérea de cooperação da Divisão de Cooperação (DICOOP), ambas do Departamento de Ensino e Cooperação (DEPEC), o limite autorizado na Ação 2000 – Administração da Unidade, também foi insuficiente, onde foi necessário num remanejamento das atividades, reduzindo o número de eventos e o número de participantes (militares e servidores civis).

Estão previstos as seguintes atividades:

- 25ª e 26ª reunião da CPIEM;
- VI Curso de Extensão em Defesa Nacional, a ser realizado em Belo Horizonte/BH;
- V Encontro Pedagógico do Ensino Superior Militar – EPESM;
- X Encontro Pedagógico do Ensino Médio Militar - EPEMM;
- I Concurso de Monografias sobre Defesa Nacional;
- VII Curso de Extensão em Defesa Nacional, a ser realizado em Campo Grande/MS;
- 26ª, 27ª e 28ª reunião da CEIE;
- XIII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos – ENEE; e
- Seminário do Pró-Defesa II

Convém ressaltar, que o X Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, uma importante atividade da DICOOP, só será realizado caso haja suplementação de recursos no valor de R\$ 140.000,00.

Na área do Departamento de Saúde e Assistência Social, a SEPESD, para 2013, pretende executar as seguintes e relevantes ações e eventos: Reunir, trimestralmente, a Comissão dos Serviços de Saúde das Forças Armadas (CPSSMEA) e, semestralmente, a Comissão de Assistência Social das Forças Armadas (CASFA); realizar o 5º Encontro de Gestores de Saúde das Forças Armadas (5º

EnGeSFA); realizar cinco “Cursos Regionais de Capacitação de Educadores de Pares” no “Programa de Prevenção e Controle das DST/AIDS das Forças Armadas” e seis “Palestras de Sensibilização de Líderes na área da saúde” para alunos das escolas militares nos três níveis educacionais da área militar; realizar o Seminário Internacional de Saúde Militar para os países da CPLP; e participar, na qualidade de representante do COPRECOS Brasil, do “Comitê de Prevenção e Controle do HIV/Aids das Forças Armadas e Polícia Nacional da América Latina e Caribe (COPRECOS LAC)”.

Brasília – DF, abril/2013.

**JULIO SABOYA DE ARAUJO JORGE**  
Secretário